



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

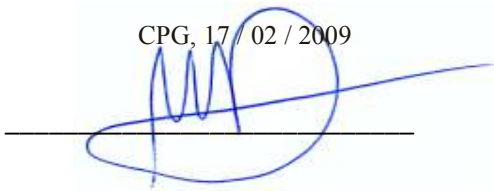
ECONOMIA METROPOLITANA E MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Hipólita Siqueira de Oliveira

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia Social e do Trabalho, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni.

*Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por **Hipólita Siqueira de Oliveira** em 17/02/2009 e orientada pelo Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni.*

CPG, 17 / 02 / 2009



Campinas, 2009

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

OL4e	Oliveira, Hipólita Siqueira de. Economia metropolitana e mercado de trabalho: um estudo das regiões metropolitanas do estado de São Paulo / Hipólita Siqueira de Oliveira. Campinas, SP: [s.n.], 2009. Orientador : Marcelo Weishaupt Proni. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 1. Economia urbana. 2. Mercado de trabalho – São Paulo (Estado). I. Proni, Marcelo Weishaupt. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título. 09-011-BIE
------	---

Título em Inglês: Metropolitan economy and labor market: a study of São Paulo state metropolian regions

Keywords : Urban economy ; Labor market – São Paulo State

Área de concentração : Economia Social e do Trabalho

Titulação : Doutor em Desenvolvimento Economico

Banca examinadora : Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni
Prof. Dr. Waldir Jose de Quadros
Prof. Dr. Paulo Eduardo de Andrade Baltar
Profa. Dra. Rosélia Perissé da Silva Piquet
Prof. Dr. Alberto de Oliveira

Data da defesa: 17-02-2009

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento economico

Tese de Doutorado

Aluna: HIPÓLITA SIQUEIRA DE OLIVEIRA

**“Economia Metropolitana e Mercado de Trabalho: Um Estudo
das Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo”**

Defendida em 17 / 02 / 2009

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. MARCELO WEISHAUPHT PRONI
Orientador – IE / UNICAMP



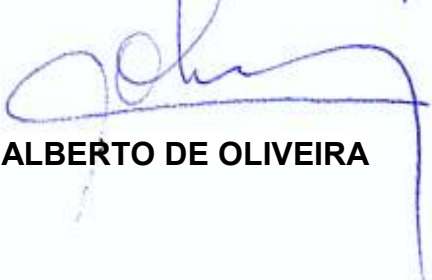
Prof. Dr. WALDIR JOSÉ DE QUADROS
IE/UNICAMP



Prof. Dr. PAULO EDUARDO DE ANDRADE BALTAR
IE/UNICAMP



Profa. Dra. ROSÉLIA PERISSÉ DA SILVA PIQUET
UFRJ



Prof. Dr. ALBERTO DE OLIVEIRA
UFRRJ

Para Brandão

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de Economia da Unicamp, pelo ambiente de reflexão crítica.

Ao orientador Marcelo Weishaupt Proni, pelo carinho, amizade, estímulo e confiança.

Ao Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e ao Prof. Dr. José Reis, pela gentil acolhida em Portugal.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp, pela Bolsa de Estudos de Doutorado no País.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, pela Bolsa de Estágio de Doutorando no Exterior.

Aos professores Paulo Baltar e Waldir Quadros, pelas contribuições na qualificação e por terem aceito o convite para participação na banca examinadora. Aos professores Rosélia Piquet e Alberto de Oliveira, por terem aceito o convite para integrarem a banca.

Aos funcionários da secretaria do IE, Alberto, Cida, Marinete e Alexsandro e aos funcionários do Cesit, Licério e Susete, por serem tão solícitos.

A Felipe Caboclo pela disponibilização de sua dissertação de mestrado antes mesmo da defesa.

Aos amigos Alexandre Gori, Roberto Borghi e Angelo, pelo grande apoio nas bases de dados. Às amigas e aos amigos Alice, Andrea, Arethuza, Carmen, Cláudia, Cláudio, Cris, David, Fernando, Humberto, Joelson, Josi, Malu, Mônica, Ricardo, Sami e Soraia, pelos momentos felizes.

À minha amada família, mamãe, vovó, minha irmã Amélia, meus irmãos Rander, Raphael e Paulo, meus sobrinhos, Ana Carolina, Pedro Henrique e Felipe, por tudo.

Ao meu amor, Brandão, que me trouxe alegria de viver.

(...) o estudo da urbanização do Brasil ganha se se voltar para análise de situações urbanas concretas e este tipo de estratégia requer a mobilização de conhecimentos teóricos de diversificada origem disciplinar, o que não pode ser feito de modo aleatório, mas sim a partir de uma problemática, capaz de situar o lugar específico de cada determinação e que o estabelecimento de uma hierarquia de determinação não pode ser resultado de exercícios meramente formais, mas é produto teórico por excelência da prática de análises concretas.

Vilmar Faria

As sucessivas revoluções em tecnologia, relações espaciais, relações sociais, hábitos de consumo, estilos de vida etc, características da história capitalista, podem, sugere-se às vezes, ser compreendidas sem investigação profunda das raízes e da natureza dos processos urbanos. No entanto, nos estudos da mudança macroeconômica e macrosocial, a tendência antiurbana é demasiadamente persistente por comodidade.

David Harvey

Those who find ugly meanings in beautiful things are corrupt without being charming. This is a fault.
Those who find beautiful meanings in beautiful things are the cultivated. For these there is hope.
They are the elect to whom beautiful things mean only Beauty.
All art is at once surface and symbol. Those who go beneath the surface do so at their peril. Those who read the symbol do so at their peril.

Oscar Wilde

RESUMO

No que se refere à problemática do mercado de trabalho, a urbanização no sistema capitalista cumpre papel fundamental na concentração de força de trabalho, em quantidade e qualidade, requerida pelos avanços na dinâmica de acumulação e na divisão social do trabalho. Nesses termos, o urbano mais avançado, ou seja, o espaço metropolitano, entendido como uma escala amplificada dos processos de diversificação produtiva e diferenciação social que estruturam o urbano em geral, contribui decisivamente para a superação de problemas de rigidez e estabilidade da oferta de força de trabalho e o estabelecimento das bases de organização dos mercados gerais de trabalho. Sob o referencial da economia política do desenvolvimento, o eixo analítico deste estudo reside nas transformações das estruturas produtivas e ocupacionais do espaço urbano brasileiro mais avançado, conformado pela “unidade do diverso” que tem seu epicentro na metrópole de São Paulo e se estende e se projeta para as regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista. Nesta abordagem, toma-se como pressuposto a constituição de distintas bases de diferenciação econômica e social e formas específicas de organização do mercado urbano de trabalho assalariado. Entende-se que a grande complexidade temática envolvida neste tipo de estudo requer esforço coletivo de distintas áreas disciplinares, sobretudo quando se considera que têm predominado abordagens que estabelecem relações imediatas entre espaço metropolitano e mercado de trabalho, tendo por base um mero balanço entre vantagens e desvantagens competitivas, dessa forma, impondo modelos analíticos de alta generalidade concebidos nos países centrais. Se do ponto de vista das orientações de políticas públicas tais abordagens têm efeitos deletérios, do ponto de vista teórico, pouco ou nada contribuem para pensar as especificidades da urbanização capitalista periférica e subdesenvolvida, mesmo no espaço urbano mais avançado do capitalismo brasileiro.

ABSTRACT

With regard to labor market, urbanization plays a fundamental role in the capitalist system, providing concentration of labor power, in quantity and quality, which is required by accumulation dynamic and the advances in social division of labor. From this point of view, the constitution of the metropolitan spaces, understood as an amplified urban scale of the process of productive diversification and social differentiation, contributes to structuring a general labor market. The main purpose of this study is to investigate the transformations in the productive and occupational structures of the São Paulo State metropolitan regions, São Paulo, Campinas and Baixada Santista, which is the most advanced Brazilian urban space. Using the political economy of development approach this thesis assumes that there are different social and economic patterns and specific forms of urban labor market organization. Furthermore, this study criticizes the regional and urban predominant literature that establishes links between metropolitan space and labor market considering a mere balance of competitive advantages and disadvantages. From the point of view of public policies, the influence of these studies has devastating effects, and, in theoretical terms, they bring little contribution to understand the urbanization problems in underdeveloped countries, even in the most advanced Brazilian urban space.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Desafios analíticos para o estudo do mercado de trabalho em economias metropolitanas	11
1.1. A escala urbana e o funcionamento específico do mercado de trabalho assalariado	12
1.2. A organização do mercado de trabalho assalariado e o papel da dimensão urbana de maior complexidade e densidade	18
1.3. Economia urbana e mercado de trabalho: desafios para a construção de uma economia política de suas articulações	30
1.4. Divisão social do trabalho e a constituição de mercados urbanos de trabalho com dinâmicas regionais específicas	42
Capítulo 2 - As especificidades dos contextos metropolitanos: revisão crítica da literatura internacional	47
2.1. Metrôpoles como “regiões que ganham”: abordagem das economias de aglomeração	48
2.2. Cidade mundial e cidade global	55
2.3. Variedades de padrões de urbanização	66
Capítulo 3 - Dinâmicas demográficas e transformações nas estruturas produtivas das RMs paulistas	79
3.1. O debate sobre a natureza da metropolização paulista atual	80
3.2. Características e dinâmicas populacionais das RMs paulistas	85
3.3. Contextualização das RMs paulistas na divisão inter-regional do trabalho estadual e nacional	104
3.4. Características das estruturas produtivas	115

Capítulo 4 - Características do mercado de trabalho nas RMs paulistas: segmentação e transformações nas estruturas ocupacionais	143
4.1. Tendências do mercado de trabalho brasileiro na década de 1990 e nos anos 2000	144
4.2. Caracterização do mercado geral de trabalho nas RMs paulistas	166
4.3. Análise dos segmentos mais organizados do mercado de trabalho das RMs paulistas	178
Considerações Finais	201
Referências Bibliográficas	207
Anexo	225

Lista de Quadros, Mapas, Gráficos e Tabelas

QUADROS

Quadro 2.1 – Síntese das teorias de aglomeração e o papel dos contextos urbanos de maior densidade e complexidade	51
Quadro 2.2 - Hierarquias de cidade mundial e cidade global	57
Quadro 2.3-Convergências entre as teorias do mercado de trabalho e as novas políticas urbanas	65

MAPAS

Mapa 3.1 – Diversidade urbana do Estado de São Paulo	83
Mapa 3.2 – A “Macrometrópole” paulista	84
Mapa 3.3-RMSP:Proporção dos ocupados que realizam o deslocamento pendular, 1997	98
Mapa 3.4 – RMC: Fluxos acima de 2000 pessoas da PEA ocupada fora do município de residência, 1980 e 2000	101
Mapa 3.5 – RMBS: Fluxos acima de 2000 pessoas da PEA ocupada fora do município de residência, 1980 e 2000	103
Mapa 3.6 – Distribuição do Valor Adicionado da Indústria por atividade, Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, 2001	110
Mapa 3.7 – Distribuição do Valor Adicionado das atividades da indústria de bens de consumo de capital e de bens duráveis, Estado de São Paulo, 2001	111
Mapa 3.8 - Distribuição do Valor Adicionado do comércio e dos serviços, Estado de São Paulo, 2001	112

GRÁFICOS

Gráfico 4.1 – Taxas médias anuais de crescimento do PIB brasileiro, 1989-2007	146
Gráfico 4.2 – Evolução da formação bruta de capital fixo no Brasil, Base 1980	146
Gráfico 4.3 - Taxas médias anuais de desemprego total, RMs e Distrito Federal 1989-1999	150
Gráfico 4.4 – Taxas médias anuais de desemprego total, RMSP, Município de São Paulo e região do ABC 1989-1999	152
Gráfico 4.5 – Taxas médias anuais de desemprego total, RMs e Distrito Federal 2000-2008	159
Gráfico 4.6 – Taxas médias anuais de desemprego total, RMSP, Município de São Paulo e ABC paulista, 2000-2008	160
Gráfico 4.7 – Evolução dos estoques de emprego formal, Brasil, Estado de São Paulo e RMs paulistas, 1989-2007 (1989=100)	180

TABELAS

Tabela 2.1 – População das RMs brasileiras, 1980, 1991 e 2000	74
Tabela 3.1 – População e taxas médias anuais de crescimento: Brasil, Estado de São Paulo e RMs paulistas, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2007	86
Tabela 3.2 - Participação das RMs paulistas no total da população brasileira e do Estado de São Paulo, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2007	87

Tabela 3.3 - População absoluta e taxa média anual de crescimento dos municípios da RMSP, 1991 e 2000	89
Tabela 3.4 - População absoluta e taxa média anual de crescimento dos municípios da RMBS, 1991 e 2000	90
Tabela 3.5 – População absoluta e taxa média anual de crescimento dos municípios da RMC, 1991 e 2000	91
Tabela 3.6 - População das RMs paulistas segundo situação de domicílio e taxas de urbanização, 1970, 1980, 1991 e 2000	92
Tabela 3.7 - Distribuição da população da RMSP segundo tamanho dos municípios, 1991 e 2000	92
Tabela 3.8 – Distribuição da população da RMBS segundo tamanho dos municípios 1991 e 2000	93
Tabela 3.9 – Distribuição da população da RMC segundo tamanho dos municípios 1991 e 2000	94
Tabela 3.10 – Migrações intraestaduais, RMSP 1995-2000	95
Tabela 3.11 - Distribuição do Valor Adicionado Fiscal do Estado de São Paulo Regiões Administrativas e Regiões Metropolitanas, 1993-2007, em %	108
Tabela 3.12 - Grau de importância dos fatores considerados para a instalação da unidade local industrial, RMSP, 2001, em %	114
Tabela 3.13 – Estrutura do VAF industrial, RMSP, 1980-1998, em %	119
Tabela 3.14 – Estrutura do VAF industrial, RMSP, 2000-2007, em %	121
Tabela 3. 15 – Distribuição do VAF industrial segundo municípios da RMSP, 1980-2007, em %	123
Tabela 3. 16 – Distribuição do VA nas unidades locais dos serviços, RMSP, 2001, em %	125
Tabela 3.17 – Participação do Município de São Paulo no total das agências e das movimentações bancárias no Estado de São Paulo, 1988-2002, em %	126
Tabela 3.18 – Estrutura do VAF industrial, RMC, 1980-1998, em %	130
Tabela 3.19 – Estrutura do VAF industrial, RMC, 2000-2007, em %	132
Tabela 3.20 – Distribuição do VAF industrial segundo municípios da RMC, 1980-2007, em %	133
Tabela 3. 21 – Estrutura Setorial do Valor Adicionado nos Serviços na RMC, Unidades Locais, 2001	134
Tabela 3. 22 – Estrutura do VAF industrial da RMBS, 1980-1998, em %	137
Tabela 3.23 – Estrutura do VAF industrial da RMBS, 2000-2007, em %	138
Tabela 3.24 - Distribuição do VAF industrial segundo municípios da RMBS, 1980-2007, em %	138
Tabela 3.25 - Estrutura Setorial do Valor Adicionado dos Serviços da RMBS Unidades Locais	139
Tabela 4.1 - Estimativas da população segundo condição de atividade RMSP	151
Tabela 4.2 – Taxa de crescimento médio anual da PEA e das ocupações segundo setores de atividade econômica RMs e Distrito Federal (1999/1996)	154
Tabela 4.3 - Distribuição das ocupações segundo grande setor de atividade econômica RMs e Distrito Federal (1996-1999)	154
Tabela 4.4 – Distribuição dos postos de trabalho gerados por empresas segundo formas de contratação RMs e Distrito Federal, 1996 e 1999, em %	155

Tabela 4.5 – Distribuição dos trabalhadores segundo posição na ocupação RMs e Distrito Federal, 1996-1999, em %	156
Tabela 4.6 – Rendimento médio real no trabalho principal, Região Metropolitana de São Paulo e Município de São Paulo, 1989-1998, em R\$ de 2007	158
Tabela 4.7 – Taxa de crescimento médio anual da PEA e das ocupações segundo setores econômicos RMs e Distrito Federal, 2005/1999	161
Tabela 4.8 – Distribuição dos postos de trabalho gerados por empresas segundo formas de contratação RMs e Distrito Federal, 2002 e 2005, em %	161
Tabela 4.9 – Distribuição dos trabalhadores segundo posição na ocupação RMs e Distrito Federal 2002 2005 e 2007, em %	162
Tabela 4.10 – Rendimento médio real no trabalho principal, Região Metropolitana de São Paulo e Município de São Paulo, 1999-2007, em R\$ de 2007	164
Tabela 4. 11 – População segundo condição de atividade RMs e Estado de São Paulo exceto RMs 1991 e 2000	167
Tabela 4.12 - Taxa média anual de crescimento da população urbana e segundo condição de atividade RMs e Estado de São Paulo exceto RMs, 2000/1991	168
Tabela 4.13- Taxa média anual de crescimento das ocupações não-agrícolas segundo setor de atividade econômica, RMs paulistas, 2000/1991	170
Tabela 4.14 – Distribuição dos ocupados segundo atividades econômicas RMs e Estado de São Paulo exceto RMs, 1991 e 2000 em %	172
Tabela 4.15 - Distribuição dos trabalhadores segundo posição na ocupação RMs paulistas, 1991 e 2000 em %	173
Tabela 4.16 - Rendimento no trabalho principal, RMs paulistas, 2000 (em R\$ de janeiro de 2007)	174
Tabela 4.17 - Distribuição dos trabalhadores segundo posição na ocupação e faixas de rendimento em salários mínimos, RMs paulistas, 2000	176
Tabela 4.18 – Distribuição dos assalariados segundo grandes grupos ocupacionais e rendimento no trabalho principal, RMs paulistas, 2000 (em R\$ de janeiro de 2007)	177
Tabela 4. 19 - Variação média anual nos estoques do emprego formal segundo grandes setores RMSP e subregiões, 1996-2007, em %	181
Tabela 4.20 - Variação média anual nos estoques do emprego formal segundo grandes setores RMBS, RMC e subregiões, 1996-2007	183
Tabela 4.21- Distribuição do emprego formal segundo grandes setores RMs e subregiões 1996 e 2007, em %	184
Tabela 4.22 - Distribuição do emprego formal segundo grandes setores de atividade econômica RMs paulistas, 1996 e 2007, em %	185
Tabela 4.23 – Distribuição dos empregados formais segundo ramos industriais RMs paulistas, 1996 e 2007, em %	187

Tabela 4.24 – Distribuição dos empregados formais segundo ramos do comércio e dos serviços RMs paulistas, 1996 e 2007, em %	189
Tabela 4.25 - Distribuição do emprego formal segundo atividades dos serviços prestados principalmente às empresas, RMs paulistas e municípios-pólo, 2007, em %	192
Tabela 4.26 - Distribuição dos empregados formais segundo tamanho do estabelecimento RMs paulistas, 1996 e 2007, em %	193
Tabela 4.27 - Distribuição do emprego formal nos grandes estabelecimentos segundo grau de instrução RMs paulistas, 1996 e 2007, em %	194
Tabela 4.28 - Distribuição do emprego formal nas grandes empresas do setor privado segundo faixa de tempo de emprego, RMs paulistas, 1996 e 2007, em %	195
Tabela 4.29 - Distribuição do emprego formal nos grandes estabelecimentos do setor privado segundo tempo de permanência (em meses) e grupos ocupacionais RMs paulistas, 2007, em %	196
Tabela 4.30 - Distribuição do emprego formal nas grandes empresas segundo faixas de rendimento em salários mínimos, RMs paulistas, 1996 e 2007	197
Tabela 4.31 - Variação do salário médio real na indústria paulista e do salário mínimo real, 1996-2008	198

Introdução

O aumento da população que vive em áreas urbanas de maior porte e densidade, num ambiente de profundas transformações econômicas, sociais e culturais, sobretudo a partir dos anos 1970, é um dos fenômenos de grande destaque na sociedade capitalista contemporânea. Os avanços nas tecnologias da informação, transporte e comunicação e seus impactos sobre a mobilidade espacial de pessoas, de mercadorias e, principalmente, dos fluxos de capital contrastam com a exacerbação de contradições urbanas que tinham sido minimizadas pelos países desenvolvidos durante os “anos gloriosos”, como o desemprego, as desigualdades sociais, a pobreza da classe trabalhadora, a violência e as carências de infraestrutura urbana (habitação, transporte, educação, saúde e saneamento ambiental)¹.

Os temores antiurbanos em relação aos grandes assentamentos humanos, constantemente disseminados pelas preocupações com o crescimento “incontrolável”, têm sido reascendidos por questões como catástrofe ambiental, crise de sociabilidade e de mobilidade, desemprego estrutural, intensificação do individualismo, “escalada” da violência e da criminalidade e aumento do tráfico de drogas e armas de fogo. Por outro lado, também é inquietante a ampliação de uma gama variada de atividades e circuitos informais, muitas vezes ilícitos, nos mercados de habitação, de trabalho e no pequeno comércio, especialmente nas grandes aglomerações urbanas dos países subdesenvolvidos. De modo geral, tais questões são cotejadas com a crise fiscal e financeira dos Estados Nacionais (em todos os níveis de governo) e a redução de sua capacidade de investimentos e de regulação das contradições urbanas, tendo como agravantes as privatizações de serviços de utilidade pública (abastecimento de água, gás e energia elétrica, coleta de lixo, transportes urbanos e telecomunicações).

Do ponto de vista acadêmico, a literatura que trata das transformações nas grandes aglomerações urbanas divide-se entre os estudos que destacam as negatividades urbanas e aqueles que preconizam as vantagens competitivas das

¹ Percebe-se aqui um certo retorno a questões levantadas por estudos pioneiros da sociologia urbana da Escola de Chicago, nos anos 1920, que analisavam tais problemas como “patologias urbanas”.

grandes cidades e de suas áreas metropolitanas no âmbito da globalização dos mercados.

Na vertente que destaca as negatividades, os estudos passaram a se referir às metrópoles como espaços por excelência da exclusão, da segregação e da marginalização sociais. É enfatizada a deterioração dos mercados de trabalho, no que se refere ao aumento do desemprego e, em especial, à falta de oportunidades de emprego para os jovens das classes de mais baixa renda, bem como a ausência de planejamento e investimentos públicos nas áreas urbanas. Autores como Davis (2006) e Wacquant (2006) se notabilizaram por suas análises acerca dos fenômenos de expansão em larga escala da precariedade habitacional, do aumento da segregação socioespacial e do surgimento de uma nova marginalidade urbana (avançada), que também passaram a afligir as grandes cidades dos países desenvolvidos.

Ao contrário desse panorama, outros estudos destacam o “ressurgimento” das metrópoles como “protagonistas” no processo de globalização, determinado pelos avanços tecnológicos e informacionais, redução significativa dos custos de transporte e comunicação e, por conseguinte, pelo rompimento de barreiras temporais e espaciais aos fluxos de capital. Nestes, ressalta-se a importância dos fatores aglomerativos e das externalidades positivas advindas da concentração espacial de pessoas e atividades econômicas. Geralmente, os estudos que fazem parte dessa literatura dão início às suas análises criticando as interpretações correntes nos anos 1980 - baseadas nos avanços da Terceira Revolução Tecnológica e no exagero de previsões que surgiram com a ampliação do uso de automóveis nos Estados Unidos² - que apontaram equivocadamente para a redução da importância e dissolução das grandes aglomerações urbanas. Também criticam outras análises desse mesmo período, que indicaram o “fim dos empregos” e a perda da posição central do trabalho assalariado na sociedade (Rifkin, 1996; Gorz, 1997).

² Ascher (1996) elenca algumas teses que traduziram essas preocupações ao longo do tempo, como a da *broadacre city*, de Frank Lloyd Wright nos anos 1930 (cidade fragmentada e sem centro; concebida com base no uso generalizado do automóvel e do telefone); da *urban realm*, de Melvin Webber nos anos 1960 (cidade sem lugar; mera “grelha de interconexão” caracterizada por transportes visíveis e por redes de comunicação invisíveis, com sociabilidade baseada no movimento e não na proximidade) e as teses de Jean Gottmann e Lewis Mumford sobre a dissolução das cidades tradicionais através da formação de vastas conurbações, caracterizando a *megalopolização*.

O debate apresentado no livro organizado por Benko e Lipietz (1992), *Les régions qui gagnent*, tinha como principal conclusão: as regiões que ganham nos países que ganham são as metrópoles; e as regiões que ganham nos países que perdem são as megalópoles³. Assim, nas últimas décadas, tornaram-se predominantes as abordagens que ressaltam uma reconcentração dos processos de valorização econômica no âmbito das grandes cidades e em suas áreas metropolitanas⁴. Dentre estas, são importantes as análises de Veltz (1999; 2004) sobre a concentração econômica em favor das grandes metrópoles, ressaltando seu papel na redução das incertezas num contexto econômico sob lógicas de valorização no curto prazo, exigentes de maior reatividade da produção e dos mercados de consumo e de trabalho. Porém, as abordagens mais difundidas são as da denominada Escola Californiana (Scott e Storper, 1986), que enfatizam as vantagens competitivas das economias de aglomeração, dentre elas a dimensão e a flexibilidade dos mercados de trabalho como fatores-chave para o “ressurgimento” econômico das grandes aglomerações urbanas.

Por outro lado, os estudos de Sassen (1991) e Castells (1996) consideram as maiores aglomerações urbanas mundiais como centros de comando e controle do espaço de fluxos internacionais. Embora se oponham às abordagens *placeless* e *workless* dos anos 1980, reforçam as teses da transição da era industrial-fordista para a sociedade do conhecimento, informacional e dos serviços. Nessas análises, sobretudo nas de Sassen (1991; 1997), também são identificadas algumas implicações socioeconômicas negativas da maior articulação das cidades globais à dinâmica do espaço de fluxos internacionais de capital, as quais se expressam nas tendências de polarização nos mercados de trabalho, de imóveis e de consumo.

Além dessa discussão mais geral sobre o papel protagonístico das grandes cidades na globalização, também são ressaltadas pelos estudos contemporâneos as transformações em suas formas físicas. Estas se referem aos fenômenos da “dilatação metropolitana” ou da “metropolização expandida” associados ao surgimento de novas

³ Segundo tais interpretações, perderiam os Estados Unidos e a Inglaterra e ganhariam Nova York e Londres.

⁴ Outros estudos sobre distritos industriais marshallianos, *clusters* e aglomerações produtivas locais também são representativos do maior interesse na dinâmica regional engendrada pelas transformações no capitalismo contemporâneo.

formas urbanas, tais como *metápoles* (Ascher, 1996), *pós-metrópole* (Soja, 2000) e *cidade-região global* (Scott *et al.*, 2001). A expansão das manchas urbanas ocorreria por meio da desconcentração residencial, de atividades produtivas e infraestruturas de transporte a partir das áreas centrais das grandes cidades, engendrando processos de conurbação, suburbanização e periurbanização. Do ponto de vista do emprego, uma das decorrências desses processos seria a formação de mercados metropolitanos de trabalho sob a perspectiva do alongamento das distâncias percorridas quotidianamente pelos trabalhadores, formando uma “nova” categoria ocupacional (*commuters* nos Estados Unidos e na Inglaterra e *navetteurs* nas metrópoles francesas).

De fato, no capitalismo pós-1970, a reconcentração do poder e da riqueza nas áreas metropolitanas num contexto político-ideológico neoliberal de desregulamentação dos mercados e dos fluxos transfronteiriços de capital, sob a forma de investimento direto externo e, principalmente, a financeira, ocorre em simultâneo à interrupção das políticas nacionais de desenvolvimento econômico (industrial; de infraestrutura energética, de transporte e de comunicações; de ciência e tecnologia; e regional e urbana), que, no período anterior, cumpriram importante papel na redução de desigualdades econômicas e sociais. Nesse sentido, a expansão da mobilidade internacional do capital envolve ao mesmo tempo a concentração: da gestão, direção e controle das atividades econômicas; da parte mais “nobre” dos serviços prestados às empresas (jurídicos, intermediação financeira, consultoria, *design*, publicidade e outros); e da distribuição e comercialização dos produtos internacionalizados num grupo seleto de grandes cidades dotadas de melhor infraestrutura de transporte, comunicações, tecnologias informacionais e de ampla oferta de trabalho qualificado. O que, por sua vez, articula-se numa dinâmica imobiliária de construção de edifícios de escritórios, centros de convenções e negócios, de consumo, lazer, *flats* e hotéis de luxo⁵.

⁵ Segundo Harvey (1992: 267) “quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar (...) e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital”. Assim, a contraface destes processos é a competição entre cidades e regiões para atrair investimentos via concessão de vantagens fiscais e financeiras, cujos instrumentos concorrenciais também passam pela diferenciação dos “produtos” e pela propaganda e publicidade. Para uma análise crítica, consultar Compans (2004) sobre empreendedorismo urbano e Sánchez (2003) sobre planejamento estratégico e *city marketing*.

Entretanto, é preocupante a influência dos modelos teóricos de cidade global e das economias de aglomeração sobre as análises das transformações nas estruturas produtivas e ocupacionais metropolitanas, sobretudo dos países subdesenvolvidos. De modo geral, isso é feito por meio da suposição de que estaria ocorrendo uma transposição de tendências, como terciarização e polarização em contextos metropolitanos cuja estruturação (das bases produtivas, do mercado do trabalho e das classes sociais) ocorreu sob padrões específicos de industrialização e urbanização, segundo diferentes “estilos de desenvolvimento” das sociedades nacionais. Entende-se que tais abordagens pouco contribuem para refletir sobre as transformações nas estruturas produtivas e ocupacionais, dados os novos determinantes de valorização do capital que, dentre outras consequências, resultaram numa ampliação extraordinária das possibilidades de explorar as desigualdades (econômicas, da força de trabalho, sociais, políticas e culturais) em múltiplas escalas espaciais⁶.

Nesse sentido, distinções devem ser feitas não só em relação aos padrões de urbanização dos países desenvolvidos, mas também àqueles dos países periféricos. Na América Latina, o padrão de urbanização brasileiro se diferencia dos demais, uma vez que não apresenta elevado índice de primazia urbana, sendo caracterizado tanto por processos de metropolização, sobretudo nas áreas litorâneas, quanto por processos de dispersão espacial da população em pequenos e médios centros urbanos. No âmbito do processo de industrialização nacional e “fuga para a frente” territorial⁷, foi constituída uma rede urbana relativamente equilibrada, ou seja, dotada de variados portes e dinâmicas espalhados pelo espaço nacional de dimensão continental⁸. Porém, com importantes diferenciações regionais e concentração dos processos industriais mais dinâmicos nas metrópoles do Sudeste, principalmente na área denominada atualmente de Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Por outro lado, dada a velocidade e o

⁶ É crescente o número de trabalhos da área dos estudos regionais e urbanos que põem a problemática da escala, enquanto “categoria e unidade de análise”, no centro das reflexões sobre a dimensão espacial do desenvolvimento capitalista na atualidade (Smith, 1984; Swyngedouw, 1997; Brenner, 2001 e 2004). Nessa linha, Brandão (2009:39) defende a importância da escala metropolitana “como um nível mesoanalítico decisivo para o entendimento da dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista e âmbito decisivo para se conceber políticas públicas. A escala metropolitana se afigura enquanto um nível meso de observação, intercalado entre as perspectivas locais, as microrregionais e as nacionais, ou mundiais (em alguns casos)”.

⁷ Tavares (1999).

⁸ Faria (1976) e Egler (2007).

curto período de tempo em que as transformações ocorreram - e os problemas estruturais do capitalismo periférico, em geral, e do brasileiro, em específico - , boa parte dos fluxos populacionais que se dirigiram para as áreas urbanas de maior desenvolvimento não foi incorporada pelo mercado de trabalho assalariado nem teve acesso aos mercados habitacionais e ao direito à cidade, exceto em suas parcelas ilegais em que não vigoram os preceitos jurídicos e urbanísticos estabelecidos.

No período atual, a ampliação das lógicas de valorização do capital “portador de juros”⁹, a desregulamentação dos mercados (financeiro, de bens e serviços e de trabalho), as reestruturações patrimoniais e produtivas e a intensificação das possibilidades de valorização do capital em múltiplas escalas espaciais tiveram impactos diferenciados sobre as estruturas produtivas e ocupacionais dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Desse modo, criaram “um ambiente de maior incerteza nos negócios, com menores taxas de crescimento econômico e do emprego que apresentam impactos distintos em mercados de trabalho com características estruturais diferentes” (Cacciamali, 2000: 159-160). De um lado, o baixo volume de investimentos privados, a dificuldade de ampliar o gasto público e a competição entre cidades e regiões para atrair grandes empresas e gerar emprego; de outro lado, os processos de desregulamentação do mercado de trabalho, com a intenção de reduzir custos e aumentar a competitividade das economias nacionais. Como afirma Veltz (2002: 32), *“les cadres spatiaux et temporels du travail sont de plus en plus variables”*.

No Brasil, o abandono das políticas nacionais de desenvolvimento e as restrições da capacidade de gastos e de investimento do Estado, desde os anos 1980, marcam a interrupção de processos econômicos e sociais estruturantes, tanto sob o prisma da dimensão produtiva como do mercado de trabalho.

A instauração de um regime de mercado desregulado e de um padrão de crescimento ciclotímico, comandado pela demanda doméstica e pelas exportações líquidas, teve graves consequências para a estrutura produtiva nacional. Segundo Carneiro (2008), esse padrão contrasta com o período de substituição de importações em que o crescimento acompanhava expressiva diversificação da estrutura produtiva,

⁹ Chesnais (2005).

num movimento de *catching up* com os países desenvolvidos, tendo como consequência a diminuição do adensamento das cadeias produtivas, especialmente da indústria de bens intensivos em trabalho e em tecnologia.

Como resultado dessas transformações, o aumento do desemprego e a restrição das oportunidades de ocupação no mercado de trabalho nacional foram significativos. Em termos gerais, houve diminuição do emprego em estabelecimentos e das ocupações nos setores agrícola, da indústria de transformação, construção civil, financeiro, serviços de utilidade pública e transportes, e aumento das ocupações no heterogêneo terciário. Contribuindo, assim, para uma piora generalizada nas condições de inserção dos trabalhadores e redução da taxa de assalariamento no mercado de trabalho urbano, já bastante precarizado pelo elevado peso das ocupações informais (trabalhadores sem carteira, domésticos e por conta-própria). A distinção em relação ao período anterior (1950-1980) é que as maiores taxas de crescimento econômico, determinadas pela diversificação das estruturas produtivas no âmbito da implementação de blocos descontínuos de investimento, repercutiam na expansão das ocupações urbanas de classe média, do emprego de maior qualificação na administração pública e serviços sociais e do emprego nas grandes empresas, privadas e estatais. Desse modo, refletiam-se em possibilidades de ascensão social num movimento de estruturação do mercado urbano de trabalho assalariado¹⁰.

Os impactos da interrupção de tais processos foram extremamente deletérios nos espaços metropolitanos, uma vez que estes são de maior complexidade e diversificação econômica e social, concentrando uma gama maior de possibilidades de captação de renda e de inserção no mercado de trabalho por meio de uma relação de emprego mais estável e com melhores salários. De modo mais acentuado, tais efeitos negativos agravaram sobremaneira as contradições sociais da metrópole mais importante e heterogênea do país (RMSP), dado que esta era o epicentro do processo de estruturação do mercado de trabalho que vinha ocorrendo até os anos 1980 e que, apesar das transformações na dinâmica regional brasileira, manteve-se como o

¹⁰ Henrique (1999).

principal centro de acumulação de capital e no topo da hierarquia da rede urbana nacional.

Com base nessas considerações, o eixo analítico deste estudo reside nas transformações nas estruturas produtivas e ocupacionais do espaço urbano-metropolitano mais avançado do capitalismo brasileiro, em sua dimensão, complexidade e heterogeneidade, tendo como referência o estudo das três regiões metropolitanas do Estado de São Paulo – RM de São Paulo, de Campinas e da Baixada Santista. A proposta é investigar tais transformações sob o referencial da economia política do desenvolvimento, ressaltando a conformação de distintos padrões de urbanização. Nesta abordagem, toma-se como pressuposto a constituição de distintas bases de diferenciação econômica e social e formas específicas de organização do mercado urbano de trabalho assalariado.

A escala representada pelas três RMs paulistas constitui espaço privilegiado para a análise das transformações na estrutura produtiva e ocupacional. Ao longo do processo de industrialização brasileira, conformou-se aí um espaço urbano de porte, integração e complexidade em que são maiores as oportunidades de inserção em segmentos “mais organizados” e de maiores níveis salariais, em relação aos demais espaços metropolitanos brasileiros; mas também convivendo com elevada precariedade e heterogeneidade, características do subdesenvolvimento. Embora a RMSP seja incontestavelmente o núcleo dinâmico central do capitalismo no Brasil, as outras RMs “adjacentes” não são meros espaços de transbordamento desse núcleo. A Região Metropolitana de Campinas (RMC) assumiu historicamente papel importante como interface e pólo regional de comando de vasta área do interior paulista e brasileiro. A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), por sua vez, especializou-se em funções terciárias e na produção de bens intermediários não apenas complementares à RMSP. Ao mesmo tempo, as três apresentam certa unidade e coerência, paulatinamente, conformando uma região urbanizada estendida.

Assim, no esforço de captar o fenômeno metropolitano no Brasil como uma rica totalidade de determinações e relações diversas e não como um todo caótico, parece mais adequado tomar como objeto de estudo esta “unidade do diverso” no recorte

territorial mais avançado do capitalismo brasileiro. Nesse sentido, pode-se dizer que as metrópoles paulistas expressam com nitidez a problemática do “desenvolvimento desigual e combinado”, que estabelece uma hierarquia na divisão regional do trabalho e, ao mesmo tempo, articula internamente o progresso dos segmentos mais avançados em termos econômicos e tecnológicos com a preservação de formas arcaicas de trabalho e de sobrevivência.

Considerando a complexidade temática que o estudo envolve, não se espera com isto exaurir as variadas questões suscitadas ao longo dos capítulos, mas ilustrar algumas características das estruturas produtivas e ocupacionais do espaço urbano no subdesenvolvimento, sistematizando a literatura pertinente e indicando os desafios analíticos para uma economia política das intrincadas articulações entre espaço urbano e mercado de trabalho.

Além desta introdução, o estudo está dividido em quatro capítulos e considerações finais.

No primeiro capítulo, faz-se uma reflexão sobre os grandes desafios de decifrar as múltiplas conexões entre economia urbana e mercado de trabalho. Argumenta-se que a escala metropolitana é o espaço por excelência da diferenciação social, da concentração de diferentes frações de capital e de força de trabalho, em quantidade e qualidade, permitindo identificar e tratar mediações. Do ponto de vista do emprego, compreende-se esse meio urbano como parte constituinte das bases de organização dos mercados gerais de trabalho. Porém, alerta-se para os desafios de articular os processos que atuam nas estruturas produtivas, salariais e de consumo, sem incorrer em derivações imediatas, ou seja, sem as devidas mediações teóricas e históricas.

No segundo capítulo, é feita uma revisão crítica da literatura internacional contemporânea sobre metrópoles, cujas abordagens - baseadas nos pressupostos do *mainstream* econômico: vantagens e desvantagens competitivas; custos de transação; economias de aglomeração e de proximidade; ativos relacionais - têm se revelado de grande influência, tanto no meio acadêmico como na orientação de políticas públicas. Entende-se que esse referencial teórico pouco contribui para a análise de metrópoles no contexto do subdesenvolvimento, uma vez que não considera a conformação de

distintos padrões de urbanização segundo os “estilos de desenvolvimento” das sociedades nacionais.

No terceiro capítulo, examina-se o debate sobre a natureza da metropolização paulista atual, em grande medida influenciado pelos referenciais teóricos criticados no segundo capítulo. Em seguida, são analisados os principais componentes e determinantes das distintas dinâmicas demográficas e das estruturas produtivas das RMs paulistas, nas últimas décadas. O objetivo é averiguar os processos que atuam na conformação e extensão dos mercados “metropolitanos” de trabalho e nas transformações das estruturas produtivas.

No quarto capítulo, são examinadas as principais transformações nas estruturas ocupacionais dessas três RMs, buscando identificar algumas características de seus mercados gerais de trabalho segundo a distribuição setorial, posição na ocupação, grupos ocupacionais e rendimentos dos trabalhadores. Em seguida, são analisadas as diferentes dinâmicas do emprego nos segmentos “mais organizados” do mercado de trabalho.

E, por fim, nas considerações finais são sintetizados os principais argumentos examinados ao longo do estudo.

Capítulo 1

Desafios analíticos para o estudo do mercado de trabalho em economias metropolitanas

O objetivo principal deste capítulo é refletir sobre as articulações entre economia metropolitana e mercado de trabalho. Nesse sentido, busca-se avançar na compreensão dos principais elementos, desafios e possibilidades analíticas de tais articulações, averiguando o papel dos espaços urbanos de maior complexidade e densidade, em suas formas mais avançadas - as metropolitanas - no funcionamento específico e na organização do mercado de trabalho assalariado.

O capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira, analisa-se a importância da escala urbana como unidade de análise do mercado de trabalho assalariado. Isso pode ser observado pelo prisma da concentração de força de trabalho em determinado espaço, em quantidade e qualidade, para os diversos tipos de capitalistas, permitindo a possível superação de problemas de rigidez e estabilidade da oferta de trabalho e substituição de trabalhadores numa base “diária”.

Na segunda seção, é examinado o papel da dimensão urbana de maior complexidade e densidade na organização do mercado de trabalho. Para tal, faz-se uma revisão crítica das abordagens teóricas de segmentação do mercado urbano de trabalho, em especial daquelas que se desenvolvem a partir do conceito de mercado local de trabalho. Argumenta-se que é possível avançar nessa temática a partir da compreensão do meio urbano como parte constituinte das bases de organização dos mercados gerais de trabalho. A própria existência do fenômeno metropolitano denota uma maior diversidade e especialização da mão-de-obra, observada pelo maior desenvolvimento das forças produtivas e de uma divisão social do trabalho mais sofisticada.

Na terceira seção, são discutidos os desafios analíticos para a construção de uma economia política da articulação do espaço urbano e do mercado de trabalho, argumentando sobre a não correspondência imediata entre as estruturas produtivas, salariais e de consumo. Sob o prisma de uma divisão social do trabalho mais sofisticada nas áreas metropolitanas, seria possível observar interações entre a maior densidade da população urbana, a concentração de mercados de consumo de bens-salário, a elevada heterogeneidade das atividades econômicas e dos mercados de trabalho e a presença mais acentuada dos estratos médios-altos nas estruturas de classes sociais ligadas às funções de comando. De maneira geral, são questões associadas à imposição de um estilo de vida urbano no sistema capitalista que impele o consumo de bens e serviços industriais. Entretanto, mediações teóricas e históricas devem ser feitas considerando as instâncias que atuam na distribuição de renda e nas possibilidades de reprodução social fora do mercado de trabalho.

Por fim, na quarta seção, amplia-se a discussão dos desafios analíticos sobre as interações entre a economia urbana e o mercado de trabalho no sentido da divisão social do trabalho e da constituição de mercados urbanos de trabalho com dinâmicas regionais específicas. São destacadas as contribuições teóricas de Myrdal (1972) sobre os fatores explicativos das desigualdades regionais e de Massey (1995) sobre o modo pelo qual essas desigualdades se articulam e se projetam numa divisão espacial do trabalho.

1.1. A escala urbana e o funcionamento específico do mercado de trabalho assalariado

Nas abordagens do *mainstream* da teoria econômica, o funcionamento do mercado de trabalho é concebido de modo semelhante ao das demais mercadorias, em que o confronto entre oferta e demanda determina preços e quantidades, sendo este também um mercado auto-regulável pela variação nos preços, portanto, não admitindo nenhuma interferência (seja do Estado ou dos sindicatos) nas condições de seu funcionamento, regidas segundo as leis da concorrência perfeita.

Nas abordagens mais críticas, a questão central do funcionamento do mercado de trabalho reside nas particularidades da mercadoria transacionada e suas implicações

para as condições de troca frente à sua demanda¹¹. Desta forma, seu funcionamento específico, estabelecido em torno da comercialização da mercadoria “fictícia” força de trabalho¹², certamente não permite o tratamento analítico como proposto pelas teorias neoclássicas.

Desse ponto de vista, as contribuições teóricas mais importantes partem do reconhecimento do mercado de trabalho como uma relação social de poder baseada na desvantagem estrutural da oferta de trabalho em relação à sua demanda.

Offe (1985) analisa o funcionamento dos mercados de trabalho tendo como referência as relações de concorrência e as estratégias adaptativas do lado da demanda (capital) e do lado da oferta (força de trabalho). No entanto, a distinção fundamental deste em relação a outros mercados está na posição “em desvantagem estrutural” do lado da oferta. Esta se defronta num mercado de trabalho cuja principal estratégia da demanda consiste na busca constante pela redução de suas especificidades em relação ao tipo e à quantidade de trabalho necessário. As desvantagens da oferta de trabalho em relação à sua demanda são dadas pelo fato de que a quantidade, a qualidade, o local e a época da oferta são determinados por fatores demográficos “não estratégicos” e, sobretudo, por fatores relacionados à própria expansão do capital que liberam força de trabalho e aumentam sua oferta potencial. Sua reprodução depende de um fluxo contínuo de meios de subsistência correspondentes a um padrão mínimo de vida definido em termos materiais e culturais. Desse modo, não pode ser estocada e esperar por melhores condições de venda no mercado, portanto, é obrigada a “se adaptar às condições impostas por sua demanda”.

¹¹ Segundo Marx, a razão essencial das peculiaridades da mercadoria força de trabalho está no fato de que, já na esfera da circulação “o operário se vê forçado a vender, em lugar de uma mercadoria, a sua própria capacidade de trabalho como mercadoria. Tal deve-se a que, do lado de lá, com ele se defrontam, como propriedade alheia, todos os meios de produção, todas as condições objectivas do trabalho, bem como todos os meios de subsistência. (...) O adquirente de capacidade de trabalho é meramente personificação do trabalho objectivado, o qual cede aos operários uma parte de si próprio sob a forma de meios de subsistência a fim de incorporar à sua outra parte a capacidade viva de trabalho e (por meio disto) conservar-se integralmente a si próprio e crescer para lá da sua medida original. Não é o operário que compra meios de subsistência e meios de produção: são os meios de subsistência que compram o operário para o incorporarem nos meios de produção.” (Marx, 1975: 56-57). Napoleoni (1981) explicita melhor o argumento: os trabalhadores ao se apresentarem no mercado de trabalho sob a forma “subjetiva” (em termos da sua capacidade em render um valor superior ao salário pelo qual foi comprada), não são proprietários dos meios de produção e de subsistência. Portanto, tendo como única alternativa de sobrevivência vender sua própria “subjetividade”.

¹² Polanyi, 1980.

Seu “grau de “liquidez”, no que se refere à estreiteza de suas possibilidades de mudar de função no processo produtivo (por exemplo através de educação e treinamento), é bastante inferior em relação ao do capital¹³. Por último, no contrato de compra e venda de trabalho, a tarefa a ser realizada em troca de salário não é delimitada em termos precisos, pois o valor extraído do emprego de força de trabalho no processo produtivo relaciona-se a critérios subjetivos (por exemplo, disposição para o trabalho e respeito às regras). O que, por sua vez, gera conflitos entre o interesse dos capitalistas em maximizar o uso da força de trabalho e o dos trabalhadores em defender sua integridade física e qualificações, tornando necessário o desenvolvimento de formas de organização, gestão e controle para minimizá-los.

Ainda segundo Offe (1985), a dimensão espacial, tanto sob a forma de migrações como sob a forma de deslocamentos diários para o local de trabalho, representa, de modo individual e na ausência de assistência pública, a estratégia adaptativa mais importante dos trabalhadores para melhorar sua posição no mercado de trabalho. Contudo, mesmo através dos processos de “adaptação espacial” nos quais

(...) o lado da oferta no mercado de trabalho pode empregar estratégias autônomas contra o lado da demanda, o trabalhador é obrigado a se sacrificar. Isto se torna claro não só na destruição de relações familiares e sociais locais, mas também nos riscos específicos do empobrecimento ou de marginalização (Offe, 1985: 31).

Do mesmo modo, Harvey (2006) também ressalta algumas particularidades determinadas pelo fato da força de trabalho ser a única mercadoria capaz de “chegar ao mercado por seus próprios pés”. Entretanto, sua mobilização no sistema capitalista é comandada pelo fato de se encontrar “duplamente livre”: para se vender e dos meios de sua subsistência. O movimento de expansão capitalista, ao retirar dos trabalhadores o acesso à terra e às formas alternativas de sobrevivência, seja no campo ou na cidade, determina a mobilidade geográfica e social da força de trabalho, conforme suas necessidades¹⁴.

¹³ “inteiramente diferente do capital, a capacidade de trabalho concreta que os vendedores de trabalho têm a oferecer não passa por uma fase de ‘liquidez’, em que poderia livrar-se de toda determinação qualitativa e (...) iniciar uma nova vida; o capital não ‘envelhece’, no sentido rigoroso do termo; em vez disso, movimenta-se em círculos, renovando-se constantemente.” (Offe, 1985: 30).

¹⁴ Segundo este autor, do ponto de vista dos trabalhadores, a mobilidade geográfica não se restringe às

A partir desses processos, a escala urbana é vista por Harvey (1985) como unidade fundamental de análise dos mercados de trabalho, pois fornece “reservas de trabalho”, em quantidade e qualidade, para os diversos tipos de capitalistas, permitindo superação de eventuais problemas de rigidez e estabilidade da oferta de trabalho e (des)mobilização de trabalhadores numa base “diária”. Assim, o urbano se configura como “estrutura básica” da jornada diária de trabalho na qual capitalistas e trabalhadores encontram seu rol de possibilidades¹⁵.

Nesses termos, a articulação analítica do espaço urbano de maior complexidade e densidade ao estudo do funcionamento do mercado de trabalho está relacionada à formação de estoques excedentes de mão-de-obra, particularmente no que concerne à constituição de uma oferta de trabalho com alta elasticidade em relação à sua demanda. A compreensão dessas relações deve ter como base a premissa de que a acumulação capitalista é capaz de ajustar a oferta de trabalho de acordo com suas necessidades, atuando nos dois lados do mercado de trabalho (demanda e oferta de trabalho). Isso ocorre mediante a mobilização setorial e espacial dos trabalhadores pela expansão da produção capitalista que, em sua dinâmica de acumulação, cria, recria e destrói recorrentemente espaços econômicos e formas alternativas de organização da produção e de incorporação da força de trabalho¹⁶.

Além disso, é preciso considerar que o ritmo de mobilização (geográfica e setorial) e a incorporação da força de trabalho segundo os desígnios da dinâmica de expansão capitalista depende da dinâmica de crescimento da produção e do progresso tecnológico, cujo determinante principal é a pressão da concorrência intercapitalista. O embate permanente entre os tipos particulares de capital leva ao aumento crescente da composição orgânica do capital em geral, determinando a diminuição da quantidade de

necessidades da acumulação de capital, também representa a busca por um futuro melhor e a possibilidade de escapar da “tirania e da opressão”. Porém, o capital em geral se aproveita inclusive do perpétuo desejo de mudar de vida como modo de organizar a mobilidade do trabalho de acordo com seus requisitos de acumulação.

¹⁵ “*The working day, Marx long ago emphasized, is an important unit of analysis. It defines a normal time frame within which employers can seek to substitute one laborer for another and laborers can likewise seek to substitute one job opportunity for another*” (Harvey, 1985: 127).

¹⁶ “o sistema vale-se de qualquer instrumento, desde a simples pressão estritamente econômica sobre as pequenas unidades até a utilização da lei e da força pública para impedir a proliferação de atividades autônomas e para obrigar a população ao trabalho assalariado” (Souza, 1999: 98).

trabalho necessária por unidade de produto. Por meio desses processos, cria-se oferta de trabalho e rompem-se os limites à produção relacionados ao ritmo de crescimento natural da força de trabalho e às migrações populacionais (Souza, 1999; Baltar, 2003a). Assim, a dimensão da pressão demográfica assume papel secundário na formação de excedentes na oferta de trabalho em meio urbano, os quais não necessariamente serão incorporados no mercado de trabalho, tendo em vista a lógica de acumulação via concorrência.

A questão da disponibilidade de mão-de-obra aqui assinalada não se restringe aos aspectos demográficos nem à pressão para o rebaixamento dos salários como concebida pelo *mainstream* da teoria econômica¹⁷. Segundo Baltar (2003a), sua função mais importante está relacionada à resolução dos problemas de escassez de oferta de trabalho nos períodos de crescimento econômico e de expansão da demanda de trabalho.

No entanto, devido ao predomínio da concorrência intercapitalista sobre as relações entre capital e trabalho¹⁸, a incorporação da força de trabalho no processo produtivo é comandada por processos cuja dinâmica não garante sua absorção pelos mercados urbanos de trabalho liderados pelas atividades do núcleo capitalista. De modo que,

A única lei geral que une os dois movimentos é a de que nunca o capital pode se reproduzir se não contar com a mão-de-obra necessária. (...) Mas nada garante que a “produção de força de trabalho” (...) não seja muito superior às necessidades do núcleo capitalista. Se isto ocorre, a mão-de-obra sobrando tende a “retornar” à produção não tipicamente capitalista para ganhar sua subsistência (Souza, 1999: 91-92).

¹⁷ Sob o ponto de vista da concorrência ou do “movimento real do capital”, a determinação “em primeira instância” do progresso tecnológico “é a busca permanente dos capitalistas em rebaixar o valor individual de suas mercadorias *vis-à-vis* seus competidores” (Mazzucchelli, 1985: 54).

¹⁸ Segundo Belluzzo (1980: 96), “A autonomização da estrutura técnica não significa, apenas, que o capital tenha absorvido as potencialidades subjetivas do trabalhador e as cristalizado em formas materiais próprias (sistema de maquinaria). Mais que isso, o aparecimento dessas formas materiais se revela ao nível da divisão social do trabalho pelo surgimento de um setor especializado na produção dos elementos materiais, que compõem o capital constante, que agora se autonomiza frente ao setor destinado à produção de meios de consumo” (...) “Isto significa (...) que submissão do trabalho, autonomização da estrutura técnica e, portanto, reversão das potencialidades do trabalho para o capital, estabelecem a dominância da concorrência entre capitais sobre as relações entre capital e trabalho no movimento do modo de produção capitalista” (Belluzzo (1980, 109).

Contudo, isto não significa que o sistema conta com uma oferta ilimitada de força de trabalho disponível a todo e qualquer momento, pois

Para que essa mão-de-obra novamente esteja disponível para integrar a força de trabalho, é necessário que a expansão do núcleo capitalista da economia destrua a atividade na qual se refugiou, ocupando fisicamente seu “espaço econômico” e lançando-a à necessidade de buscar o assalariamento para subsistir. (...) Sob o prisma do conjunto do sistema, portanto, a superabundância de mão-de-obra não se traduz em uma ilimitada disponibilidade de força de trabalho imediata. (Souza, 1999: 96).

Os estoques disponíveis de força de trabalho em áreas urbanas também devem ser vistos em relação às possibilidades de esta se manter fora das relações de produção capitalista. Para Harvey (2006) a liberação de “reservas de trabalho” disponíveis para exploração se contrapõe à necessidade de mantê-las “em seu lugar”, o que, por sua vez, envolve a cristalização de frações de capital nos “ambientes construídos” (residências, edifícios fabris, comerciais e outros)¹⁹.

No entanto, não se trata de deduzir a dimensão metropolitana a partir dos efeitos da urbanização sobre a reprodução da força de trabalho. Nesse espaço, atuam múltiplas lógicas de acumulação determinadas por diversos interesses do Estado, do capital em suas diversas frações e da força de trabalho, também em seus diferentes segmentos, tornando-o, portanto, “fruto de tensões e contradições”. Segundo Piquet (2001: 13),

a urbanização capitalista é antes de tudo, uma multiplicidade de processos de apropriação do espaço. E cada um deles está determinado pelas próprias regras de valorização de cada capital em particular, de cada fração de capital.

A constituição de uma área metropolitana implica numa amplificação dos processos de diversificação produtiva e de diferenciação social que estruturam o urbano em geral. A existência de atividades com diversos níveis de capitalização, organização e tecnologia, constantemente, alenta oportunidades de trabalho e de captação de

¹⁹ O conceito de “ambiente construído” elaborado por Harvey (2006) se refere à contradição existente no sistema capitalista da necessidade de concentrar investimentos em infraestruturas físicas para aumentar a mobilidade e reduzir o tempo de rotação do capital em suas diversas formas (mercadorias, dinheiro, capital constante e capital variável). Dessa forma, as configurações espaciais são vistas como “força produtiva” de grande potência ou, em outros termos, como “momento ativo” na dinâmica de acumulação e de reprodução social no sistema capitalista.

rendas, inclusive para os estratos que estão na base da estrutura social (Santos, 1993). Porém, sob múltiplos processos de apropriação do espaço, a manutenção e a reprodução da força de trabalho não “estão garantidas”. Ou seja, a lógica da acumulação capitalista por si só não garante, à boa parte dos trabalhadores, o consumo de bens e serviços considerados de necessidade básica em meio urbano (residência, energia elétrica, transporte etc.). Pelo contrário, na ausência de intervenção do Estado, restringe sobremaneira o seu acesso aos “meios de consumo coletivo” (Lojkine, 1981). A construção das infraestruturas físicas resulta do modo pelo qual são resolvidos, em cada país, os conflitos de interesse entre frações de capital e entre capital e trabalho (Piquet, 2001).

Nessas condições, este estudo tem por base a compreensão do urbano-metropolitano como espaço por excelência da concentração de força de trabalho, em quantidade e qualidade, exigidas pela acumulação capitalista. Como argumenta Faria (1978: 95), “como um lugar particular, onde se realiza a produção e a reprodução ampliada da força de trabalho, nas condições de quantidade e qualidade requeridas pelo avanço da divisão do trabalho social”.

1.2. A organização do mercado de trabalho assalariado e o papel da dimensão urbana de maior complexidade e densidade

Além das condições mais gerais do funcionamento específico do mercado de trabalho, observadas no item anterior sob o ponto de vista da concorrência e das estratégias adaptativas das diferentes facções de classe, é preciso considerar ainda que os mercados de trabalho são estruturados de forma segmentada, sendo que os trabalhadores não competem pelos mesmos postos de trabalho, tampouco as empresas pelo mesmo tipo de força de trabalho.

Do ponto de vista teórico, o modo pelo qual os mercados de trabalho são organizados foi analisado sob distintas formulações no campo das teorias da segmentação dos anos 1970. Em grande medida, a elaboração de tais perspectivas ocorre dentro do *mainstream* da teoria econômica, incorporando as práticas de segmentação da mão-de-obra de acordo com atributos pessoais (gênero, raça e capital humano). Os estudos mais disseminados (Doeringer e Piore, 1971; Edwards *et al.*,

1975) apresentaram versões dualistas de segmentação dos mercados de trabalho (mercado interno x mercado externo; mercado primário x mercado secundário) com base nas experiências dos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos. Nas vertentes mais críticas das teorias da segmentação, as determinações centrais da organização distinta dos mercados de trabalho foram associadas às políticas e práticas de emprego (contratação, uso e remuneração da mão-de-obra) das grandes empresas (Rubery, 1978). Desse modo, ao retirar as determinações dos atributos pessoais dos trabalhadores, como observado nas teorias neoclássicas e do capital humano (Becker, 1964), representaram avanços importantes no tratamento analítico da organização segmentada dos mercados de trabalho.

As empresas, independentemente de suas distinções (porte, setor e outras), contratam trabalhadores num mercado geral de trabalho. Porém, as grandes empresas se diferenciam por organizarem seus próprios mercados de trabalho, através da implementação de práticas e políticas diferenciadas de contratação, uso e remuneração da mão-de-obra. Dessa forma, impõem barreiras ao acesso de postos de trabalho, por elas organizados e segmentados, à grande parte dos trabalhadores que participam do mercado de trabalho mais geral (Tavares e Souza, 1981; Baltar, 2003a). Além disso, também são importantes as barreiras impostas pela ação sindical e pelo Estado, tanto no que se refere à regulamentação jurídico-institucional como ao emprego público, no âmbito de diferentes padrões nacionais de desenvolvimento que, em conjunto com as grandes empresas, atuam na estruturação do mercado de trabalho assalariado. Como afirma Medeiros (1992: 6)

as grandes empresas constituem apenas um dos princípios estruturantes do mercado de trabalho. O mercado formado pelas pequenas e médias empresas, os mercados informais, as relações de reciprocidade – i.e, fora do mercado – e o emprego público, constituem outros mecanismos. Entre estes e o mercado das grandes empresas há uma relação de mão-dupla: as grandes empresas modificam o ambiente externo mas, por sua vez, tendem a internalizar parte das características prevalecentes nele.

Também em seus estudos mais recentes, Grimshaw e Rubery (1998) e Rubery (2006) propõem uma reinterpretação das teorias da segmentação a partir de uma

concepção mais dinâmica e integrada entre concorrência intercapitalista, políticas macroeconômicas e de regulação social e do trabalho.

No capitalismo contemporâneo, mudanças importantes ocorreram na dimensão da organização do mercado de trabalho, as quais serão analisadas no próximo item. Entretanto, cabe ressaltar aqui que a reorganização dos mercados de trabalho em contextos de menor dinamismo econômico, submetidos às novas práticas e políticas de emprego da grande empresa e marcados pelo enfraquecimento da ação sindical e pela reorientação política dos Estados Nacionais, transformou significativamente as barreiras à entrada no mercado de trabalho por meio de uma relação de emprego mais estável e com melhores salários, tornando-as praticamente intransponíveis à grande parte dos trabalhadores.

A incorporação da dimensão urbana nos processos de organização do mercado de trabalho é ainda bastante incipiente, sendo apenas marginal, tanto no âmbito do *mainstream* econômico e da *regional science* como no âmbito da literatura crítica.

No âmbito do *mainstream*, o papel da escala urbana na estruturação do mercado de trabalho é tratado a partir da elaboração do conceito de mercado local de trabalho (MLT). No entanto, as visões são distintas. Destacam-se as abordagens das áreas de deslocamento residência-trabalho (*travel to work areas* – TTWAs), dos campos de emprego (*labour sheds*) e das economias de aglomeração, que se desenvolvem de modo complementar e com grande superposição das análises.

Por outro lado, as vertentes mais críticas de inspiração regulacionista-institucionalista (Clark, 1981; Martin *et al.*, 1994 e Peck, 1996) enfatizam as dimensões sindical e da regulação socioinstitucional nos processos de segmentação dos MLTs.

Na primeira linha de interpretação, a referência básica para a definição teórica de MLT é a de Kerr (1954), que considera a dimensão geográfica como uma forma de “balcanização” dos mercados de trabalho. Nessa perspectiva, os MLTs são entendidos como espaço de recrutamento, pelo lado da demanda, e, pelo lado da oferta, como área geográfica na qual os trabalhadores podem trocar de emprego sem mudar de residência. Assim, a definição central dos MLTs seria dada pela delimitação de áreas de deslocamento diário entre o espaço do trabalho e de residência (TTWAs). Entretanto,

como a circunscrição dessas áreas é bastante problemática por causa da elevada superposição dos fluxos de deslocamento, geralmente aceita-se a definição de MLT como sendo sinônimo da área geográfica da cidade e, de modo mais amplo, das áreas metropolitanas.

Uma síntese das formulações de MLT, com base nessa concepção, foi feita por Martin (2002). De acordo com o autor, as análises feitas pelas vertentes de MLT são, de maneira geral, bastante complementares. As TTWAs variam em termos da extensão geográfica e dos custos (monetários e psicológicos) do deslocamento (ou da migração) e de acordo com as redes espaciais de comunicação (formais e informais) estabelecidas entre trabalhadores e empregadores (agências de emprego, mídia local, recomendações pessoais etc.). Assim, os grupos de trabalhadores se diferenciariam internamente no MLT não só em termos de suas qualificações, mas também por uma série de contornos “informação-mobilidade” e de padrões de deslocamento para o trabalho, segundo distintos vínculos com o local de residência. Nesses estudos, grande importância é atribuída a tais vínculos, sendo que, sobretudo nos grupos de menor rendimento, a probabilidade de mudança de emprego/ocupação no MLT é maior do que a de residência. Mais do que “vinculados”, os grupos de trabalhadores de menor rendimento estariam “presos” ao local de residência (*trapped in*) por terem grandes dificuldades para suportar os custos de mudança e/ou de uma jornada diária extensiva de deslocamento residência-trabalho. O que significa, portanto, redução do seu “leque” de oportunidades de emprego e aumento de sua vulnerabilidade ao desemprego.

Ainda de acordo com a síntese feita por Martin (2002), os MLTs seriam segmentados, ao mesmo tempo, pela qualificação das ocupações e pelo local de residência dos trabalhadores. Este último, relacionado aos rendimentos auferidos no mercado de trabalho e sua interseção com o mercado imobiliário. Assim, a operação de processos que atuam nos mercados de trabalho e nos mercados de habitação são mutuamente reforçados, sendo fatores que produzem distintas espacialidades socioeconômicas, as quais, por sua vez, definiriam condições de vantagem ou desvantagem aos distintos grupos de trabalhadores dentro do MLT. Por exemplo, trabalhadores de menor qualificação, mas que moram nas áreas centrais das cidades, próximo a uma gama maior de oportunidades de emprego e de ocupação (comércio,

centros administrativos e serviços gerais), estão em posição mais vantajosa no MLT do que aqueles que moram nas periferias das grandes cidades/metrópoles.

Uma vertente mais recente dessas abordagens, relacionando desemprego às habilidades de ajuste dos diferentes níveis do capital humano, é apresentada em Morrison (2005). Este autor parte de uma discussão mais complexa sobre a escala urbana, argumentando que mudanças na localização intrametropolitana das atividades econômicas levaram a uma descentralização das oportunidades de emprego. A expansão dos padrões de deslocamento trabalho-residência a partir desses movimentos teria como resultado a criação de múltiplos campos de emprego (*labour sheds*). Portanto, não seria mais adequado analisar a segmentação interna dos MLTs com base nas distâncias centro-periferia. Seria mais importante estabelecer áreas de deslocamento, de acordo com o nível de qualificação dos trabalhadores, sendo estes confrontados por diferentes custos de mobilidade, informação e confiança na duração dos contratos de trabalho. Dado que o salário e a demanda de trabalho aumentam de acordo com o nível de qualificação, os campos de emprego seriam mais amplos para os trabalhadores mais qualificados. Estes também seriam mais flexíveis às variações salariais inter e intrametropolitanas, uma vez que dispõem de melhor acesso aos canais de informação e obtêm maiores vantagens das empresas em relação aos subsídios para o deslocamento, transferência para outras cidades etc. Dessa forma, estariam menos vulneráveis ao desemprego. De modo contrário, os campos de emprego para os de menor qualificação e, por conseguinte com salários mais baixos, seriam muito mais restritos, conferindo-lhes menor mobilidade espacial (em termos dos custos do deslocamento, vínculo com o local de moradia e acesso a informações). Sendo assim, para estes, seria maior a probabilidade de se tornarem desempregados por conta de variações em sua demanda.

A determinação mais forte da dimensão metropolitana na organização dos MLTs é observada nas teorias que tomam por base uma junção entre custos de transação e economias de aglomeração (Scott, 1989). Segundo essas teorias, a dimensão dos mercados de trabalho seria importante na garantia dos requisitos de competitividade às empresas e aos trabalhadores. Os mercados externos de trabalho nas aglomerações urbanas mais densas e de maior complexidade produtiva conferem às empresas ampla

oferta de mão-de-obra qualificada, que em outros contextos regionais seria escassa. Por outro lado, a elevada rotatividade da mão-de-obra permite rapidez na substituição de trabalhadores e a circulação de conhecimento incorporado nos trabalhadores. Ao mesmo tempo, também permite que os trabalhadores obtenham maiores informações sobre o MLT a partir das redes de informação constituídas no entorno das empresas de complementaridade produtiva. Com isso, as condições para melhorar a posição ou para encontrar um novo emprego seriam mais favoráveis nos mercados de trabalho das grandes metrópoles.

A dimensão dos mercados metropolitanos de trabalho também seria importante para a resolução do paradoxo entre *pooling* e *poaching*. Embora aproveitem os benefícios conferidos pela aglomeração de atividades (*pooling*), as empresas estão mais expostas ao assédio de sua mão-de-obra qualificada pelas empresas concorrentes. Estas podem oferecer melhores condições de trabalho e de salários como forma de se apropriarem de maneira oportunista e/ou ilícita dos investimentos realizados no capital humano²⁰ (*poaching*). Nesse caso, a dimensão urbana “ótima” da escala metropolitana seria vantajosa, pois nesta localização os efeitos do *pooling* superam os da prática do *poaching* (Combes; Duranton, 2006).

De modo geral, podem ser apontadas várias falhas nessas abordagens de MLT. Dentre elas, a concepção equivocada da dimensão espacial como mera distância a ser ultrapassada (“fricção espacial”), segundo as formulações que buscam delimitar as áreas de deslocamento residência-trabalho (TTWAs) e os campos de emprego (*labour sheds*). Outras questões restritivas dizem respeito à forma como a escala metropolitana é incorporada pelas vertentes das economias de aglomeração, sendo esta reduzida a uma localidade de “tamanho ótimo”. Além disso, em grande medida, estão fundamentadas nas concepções neoclássicas da segmentação, as quais atribuem às características pessoais dos trabalhadores a determinação das condições de organização/funcionamento do mercado de trabalho.

²⁰ Segundo Combes e Duranton (2006: 3), “since knowledge is partly embodied in workers, flows of workers can be associated with flows of knowledge so that poaching workers is a way for firms to raise their productivity”.

Tendo em vista que é a expansão da produção capitalista em sua dinâmica, nos termos discutidos anteriormente, que cria, recria e destrói oportunidades de emprego, o fato de residirem próximo aos centros de emprego nas áreas metropolitanas não necessariamente significa que os trabalhadores serão incorporados às atividades econômicas, tampouco que isso ocorra de modo estritamente relacionado ao nível de qualificação e de acessibilidade privilegiada às informações estratégicas. Embora, no período contemporâneo, a distância entre o local de residência e o de trabalho tenha ampliado significativamente nas grandes cidades, particularmente em suas áreas metropolitanas, os custos desse deslocamento não podem ser tomados como explicação determinante das posições desiguais no interior dos mercados locais de trabalho. Tais abordagens imputam aos atributos pessoais dos trabalhadores o seu próprio local de moradia, pois são os rendimentos auferidos no mercado de trabalho, determinados por suas qualificações e condições de empregabilidade, que definem sua posição no mercado imobiliário. Dessa maneira, suprimem a extrema complexidade dos processos que atuam no funcionamento de mercados distintos e específicos como o imobiliário e o de trabalho.

As abordagens mais críticas de MLT se contrapõem a estas vertentes neoclássicas, enfatizando a dimensão da regulação socioinstitucional. Peck (1996) afirma que o mercado de trabalho também está organizado e funciona de modo localmente específico, como resultado da interação local dos processos que atuam na segmentação, pelo lado da demanda e da oferta de trabalho e pela regulação do Estado. Essa atuação estatal sendo observada tanto no que se refere ao estabelecimento das condições de participação dos diferentes grupos sociais no mercado de trabalho quanto à participação direta na criação de empregos.

Do mesmo modo, Martin *et al.* (1994) e Martin (2002) destacam os impactos regionais diferenciados das políticas macroeconômicas, sociais e dos mecanismos de regulação da relação de trabalho nos contextos nacionais (direitos trabalhistas, salário mínimo, legislação de saúde e segurança no trabalho e reconhecimento dos sindicatos), bem como os mecanismos de regulação social e do trabalho e de criação de emprego em nível local (sistemas de benefícios à habitação, educação e treinamento, creches públicas, emprego na administração pública local etc.). Outras concepções como as de

Clark (1981) focalizam o papel do desenvolvimento regionalmente diferenciado de tradições laborais, de formas de organização sindical e dos mecanismos de barganha capital-trabalho na construção dos MLTs.

Apesar de suas importantes contribuições, tais estudos dão grande ênfase aos quadros institucionais-regulatórios²¹ e pouco discutem sobre os processos que atuam nos ambientes macroeconômicos específicos aos quais estão submetidos os diferentes MLTs.

No presente estudo, considera-se que é possível avançar a partir das contribuições críticas sobre MLTs por meio de uma compreensão mais ampla da articulação entre a dimensão urbana de maior densidade e complexidade e a estruturação dos mercados de trabalho, bem como da constituição de mercados metropolitanos de trabalho sob distintos padrões nacionais de desenvolvimento.

Segundo a concepção de Tavares (1981: 22), a urbanização “dá lugar ao surgimento de um mercado ‘geral’ de trabalho, externo à indústria”. Sendo assim, seguindo o argumento anterior de que as áreas metropolitanas concentram força de trabalho, em quantidade e qualidade, nos termos requeridos pela dinâmica de acumulação de capital e pela ampliação da divisão social do trabalho, pode-se compreender que este meio urbano define as bases para a organização dos mercados gerais de trabalho. Ao mesmo tempo, como esse é um processo com “vias de mão-dupla”, a maior complexidade relativa das estruturas produtivas constituídas no âmbito do desenvolvimento urbano-metropolitano significa uma influência maior das condições

²¹ Peck e Theodore (2000) analisam a reorientação política dos sistemas de *Welfare State* no sentido do *workfare* nos Estados Unidos e no Reino Unido. Estes autores acentuam que, neste quadro em que os benefícios sociais são condicionados à participação em programas de emprego e de treinamento, em geral subsidiados pelo setor público, a implementação dos programas de emprego é descentralizada em grande medida para os governos locais. Desse modo, tais programas assumem variação considerável em termos do “desenho” das políticas e seus impactos sobre a redução do desemprego, ao mesmo tempo em que os próprios sistemas locais de emprego são encorajados a estender a gama de opções de reforma, moldando intervenções de acordo com os mercados locais de trabalho. No caso do Reino Unido, apontam para uma maior fragmentação e privatização dos sistemas de regulação do trabalho, tanto pelo aumento das agências privadas de emprego como pela maior participação do setor privado na gestão dos programas. Martin *et al.* (1994), por sua vez, enfatizam os processos de descentralização/centralização das relações industriais em termos da atuação sindical e dos mecanismos de barganha capital-trabalho.

de funcionamento dos mercados de trabalho organizados pelas grandes empresas sobre a oferta de trabalho.

A própria existência do fenômeno metropolitano denota uma maior diversidade e especialização da mão-de-obra, observada pelo maior desenvolvimento das forças produtivas e de uma divisão social do trabalho mais sofisticada. Nos mercados metropolitanos de trabalho se torna mais importante o recrutamento de mão-de-obra com experiência de trabalho em empresas do núcleo capitalista do que daquela sem a “cultura” de exploração do trabalho. Assim, em termos demográficos, os fluxos migratórios de origem rural se tornam menos relevantes sobre as condições de funcionamento desses mercados de trabalho, sendo mais importantes os fluxos intrametropolitanos.

De modo geral, nas configurações metropolitanas, a maior heterogeneidade na organização dos mercados de trabalho resulta de distintos processos econômicos, sociais, demográficos e culturais que atuam na criação de estilos de vida e estratégias de sobrevivência, produzindo diferentes situações ocupacionais e oportunidades de emprego. Para Santos (1998), a metrópole está sempre “alentando” expectativas de encontrar alguma ocupação, tendo em vista a presença de atividades com diversos níveis de capitalização, organização e tecnologia. Nas metrópoles, são criadas diferentes oportunidades de trabalho e de captação e apropriação de rendas, inclusive para os estratos que estão na base da estrutura social. Desse modo, este autor enfatiza a formação de estoques de capital obsoleto nas metrópoles e sua importância na atração de pobres recriando as condições para a utilização desse “velho econômico”.

Além disso, como ressaltam Clark (1981), Peck (1996) e Martin *et al.* (1994), citados anteriormente, a segmentação diversificada e heterogênea dos mercados urbanos de trabalho também é determinada pelas relações entre empresas e trabalhadores organizados e pelas políticas sociais e mecanismos de regulação do trabalho e de criação de emprego público, estabelecidos pelo Estado nos quadros nacionais jurídico-institucionais e suas “variantes” locais.

Entretanto, apesar de se poder argumentar a partir da maior complexidade relativa das estruturas produtivas, estas não são diretamente correspondentes ao modo

como se organizam os mercados metropolitanos de trabalho. Como afirma Baltar (2003a), a partir das características de uma estrutura industrial/produtiva determinada, a estabilidade desta “facilita” a consolidação de segmentos. Nesse sentido, afirma que seria possível fazer uma distinção geral com base nas diferenças no ritmo dos processos de industrialização e urbanização dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Tal distinção se daria pelo ritmo em que foram implantadas as estruturas produtivas e pelas peculiaridades do meio urbano que enfrentaram.

Nos países desenvolvidos, a maior estabilidade relativa das estruturas produtivas em meios urbano-metropolitanos já consolidados foram importantes para a organização de mercados de trabalho internos às grandes empresas, com base na definição de postos de trabalho dentro de grupos específicos de ocupação e segundo critérios de recrutamento, treinamento e qualificação, progressão de carreira, hierarquias salariais e de remuneração etc. Tais formas de segmentação foram consolidadas sobretudo no período do pós-Guerra, num ambiente de crescimento econômico, de compromisso com o pleno emprego, de implementação dos programas do *Welfare State* e de maior participação política dos trabalhadores organizados.

Ao contrário dos países desenvolvidos, no Brasil, a implantação das estruturas produtivas/industriais de forma abrupta e concentrada no tempo exigiu um rápido e intenso processo de urbanização e de mobilização em larga escala da população do campo e/ou de regiões mais atrasadas, de modo que, nas regiões em que se concentrou o processo de industrialização e urbanização, predominou o recrutamento de uma mão-de-obra sem a experiência da disciplina do trabalho industrial. No âmbito desses processos, também ocorreu rápida e intensa modernização do campo e das atividades agrícolas com a introdução de máquinas, implementos e defensivos agrícolas, apoiada pela implantação de sistemas de crédito rural. Junto com os fatores políticos referentes à não realização de reforma agrária e à extensão denegada dos direitos e benefícios sociais aos trabalhadores rurais, atuaram como fatores de expulsão da população do campo. Assim, a mobilização de mão-de-obra das áreas rurais para os mercados urbano-industriais de trabalho ocorreu em meio às péssimas condições de vida da população no campo, alijada dos mecanismos de modernização

social (direitos sociais e atividade sindical) por governos militares repressores, e à manutenção da grande propriedade rural²².

Desse modo, apesar da consolidação e do aprofundamento da industrialização expandirem a participação do emprego assalariado em relação ao total da população ativa em áreas urbanas, a rapidez de tais processos impediu a estruturação dos mercados de trabalho em torno de grupos específicos. Assim, diferentemente dos países de industrialização madura, em que a montagem mais lenta das estruturas produtivas levou a uma maior especialização da mão-de-obra, formaram-se nos países subdesenvolvidos mercados urbanos de trabalho de ampla base e intensa concorrência e de elevada rotatividade da mão-de-obra e heterogeneidade nas situações de ocupação, com baixos níveis e grande dispersão salarial (Baltar, 2003a).

Barbosa de Oliveira (1998) também ressalta a dimensão política dessa organização específica do mercado urbano de trabalho brasileiro, destacando não só o papel dos amplos excedentes de mão-de-obra²³, mas, principalmente, a implantação de um “regime de gestão da mão-de-obra” amplamente desfavorável aos trabalhadores. Apesar da constituição de mecanismos de regulação do trabalho e de representação sindical ao longo do processo de industrialização, essas dimensões foram caracterizadas no período do Regime Militar pela repressão da atuação dos sindicatos e pela imposição de políticas de contenção do salário mínimo. Além disso, a regulação do

²² No Brasil, o crescimento econômico determinado pelo desenvolvimento do processo de industrialização atenuou conflitos sociais e garantiu uma certa “acomodação” da população no território, seja rural ou urbano. Para tal, foram importantes: o acesso à pequena propriedade nas áreas de colonização e fronteira agrícola; a mobilidade social, muitas vezes restrita à mobilidade espacial do campo para as cidades; e as possibilidades de absorção (de modo formal ou informal) nos mercados urbanos de trabalho, de sobreviver por meio de pequenos negócios e de se ter algum acesso aos bens de consumo coletivo modernos (saúde, educação, moradia etc.) restritos às metrópoles das regiões que concentraram o desenvolvimento, especialmente na região metropolitana de São Paulo.

²³ Apesar de ganhar novas dimensões com a industrialização e a urbanização do país, o excedente estrutural de mão-de-obra não “surge” a partir desses processos. Segundo Barbosa de Oliveira (1998), esse fenômeno sempre fez parte da sociedade brasileira. No período escravista, sob a forma de “não proprietários” de toda sorte no campo (moradores livres e agregados); e de uma massa de ex-escravos e brancos pobres nas cidades. De modo geral, marginalizados pela sociedade, subsistiam através de “favores” prestados aos grandes proprietários de terra, da prática de atividades precárias e descontínuas ou até mesmo de pequenos delitos. Com a abolição do escravismo e a “solução de compromisso entre as oligarquias regionais”, da imigração subsidiada de mão-de-obra (à qual foram reservados o trabalho agrícola e, em momento posterior, nas atividades urbano-industriais) esta camada de mão-de-obra excedente permanece submetida às piores ocupações no incipiente mercado urbano-industrial de trabalho (serviços domésticos e gerais), gravitando em torno de situações de marginalização.

trabalho implementada nesse período, sobretudo com a eliminação do estatuto da estabilidade e a criação do FGTS, conferiu grande liberdade às empresas na gestão da contratação, uso e remuneração da mão-de-obra. Assim, constitui-se um regime que favorece a instabilidade do emprego e o caráter “fugaz” dos contratos de trabalho, impedindo o acesso de grande parte dos trabalhadores aos mercados de trabalho mais organizados.

De uma perspectiva mais geral e considerando essa dimensão política, a instabilidade estrutural do modelo de desenvolvimento brasileiro mina a organização do mercado de trabalho, em geral, e do metropolitano, em específico, em bases que pudessem garantir melhores condições para o trabalho assalariado. Segundo Medeiros (1992: 6)

as interações dinâmicas entre salários, estabilização dos contratos e produtividade afirmam-se no médio e longo prazos e supõe um relativo grau de estabilização e expansão dos mercados. Em mercados estruturalmente instáveis os ajustes quantitativos da força de trabalho, as estratégias de subcontratação, acabam por diluir os efeitos auto-alimentadores daquela relação. Neste sentido as desproporções intersetoriais, os estrangulamentos do balanço de pagamentos, as tensões inflacionárias, os déficits fiscais, interrompem ou encurtam excessivamente os ciclos expansivos. Assim as instituições do mercado de trabalho e da formação dos salários não se estabilizam, os horizontes empresariais se encurtam e o sistema de contratação passa a demandar uma excessiva flexibilidade.

Nessas condições, segundo Medeiros (1992), no caso brasileiro, poderiam ser identificados alguns mecanismos de estruturação do emprego assalariado de acordo com quatro estruturas contratuais distintas: as grandes empresas e seus mercados internos de trabalho; as pequenas e médias empresas e o mercado geral de trabalho; o Estado e suas relações de emprego; e os mercados “desestruturados” de trabalho. A especificidade brasileira estaria na baixa participação relativa das grandes empresas no total do emprego assalariado e na elevada heterogeneidade interna a estas estruturas. Outra especificidade seria dada pela elevada participação relativa das ocupações informais as quais, segundo este autor, não devem ser consideradas apenas como “refúgio” nas áreas metropolitanas mais desenvolvidas, mas sim como outro tipo de mercado (seletivo, instável e não regulado) com múltiplas formas de integração com as empresas modernas.

Entretanto, Tavares (1981) argumenta que tais especificidades não se devem apenas aos problemas da industrialização tardia. Seria necessário considerar também os mecanismos que atuam nos processos de marginalização urbana e rural, os quais implicam na existência de um excedente permanente de força de trabalho “inutilizável” diante do desenvolvimento das forças produtivas. Nesse caso, assumiriam peso maior os problemas da formação histórica nacional e dos mecanismos sociopolíticos que restringem as possibilidades de defesa dos interesses das camadas inferiores da sociedade. Em particular, o atraso das relações sociais de produção no que concerne à não-resolução da questão agrária e a permanência do latifúndio, que se reproduz na “fenda” social que caracteriza a questão urbana. A influência disso é maior nas possibilidades de ocupação da população fora do mercado de trabalho organizado pelo núcleo capitalista. Nesse sentido, a questão mais complexa da organização dos mercados urbanos de trabalho não estaria apenas nas relações entre o emprego formal e informal, mas também contemplaria a gravitação do emprego em torno de condições de “marginalização transitória ou definitiva” dos mercados de trabalho organizados.

A partir desta compreensão da articulação existente entre a dimensão urbana de maior densidade e complexidade e o funcionamento e a organização dos mercados de trabalho, pode-se inferir sobre algumas articulações da trama complexa que envolve a concentração de força de trabalho nas áreas metropolitanas e a formação de amplos mercados de consumo.

1.3. Economia urbana e mercado de trabalho: desafios para a construção de uma economia política de suas articulações

No plano da dinâmica econômica, em geral, e da metropolitana, em particular, a concentração de força de trabalho, em certa quantidade e qualidade, pode ser observada segundo a dupla perspectiva das taxas de emprego e de salários, ou seja, custos diretos de produção e demanda por bens e serviços.

O tema salarial é bastante complexo, sendo que sua “natureza política” impossibilita seu tratamento analítico tendo por base os ajustes entre oferta e demanda,

como observado nas teorias neoclássicas²⁴. Em relação à perspectiva dos salários como custos diretos de produção, é importante reter que, diferentemente das teorias elaboradas pelo *mainstream* econômico, a principal função da existência de uma oferta excedente de força de trabalho nos mercados metropolitanos de trabalho, criada pela própria dinâmica de acumulação, não é a de reduzir os níveis salariais, pressionando-os para baixo. Segundo Tavares (1998), a constituição crescente de uma “oferta elástica” de trabalho cumpre papel essencial na formação salarial, menos por pressões “depressivas” diretas sobre os salários e mais por “aumentar os graus de liberdade” dos capitalistas em relação à solução de eventuais problemas de escassez de força de trabalho.

Contudo, isso não é incompatível com a existência de maiores níveis salariais médios, em termos nominais, nas áreas metropolitanas. Isso se deve não só à existência de estruturas produtivas e ocupacionais mais complexas e heterogêneas e, por conseguinte, à maior concentração de trabalhadores de colarinho branco, ocupando funções de comando (no setor público e no setor privado), mas também ao desenvolvimento de organizações sindicais mais ativas e à maior sofisticação de seus instrumentos de negociação dos salários e da relação de emprego em geral.

Da perspectiva da demanda por bens e serviços, a expansão do emprego e dos salários (seja pelo aumento da massa salarial ou pelo aumento dos salários em termos reais e, por conseguinte, do poder de compra dos trabalhadores), em períodos de crescimento econômico, impactam positivamente sobre a indústria produtora de bens de consumo (duráveis e não-duráveis), pois, no meio urbano, a maioria desses bens é exclusivamente fornecida pela produção industrial capitalista. O que, por sua vez, gera efeitos positivos sobre a comercialização e distribuição de tais bens, em grande medida concentrada pelas grandes redes de distribuição (lojas de departamento, hiper/supermercados, concessionárias, *shopping centers* e outros). O consumo de serviços mais modernos e especializados também é impulsionado, refletindo mudanças

²⁴ Segundo Medeiros (1992: 1), a formação salarial resulta de “uma interação dinâmica, nacionalmente diferenciada, entre a estruturação dos mercados de trabalho, das instituições e dos padrões de industrialização.” Para uma análise das principais questões teóricas envolvidas na formação dos salários no capitalismo, consultar os estudos de Souza (1999) e Baltar (2003a).

introduzidas nos hábitos de consumo, maior incorporação do emprego feminino no mercado de trabalho etc.

A intensidade desses efeitos está relacionada à maior complexidade das relações intersetoriais das estruturas produtivas nas economias metropolitanas. Entretanto, como ressalta Tavares (1998), é preciso levar em consideração que, sob o “marco da concorrência oligopólica”, a dinâmica econômica não é comandada pela demanda de bens e serviços dos trabalhadores. A demanda mais importante é a intraindustrial, no que concerne às relações entre indústria produtora de bens de consumo e indústria produtora de bens de capital. Dessa forma, partindo da premissa geral de que são os investimentos que geram emprego e renda, os efeitos multiplicadores-aceleradores das taxas de emprego e de salários sobre a economia, em geral, e a metropolitana, em particular, dependem da natureza e do ritmo dos investimentos realizados e seus efeitos em cadeia sobre as demandas intersetoriais.

Porém, é preciso cautela no estabelecimento de articulações entre a dinâmica econômica intersetorial e a do mercado de trabalho. Como argumentam Tavares e Souza (1981), não existe “correspondência direta” entre as estruturas produtivas, salariais e de consumo. Segundo estes autores, a realização da produção corrente é feita pela conjunção dessas estruturas que, em termos macroeconômicos, guardam algum tipo de relação. Porém, nos termos do padrão oligopolista de acumulação e dadas as assimetrias de poder entre os diferentes tipos de capital e entre capital e trabalho, o ajuste entre as três estruturas é determinado por “instâncias intermediárias” bastante complexas e específicas (financiamento da produção, do consumo, fiscal e tributário, do comércio exterior e da ação sindical), que influenciam os parâmetros de uma melhor/pior distribuição da renda.

As transformações no capitalismo contemporâneo aumentaram de maneira considerável a complexidade desses nexos de interação, impondo desafios ainda maiores para a análise das mudanças nessas três estruturas e de suas articulações com as mudanças na organização e no funcionamento dos mercados de trabalho.

As estruturas de produção são caracterizadas por assimetrias intercapitalistas (porte, setor, mecanismos de financiamento, pesquisa e desenvolvimento) bastante

acentuadas pela lógica da coerção concorrencial. As grandes empresas se destacam pelo seu poder de endividamento, de inovação, de acesso a mercados e pelos diferentes instrumentos competitivos (canais de distribuição e comercialização, preço, diferenciação dos produtos, propaganda e publicidade). Tais assimetrias são clivadas por diferentes padrões nacionais de industrialização, com distintos graus de “internalização” dos setores de bens de capital e do progresso científico e tecnológico.

No período atual, a dimensão produtiva tem sido impactada por intensas transformações nos padrões de concorrência e de rentabilidade das grandes empresas. Num contexto político-econômico marcado pela desregulamentação e de grande avanço tecnológico, foi ampliada a mobilidade internacional dos fluxos de capital comercial, produtivo e, sobretudo, financeiro. Os ajustes implementados pelas empresas ocorreram tanto pela via da reestruturação produtiva (automatização, aumento dos componentes importados, introdução de novos produtos e novas formas de organização da produção e do trabalho) quanto pela via das mudanças patrimoniais (privatizações e fusões e aquisições). Seus impactos diferenciados sobre as estruturas produtivas (deseestruturação de elos das cadeias produtivas, criação de novos complexos produtivos, terciarização etc.) e os mercados de trabalho (aumento do desemprego, flexibilização e precarização das condições e das relações de trabalho) em países desenvolvidos e subdesenvolvidos foram marcantes, tendo sido amplamente estudados pela literatura especializada. É importante destacar que, mais recentemente, também surgiram novas questões determinadas pelos padrões de valorização da riqueza financeira. De modo geral, isso ocorre por meio das pressões dos novos parâmetros de gestão da riqueza financeira sobre as dimensões da decisão autônoma de investimentos e da gestão operacional e do emprego nas grandes empresas.

Na perspectiva do que vem sendo denominado de “regime econômico liderado pela acumulação financeira” (*finance led growth*), alguns autores argumentam que, como resultado da reestruturação produtiva e patrimonial, poderia ser estabelecida uma “nova associação entre o capital financeiro e a indústria”, sob o predomínio dos interesses dos investidores institucionais (Chesnais, 2005; Plihon, 2005)²⁵. Em termos

²⁵ Segundo Chesnais (2005: 26), embora o “capital portador de juros” tenha reascendido nos anos 1980, a “emergência e tentativa de consolidação” deste regime ocorre de forma mais acentuada no início da

gerais, Plihon (2005) ressalta a maior penetração dos critérios de valorização da riqueza financeira na gestão operacional das empresas, principalmente por meio da introdução das opções de recompra das ações como garantia à rentabilidade dos acionistas, predominantemente investidores institucionais, o que, por sua vez, impacta negativamente a decisão autônoma de investimentos e introduz, no curto prazo, novas vulnerabilidades aos sistemas produtivos.

Nesse contexto e num quadro de políticas macroeconômicas comprometidas com tais lógicas de valorização do capital, torna-se necessário ter em grande conta que a decisão autônoma sobre a realização de investimentos encontra graves obstáculos. E, quando tal decisão é implementada, devido às características dos novos produtos e serviços, das novas formas de organização da produção e do trabalho e em razão da imposição dos critérios de valorização da riqueza financeira que reduzem significativamente os prazos de retorno do investimento, seu potencial de encadeamento intersetorial sobre o emprego e a renda nas estruturas produtivas nacionais tem sido limitado e, em grande medida, seus efeitos são canalizados para o exterior (Carneiro, 2007a; 2007b e 2008).

A partir dessas transformações nesse plano mais geral, as mudanças profundas e abrangentes das novas formas de organização da produção e do trabalho trouxeram consequências relevantes. Também nesse caso, foram amplamente estudadas as estratégias de externalização e descentralização (por meio da terceirização, subcontratação, *global outsourcing* e outras), de reorganização do trabalho em equipe, trabalho por projetos etc., implementadas pelas organizações do setor privado e do setor público, as quais, associadas à flexibilização da regulamentação do trabalho e à introdução de inovações tecnológicas, resultaram, de um lado, na extinção de postos de trabalho em todos os setores da atividade econômica e, de outro, na redução das possibilidades de inserção no mercado de trabalho por meio de uma relação de

década de 2000. O predomínio dos interesses desse tipo de capital e sua consolidação nos Estados Unidos surgem como um “sistema de relações econômicas e sociais internas e internacionais cujo centro é a finança e que está apoiado nas instituições financeiras e políticas do país hegemônico em escala mundial”.

emprego mais estável e segura, em geral representadas pelas ocupações classificadas como industriais e pelo emprego público²⁶.

Dado o interesse deste estudo no papel da dimensão metropolitana na organização dos mercados de trabalho, analisa-se aqui a discussão sobre as novas formas de organização da produção e do trabalho e seus impactos sobre a reestruturação dos mercados de trabalho.

A fragmentação das atividades entre unidades econômicas de variados portes e sob os mais diversos formatos de organização em rede, células de produção, complexos regionais de produção e das inúmeras opções estratégicas de externalização e descentralização, que articulam diferenças inter e intranacionais, aumentaram de modo excepcional a complexidade dos vínculos intersetoriais das estruturas produtivas, com repercussões distintas sobre a organização do trabalho²⁷. Tais transformações tiveram como consequência o aumento da diversidade das relações (de interdependência, de cooperação e subordinação) entre as empresas e entre empresas e trabalhadores “independentes” por meio de esquemas de produção “ultradescentralizados” (Veltz, 2008).

Entretanto, de maneira geral, isso não significa aumento dos “espaços potenciais de autonomia”. Pelo contrário, associados às novas formas de inovação tecnológica e informacional e de alavancagem financeira, tais “arranjos” econômicos reforçam ainda mais o poder de comando dos grandes conglomerados empresariais sobre os demais elos das cadeias produtivas, exacerbando as assimetrias competitivas (Martinelli e Schoenberger, 1994; Chesnais, 2005).

²⁶ As mudanças aqui ressaltadas representam apenas alguns dos aspectos mais gerais das mudanças nos mercados de trabalho em contextos de reestruturação produtiva e racionalização econômica etc. Entretanto, estas são questões bastante complexas, clivadas pela existência de diferentes sistemas nacionais de regulação do trabalho. Para uma análise destas mudanças nos Estados Unidos, ver Matos (2001) e, no continente europeu, consultar o estudo de Bosch, Rubery e Lehnndorff (2007). No Brasil, importantes estudos foram desenvolvidos por pesquisadores do CESIT/IE-Unicamp, de modo mais geral, sobre o trabalho em suas perspectivas econômica, de gênero, políticas sociais e de emprego, negociações coletivas e classes sociais (Próni e Henrique, 2003) e de modo mais específico, sob as óticas da racionalização econômica (Dedecca, 2005), setorial (DIEESE/CESIT, 2005), dos pequenos negócios (Santos, 2006) e da regulação do trabalho (Krein, 2007).

²⁷ Alguns autores se contrapõem à existência de um modelo único de organização e gestão da produção e do trabalho ou de “variantes” nacionais dos modelos fordista e taylorista, demonstrando a multiplicidade de suas formas concretas. Assim, Veltz (2008) considera ser esta a “era do diverso e do experimental”, caracterizada por um “*zapping* incessante” entre os modos de gestão da produção e do trabalho.

Alguns autores têm associado a ascensão de novas formas de organização da produção e do trabalho às diferentes formas de segmentação da mão-de-obra determinadas pelos requisitos de maior flexibilização das relações de trabalho no interior das empresas²⁸, constituindo uma situação de tensão permanente entre um núcleo de trabalhadores mais estáveis e seguros e trabalhadores em diversas situações contratuais periféricas no âmbito dos diversos arranjos produtivos.

A erosão dos mercados internos de trabalho tradicionais, como consequência dos novos requisitos de competitividade produtiva, denotaria, por sua vez, uma redução do papel das grandes empresas na organização dos mercados de trabalho. Dessa forma, a segmentação destes estaria sob maior influência dos mecanismos que atuam nos mercados externos de trabalho, com destaque para as políticas de flexibilização das leis e normas de regulação do trabalho, dos programas de qualificação técnica etc., de modo geral, estabelecidos nos contextos nacionais.

Porém, segundo as conclusões do estudo de Grimshaw *et al.* (2001), a partir de pesquisas em empresas de diferentes setores no Reino Unido (indústria, comércio, administração pública local e telecomunicações), a queda dos pilares tradicionais dos mercados internos de trabalho²⁹ não indica a diminuição do papel das grandes empresas na organização do mercado de trabalho. Os autores argumentam que, dadas as mudanças no balanço de poder entre capital e trabalho, ocorre, pelo contrário, um fortalecimento da autonomia dos empregadores no desenho e na implementação de novas práticas e políticas de emprego que lhes sejam mais favoráveis³⁰, elevando sobremaneira as barreiras à entrada nos mercados de trabalho. A incorporação de trabalhadores nos quadros das empresas requer, cada vez mais, períodos intermitentes

²⁸ Dentre as abordagens mais disseminadas está a de Atkinson (1984), com base na “firma flexível” e suas formas de segmentação da mão-de-obra entre o *centro*, com melhores salários e relação de emprego mais estável (flexibilidade funcional), e a *periferia*, caracterizada por ocupações precárias e inseguras (flexibilidade numérica) sob vínculos diversos com a firma principal (contratos por tempo determinado, estágios subsidiados ou não pelo setor público, autônomos, agências de emprego, subcontratados, *part-time* e *job sharing*).

²⁹ Práticas de recrutamento, treinamento e qualificação, políticas de progressão na carreira e estruturas de pagamento internalizadas pelas grandes empresas.

³⁰ Ressaltam o recurso de maneira recorrente à oferta de mão-de-obra das agências temporárias de emprego, recrutamento externo de pessoal especializado, subcontratação, fragmentação das estruturas de pagamento etc., associadas ao desmantelamento das políticas de qualificação na ocupação, dos mecanismos de promoção interna e fragmentação das estruturas dos salários e remunerações.

de emprego temporário, muitas vezes, através de agências de emprego, em vez de recrutamento direto com contratos por tempo indeterminado. Também significa uma maior probabilidade de a entrada/saída dos quadros das empresas ocorrer no mesmo ponto da *job ladder*³¹, pois os espaços para a promoção interna foram bastante reduzidos. As próprias *job ladders* se tornaram horizontais e as oportunidades de promoção na carreira profissional são externas à empresa ou ao setor. A organização do mercado de trabalho nesse sentido teria tornado mais escassa a incorporação da mão-de-obra por meio de uma relação de emprego mais estável e segura. Por outro lado, nessas condições, mesmo os trabalhadores do núcleo não estão imunes a tais mudanças dado que, por meio destes processos, as fronteiras entre mercado interno e externo se deslocam constantemente.

Estes autores ressaltam que, embora as empresas se beneficiem crescentemente das condições dos mercados externos de trabalho, não há evidências de que isso ocorra de modo estritamente relacionado aos requisitos internos da produção, tampouco as mudanças nos mercados externos de trabalho refletem diretamente as políticas internas das empresas. Segundo estes autores, as teorias que concebem a segmentação por meio desses processos criam uma dicotomia artificial entre mercado interno e mercado externo de trabalho e não ajudam no esclarecimento do modo pelo qual vêm sendo redesenhadas as fronteiras entre estes dois mercados de trabalho. Desse modo, Grimshaw e Rubery (1998) e Rubery (2006) afirmam que é preciso conceber as diferentes formas de organização dos mercados de trabalho por parte das grandes empresas de forma mais dinâmica e integrada às políticas macroeconômicas e de (des)regulamentação dos sistemas nacionais de emprego, de seguridade social e de legislação do trabalho que impactam a oferta de trabalho.

Desse modo, cabe enfatizar que as análises do modo pelo qual os mercados de trabalho vêm sendo reestruturados, a partir das transformações nas dinâmicas de acumulação e de valorização da riqueza capitalista, exigem também uma visão de conjunto, não se restringindo tão-somente às formas de mobilização da mão-de-obra

³¹ “Escada de emprego” (em tradução literal) na qual postos de trabalho estão organizados em níveis hierárquicos dentro de grupos específicos, segundo práticas e políticas de qualificação e treinamento, pagamento e promoção interna etc.

por parte das grandes empresas. Como visto, estas, apenas em parte, determinam a organização dos mercados de trabalho. Nesse sentido, foram importantes as mudanças na esfera macroeconômica (volatilidade cambial, rigor fiscal e monetário, taxas de juros elevadas e maior exposição à concorrência externa), ampliando sobremaneira as incertezas sobre as decisões autônomas de investimento, bem como as pressões de flexibilização dos mercados nacionais de trabalho e definindo contextos de alta instabilidade e vulnerabilidade econômica.

Com relação à dimensão salarial, deve-se considerar que, num contexto de forte reorientação político-ideológica, houve uma redistribuição de renda favorável ao capital (sob a forma de lucros e dividendos e juros da dívida pública), às grandes fortunas e às classes sociais de maior poder, sobretudo aquelas ligadas à valorização da riqueza financeira, em detrimento dos rendimentos dos trabalhadores. A dimensão salarial tem sido negativamente impactada tanto pelo aumento do desemprego como pela reorganização dos mercados de trabalho em bases mais frágeis, sob condições de maior instabilidade e precariedade dos vínculos ocupacionais. Nesse quadro, a ampliação das desigualdades de renda ocorre em simultâneo a uma redefinição da relação capital-trabalho.

As estruturas salariais das empresas são determinadas pela lógica da repartição dos ganhos de produtividade, sendo esta fundamentalmente mediada pela ação organizada dos trabalhadores. A ação sindical pode ser observada sob os diversos prismas de suas formas de organização (em termos setoriais, regionais e por empresa) e aos seus instrumentos de negociação dos salários, das condições e relações do trabalho frente às políticas das empresas. Nesse sentido, a intensificação do poder discricionário das empresas na determinação da relação de trabalho ocorre em detrimento do poder de negociação dos sindicatos, num ambiente de “ataque” político-ideológico à representação sindical, de aumento do desemprego e de elevação das barreiras à entrada no mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, observa-se um crescente aumento da parte variável dos salários por meio da introdução de diversos programas de remuneração (bônus, prêmios, Participação nos Lucros e Resultados - PLR e outros). Estes são

estabelecidos de acordo com critérios de desempenho dos trabalhadores (individualmente, em equipe ou por células de produção) no cumprimento das metas estabelecidas pelas empresas (número de clientes, desempenho das vendas etc.). Tal remuneração, por sua vez, não é incorporada aos salários e nem incidem sobre ela contribuições sociais e previdenciárias e ajustes salariais futuros (Dedecca, 2005; Krein, 2007).

Sauviat e Chesnais (2005) afirmam que, com a maior participação do “capital portador de juros” sobre a propriedade das empresas, o controle das decisões de investimento não só está crescentemente sob os desígnios diretos do capital, mas também sob a gestão de dirigentes corporativos alinhados aos critérios de rentabilidade estabelecidos pelos mercados financeiros. Esse alinhamento seria observado pela oferta sistemática de opções de compra das ações das empresas e de bônus como mecanismo de remuneração dos dirigentes superiores. Isso ocorre tanto por meio dos novos critérios de desempenho na criação de valor no curto prazo³² como do clássico resultado operacional. Os autores mostram que, segundo esses mesmos critérios de rentabilidade, a gestão do emprego nas empresas é influenciada pela introdução de “fórmulas salariais e contratos adaptados às diferentes categorias de mão-de-obra e ao funcionamento peculiar dos mercados de trabalho correspondentes a estas categorias” (Sauviat e Chesnais, 2005: 251). Assim, além de uma maior diferenciação dos mecanismos de repartição dos ganhos de produtividade, as próprias fontes desses ganhos se tornaram mais “opacas” à grande parte dos trabalhadores.

A estrutura de consumo, por sua vez, não pode ser derivada diretamente desse novo padrão salarial e das novas condições de incorporação dos trabalhadores no mercado de trabalho. Está também relacionada à própria estrutura produtiva no que diz respeito aos instrumentos de concorrência e aos padrões históricos de acumulação dos países e suas diferenças em termos dos mecanismos de financiamento da produção e do consumo, da distribuição de renda etc. O avanço sem precedentes nas formas de endividamento determinadas pelas inovações financeiras e de crédito é fundamental para a compreensão dos novos padrões de consumo. O consumo se desconecta da

³² Os autores citam os critérios ROCE-*Return on Capital Employed*, ROA-*Return on Assets* e ROI-*Return on Investments*.

renda familiar disponível, tendo suas formas de antecipação propiciadas por vários instrumentos de financiamento da dívida (cartão de crédito, crediário, *leasing* etc.), muitas vezes, oferecidos por bancos e agências financeiras da própria empresa industrial/comercial. Além disso, o sistema, cuja forma mais avançada é representada pelos processos que atuam na dinâmica econômica dos Estados Unidos, transforma as dívidas contraídas em fonte para um novo endividamento³³.

Considerando as mediações aqui sinteticamente esboçadas, sob o prisma de uma divisão social do trabalho mais sofisticada nas áreas metropolitanas, seria possível observar interações entre a maior densidade da população urbana, a concentração de mercados de consumo de bens-salário, a elevada heterogeneidade das atividades econômicas e dos mercados de trabalho, a presença mais acentuada dos estratos médios-altos das estruturas de classes sociais ligadas às funções de comando etc. De maneira geral, os efeitos nas interações das três estruturas supracitadas (produtivas, salariais e de consumo) estão associados à imposição de um estilo de vida urbano no sistema capitalista que impele o consumo de bens e serviços industriais (alimentos, vestuário, residência, energia elétrica, água e gás). Tais interações atuam na esfera da diferenciação do consumo, por exemplo, no consumo de bens e serviços de luxo pelas classes de mais alta renda. No meio urbano-metropolitano, o poder de compra dessas classes é importante para a análise dos mecanismos de apropriação da renda fundiária urbana e das decisões de investimento nas infraestruturas de consumo coletivo. Isso tem sido cada vez mais acentuado por meio dos processos de ampliação das desigualdades de renda em favor desses estratos. Por outro lado, também é preciso levar em consideração que os instrumentos de financiamento que antecipam o consumo não são mais exclusivos das famílias de classe média-alta, também foram repassados àquelas das classes de menor poder aquisitivo, com fortes impactos sobre seu estilo de vida urbano³⁴.

Assim, apesar dessa “aproximação” pelo consumo, a estrutura de consumo associada a um estilo de vida tipicamente urbano não pode ser diretamente derivada

³³ Como é o caso dos mecanismos de refinanciamento das hipotecas, ampliados para as classes de menor poder aquisitivo, que estão no cerne da crise atual.

³⁴ Isso pode ser atestado nas metrópoles brasileiras, em que “Os aparelhos eletrônicos chegam às favelas antes da unidade sanitária completa (e evidentemente da moradia digna)” (Maricato, 2003: 78).

das relações no mercado de trabalho. Importantes mediações também devem ser feitas no que diz respeito às questões da distribuição de renda e suas relações com as alternativas de sobrevivência fora das relações capitalistas de produção.

No caso dos espaços metropolitanos brasileiros, as características de um mercado de trabalho de ampla base, elevada rotatividade, intensa concorrência e alta heterogeneidade nas situações de ocupação, em que predominam baixos salários, inclusive dos trabalhadores do mercado de trabalho formal, certamente têm influência na reprodução da força de trabalho, com impactos negativos sobre as paisagens físicas urbanas. O que foi ainda mais agravado no período pós-1980, com a interrupção do processo de estruturação do mercado de trabalho, que vinha sendo caracterizado, em termos gerais, pelo aumento da taxa de assalariamento, das ocupações urbanas de maior qualificação e de classe média, do emprego de maior qualificação na administração pública e serviços sociais e do emprego nas grandes empresas, privadas e estatais³⁵.

Diferentemente das metrópoles de países desenvolvidos, o conflito clássico entre trabalhadores do “núcleo” e da “periferia” do mercado de trabalho não é o principal determinante no que se refere às questões distributivas e à estrutura de consumo nas metrópoles brasileiras³⁶. Nestas, há grande proximidade dos rendimentos auferidos pelos empregados assalariados com relações formais de trabalho e os empregados assalariados informais.

Segundo Tavares (1981), nos espaços metropolitanos brasileiros as possibilidades de sobrevivência fora das relações formais de trabalho dependeriam menos da pequena produção e mais dos meios de se auferir rendimentos prestando serviços pessoais diversos às classes dos estratos médios-altos. Para Medeiros (1992: 326), “em torno de cada ‘bom posto’ de trabalho criado, desenvolve-se uma miríade de ocupações precárias”. Nesse sentido, como ressaltado anteriormente, as questões distributivas mais importantes são determinadas pelo anacronismo da concentração da propriedade da terra e da renda fundiária, tanto rural como urbana, pela interdição do

³⁵ Ver Henrique (1999).

³⁶ Porém, do ponto de vista da proteção social, a inserção no núcleo do mercado de trabalho e a formalização do vínculo de emprego representam um diferencial importante.

direito à cidade e pelo arcaísmo do papel do capital mercantil nas lógicas de produção do espaço urbano brasileiro³⁷.

De outro modo, as dificuldades na compreensão desses desafios analíticos se relacionam à constituição de distintos mercados de trabalho não só entre países, mas também no interior dos territórios nacionais, como será discutido mais à frente. Assim, entende-se que, ter como orientação mais geral a categoria analítica da divisão social do trabalho, em suas variadas dimensões, torna-se decisivo para a compreensão dos intrincados processos que se expressam nos territórios regionais e urbanos.

1.4. Divisão social do trabalho e a constituição de mercados urbanos de trabalho com dinâmicas regionais específicas

Nos territórios nacionais é preciso atentar para as interdependências, irreversibilidades, inércias e dinâmicas diversas que determinam e cristalizam os desníveis inter-regionais e urbanos. Segundo Gunnar Myrdal (1972: 163) a existência das desigualdades inter e intranacionais deve ser vista como “um dos aspectos do problema mais amplo das desigualdades em geral, que ocorrem entre indivíduos e grupos sociais”. Estas são explicadas segundo o princípio de que os processos sociais são fenômenos complexos, nos quais os fatores do desenvolvimento (seja pelo efeito de forças regressivas ou de forças propulsoras) são interdependentes, tendo causação circular e acumulativa. Sob o livre jogo das forças de mercado e na ausência de mudanças exógenas determinadas por políticas planejadas para sustar o movimento, tais processos tendem ao desequilíbrio permanente. Para compreender as desigualdades engendradas por esses processos, não basta isolar as “forças que atuam no mesmo sentido”, sendo também “inútil buscar um fator predominante”. É preciso compreender a interdependência das relações entre os diferentes fatores no âmbito das estruturas de poder e controle sob as quais os processos sociais se desenvolvem de maneira cumulativa.

De acordo com este autor, os processos sociais que levam às desigualdades regionais atuam por meio de “cadeias causais”. A partir de impulsos iniciais, efeitos

³⁷ Questões que permanecem intocáveis, mesmo com a existência de algumas ações pontuais de reforma agrária no período mais recente. No caso urbano, esses travamentos foram ainda mais acentuados com a extinção dos programas nacionais de financiamento habitacional e de habitação popular nos anos 1980.

regressivos ou propulsores (da migração de mão-de-obra, do movimento de capital e comércio ou de outras relações sociais) se desenvolvem num processo cumulativo de modo que,

há uma tendência inerente no livre jogo das forças do mercado a criar desigualdades regionais e que essa tendência tanto mais se agrava quanto mais pobre for um país, são as duas leis mais importantes do subdesenvolvimento e do desenvolvimento econômico no regime de *laissez-faire*. (Myrdal, 1972: 163).

As desigualdades regionais e urbanas, por sua vez, articulam-se e se projetam numa divisão social do trabalho que se estende nos territórios nacionais, conformando diferentes padrões de distribuição das atividades econômicas, do emprego e das classes sociais no espaço. As atividades econômicas se organizam setorial e geograficamente sob grande variedade de formas, seguindo hierarquias e dinâmicas específicas no interior das redes urbanas nacionais e regionais. Desse modo, uma divisão inter-regional do trabalho pode ser observada entre regiões produtoras de bens de capital, bens intermediários e bens de consumo, centros administrativos, financeiros e comerciais, de modo geral designando distintas especializações e funções regionais. Da mesma maneira, divisões técnicas do trabalho no interior das firmas (pesquisa e desenvolvimento, montagem de produtos finais e outras) podem ser organizadas de modo hierarquicamente distinto entre as regiões.

De acordo com Massey (1995), sob o arcabouço teórico da divisão espacial do trabalho podem ser melhor apreendidas as relações existentes entre o geral e o particular. Ou seja, o espaço poderia ser visto como uma síntese de múltiplas determinações, mas que, ao mesmo tempo, está inserido no movimento geral de acumulação capitalista, no qual são empreendidas batalhas entre as diversas frações de capital. As diferentes estruturas espaciais de produção são entendidas por esta autora como produto histórico da combinação de camadas de novas rodadas de investimento e novas formas de atividade que se impõem ao longo do tempo. Potencialmente, cada nova rodada de investimentos estabelece e impõe novas bases econômicas de organização social e novas posições na divisão espacial do trabalho³⁸.

³⁸ Sob arcabouço teórico distinto, Jacobs (1969) descreve tal processo como um novo trabalho chamando outro. Esta autora discute as formas pelas quais vão se incorporando na sociedade novas atividades,

Essas estruturas emergem como um sistema de interdependências, em que cada área geográfica desempenha uma função específica e têm existência particularizada nas relações concretas de dominância e subordinação com outras regiões.

Sob esse prisma, a concentração das funções de comando em algumas cidades/regiões está articulada a uma maior concentração relativa de classes dos estratos médios e superiores das estruturas sociais, as quais têm poder de decisão significativo sobre o uso e a transformação das paisagens físicas. Nesses termos, as configurações metropolitanas teriam maior poder de comando sobre a mobilização da força de trabalho, ou ainda sobre a dinâmica do emprego no âmbito da divisão espacial do trabalho. Porém, ao se centrar o enfoque nesses espaços metropolitanos, não se pode perder de vista a conformação, as funções e as hierarquias da rede urbana, seja a mais próxima ou a mais distante.

Como afirma Massey (1995), a constituição de diferentes estruturas espaciais de produção envolve, ao mesmo tempo, a configuração de estruturas regionais de dominação e subordinação, de modo que, não são as regiões que se relacionam, mas as relações sociais de produção que se estendem sobre o espaço. A questão do uso estratégico das heterogeneidades e diversidades regionais no curso do processo de acumulação de capital, como, por exemplo, a mobilização e o acionamento das diferentes qualidades da força de trabalho, é analisada por esta autora tendo como referência o balanço de forças que se processa entre as diferentes frações do capital, em particular, e das classes sociais, em geral³⁹. As transformações na divisão espacial do trabalho são entendidas a partir do modo pelo qual, dentro de uma nova rodada de investimentos, as classes relacionadas às estruturas espaciais anteriores reorientam suas posições em termos políticos, econômicos e sociais e, desse modo, acabam por emergir renovados interesses de classe e/ou são reforçados interesses pretéritos. Nessa perspectiva, o capital não seria indiferente ao mapa preexistente da força de

novos gêneros de produtos e serviços, adicionando novos trabalhos aos trabalhos antigos, especialmente nos espaços urbanos mais dinâmicos.

³⁹ É importante considerar o período em que Massey escreve, de profundas transformações nos padrões da divisão espacial do trabalho no Reino Unido e nos Estados Unidos, que se explicitaram pelos processos de desindustrialização de regiões de base econômica mais antiga e mudanças nas posições de comando em suas redes urbanas e sistemas regionais no final dos anos 1970 e 1980.

trabalho, porém, a própria distribuição espacial da força de trabalho é resultante do movimento de expansão capitalista.

No capitalismo contemporâneo, os mecanismos que conferem possibilidades quase ilimitadas de explorar as heterogeneidades dos diferentes mercados de trabalho, em escala mundial, foram bastante aperfeiçoados. Entretanto, conforme as perspectivas teóricas aqui apresentadas, o foco não deve ser o dos custos salariais e das diferentes qualidades do fator trabalho, como vem sendo geralmente analisado⁴⁰.

Segundo Gunnar Myrdal (1972: 58),

a História mostra que a mão-de-obra barata e não raro submissa das regiões subdesenvolvidas não atrai em geral a indústria. Os poucos exemplos em que a oferta de mão-de-obra foi eficaz em levar a indústria para regiões atrasadas (...) são, a bem dizer, exceções a uma regra geral. Há de fato forças que operam na direção oposta, entre as quais as economias externas nos centros já estabelecidos de expansão econômica. Comumente é a mão-de-obra que se tem de mover para as localidades de demanda crescente e ali empreender o difícil esforço de ajustamento aos métodos e valores diferentes de uma sociedade em expansão.

Tendo essa análise como referência, Markusen (2005) afirma que seria mais adequado partir da hipótese de que a tendência mais forte é a de os trabalhadores se deslocarem com maior rapidez às aglomerações urbanas de maiores salários do que o capital em direção a regiões com salários mais baixos.

Ademais, pode-se avançar na compreensão dos processos que atuam na configuração do mapa da força de trabalho acrescentando a essas abordagens que, no âmbito das transformações da divisão social do trabalho e da extensão das relações sociais de produção nos territórios nacionais, são engendradas, ao mesmo tempo, redes urbanas e sistemas de cidade que se organizam hierarquicamente, com distintos portes, densidades, complexidades e zonas de influência. É no interior destas que se processam as várias dimensões da reprodução da vida social, bem como são conduzidos e circulam os processos de valorização dos capitais. No ambiente construído socialmente, que toma a forma de um sistema ou rede de cidades, são erigidas infraestruturas físicas e sociais, relações entre o rural e urbano e com o

⁴⁰ Para uma análise crítica, ver Walker (1999).

hinterland imediato, formando os assentamentos humanos e constituindo mercados de trabalho urbana e regionalmente específicos.

Tendo em vista a complexidade e a importância da compreensão de tais desafios analíticos para a construção de uma economia política urbana e do mercado de trabalho, é preocupante o modo como vêm sendo feitas, pela literatura hegemônica na área, derivações teóricas (diretas), sem mediações (históricas, geográficas e analíticas) adequadas, entre os processos que atuam na dinâmica econômica da chamada globalização e seus impactos sobre as estruturas produtivas e ocupacionais das grandes aglomerações urbanas. Nas formulações teóricas da literatura internacional, de grande influência na discussão acadêmica e na proposição de políticas urbanas contemporâneas, são estabelecidas tendências gerais de desindustrialização e terciarização das estruturas produtivas, flexibilização e segmentação dos mercados de trabalho e polarização socioeconômica, sem considerar as particularidades dos padrões específicos de urbanização e industrialização, tal como será demonstrado no capítulo seguinte.

Capítulo 2

As especificidades dos contextos metropolitanos: revisão crítica da literatura internacional

Este capítulo tem como objetivo fazer uma revisão crítica dos estudos da literatura internacional sobre as dinâmicas econômicas metropolitanas contemporâneas, dando ênfase às relações estabelecidas com o mercado de trabalho e as mudanças nas estruturas ocupacionais. A partir do exame sucinto de algumas experiências que conformam e ilustram distintos padrões de urbanização e dinâmicas de expansão metropolitana, busca-se demonstrar as insuficiências destas abordagens.

Cabe lembrar que a área de estudos regionais e urbanos foi hegemonizada nas últimas décadas por uma literatura que negligencia as dinâmicas urbanas específicas, que não sejam aquelas centradas nas maiores cidades. Além disso, propõe uma leitura neutra da realidade, pois o urbano surge como uma plataforma sem conflitos em torno da produção social do espaço e sem contexto nacional e macroeconômico. As atividades econômicas são apresentadas destituídas de sua lógica material-produtiva, uma vez que assentadas nas dimensões imaterial, relacional e intangível do processo produtivo, sob uma perspectiva teórica também marcada pelo denominado novo institucionalismo.

O capítulo está dividido em três seções. Na primeira, são discutidas as teorias que ressaltam as economias de aglomeração presentes nas metrópoles como fatores explicativos do seu “ressurgimento” e “protagonismo” no contexto da globalização. Dentre as principais vantagens competitivas ressaltadas por estas abordagens estão a dimensão do mercado local de trabalho e os fatores que garantem a superação dos dilemas da produção flexível, tais como a elevada rotatividade, a concentração de mão-de-obra qualificada e a circulação de informações.

Na segunda seção, faz-se um exame crítico da literatura que analisa a tendência da concentração das funções de poder e comando dos fluxos internacionais de capital numa rede de cidades mundiais/globais. Ênfase especial é dada às articulações estabelecidas entre estruturas produtivas, de consumo e mercado de trabalho, de modo geral determinadas pela inserção das grandes cidades na dinâmica da globalização.

Na terceira seção, demonstra-se a insuficiência dessas análises posto que não consideram os processos de desenvolvimento e a variedade dos padrões de urbanização. Sob o prisma das estruturas produtivas e ocupacionais, são examinadas sucintamente algumas informações sobre o padrão norte-americano de metropolização “espraiada” (*sprawling*); as tendências atuais da metropolização chinesa; e as particularidades do padrão de urbanização latinoamericano e do brasileiro, em específico.

2.1. Metrôpoles como “regiões que ganham”: abordagem das economias de aglomeração

Desde o final dos anos 1980, gerou-se na literatura urbana um grande consenso que colocou as metrôpoles no centro do dinamismo capitalista contemporâneo, sendo consideradas como regiões ganhadoras. As análises empreendidas sob este marco destacam a importância das economias de aglomeração para o “ressurgimento” das metrôpoles no capitalismo pós-1970⁴¹, com referência recorrente às transformações que ocorreram na materialidade das transações na esfera produtiva. Desse modo, caracterizam uma dinâmica econômica que é cada vez mais determinada por fluxos imateriais (informações, conhecimento e ideias), num contexto de diminuição dos custos de transporte e comunicação, aumento da participação dos serviços em todas as atividades econômicas e ascensão das organizações em rede.

⁴¹ Em suas vertentes mais radicais, os textos demonstram como as grandes cidades retomam agora a sua justa posição natural na história da humanidade, desvirtuada pelo longo interregno do papel dos Estados-nação nas relações internacionais. No período contemporâneo, a história teria voltado ao movimento normal de total centralidade das metrôpoles no contexto mundial. “El espacio metropolitano, entendido como urbano-regional, es decir discontinuo, funcional y objeto de las actuaciones de futuro, es pues el espacio estratégico por excelencia. Un espacio estratégico entendido como espacio económico. El ámbito urbano-regional es hoy el ‘ *marco natural* ’ de la actividad económica” (Borja e Castells, 1997: 249).

Os contextos urbanos de maior complexidade e densidade estabeleceriam as condições para a competitividade das empresas na dinâmica econômica contemporânea, caracterizada pelo aumento da incerteza em relação à rentabilidade futura dos investimentos, devido à forte oscilação dos mercados, à intensificação da concorrência internacional e às exigências de maior flexibilidade nos processos produtivos. As vantagens das metrópoles estariam relacionadas às possibilidades de mobilização de ativos relacionais, de *spill-overs* tecnológicos, de economias de aglomeração, de proximidade, de escopo e de aprendizado. De modo geral, determinariam um ambiente sinérgico e inovador para a maior competitividade das empresas e contribuiriam para a redução das incertezas.

Veltz (1999 e 2004) explora as relações entre três grandes processos: a mundialização das economias; a transformação nos modos de organização das empresas, da produção e do trabalho; e a crescente concentração econômica nas grandes metrópoles mundiais. De acordo com essas lógicas, as áreas metropolitanas seriam localizações extremamente vantajosas, pois, além de possuírem as melhores infraestruturas materiais, são as principais fornecedoras dos ativos relacionais (trabalho qualificado, serviços especializados e ampla e diversificada clientela). Num contexto em que a flexibilidade e a velocidade das transformações são intensificadas, as áreas metropolitanas acelerariam processos dos mercados de consumo, produção e de trabalho.

Os estudos dessa linha de interpretação foram influenciados, em grande medida, pelas abordagens da denominada Escola Californiana, com base nas teorias da organização industrial e suas articulações com o espaço urbano, representada pelas análises de Scott (1988 e 1994).

Para Scott (1988), as condições para o crescimento urbano capitalista surgem quando os conflitos das organizações (internalização ou desverticalização de atividades) são resolvidos pela ampliação da divisão social do trabalho. A desverticalização interna e a especialização das empresas leva a uma maior necessidade de trocas (de mercadorias e informações) entre os estabelecimentos, gerando pressões para que produtores/fornecedores se instalem em locais próximos,

formando complexos industriais produtivos do tipo distrito industrial marshalliano. Dessa forma, as economias externas alcançadas com a emergência de uma estrutura produtiva transacional seriam transformadas em economias de aglomeração, seja pela concentração em áreas urbanas centrais ou pela extensão das atividades em uma determinada área metropolitana. A expansão desses complexos industriais no meio urbano seria reforçada por uma diversidade de estruturas institucionais, tais como associações comerciais, unidades de ensino, redes informais de informação, planejamento urbano e outras.

Na perspectiva de Scott (1994), a manutenção da importância das grandes aglomerações urbanas, apesar das tendências de descentralização na organização espacial da produção num contexto de mobilidade elevada do capital, seria dada pelo retorno das formas flexíveis da produção industrial e do mercado de trabalho. Diferentemente dos modelos centrados na dicotomia entre serviços e indústria, este autor considera industrial qualquer tipo de processo produtivo no qual se combine capital e trabalho para produzir mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, para se obter lucros. Dessa forma, os principais setores da produção flexível seriam as indústrias de alta tecnologia, as indústrias artesanais (bens de consumo de luxo, produção cinematográfica e outras) e serviços especializados e financeiros, sendo Los Angeles a metrópole mais representativa.

Com ênfases diferenciadas desta abordagem baseada nas teorias dos custos de transação, as referências mais recentes têm se concentrado em três áreas de discussão: encadeamentos para trás e para frente entre as empresas; mercados locais de trabalho; e ativos relacionais locais que promovem a inovação. O quadro a seguir, adaptado de Storper e Venables (2005), contém uma síntese destas abordagens.

Quadro 2.1 – Síntese das teorias de aglomeração e o papel dos contextos urbanos de maior densidade e complexidade

Área de discussão	Agente causal/comportamento	Mecanismo causal da aglomeração	Consequências para a economia
Encadeamentos para trás e para frente (Fujita, Krugman; Venables, 1999)	Busca por fornecedores, clientes e mercados	Incertezas quanto à especialização e quantidades; grande contingente de consumidores = escala	Aglomeração de produtores de insumos intermediários e de bens finais. Especialização/diversificação
Mercado de trabalho (Rotemberg; Saloner, 2000)	Sob condições de alta rotatividade: busca por trabalhadores especializados pelas firmas, sem disposição para compromissos de longo prazo; e busca pela maximização das possibilidades de encontrar trabalho e de se manter com melhores salários	Incertezas quanto à especialização e quantidades; maior rotatividade, maior probabilidade de aprendizagem e desenvolvimento da carreira profissional	Períodos mais constantes, porém menores, de desemprego; salários mais altos; firmas evitam aglomeração de trabalhadores, mas se beneficiam com a quantidade de trabalhadores especializados
Transbordamento e aprendizado tecnológico (Jacobs, 1960; Feldman; Audretsch, 1999; Leamer; Storper, 2001; Darby; Zucker, 2002)	Informação contida nos bens e nas pessoas; “atmosfera”	Redes: circulação de pessoas; mercados: circulação de bens; proximidade e diversidade geram o inesperado, inventividade e criatividade	Taxa de inovação mais alta, cidades especializadas/líderes em certos setores; sinergias da inovação; economia diversificada e criativa

Fonte: Adaptado de Storper e Venables (2005).

Os estudos desenvolvidos por Storper (1997), Storper e Venables (2005) e Scott (2008) enfatizam a “urbanidade” desses processos. Na concepção de Storper (1997), os ativos relacionais importantes se referem às instituições e convenções que são “tipicamente urbanas”, distintas do contexto social e econômico mais geral. Sua natureza urbana é explicada pelo fato de que determinadas relações e convenções só ocorrem num contexto de proximidade.

Para Storper e Venables (2005: 22)

As cidades são crescentemente percebidas como locais onde intercâmbios imateriais são facilitados, o que faz com que elas sejam lugar propício para a criação de novos conhecimentos e, como consequência, centros de inovação. As cidades costumavam ser centros de produção

material; agora, a força motora das aglomerações passou a ser a produção e comunicação de ideias, conhecimento e informação.

Estes autores destacam os efeitos do contato face a face entre pessoas de proximidade física e regular, gerando o que eles chamam de “burburinho” (*buzzy*), que é essencial para o estabelecimento e o fortalecimento das transações imateriais. O burburinho é visto como um tipo diferenciado das outras formas de coordenação, pois cumpre o papel de fazer circular informações, determinando a maneira pela qual as pessoas/grupos são selecionados para participar das redes. A dimensão da aglomeração urbana é importante por determinar o número de atividades que têm o contato face a face como pré-requisito⁴². Nesse sentido, as maiores áreas metropolitanas se diferenciam não só pelas várias combinações de forças aglomerativas, mas também e, principalmente, pelo fato de possuírem o grau de burburinho adequado.

Com relação ao papel do mercado local de trabalho, sua dimensão, densidade e elevada fluidez no interior das grandes metrópoles seria crucial diante das exigências de flexibilidade e competitividade das empresas dos diversos complexos produtivos aí instalados. Nos estudos mais recentes, como discutido no capítulo anterior, as grandes aglomerações metropolitanas são consideradas “protagônicas” pelo fato de que, ao mesmo tempo em que conferem às empresas ampla disponibilidade de mão-de-obra especializada que em outros contextos regionais e urbanos seria escassa, também permitem que os trabalhadores participantes das amplas redes (formais e informais), conformadas no entorno destas empresas, obtenham maiores informações sobre o mercado local de trabalho. Sob tais concepções, os trabalhadores reuniriam melhores condições de melhorar sua posição ou, se desempregado, encontrar um novo emprego.

A necessidade de elaborar novos conceitos de cidade para melhor entender o seu papel nos processos de integração à economia internacional foi sintetizada por Scott *et al.* (2001) através da formulação do conceito de *cidade-região (global)* com base na extensão econômica, política e territorial das formas urbanas de cidade global/mundial, que serão analisadas mais adiante. Os autores defendem que a

⁴² No que concerne a estes contatos, De Mattos (2005: 346) ressalta como atributo importante das metrópoles a “presença de outros atores de equivalente categoria hierárquica”.

configuração espacial da *cidade-região* é variável, podendo ser regiões metropolitanas ou “unidades geográficas policêntricas”, o que importa é que estas emergjam como “um novo e decisivo fenômeno geográfico e institucional”, funcionando como “*nós* espaciais essenciais da economia global e como atores políticos específicos na cena mundial” (Scott *et al.*, 2001: 11).

Os conceitos aqui apresentados são incorporados pelo estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2006) sobre cidades competitivas na economia global. Nesse estudo, foram identificadas as vantagens competitivas de localização e as externalidades negativas de regiões metropolitanas nos países centrais.

Com relação às vantagens de localização, é listada uma série de fatores e atributos que combinam vantagens clássicas das grandes cidades (acessibilidade, externalidades da aglomeração e capital físico e social) e elementos para a resolução dos dilemas das atividades modernas flexíveis. Um deles seria o aumento contínuo da velocidade das comunicações em contraste com as economias de proximidade. A metrópole seria uma localidade vantajosa, pois grande parte do crescimento das atividades de mais alto valor adicionado no período atual ocorre no setor de serviços e em indústrias de pequenas unidades fabris, nas quais maiores facilidades de transporte e de comunicação não dispensam as vantagens da proximidade física entre empresas e trabalhadores.

Ainda segundo esse estudo, outro dilema se refere à flexibilização do mercado de trabalho em contraposição às expectativas dos trabalhadores de obterem ocupações de melhor qualidade e salários mais altos. As vantagens da localidade metropolitana são representadas pela concentração de uma diversidade de atividades econômicas e um mercado de trabalho de alta rotatividade, oferecendo às empresas maiores possibilidades de recrutamento em amplo mercado, permitindo ao mesmo tempo que os trabalhadores encontrem novas oportunidades de emprego sem ter que mudar de região.

Por fim, dilemas entre especialização e diversificação seriam resolvidos pelo fato de abrigarem *clusters* de diversos setores, sendo importantes a proximidade de

distintas fases dos processos produtivos e as possibilidades de estabelecer relações com outras instituições (empresas, universidades, centros de pesquisa e serviços de profissionais especializados), essenciais para o desenvolvimento conjunto de atividades inovadoras num contexto de pluralismo e diversidade de conhecimento.

No entanto, o espaço metropolitano também é dotado de externalidades negativas, que se traduzem em custos diretos para empresas e população. Dentre estes, poder-se-ia destacar aqueles decorrentes da superlotação dos transportes, congestionamentos, poluição ambiental (baixa qualidade do ar e da água, degradação de áreas verdes, ruídos elevados e outros), infraestrutura de má qualidade e fraca coesão política, fiscal e social. Outros problemas metropolitanos aparecem como consequências negativas do fortalecimento dessas áreas em detrimento das demais regiões de um país. Uma preocupação constante se refere a um possível declínio das cidades e regiões menores e menos desenvolvidas, em função da drenagem de excedente social, capitais e “cérebros” para as metrópoles.

A crítica mais geral que poderia ser feita a essas abordagens se refere à sua matriz teórica, fundamentada no paradigma da localização⁴³, numa junção da economia neoclássica e da *regional science*, que considera os espaços da perspectiva do balanço entre economias e deseconomias; externalidades positivas e negativas; e vantagens e desvantagens competitivas. Suas análises atribuem pesos aos fatores aglomerativos e desaglomerativos ou, em outras palavras, às forças centrífugas *versus* forças centrípetas que explicariam as vantagens comparativas da aglomeração em determinada porção geográfica. Tais abordagens fazem retornar a velha discussão do *mainstream*, que sempre buscou quantificar um “tamanho ótimo” de cidade (por volta de um milhão de habitantes), entre uma dimensão mínima, que garantisse densidade demográfica e econômica suficiente, e um porte máximo, em que a concentração espacial excessiva passaria a gerar problemas urbanos.

Segundo Markusen (2005), a influência dessas interpretações hegemônicas, muitas vezes denominadas de novo regionalismo, levam ao distanciamento de questões contemporâneas extremamente relevantes para o entendimento das

⁴³ Reis (2007).

dinâmicas urbano-regionais, tais como a reestruturação patrimonial (transferências, privatizações e fusões e aquisições) e as mudanças determinadas pelos movimentos nos mercados financeiros. Esta autora chama atenção para que se retome a análise crítica tomando por base os processos políticos decisórios, nos quais grupos seletos e específicos mobilizam o Estado Nacional de acordo com seus interesses.

Além disso, as articulações com o mercado de trabalho são feitas tendo como referência as abordagens de mercado local de trabalho, baseadas nas teorias do capital humano, como já demonstrado no capítulo anterior. A força de trabalho é considerada como um ativo relacional, sendo que sua elevada rotatividade é vista como uma das vantagens competitivas das grandes cidades, tanto para as empresas como para os trabalhadores.

Antes de passar para um exame crítico mais detalhado dessas interpretações dominantes, é preciso considerar outras abordagens que também possuem grande influência, do ponto de vista teórico e das práticas urbanas e estratégias de políticas públicas da atualidade. Procura-se demonstrar mais à frente os efeitos nocivos para o adequado entendimento do funcionamento do mercado de trabalho nas grandes aglomerações urbanas, principalmente nos espaços da periferia capitalista.

2.2. Cidade mundial e cidade global

Em posição contrária às teses da dissolução das grandes concentrações urbanas e do crescimento sem emprego⁴⁴, as discussões levantadas por Castells (1996) e Sassen (1991) tornaram-se predominantes, com sua larga influência se estendendo do campo acadêmico para o da formulação de políticas urbanas e regionais. Estes autores consideram as grandes cidades como os espaços estratégicos de comando e controle dos principais processos econômicos determinados pela globalização, pois concentram as atividades que dão suporte às estratégias de descentralização das empresas transnacionais, ou seja, o terciário “avançado”⁴⁵.

⁴⁴ Entre os principais autores do “fim do emprego” estão Rifkin (1996) e Gorz (1997).

⁴⁵ Serviços financeiros, seguros, atividades imobiliárias, consultorias, assessoria jurídica, propaganda, projetos, marketing, relações públicas, segurança, coleta de informações e gerenciamento de sistemas de informação, pesquisa e desenvolvimento etc.

A maior demanda por serviços nos processos produtivos de todos os setores econômicos estaria na base das principais transformações das estruturas produtivas e ocupacionais, produzindo uma nova configuração urbana, denominada de cidade global (*global city*), para Sassen, e de cidade informacional (*informational city*), para Castells. Portanto, sob a lógica de um espaço de fluxos internacionais e da nova forma organizacional da empresa em rede, a globalização seria marcada por uma dinâmica simultânea de dispersão e concentração territorial.

O conceito de cidade global desenvolvido por Sassen (1991) destaca a concentração das funções estratégicas para o processo de globalização num grupo seleto de cidades globais: Londres, Tóquio e Nova Iorque. Seu modelo pode ser entendido no âmbito de discussões anteriores a partir dos estudos de Hall (1966), Friedmann e Wolff (1982) e Friedmann (1986) sobre a cidade mundial (Quadro 2.2). Embora esses enfoques se diferenciem do referencial de Sassen pelo papel que atribuem às economias nacionais, o ponto em comum está na concepção de que os processos socioeconômicos que atuam nessas cidades são determinados por sua inserção na economia internacional.

As principais cidades mundiais/globais, assim concebidas, são organizadas hierarquicamente de acordo com suas funções de poder e comando na rede de fluxos internacionais. A partir dos estudos de Sassen, tipologias de cidades globais foram estabelecidas, identificando também cidades que não se enquadram plenamente nesta categoria, mas que possuem funções típicas de cidade global: sede de empresas multinacionais; concentração de serviços especializados às empresas; bolsa de valores de importância internacional; e dotação de moderna infraestrutura de serviços, tais como grandes centros de convenções, aeroportos internacionais e ampla e sofisticada rede hoteleira e de gastronomia, além daquelas denominadas de outras amenidades urbanas.

Quadro 2.2 - Hierarquias de cidade mundial e cidade global

Cidade Mundial

A partir do esquema de Wallerstein, no qual o sistema-mundo seria dividido em *centro*, *semi-periferia* e *periferia*, foi estabelecida por Friedmann (1986) uma tipologia de cidades mundiais que se localizam no *centro* e na *semi-periferia*. São elas:

Centro

Cidades principais: Nova York, Chicago, Los Angeles, Londres, Paris e Tóquio.

Cidades secundárias: Toronto, Miami, Houston, São Francisco, Sydney, Madri, Milão, Viena e Johannesburgo.

Semi-Periferia

Cidades principais: Singapura e Rio-São Paulo

Cidades secundárias: México, Caracas, Buenos Aires, Seul, Taipei, Manila, Hong Kong e Bangkok.

Cidade global

O GAWC (*Globalization and World Cities*), grupo de pesquisas do qual Sassen faz parte como membro fundador, estabelece uma tipologia de cidades globais, identificadas segundo critérios de: 1) contagem de referências às cidades nas primeiras páginas da seção de negócios em jornais de circulação internacional; 2) mensuração dos fluxos migratórios de mão-de-obra especializada entre as cidades por meio de entrevistas e questionários postais; e 3) análise da localização dos escritórios de empresas prestadoras de serviços produtivos em todo o mundo. A partir da pontuação de 122 cidades selecionadas com base nestes critérios, foi elaborada uma escala que varia de 0 a 12, em que as cidades cuja pontuação é 12 foram denominadas *alfa*, as cidades com pontuação entre 7 e 9 foram denominadas *beta* e, por último, aquelas cidades globais com pontuação entre 4 e 6 foram denominadas *gama*.

Cidades globais alfa: Los Angeles, Chicago, Nova York, Londres, Paris, Milão, Frankfurt, Tokyo, Singapura e Hong Kong.

Na América Latina, São Paulo e Cidade do México foram consideradas como cidades globais *beta* e Buenos Aires, Santiago e Caracas foram consideradas como cidades globais *gama*.

Nas análises de Sassen (1997 e 2003), são melhor explicitadas as articulações entre estrutura produtiva, de consumo e de mercado de trabalho decorrentes do papel estratégico das grandes cidades nos fluxos internacionais.

Para Sassen (2003), em função das privatizações, desregulamentações (dos mercados financeiros, de bens e serviços e do mercado de trabalho) e crescente participação dos agentes econômicos nacionais na economia global, houve um reescalonamento dos territórios que articulam o novo sistema internacional. Os articuladores-chave da nova arquitetura organizacional sistêmica do capitalismo seriam

as empresas transnacionais e os mercados financeiros, levando, por sua vez, ao enfraquecimento do nacional como principal unidade territorial.

A elevada mobilidade dos capitais, observada pela atuação das empresas transnacionais em países estrangeiros e pela incorporação de novos mercados financeiros, gerou a necessidade de serviços de gestão e coordenação altamente especializados, encontrados apenas em cidades que possuem recursos e mão-de-obra altamente qualificada para executá-los, ou seja, naqueles espaços urbanos dotados dos atributos específicos encontrados somente nas cidades globais. Estas possibilitariam uma “escala ótima” de serviços, diferenciando-as das cidades posicionadas em níveis menores das redes urbanas nacionais, nas quais a liderança de uma economia intensiva em serviços também poderia ser observada. Assim, possuem as externalidades econômicas necessárias, que não se restringem apenas à infraestrutura de novas tecnologias de informação, mas também envolvem as habilidades, “amenidades” e talentos superiores exigidos da mão-de-obra e do suporte de rede social, capazes de produzir os conhecimentos que são codificados em informações de forma privilegiada nesses contextos sinérgicos e mundializados.

No que diz respeito às redes metropolitanas das quais as cidades globais fazem parte, integram-se a esta dinâmica através de rodovias digitais, sendo que as infraestruturas convencionais de comunicação maximizam os benefícios dessas novas redes. Porém, não se exclui a possibilidade de que grande parte das áreas em seu entorno e suas hinterlândias tenha perdido dinamismo e se encontre em situação de marginalização, pobreza e deterioração de suas infraestruturas. Ou seja, o fato de essas cidades serem lugares estratégicos na economia global não implica na irradiação de seu dinamismo econômico para a região em que estão localizadas.

As considerações sobre os prováveis impactos socioeconômicos da alta concentração desses processos nas cidades globais são melhor apresentadas no texto elaborado por Sassen (1997), para discussão na Organização Internacional do Trabalho (OIT), no qual discute o aumento da informalidade do trabalho em metrópoles desenvolvidas. A análise é feita para Nova Iorque, porém, as novas tendências também poderiam ser observadas nos grandes centros urbanos de países subdesenvolvidos.

Segundo esta autora, a implantação dos processos globais nas grandes cidades, detentoras dos atributos globais, levaria à formação de um novo núcleo econômico urbano, em que as operações financeiras e os serviços especializados às empresas, em substituição à produção industrial de massa, passariam a liderar o dinamismo econômico⁴⁶. Nesses termos, a reorganização das estruturas produtivas resultaria, por sua vez, em aumento da polarização econômica nos vários mercados urbanos - especialmente nos mercados fundiário/mobiliário, de trabalho e de consumo.

Seguindo uma argumentação sobre as mudanças no mercado de trabalho urbano, essencialmente sob o ponto de vista microeconômico, Sassen observa que, devido à forma de organização das atividades de serviços, tais movimentos seriam acompanhados pela desestruturação da relação de emprego anterior. Diferentemente do emprego industrial, os empregos nas atividades de serviços são caracterizados pela maior dispersão dos rendimentos e das ocupações e frágil organização sindical⁴⁷.

Ademais, esta autora considera que haveria um enfraquecimento da firma na estruturação da relação de emprego, por dois motivos principais. De um lado, a desverticalização da estrutura organizacional das empresas implicou numa demanda bipolar de mão-de-obra (trabalhadores altamente especializados, com alto nível educacional e trabalhadores com nível educacional e habilidades reduzidos), diminuindo a necessidade das ocupações em postos intermediários, contratadas por tempo integral e prazo indeterminado. Como resultado, as vantagens da formação dos mercados internos de trabalho e suas práticas de promoção no interior dos grupos ocupacionais (*job ladders*) foram reduzidas e as agências de emprego tornaram-se os principais intermediários do mercado de trabalho. A tendência geral ocorreria no sentido de uma maior “casualidade” da relação de emprego, não só das ocupações tradicionalmente definidas como casuais, mas também dos profissionais de alto nível. De outro lado, a autora identifica um deslocamento de funções tradicionais do mercado

⁴⁶ *Service-led growth* é o termo utilizado por Sassen.

⁴⁷ Utilizando dados e a classificação dos serviços intensivos em informação e conhecimento e serviços intensivos em trabalho, mostra que estes dois tipos de serviços foram responsáveis por grande percentual do aumento do emprego total nos Estados Unidos, durante o período 1979-1987, sendo maior ainda no subsetor de serviços intensivos em trabalho. Com isso, houve uma deterioração dos rendimentos, uma vez que nesse subsetor os rendimentos médios anuais (ocupação *full time*) são bem inferiores em comparação aos do total do setor de serviços e da indústria.

de trabalho, em termos de recrutamento, triagem e treinamento, do âmbito do mercado geral de trabalho e das firmas para as esferas das comunidades e das famílias⁴⁸.

Em seu conjunto, tais mudanças determinariam uma polarização no mercado de trabalho entre profissionais de alta qualificação e remuneração nos serviços avançados; e um amplo segmento de trabalhadores ocupados em atividades menos exigentes de qualificação e com baixos salários, boa parte deles, prestando serviços ao seu polo oposto. O maior distanciamento dos rendimentos entre estes dois polos tem impactos importantes nas esferas do consumo e da reprodução social, sendo que os efeitos de *feedback*, que antes contribuíram para a reprodução de uma classe média, agora levariam a uma crescente desigualdade nos rendimentos e maior “casualidade” da inserção nos mercados de trabalho⁴⁹.

As cidades globais seriam os lugares mais proeminentes destas tendências, cujos impactos em sua configuração social e econômica poderiam ser observados pela análise dos circuitos que interligam: a ampliação de segmentos sociais de rendimentos elevados e consumo sofisticado, ligados às atividades globais; as distorções nas operações dos principais mercados da economia urbana (de trabalho e imobiliário); e a informalização crescente das atividades econômicas. As distorções nos mercados (valorização excessiva dos preços dos serviços e dos espaços comerciais) seriam causadas pela alta concentração de atividades do complexo de serviços internacionalizados nas áreas centrais (escritórios empresariais, turismo, centros de convenções, hotéis e restaurantes de luxo). Como consequência disso, outras atividades econômicas de baixa lucratividade, cuja demanda é local, não teriam condições de competir por espaço e investimento nas áreas centrais da cidade, o que as levaria a operar na informalidade ou subcontratar fornecedores informais.

⁴⁸ Nesse caso, a autora ressalta o papel das redes informais de emprego no interior das comunidades de imigrantes estrangeiros, formando mercados locais de trabalho, nos quais existe uma dependência elevada dos trabalhadores, muitas vezes restringindo a busca de oportunidades de emprego por outros meios.

⁴⁹ Em Sassen (1998: 50) tal argumento é relativizado pela afirmação de que iso não significaria o desaparecimento da classe média, mas sim que “as condições que contribuíram para sua expansão e para seu poder político e econômico (...) foram postas de lado por novas fontes de crescimento”.

Por outro lado, uma vez que as grandes redes de varejo se deslocaram dessas áreas para localizações suburbanas mais vantajosas, o consumo da população de renda mais baixa, que reside nas áreas centrais, seria abastecido por pequenos estabelecimentos industriais e comerciais que utilizam trabalho familiar e operam abaixo dos padrões mínimos de segurança. São exemplos, as *sweatshops* no setor de vestuário, os *gypsy cabs* que atuam nos bairros não atendidos pelo serviço oficial de táxi e as fábricas de móveis nos porões das residências. Essa dinâmica se imporia mesmo nos casos em que o grupo de serviços mais avançado apresentasse baixa participação relativa no total das ocupações dessas cidades.

Assim, o processo de gentrificação⁵⁰ deflagrado pela demanda dos setores de alta renda se organizaria com base numa ampla oferta de trabalhadores de baixos salários. Dessa forma, os baixos salários dos ocupados em serviços “menos nobres” sustentariam a demanda customizada das classes de alta renda dos serviços avançados. Nesse sentido, a autora contrapõe o modelo *gentrification* das classes de alta renda (intensivo em trabalho e em economias de proximidade) ao modelo anterior de suburbanização de classe média (intensivo em capital: construção civil, rodovias, automóveis e grandes centros comerciais operando no sistema de auto-serviço) e suas distintas formas de consumo.

A abordagem de Sassen (1997) tem grande apelo explicativo, pois estabelece articulações entre as estruturas produtivas, do mercado de trabalho e de consumo, propondo determinações de novas e velhas tendências efetivamente observadas nas grandes cidades, tais como o aumento da informalidade do emprego e da segregação socioespacial.

Entretanto, a literatura especializada aponta várias falhas a esse modelo desde as abordagens iniciais de Sassen, em seu livro *The global city*, publicado em 1991⁵¹. Dentre as críticas de maior interesse para o presente estudo, estão aquelas relacionadas ao conceito de cidade implícito e as tendências para o mercado de trabalho.

⁵⁰ Enobrecimento de áreas centrais degradadas, pela realização de investimentos em obras de revitalização/requalificação e implantação de residências para as classes mais ricas (*flats*, condomínios de luxo etc), deslocando a população de menor poder aquisitivo.

⁵¹ Hamnett (1994), Storper (1997) e Preteceille (2000).

Gottdiener e Budd (2005) argumentam que as mudanças sociais, culturais e econômicas nas grandes cidades devem ser compreendidas sob a perspectiva da área metropolitana da qual fazem parte⁵². Para estes autores, a conformação das metrópoles norte-americanas seria melhor compreendida a partir do conceito de região metropolitana com “múltiplas centralidades” (*multi-centered metropolitan region*), funcionalmente especializadas e ligadas por uma variedade de meios de comunicação e transporte⁵³.

Já os determinantes do aumento da informalidade no mercado de trabalho urbano são analisados estritamente do ponto de vista microeconômico, sendo resultado: da desestruturação dos mercados internos de trabalho das grandes empresas; do aumento dos serviços nos processos produtivos de todos os setores da atividade econômica; e de sua demanda bipolar por parte das empresas (serviços de alta e de baixa qualificação e salários). Entretanto, mesmo sob a perspectiva microeconômica, os argumentos de Sassen poderiam ser criticados pelo fato de isentarem o papel das grandes empresas no quadro de piora das relações de trabalho, tendo em vista as novas formas de contratação, uso e remuneração de mão-de-obra e suas articulações com as mudanças no mercado geral de trabalho, como discutido no primeiro capítulo.

Dessa forma, Sassen não considera os diversos mecanismos relacionados às mudanças nas políticas sociais e de (des)regulamentação do mercado de trabalho que criaram uma ampla classe de empregados precários, casuais, inseguros e instáveis nas metrópoles norte-americanas, os quais contribuíram para o melhor desempenho dos EUA na geração de empregos (de baixos salários) em comparação aos países europeus nos anos 1990. Nesse sentido, alguns autores analisaram o avanço das políticas neoliberais, resultando numa deterioração da política social norte-americana e na redução das redes de proteção social das classes de menor poder aquisitivo

⁵² Segundo estes autores, Sassen “*simply assumes that Manhattan can stand in for the entire New York City region which, in actuality encompasses parts of three states – New York, New Jersey and Connecticut – and a total district of England, known as the City of London, with the actual sprawling and immense region of greater London*” (Gottdiener e Budd, 2005: 43).

⁵³ Os autores afirmam que este conceito é distinto daquele de “regiões urbanas policêntricas” (*Polycentric Urban Regions* - PURs), que vem sendo discutido para as metrópoles da União Europeia, pois diferentemente da experiência norte-americana, são formadas por regiões espacialmente separadas.

(Walker, 1999; Peck e Theodore, 2001 e Mattos, 2001). A extinção de benefícios sociais em várias áreas (seguro-desemprego, subsídios à saúde e à moradia) e a montagem do sistema *workfare*, em que os benefícios estão vinculados à inserção no mercado de trabalho, aumentaram significativamente as necessidades de se procurar qualquer tipo de ocupação como única forma de sobrevivência.

Na perspectiva do consumo, também não há considerações sobre a ampliação dos mecanismos de crédito e de endividamento das famílias norte-americanas, sobretudo daqueles com base na valorização patrimonial, e seus efeitos sobre o consumo de bens e serviços, desde o pós-Guerra⁵⁴.

Do mesmo modo, De Mattos (2005) também argumenta que o aumento das desigualdades das metrópoles latinoamericanas não pode ser entendido pelos referenciais teóricos de Sassen, pois, nos países subdesenvolvidos, o mercado de trabalho não alcançou nível de estruturação a partir do qual possam ser estabelecidas tendências de polarização semelhantes às do mercado de trabalho norte-americano.

Em artigo mais recente, Sassen (2007), apesar de ampliar sua abordagem para as áreas metropolitanas, de certa forma incorporando as críticas que foram feitas ao seu modelo de cidade global, considera os baixos salários como vantagem competitiva diante dos dilemas da produção flexível e, dessa forma, observa manifestações mais “benéficas” da globalização⁵⁵.

De modo geral, tanto para os modelos das economias de aglomeração como para os de cidade mundial/global, é importante enfatizar que suas influências nas novas políticas urbanas refletem o contexto de recessão econômica e de desindustrialização

⁵⁴ Consultar Serrano (2008).

⁵⁵ Segundo Sassen (2007), a *mega-região urbanizada*, por ser “suficientemente” grande e dispersa, concentraria diversos tipos de economias de aglomeração necessárias para o funcionamento das organizações econômicas mais complexas, que incluem desde as economias de aglomeração mais altas, exigidas pelos serviços avançados, às mais modestas, requeridas pelos escritórios que foram para as áreas periféricas da metrópole e pelas indústrias intensivas em trabalho e de baixos salários. Portanto, a mega-região combinaria localizações sujeitas a elevadas economias de aglomeração e aquelas cuja vantagem é dada pela dispersão regional de atividades. Assim, reuniria as condições para que as atividades mais rotineiras, que se deslocaram para o exterior ou para outras regiões de um mesmo país, em busca de mão-de-obra mais barata, possam retornar. Para tal, seria necessário maximizar a co-presença desses tipos de atividade, buscando encontrar vantagens nas áreas que não foram afetadas pela dinâmica dos serviços avançados.

que repercutiram no desemprego em massa, perda de população e de base econômica, fiscal e financeira, em importantes cidades norte-americanas e britânicas na década de 1970. Segundo Harvey (2001), diante da gravidade desses problemas, os governos locais abandonaram as posições de “administrativismo” e se lançaram ao “empreendedorismo” urbano. O autor afirma que

A maior ênfase na ação local para enfrentar estes males também parece ter algo a ver com a capacidade declinante do Estado Nação de controlar fluxos financeiros das empresas multinacionais, de modo que o investimento assume cada vez mais a forma de negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais (que fazem o possível para maximizar a atratividade do local como chamariz para o desenvolvimento capitalista) (Harvey, 2001: 168).

Uma síntese dos pontos convergentes entre as teorias conservadoras do mercado de trabalho e as novas propostas de políticas de gestão urbana foi feita por Oliveira (2004) e estão organizadas de modo adaptado no quadro a seguir.

Quadro 2.3 - Convergências entre as teorias do mercado de trabalho e as novas políticas urbanas

	Mercado de Trabalho	Gestão urbana/Desenvolvimento local
Origem da crise	Globalização e acirramento da concorrência	
Problemas	Aumento do desemprego.	Desindustrialização das metrópoles (de fato, observada nas metrópoles norte-americanas do “Cinturão Enferrugado” - <i>Rustbelt</i> , nos Estados Unidos e nas cidades do norte da Inglaterra). Perda de arrecadação fiscal e redução populacional
Diagnóstico	Desemprego resulta da incapacidade dos trabalhadores em adaptar-se aos novos condicionantes econômicos e à nova organização do trabalho.	Declínio da atividade econômica decorre da não inserção da cidade no novo paradigma técnico-econômico
Propostas	Investir em formação e requalificação da mão-de-obra para melhorar “empregabilidade” e responder aos desafios impostos pelo novo ambiente econômico. Necessidade de flexibilização da legislação trabalhista, para eliminar a rigidez dos modelos ultrapassados (salarial, sindical), que desencorajam investimentos, e facilitar os ajustes da mão-de-obra à variação da produção.	Investir na renovação e revitalização dos espaços urbanos através de projetos que recuperem as centralidades degradadas e/ou criem novas.
Expectativas	Diminuição do desemprego e maior inclusão social.	Atração de investimentos vinculados ao novo paradigma, aumentando a riqueza, as oportunidades de trabalho e a capacidade de investimento do setor público. Reposicionar as cidades de maior densidade na economia mundial.
Críticas	Transfere responsabilidade do desemprego ao trabalhador. Substituição das políticas de abrangência social por aquelas dirigidas ao mercado de trabalho. Flexibilização num quadro de fragilização do movimento sindical e de redução da demanda por trabalho.	Crescimento econômico por si só não leva à inclusão social. Ausência do Estado na mediação dos conflitos urbanos diminui as possibilidades de integração dos grupos menos favorecidos. Os mecanismos de mercado não atendem a este fim.
Consequências (para os críticos)	Precarização das relações de trabalho e agravamento do problema do desemprego.	Aumento da pobreza e das desigualdades sociais e espaciais.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2004).

Para Oliveira (2004),

É fácil perceber a convergência dos preceitos da política urbana e do mercado de trabalho no binômio *empreendedorismo/projetos estratégicos*. Superada a fase de requalificação, pessoas e cidades estariam aptas para ocupar as oportunidades geradas pelo novo ambiente econômico, pois a requalificação da mão-de-obra (sob a ótica do mercado de trabalho) ocorreria ao lado do aumento da demanda por trabalho gerada pela reconversão dos espaços (do ponto de vista da política urbana). Por fim, a crítica do pensamento liberal destaca o deslocamento dos problemas

do mercado de trabalho e da política urbana do âmbito macroeconômico para os trabalhadores e para as cidades, esvaziando, com isso, a discussão em torno dos acertos ou erros da condução da política econômica nacional (ou mundial) (Oliveira (2004: 7)).

De modo geral, as concepções teóricas contemporâneas dessa temática não permitem a adequada interpretação das aglomerações urbanas mais densas e complexas sob distintos padrões de urbanização. Embora a literatura predominante tenha discutido e muitas vezes aceitado tais modelos e tipologias para classificar áreas urbanas no mundo inteiro, articulando-as diretamente à dinâmica da globalização, cabe ressaltar que há grande diversidade das trajetórias particulares de urbanização e, portanto, nas bases de (des)mobilização da força de trabalho. Como ilustração, sintetizam-se a seguir alguns processos de urbanização: o padrão *sprawling* norte-americano; a urbanização chinesa no período atual; a experiência latinoamericana e as especificidades da urbanização brasileira.

2.3. Variedades de padrões de urbanização

O padrão sprawling de urbanização norte-americana

O padrão de urbanização norte-americana, conformado a partir dos anos 1920 com o avanço das comunicações e dos transportes, tem como referência principal os movimentos de “espraçamento” (*sprawling*) e suburbanização de suas grandes metrópoles em geral, mas que adquire expressão maior na metrópole de Los Angeles. Gottdiener e Budd (2005) enfatizam o papel crucial de políticas governamentais na produção das regiões metropolitanas, muito mais significativo do que as inovações nas áreas da tecnologia da informação, comunicação e dos transportes.

Estes autores destacam os ambiciosos programas habitacionais dos Estados Unidos de amparo às indústrias da construção e ao sistema bancário pós-Crise de 1929. Historicamente, a possibilidade de deduzir do imposto de renda os juros da hipoteca atuam como fortes incentivos ao processo de suburbanização das grandes cidades norte-americanas, sendo subsídio direto para quem pode comprar a casa própria. Junto com a construção de uma rede inter-estadual de autoestradas no âmbito do *National Defense System of Highways Act*, tais dispositivos estabeleceram as condições para uma frente de expansão em massa dos subúrbios formados por

domicílios uni-familiares. Pode-se acrescentar à análise destes autores o fato de que, nas últimas décadas, as inovações introduzidas no sistema financeiro, ligadas ao aumento da liquidez dos investimentos no setor imobiliário (emissão de títulos lastreados em hipotecas e securitização), num contexto de desregulamentação dos mercados, foram essenciais para a ampliação da escala atingida por essas regiões e seu formato “multi-centralidades”.

A intensificação da metropolização “espraiada” ocorre num contexto de transformações na divisão espacial do trabalho no final da década de 1960. Estas foram marcadas, de um lado, pela desindustrialização⁵⁶ e perda de população das metrópoles do norte do país (*Frostbelt* ou *Rustbelt*), que se consolidaram com base nos setores da Segunda Revolução Industrial. De outro lado, pela realização de grandes investimentos públicos estratégicos no complexo militar-bélico e pela exploração de petróleo no Texas, os quais levaram à emergência de setores de alta tecnologia no sul e no oeste do país (*Sunbelt*). Acrescente-se a isso, os investimentos em infraestrutura rodoviária antes mencionados, que contribuíram para modificar significativamente as estruturas produtivas e do emprego de metrópoles como Dallas, Houston, Los Angeles, Atlanta, Phoenix e San Diego. Como resultado, pode-se afirmar que durante esse período as metrópoles norte-americanas passaram por, pelo menos, dois tipos de “terciarização”: metrópoles nas quais o setor industrial e o terciário cresceram juntos, embora com ritmos diferenciados⁵⁷, com aumento das ocupações dos tipos *blue collar* e *white collar* (*Sunbelt*); e metrópoles nas quais a indústria enfrentou estagnação ou encolhimento, aumentando as ocupações do tipo *white collar*, em detrimento do *blue collar* (*Frostbelt/Rustbelt*) (Siqueira, 2007).

⁵⁶ Em função do ambiente econômico de crise internacional e reestruturação produtiva (aumento dos preços do petróleo, instauração do regime de taxas de câmbio flutuantes pós-*Bretton Woods*; aumento da competitividade das empresas japonesas e alemãs; concentração da produção industrial nos oligopólios; surgimento de novas tecnologias de transporte e comunicação), Bluestone e Harrison (1982) analisaram a desindustrialização como sendo um processo resultante da redução sistemática dos investimentos na capacidade de produção industrial nacional e da diversificação dos negócios das empresas norte-americanas para atividades especulativas e em investimentos no exterior.

⁵⁷ Destaque-se que a economia de Los Angeles já possuía estrutura industrial de certo porte nos anos 1940, com destaque para refino de petróleo, indústria automobilística e de autopeças, móveis e vestuário, indústria cinematográfica e turismo. No pós-guerra, a estrutura produtiva adquire maior complexidade com a expansão da indústria aeroespacial e o complexo industrial bélico (Soja e Scott, 1998).

Tendências atuais da urbanização chinesa

O processo de urbanização da China, no período atual, tem chamado atenção por sua rapidez e escala atingidos, num contexto de intensas transformações econômicas e sociais no país, pós-1978. O êxito de sua estratégia de desenvolvimento observado pela manutenção de elevadas taxas de crescimento econômico e de investimento desencadeou movimentos de intensa urbanização. A constituição de gigantescas aglomerações populacionais, em curto período de tempo, expressa uma das principais transformações sociais da China. O crescimento urbano foi intensificado por fluxos de migração rural-urbana, sem precedentes históricos no capitalismo⁵⁸, no sentido de cidades historicamente importantes como Pequim (Beijing) e Xangai e das cidades nas províncias das ZEEs (Zonas Especiais de Exportação), onde ocorreu a liberalização gradual aos fluxos de capitais internacionais⁵⁹.

Apesar disso, a participação relativa da população urbana na população nacional ainda é baixa, se comparada à de países desenvolvidos. Mesmo assim, merece destaque o expressivo aumento do percentual urbano na população total de 18%, em 1978, para 41,8%, em 2004. Após uma fase caracterizada por movimentos populacionais antiurbanos no período maoísta⁶⁰, a China apresenta um número expressivo de grandes cidades. O número de cidades entre 1 e 2 milhões de habitantes saltou de 8, em 1980, para 141, em 2002⁶¹. O aumento do número de cidades com mais de 2 milhões de habitantes também foi expressivo, sendo que, em 2002, entre as 33 cidades com esse porte, 11 possuíam população com mais de 4 milhões de habitantes. Um dos exemplos de mais rápido crescimento é o de Shenzhen, uma das

⁵⁸ Segundo Harvey (2005), o total de 114 milhões de habitantes que migraram do campo para as cidades chinesas representa a maior migração em massa do mundo. A cidade de Xangai atraiu um contingente de migrantes comparável ao total de migrantes irlandeses para a América do Norte no período de 1820-1930.

⁵⁹ Com o objetivo de atrair investimentos externos, especialmente de Hong Kong e Taiwan, a partir de um sistema de vantagens fiscais para a exportação, as primeiras ZEEs localizaram-se nas províncias costeiras do sul, mais próximas a essas zonas. Posteriormente, outras províncias costeiras, capitais das regiões do interior e regiões autônomas foram liberadas para o investimento externo. Porém, o dinamismo econômico não se restringe ao investimento externo, essas cidades também concentram parte significativa dos investimentos públicos, sobretudo em infraestrutura (transporte, telecomunicações e produção de energia elétrica).

⁶⁰ Como resultado das medidas tomadas com a Revolução Cultural em 1966, o percentual da população urbana na população total permaneceu em apenas 17% no período entre 1965-1978 (Zhou, 2004).

⁶¹ Dados do Anuário Estatístico da China, 1980 e 2002.

primeiras ZEEs, que aumentou sua população de 432 mil habitantes, em 1991, para 1,65 milhões, em 2004. As grandes cidades lideram não só o movimento de rápido crescimento populacional, mas também a formação de enormes aglomerações metropolitanas. Dentre as principais, estão aquelas formadas no entorno de Xangai, Pequim, Guangzhou e Shenzen⁶².

Do mesmo modo, também ocorreram importantes transformações em curto período de tempo na base produtiva e no emprego das grandes cidades. O setor industrial passou a se destacar como importante gerador de renda e emprego. Por outro lado, o aumento da contribuição das atividades do terciário ocorre não só como desdobramento dessas atividades, mas, sobretudo, pelos investimentos em infraestrutura urbana e pela intensificação da urbanização em termos do aumento dos serviços associados à melhoria do nível de renda da população (equipamentos comerciais, de lazer e entretenimento).

Tais observações divergem das tendências apontadas pela literatura internacional, em que as transformações econômicas determinadas pela globalização estariam apontando no sentido unívoco da terciarização das estruturas produtivas. De forma mais geral, percebe-se nesses estudos uma generalização de processos que parecem não apresentar a trajetória uniforme e unidirecional que as formulações de cidade-global, cidade-região global declaram como modelo urbano no período contemporâneo.

O padrão de urbanização latinoamericana e as particularidades da urbanização brasileira

Embora marcado pela heterogeneidade estrutural entre seus distintos países, o processo de urbanização latinoamericana apresenta alguns traços em comum. O de maior evidência é a alta concentração demográfica e econômica em suas metrópoles principais, na maioria das vezes, a capital do país. Exceto para o Brasil, o padrão urbano dos países latinoamericanos poderia ser caracterizado pela “macrocefalia”, ou

⁶² Segundo dados da ONU, Xangai e Pequim ocupavam, respectivamente, a 13ª e a 18ª posição no *ranking* das 30 maiores aglomerações urbanas do mundo, em 1975, passando para a 7ª e a 16ª posição, em 2007. Neste último ano, a nova aglomeração metropolitana de Guangzhou estava na 25ª posição.

seja, pela alta primazia urbana observada pela grande concentração da população e das atividades econômicas em suas principais metrópoles⁶³.

Segundo Cuervo (2004), é preciso analisar as relações da cidade primaz com o resto da rede urbana de cada país, considerando que

Estas relaciones se expresan a través de los cambios en el peso relativo de la primera ciudad en dimensiones muy variadas como la población, el empleo, la generación de riqueza, la distribución de poder y la capacidad de innovación cultural, social y productiva. Estas relaciones entre ciudad primada y sistema urbano están regidas por condiciones muy particulares de cada país y de cada momento de su historia (Cuervo, 2004: 78).

Várias formulações buscaram dar conta das especificidades da urbanização periférica na América Latina. Dentre elas: a discussão sobre o caráter dependente e de rede urbana truncada e inarticulada de Castells (1972); as reflexões sobre as informalidades simultâneas do mercado de trabalho e do espaço urbano e a discussão sobre marginalização urbana (reprodução de crescentes massas urbanas fora dos circuitos capitalistas modernos) (Quijano, 1968; Nun, 1969; Faria, 1976); a discussão de espoliação urbana (Kowarick, 1979) e do papel dos circuitos inferiores e superiores da acumulação urbana (Santos, 1978) e da cidade ilegal (Hardoy, 1987); o debate sobre a crise urbana estrutural, instaurada pelos conflitos em torno do espaço construído em meio às gigantescas restrições fiscais e financeiras do Estado diante dos problemas de suas cidades (Cepal, 1989); o debate sobre economia popular urbana, das *ciudades sin rumbo, pero con proyecto* (Coraggio, 1991); a urbanização como parte do estado de exceção permanente no Brasil (Oliveira, 2003); e os subcircuitos ilícitos e clandestinos da expansão da economia metropolitana (Barcellos, 2007).

Diferentemente dos demais países latinoamericanos, o Brasil não apresenta elevado índice de primazia urbana, sendo caracterizado tanto por processos de metropolização, sobretudo nas áreas litorâneas, quanto por processos de dispersão espacial da população em pequenos e médios centros urbanos. Ainda que com

⁶³ A partir dos anos 1980, as pesquisas latinoamericanas retomaram o debate sobre a configuração e a dinâmica de suas redes urbanas e sistemas de cidades. Dentre outros resultados, essas investigações parecem apontar para um crescente grau de maturidade e ampliação da densidade das redes urbanas e para o aumento do papel e da complexidade de seus núcleos intermediários (Clacso, 2004).

expressivas heterogeneidades regionais, constituiu uma rede urbana relativamente “equilibrada”, ou seja, dotada de variados portes e dinâmicas espalhados pelo vasto território nacional (Faria, 1976; Egler, 2007).

Para Lessa (1985: 214), a dinâmica da formação das grandes aglomerações urbanas no Brasil é “no mínimo enigmática à luz das hipóteses teóricas mais gerais que usualmente explicam o processo de urbanização”. O autor argumenta que, exceto os espaços que são sede de regiões tributárias dinâmicas e de regiões industriais, em diversos espaços metropolitanos brasileiros “não é a industrialização que explica seus processos de expansão e valorização urbana, mas pelo contrário, é a própria expansão e valorização urbana que sugere uma explicação para o respectivo desenvolvimento industrial”. O argumento é elucidado pela discussão da organização “tripoidal” do capitalismo brasileiro⁶⁴, sobre o “acordo implícito da divisão de frentes de valorização do capital entre as diversas pernas do tripé”. Ao capital nacional foram reservadas algumas “frentes de valorização” relacionadas ao capital imobiliário, de forma que, na história da urbanização e industrialização brasileira, o circuito imobiliário seria “um substituto de funções que noutras experiências e movimentos são cobertos pelo mercado de capitais”. Assim, segundo este autor, sob “íntima e orgânica articulação com o Estado”,

Assume o capital imobiliário o papel principal de emissor de haveres financeiros. Quando por exemplo, há o loteamento (a parcelização de uma terra da periferia urbana que se converte em terra urbana) o capital que faz essa parcelização emite haveres financeiros e obtém ganhos de natureza eminentemente mercantil naquela metamorfose. (...) O ganho nesta operação de metamorfose é o objetivo principal e central deste capital imobiliário, demiurgo, para o bem e para o mal, do caos urbano e metropolitano característico das cidades brasileiras (...) Essa operação eminentemente especulativa, é o desaguadouro de grande parte dos excedentes sistemáticos do grande capital privado nacional (Lessa, 1985: 215).

Para Lessa, esse é o “vetor” dos processos de “ordenamento e desordem” da vida urbana, que comanda uma série de articulações, dentre elas a da indústria da

⁶⁴ O autor se refere ao tripé “constituído por um subsistema de filiais estrangeiras praticamente voltadas às suas atividades produtivas internas, pelo conjunto dos grandes capitais privados nacionais que tem por característica ser hegemônico nos setores e subsetores não industriais (financeiro, construção imobiliária, comércio, prestação de serviços etc) e por uma terceira perna que engloba o conjunto das grandes empresas produtivas públicas” (Lessa, 1985: 214).

construção civil e a de materiais de construção. Porém, não são esses setores que levam ao processo de urbanização, posto que este seria comandado pelo processo de valorização imobiliária. Assim, nas metrópoles que não são sede de regiões tributárias dinâmicas, nem são sede de regiões industriais, o que determinaria a expansão urbana seria o circuito de especulação imobiliária.

Em meio à “fuga para a frente” da contínua apropriação privada territorial e o constante processo de interiorização (Tavares, 1999), o Brasil é marcado pela constituição de variados espaços urbanos e metropolitanos, de forma acelerada e em curto período de tempo, que teve por base a atração de grandes fluxos migratórios rurais e de regiões mais atrasadas ao longo do período 1930-70, contribuindo para o adensamento populacional e a formação de amplos estoques disponíveis de mão-de-obra nessas áreas. Segundo Faria (1976), as transformações mais intensas na urbanização ocorreram no período pós-1950, marcando a transição do país para uma sociedade “essencialmente urbana”.

Porém, tal processo se deu com importantes diferenciações regionais e concentração da industrialização nas metrópoles do Sudeste, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)⁶⁵. Nesta, apesar do dinamismo na geração de ocupações no período 1960-1980, tanto na indústria como nos serviços⁶⁶, dados a velocidade e o curto período de tempo em que as transformações ocorreram, boa parte dos fluxos populacionais atraídos não foi incorporada pelos mercados de trabalho assalariado, nem teve acesso aos mercados habitacionais e ao direito à cidade, exceto em suas parcelas “ilegais”, em que não vigoram os preceitos jurídicos e urbanísticos estabelecidos.

⁶⁵ A cidade do Rio de Janeiro, por ser a capital nacional, já contava com uma população bastante significativa de 1,5 milhões, em 1930. Nesse mesmo ano, a população da cidade de São Paulo era de 887 mil.

⁶⁶ Autores como Souza e Tavares (1981), Faria (1983) e Salm e Eichenberg (1989), demonstraram o dinamismo elevado do processo de industrialização brasileira se referindo à criação de oportunidades de sobrevivência em pequenas atividades mercantis e à absorção de força de trabalho nas áreas urbanas mais desenvolvidas. Estas últimas caracterizando-se mais pela integração “heterogênea” no mercado urbano de trabalho do que pela exclusão. Estes autores apontaram os determinantes da “herança” da formação histórico-social da Nação como responsáveis pela manutenção das questões relacionadas à marginalização, informalidade e pobreza. Desse modo, combateram as teses de “insuficiência dinâmica” do modelo de industrialização brasileira, os quais enfatizavam sua “incapacidade” para a adequada absorção de força de trabalho pelas atividades modernas nos mercados urbanos de trabalho e suas teses “congenitas” de marginalização e terciário “inchado”.

Os efeitos da urbanização e da industrialização pressionaram para a realização de um certo volume de investimentos em infraestrutura básica e a implantação de instituições de planejamento urbano pelo Regime Militar, com impactos importantes nas áreas de habitação e de saneamento básico⁶⁷. Merecem destaque o Sistema Financeiro da Habitação, do Banco Nacional de Habitação (BNH), o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERPHAU). Entretanto, dado a seletividade do mercado habitacional, sendo os mecanismos de financiamento direcionados preferencialmente para as classes médias, a ocupação irregular do solo nas grandes cidades continuou sendo decisiva nas dinâmicas de expansão das periferias metropolitanas.

No período pós-1980, com a crise da dívida externa, fiscal e financeira do Estado e o avanço da inflação, houve significativa redução dos investimentos em infraestrutura e desmontagem das instituições de planejamento urbano criadas no período anterior. Fagnani (2005) chama atenção para o fato de isto ocorrer justamente no processo de redemocratização do país, no âmbito da implementação da Constituição Federal de 1988, e da proliferação dos movimentos sindicais e sociais.

A expansão da metropolização avançou de forma paralela ao crescimento das cidades de porte intermediário em todas as regiões brasileiras, contribuindo mais decisivamente para a configuração “mais equilibrada” do sistema de cidades, a partir dos anos 1980 (Ipea/Ibge/Nesur, 2001). Por outro lado, as periferias metropolitanas também passaram a crescer significativamente, não alterando significativamente o quadro de concentração populacional nas nove regiões metropolitanas criadas pelo Regime Militar e a RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento) de Brasília, que se manteve em cerca 30% da população brasileira, desde 1980 (Tabela 2.10). Na configuração mais recente desses espaços, são importantes os processos de

⁶⁷ Maricato (2000) analisa esse período como sendo o de uma drenagem de recursos financeiros para o mercado habitacional sem precedentes no país, com importantes impactos para os negócios e as ocupações na construção civil, alterando o perfil das grandes cidades com a “verticalização”, uma vez que os edifícios de apartamentos se tornaram a principal forma de moradia para a classe média. Segundo esta autora, as reformas urbanas realizadas até então (entre o final do século XIX e o início do século XX) poderiam ser caracterizadas pela junção entre saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial, que expulsou a população sem acesso a esse mercado para os “morros e franjas” das grandes cidades.

conurbação, a formação de “cidades-dormitório” e a incorporação de cidades de distintos portes em suas áreas periféricas.

Como resultado, as populações das áreas metropolitanas continuaram crescendo. Com exceção das RMs de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Recife, as outras 7 RMs cresceram acima da taxa média anual da população brasileira, entre os anos 1991 e 2000. As que mais cresceram nesse período foram a de Curitiba e a RIDE de Brasília.

Entre os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000, as RMs de Belém, do Rio de Janeiro e de São Paulo foram as únicas que reduziram suas participações relativas no total de suas respectivas Unidades da Federação (UFs), perdendo apenas alguns poucos pontos percentuais.

A concentração da população estadual nessas RMs é bem distinta, sendo cerca de 76%, no Rio de Janeiro e de 23%, na Bahia.

Tabela 2.1 – População das RMs brasileiras, 1980, 1991 e 2000

RMs	Taxa de crescimento	% no Brasil			% na UF		
	2000/1991	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Salvador	2,1	1,5	1,7	1,8	18,7	21,0	23,1
Fortaleza	2,4	1,4	1,6	1,8	31,2	37,7	40,2
Brasília	3,6	0,7	0,8	1,0	26,5	30,6	32,8
Belo Horizonte	2,4	2,2	2,4	2,6	20,0	22,3	24,3
Belém	2,8	0,9	1,0	1,1	30,0	28,3	29,0
Recife	1,5	2,0	2,0	2,0	38,8	41,0	42,1
Curitiba	3,1	1,3	1,4	1,6	19,6	24,4	28,5
Rio de Janeiro	1,1	7,4	6,7	6,4	77,7	76,6	75,7
Porto Alegre	1,7	2,1	2,2	2,2	31,7	35,4	36,5
São Paulo	1,6	10,6	10,5	10,5	50,3	48,9	48,3
Total das RMs		30,1	30,3	31,0			
Brasil	1,6						

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1980, 1991 e 2000.

No contexto intrametropolitano, a expansão periférica está relacionada a processos mais amplos de ocupação e estruturação dos territórios sob lógicas distintas de acumulação de capital e de apropriação do espaço. Dentre as mais importantes,

estão aquelas que articulam o interesse de diversas frações do capital (funditários, construção civil, imobiliários e comércio) no crescimento da população urbana, que Molotch (1976) e Logan e Molotch (1987) denominaram de “máquina de crescimento urbano”. Ou ainda, conforme Lessa (1985), constituem “frentes de valorização” para o capital mercantil, determinando o “vetor” dos processos de “ordenamento e desordem” da vida urbana nos espaços metropolitanos subdesenvolvidos.

A competição que se estabelece entre as diversas frações de capital, entre capital e trabalho e entre os diferentes segmentos da classe trabalhadora, desdobram-se numa competição pelo uso do espaço urbano-metropolitano. Para Corrêa (1997:171) “trata-se de um espaço complexo, simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condição social, campo simbólico e campo de lutas”. Por outro lado, assim como todo urbano, a resistência às transformações também é um elemento revelador da complexidade metropolitana, pois o ambiente construído é dotado de grande inércia.

Apesar da poderosa inércia que o caracteriza, o urbano-metropolitano brasileiro, sob diferentes “lógicas de acumulação” ou “frentes de valorização”, passa por transformações a partir de movimentos de descentralização. São exemplos de tendências descentralizantes: a constituição de novas formas espaciais, espontâneas ou planejadas (áreas e eixos especializados em bens e serviços, distritos industriais, grandes superfícies de comércio varejista e atacadista-diversificado/especializado), e de novos sistemas de transporte, expandindo a dimensão do mercado metropolitano de trabalho; tendências de abandono de bairros centrais pelas classes de melhor *status*, em direção a áreas com melhores atributos naturais (áreas litorâneas ou de meio ambiente preservado); e a busca por moradias mais baratas, tendo em vista os elevados preços funditários nas áreas mais centrais das metrópoles (Corrêa, 1997).

Além dessas, poderiam ser acrescentados a intensificação do uso de automóveis individuais, os eixos de infraestrutura viária e os aeroportos que atuam na extensão das articulações do espaço metropolitano. No que se refere à perspectiva residencial, também devem ser ressaltadas as estratégias de acomodação da população mais pobre, as quais, tendo em vista a força dos processos de especulação imobiliária e a falta de planejamento e investimentos do setor público, vão sendo

empurradas para as periferias metropolitanas ou sendo isoladas em áreas de maior degradação urbana.

Em simultâneo, as lógicas de incorporação fundiária pelos capitais da construção civil e das atividades imobiliárias e sua relação direta com os circuitos financeiros atuam na construção de novas centralidades como os distritos de negócios. Mais recentemente, têm sido importantes as estratégias políticas de reconversão/requalificação das áreas degradadas (centro histórico das cidades, antigas estações de trem, áreas portuárias e outras), mas de importante valor simbólico. Como amplamente discutido nos estudos da literatura urbana, tais políticas estão em grande parte associadas a processos de *gentrificação* e expulsão da população de menor poder aquisitivo que aí reside.

Essas lógicas são cruciais para o entendimento de uma dinâmica metropolitana de inter-relações que rompe barreiras político-administrativas e incorpora áreas (urbanas ou rurais) em que as especificidades no contexto do subdesenvolvimento estão relacionadas aos processos de marginalização social, cujas manifestações principais são: a restrição das possibilidades de sobrevivência fora do mercado de trabalho; a ampliação dos assentamentos precários (favelas); o agravamento da vulnerabilidade social, da pobreza urbana e da segregação socioespacial; e o “transbordamento” metropolitano de outros problemas como a violência e a insuficiência das infraestruturas físicas urbanas (moradia, transporte e saneamento ambiental).

O texto de apresentação do Estatuto da Cidade, feito pela Câmara dos Deputados (2001: 23), resume bem as interdependências desses processos sociais:

Em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infra-estrutura e a ilegal, pobre e precária, a população em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso às oportunidades de trabalho, cultura e lazer. Simetricamente as oportunidades de crescimento circulam nos meios daqueles que já vivem melhor, pois a sobreposição das diversas dimensões de exclusão incidindo sobre a mesma população faz com que a permeabilidade entre as duas partes seja cada vez menor. Esse mecanismo é um dos fatores que acabam por estender a cidade indefinidamente: ela nunca pode crescer para dentro, aproveitando locais que podem ser adensados (...) Em geral a população de baixa renda só tem a possibilidade de ocupar terras periféricas ou ocupar áreas ambientalmente frágeis (...) Ao concentrar as oportunidades de

emprego em um fragmento da cidade, e estender a ocupação a periferias precárias e cada vez mais distantes, essa urbanização vai acabar gerando o caos nos sistemas de circulação”.

Tendo como referência a conformação de distintos padrões de urbanização e, por conseguinte, de distintas bases de organização dos mercados gerais de trabalho, analisam-se, nos próximos capítulos, as transformações nas dinâmicas populacionais e nas estruturas produtivas e ocupacionais da forma urbana mais avançada que se produziu no Brasil, representada pelas três RMs paulistas, tomadas em seu conjunto. Busca-se examinar alguns aspectos das discussões feitas até aqui, identificando: as distintas e específicas dinâmicas populacionais e a extensão dos mercados metropolitanos de trabalho; e os impactos das políticas macroeconômicas de inspiração neoliberal e da interrupção das políticas nacionais de desenvolvimento sobre as estruturas produtivas e ocupacionais das três RMs paulistas

Capítulo 3

Dinâmicas demográficas e transformações nas estruturas produtivas das RMs paulistas

Neste capítulo são examinados os principais componentes e determinantes das distintas dinâmicas demográficas e econômicas das RMs paulistas, nas últimas décadas. O objetivo é averiguar as mudanças nas bases urbano-metropolitanas de (des)mobilização da mão-de-obra e de organização do mercado de trabalho.

O capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira, apresenta-se o debate sobre a natureza da metropolização paulista atual, estabelecido tanto pela “importação” das abordagens da literatura internacional, discutidas no capítulo anterior, como pela discussão da suposta formação de uma nova “entidade territorial”, a da “macrometrópole” paulista, composta pelas RMs de São Paulo e da Baixada Santista, Regiões Administrativas (RAs) de Campinas⁶⁸, Sorocaba e São José dos Campos.

Na segunda seção, são analisadas as informações sobre suas posições na rede urbana nacional e estadual e suas distintas dinâmicas populacionais. O objetivo é identificar os processos que atuam na conformação e extensão dos mercados metropolitanos de trabalho e, por conseguinte, nas bases de mobilização da mão-de-obra.

Na terceira seção, contextualiza-se as três RMs na divisão inter-regional do trabalho nacional e estadual. As informações de suas participações na economia paulista foram obtidas do Valor Adicionado Fiscal (VAF)⁶⁹, estimado com base na

⁶⁸ Além da RMC, a RA de Campinas abriga as Regiões de Governo (RGs) de Bragança Paulista, Jundiaí, Limeira, Piracicaba, Rio Claro e São João da Boa Vista.

⁶⁹ Segundo Cano *et al.* (2002), embora não incluam todos os setores de atividade econômica e com limites determinados por problemas de evasão fiscal e informalidade das atividades, esses dados, principalmente no que se refere à atividade industrial, seriam um “substituto aproximado” do cálculo da renda e produto das regiões do Estado de São Paulo, que inexistia no período de 1980 a 1990. Na nova série iniciada em 2000, o cálculo foi aperfeiçoado com a adoção da Classificação CNAE/IBGE, corrigindo algumas distorções da série anterior.

arrecadação do ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para o período de 1980-2007. Em seguida, são discutidos os determinantes da desconcentração regional produtiva a partir da RMSP e da reorganização interna da economia paulista, no período mais recente.

Na quarta e última seção, são analisadas as informações disponíveis sobre as estruturas produtivas das RMs paulistas por meio da sistematização da literatura pertinente e do exame da evolução e distribuição da produção industrial a partir dos dados do VAF, entre 1980 e 2007. Como tais informações são extraídas da arrecadação fiscal, sendo problemática a sua utilização para as atividades do terciário, em que é grande a informalidade, optou-se pelas informações da Pesquisa Atividade Econômica Paulista (PAEP) 2001, da Fundação Seade, para examinar a composição do Valor Adicionado (VA) dos serviços.

3.1. O debate sobre a natureza da metropolização paulista atual

A literatura que trata da estruturação e consolidação dos processos de urbanização e de industrialização no Estado de São Paulo é bem conhecida (Cano, 1988 e 1997; Maricato, 2001), portanto, não se pretende aqui sistematizá-la. Porém, é fundamental reter, como pano de fundo, os processos através dos quais se constituiu este enorme aglomerado urbano, conformado pelas três RMs e RAs do entorno, e entender como ele se projeta, de modo concentrado e disperso, no território estadual e nacional.

De forma semelhante à configuração espacial brasileira, a economia paulista assume forte concentração em sua porção sudeste, onde se localizam as três RMs de estudo. Suas forças produtivas e relações sociais de produção mais avançadas constituíram um espaço de irradiação privilegiado, fortalecido pelos: sistemas de transporte e de comunicação, composto por grandes e modernos eixos rodoviários, porto e aeroportos internacionais de carga e passageiros; principal mercado de consumo nacional; e mercado de trabalho mais denso, estruturado e heterogêneo do país.

No período mais recente, de consolidação da urbanização e de maior adensamento das redes de cidades e, ao mesmo tempo, de mudanças determinadas

pela reestruturação produtiva, dois debates marcam as análises do espaço metropolitano de São Paulo: 1) a polêmica sobre se a cidade de São Paulo seria ou não uma cidade global ou mundial, sustentada por inúmeros trabalhos nos anos 1990, em conformidade com as formulações sistematizadas e criticadas no capítulo anterior; e 2) a discussão sobre se estaria ou não se configurando uma nova “entidade territorial” que pudesse ser definida como uma “macrometrópole”, num raio de 200 km em torno da cidade de São Paulo, que incorpora as três RMs, e se estende pelas regiões de Jundiaí, de Sorocaba e de São José dos Campos.

Sobre essas temáticas, também existe ampla literatura especializada, não sendo necessário aqui aprofundar tal debate⁷⁰. Dessa forma, destacam-se apenas algumas questões que dizem respeito mais diretamente à análise empreendida neste estudo.

Conforme já apontado anteriormente, o debate atual sobre grandes aglomerações urbanas enfatiza seu papel estratégico (“protagônico”) na circulação dos fluxos internacionais de capital. No Brasil, tais idéias ganharam amplo espaço na academia, na imprensa e em algumas políticas públicas. Um dos destaques é a apresentação de São Paulo como a única cidade global brasileira⁷¹, capacitada no vasto território nacional a disputar posição na rede de cidades globais que estão inseridas no “espaço dos fluxos” do capitalismo contemporâneo (Borja e Castells, 1997)⁷². A cidade de São Paulo reuniria os atributos que a literatura internacional ressalta como definidores da mundialização de uma cidade: sede de grandes conglomerados multinacionais; bolsa de valores de dimensão internacional; centro de convenções e hotéis de luxo; aeroporto internacional; centro de C&T&I; e outros.

Essa “importação” de modelos analíticos, elaborados a partir de dinâmicas específicas das metrópoles de países desenvolvidos, especialmente dos Estados Unidos, foi criticada por Fix (2007) e Whitaker Ferreira (2007), os quais caracterizaram como “mito e miragem” a suposta posição de São Paulo como uma cidade global. A

⁷⁰ Consultar os estudos de Fix (2007); Whitaker Ferreira (2007); Klink (2001); Lencioni (1991 e 2003) e Reis (2006).

⁷¹ Caberia lembrar o frustrado projeto do IPEA, no governo FHC, de lançar a chamada “Região Urbana Global Rio-São Paulo” (RUG), como a única “entidade dupla”, a inédita “*global-city* de duas cidades”, com chances na disputa internacional, como nossa única possibilidade de ganhar posição no “mercado mundial de cidades”. Tal projeto está sintetizado no livro Resende e Lima (1999).

⁷² Para uma revisão crítica, consultar Sánchez (2003) e Compans (2005).

propagação dessas formulações, que se consubstancia no marketing urbano, na venda de uma imagem globalizada e moderna do principal núcleo urbano brasileiro, serviria apenas para

em metrópoles precárias, sem infraestrutura básica disponível para boa parte da população, direcionar recursos públicos para a constituição das chamadas novas centralidades ou eixos de negócios [criando 'cidades' competitivas, enclaves modernos, dentro da cidade] (Fix, 2007: 165).

O segundo tema de debate mencionado acima, o da constituição da “macrometrópole” paulista, não pode ser realizado de forma isolada, mas no contexto da natureza expansiva e extensiva que o processo de urbanização engendra e dinamiza. Influenciado pelos conceitos de Henri Lefebvre (1976) de “explosão/implosão”, inerentes aos processos urbanos, que se projetam e se estendem pelo espaço no capitalismo, Monte-Mór (2006) formulou o conceito de “urbanização extensiva”⁷³, que emana do território paulista.

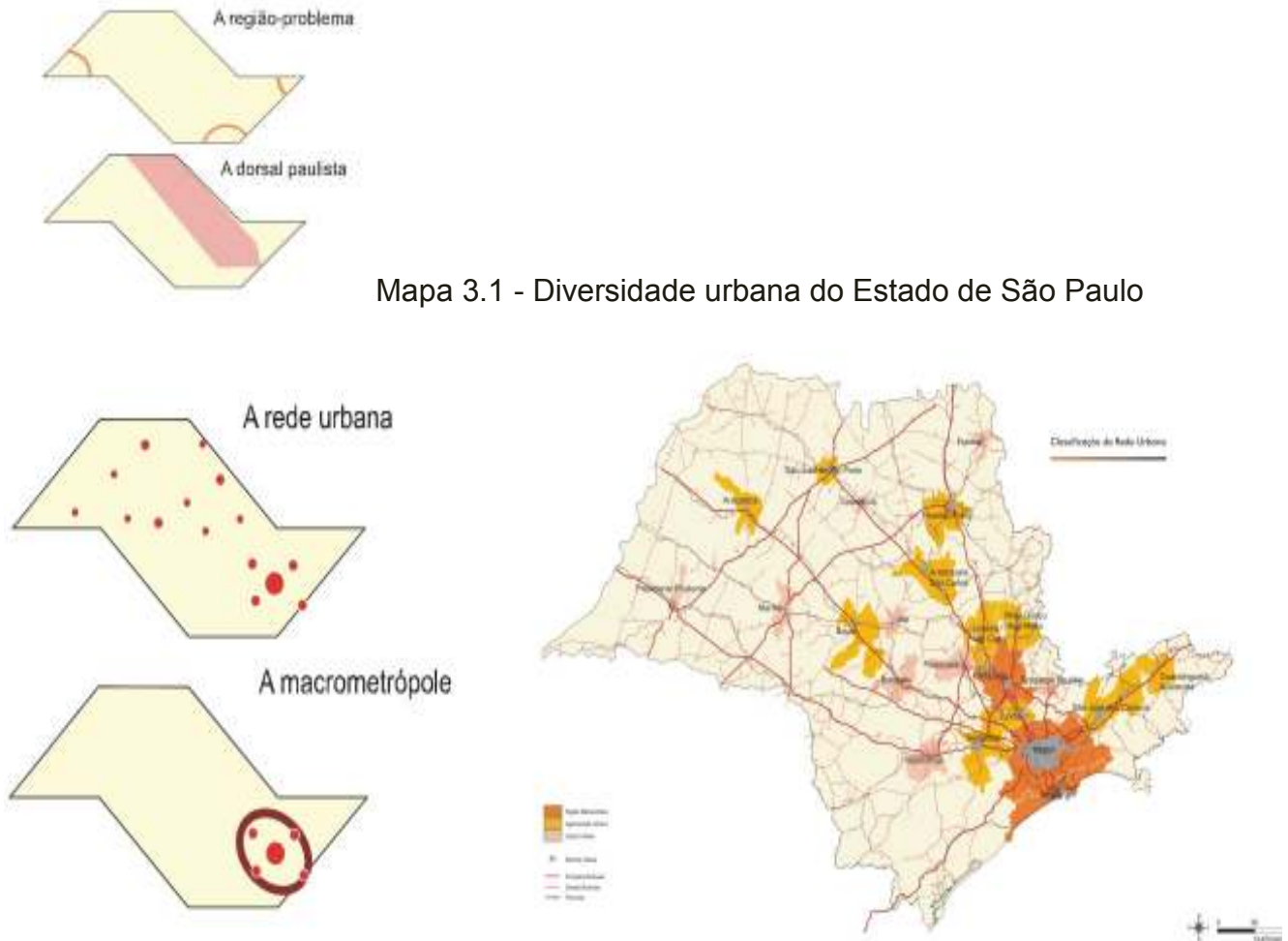
A partir dos anos setenta, a urbanização estendeu-se virtualmente ao território nacional, integrando os diversos espaços regionais à centralidade urbano-industrial que emanava de São Paulo, desdobrando-se na rede de metrópoles regionais, cidades médias, núcleos urbanos afetados por grandes projetos industriais, atingindo, finalmente, as pequenas cidades das diversas regiões, em particular onde o processo de modernização ganhou uma dinâmica mais intensiva e extensa (Monte-Mór, 2006: 16).

Dessa forma, a RMSP seria o centro do processo de “explosão/implosão” urbana no Brasil. Dela se estendeu e para ela converge a geração das bases materiais requeridas pelos processos expansivos capitalistas no espaço nacional. Certamente, a projeção das forças produtivas mais modernas desse espaço, que são emanadas para todo o Brasil, processa-se com maior intensidade em sua área mais próxima e adjacente.

Os mapas do Atlas Seade da Economia Paulista permitem a visualização de alguns desses processos. Neles, expressam-se as principais trajetórias geográficas da

⁷³ “É essa urbanização que ocorreu para além das cidades e áreas urbanizadas, e que carregou com ela as condições urbano-industriais de produção (e de reprodução) como também a práxis urbana e o sentido de modernidade e cidadania, que tenho chamado de *urbanização extensiva*”. Conforme o autor, a urbanização extensiva projetou-se a partir da região metropolitana “articulando-se aos centros industriais, às fontes de matérias-primas, seguindo a infraestrutura de transportes, energia e telecomunicações, criando e estendendo as condições de produção e os meios de consumo coletivo necessários ao consumo da produção industrial” (Monte-Mór, 2006: 16).

riqueza estadual, possibilitando o exame do papel das três RMs na divisão inter-regional do trabalho.



Fonte: Fundação Seade. Atlas Seade da Economia Paulista (2006).

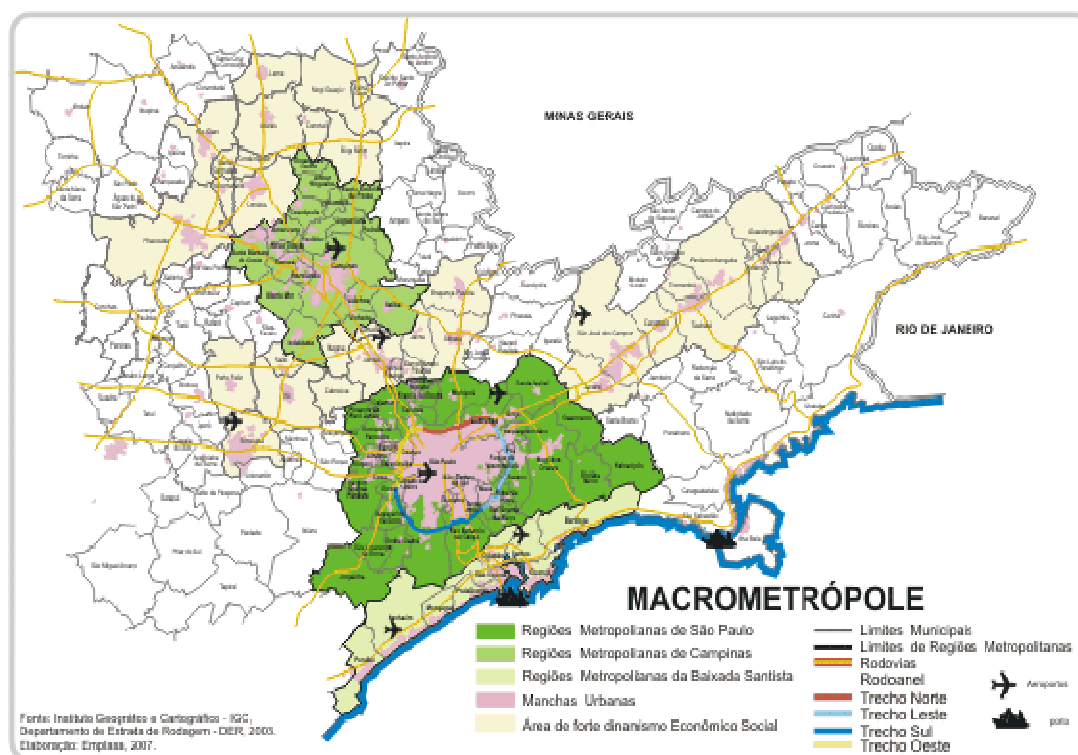
Os mapas acima demonstram a alta concentração espacial dos processos urbanos mais dinâmicos do Brasil.

Há expressiva concentração na porção sudeste paulista, onde residem 43% da população paulista, um núcleo de apenas oito municípios gera pouco mais da metade (51,9% [RAIS 2003]) dos postos de trabalho (São Paulo, Campinas, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Barueri, Santo André, Santos e São José dos Campos) (...) A RMSP é a região mais rica do Estado (49,4% do PIB estadual), gerando a maior proporção de empregos (56,3%) – mais que sua

participação no total da população (48,3%) –, o maior potencial de consumo (gera 64,2% da massa salarial do Estado) e a melhor remuneração do trabalho (Atlas Seade, 2007: 8.1-8.4).

Segundo informações da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), o espaço da “macrometrópole” abrigava cerca de 70% da população paulista e 16% da brasileira, com aproximadamente 2/3 da riqueza paulista e quase 1/3 da riqueza nacional. Em 2003, concentrava 83% do total de empregos e gerava 88% da massa salarial do setor formal do Estado de São Paulo.

Mapa 3.2 - A “macrometrópole” paulista



Fonte: Emplasa.

Além da Emplasa, alguns autores como Lencioni (1991 e 2003) e Queiroga (2007) argumentam que o vigor desse centro comercial, financeiro, de gestão empresarial e administração pública, de terciário avançado e de amplos e diversificados mercados de consumo e de trabalho, apresentam aspectos de interação, interdependência e integração que justificariam a conceituação de um Complexo Metropolitano Expandido.

Embora não seja o objetivo desse estudo aprofundar no debate sobre as interações da macrometropolização expandida, cabe ressaltar que, ao contrário das hipóteses desses autores, este processo não tem o mesmo ritmo e dinâmica, sendo importantes as diferenciações internas nesse amplo espaço, mesmo se restrito às suas três RMs.

A seguir, busca-se melhor caracterizar as três RMs paulistas sob o ponto de vista de suas distintas dinâmicas populacionais, funções na divisão inter-regional do trabalho estadual e nacional e estruturas produtivas, a fim de subsidiar o exame das mudanças em suas respectivas estruturas ocupacionais no capítulo 4.

3.2. Características e dinâmicas populacionais das RMs paulistas

As três RMs de estudo estão localizadas na UF que abriga o maior contingente populacional do Brasil (Tabelas 3.1 e 3.2). Ao contrário da RMSP, que foi uma das primeiras regiões metropolitanas institucionalizadas pelo Governo Federal, ainda durante o Regime Militar, a RMBS e a RMC são regiões de institucionalização mais recente, criadas já por legislações estaduais, em 1996 e em 2000, respectivamente. Segundo classificação dos espaços metropolitanos brasileiros elaborada pelo Observatório das Metrópoles (2005), a RMSP mantém sua posição no topo da hierarquia urbana nacional. A RMC é semelhante à regiões metropolitanas que são capitais de UFs como as de Vitória, Belém, Goiânia, Florianópolis e Manaus. A RMBS, por sua vez, é considerada como aglomeração urbana de características metropolitanas apenas incipientes, com posição semelhante à das RMs Norte/Nordeste Catarinense, de Natal e de Londrina⁷⁴.

Além das posições específicas na hierarquia urbana nacional, as RMs paulistas apresentam características bastante distintas no que se refere ao tamanho populacional, com destaque para a RMSP, que é a maior aglomeração urbana do país e a quinta mais populosa do mundo⁷⁵. Não obstante, num cenário nacional de transição

⁷⁴ No estudo do REGIC 2007 (Regiões de Influência das Cidades), elaborado pelo IBGE, a RMC e a RMBS são caracterizadas, respectivamente, como capitais regionais de nível A e C.

⁷⁵ Segundo dados populacionais da ONU, a metrópole de São Paulo ocupa a quinta posição entre as 30 maiores aglomerações urbanas do mundo, desde 1975. Tal posição se mantém mesmo se consideradas as projeções para o ano de 2025. Em 2007, as quatro maiores aglomerações urbanas mundiais eram, por

demográfica (aumento da esperança de vida e envelhecimento da população, redução da taxa de fecundidade e consolidação da urbanização), ocorreu um arrefecimento significativo no crescimento de sua população a partir dos anos 1980, atestado pela comparação das taxas médias anuais de crescimento populacional nos últimos anos censitários (Tabela 3.1).

Na RMSP, cuja população crescia o dobro da população nacional nos anos 1970, a taxa média anual de crescimento foi semelhante à do país e apenas um pouco inferior à estadual nos Censos Demográficos de 1991 e 2000. Os 39 municípios que a integram totalizaram uma população de 17,8 milhões de habitantes, em 2000, sendo que, em 2007, sua população estimada era de 19,4 milhões.

Na década de 1970, a RMC apresentou taxa média de crescimento anual de 6,2% a.a., percentual bem acima da RMSP. Nas décadas posteriores, teve seu crescimento populacional arrefecido, porém, ainda é bem superior ao do país e da RMSP. Em 2000, os 19 municípios que a integram totalizaram uma população de 2,5 milhões e a população estimada para 2007 é de 2,6 milhões.

A RMBS cresceu a taxas mais próximas à da RMSP nos anos 1970 e 1980, sendo que, na década de 1990, seu crescimento populacional foi maior. Em seus nove municípios, residiam um contingente de 1,4 milhões de habitantes, em 2000, com população estimada de 1,6 milhões, em 2007.

Tabela 3.1 – População e taxas médias anuais de crescimento: Brasil, Estado de São Paulo e RMs paulistas, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2007

Regiões	População (em mil)					Taxa média anual de crescimento		
	1970	1980	1991	2000	2007 ¹	80/70	91/80	00/91
Brasil	93.134	119.011	146.825	169.799	183.987	2,5	1,9	1,6
Estado de São Paulo	17.770	25.042	31.588	37.032	39.827	3,5	2,1	1,8
RMSP	8.139	12.588	15.444	17.878	19.480	4,5	1,9	1,6
RMBS	653	961	1.220	1.476	1.643	3,9	2,2	2,1
RMC	770	1.407	2.033	2.534	2.664	6,2	3,4	2,5

¹População Estimada pelo IBGE e Fundação Seade.

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Além da redução das taxas de fecundidade, foram importantes para o crescimento diferenciado das três RMs: o arrefecimento dos fluxos migratórios interestaduais que tinham como destino a RMSP; a maior integração e adensamento da rede de cidades; e o surgimento de novas centralidades a partir das aglomerações populacionais de tamanho médio no território paulista, em simultâneo aos processos de desconcentração industrial e de interiorização do desenvolvimento, nos quais as regiões mais próximas à RMSP, sobretudo a RMC, têm papel de destaque (Brandão e Macedo, 2007).

Apesar disso, como pode ser observado na tabela seguinte, a RMSP teve pequena redução em seu percentual relativo no total da população estadual e manteve sua participação no total nacional, entre os Censos de 1980 e 2000. No ano de 2000, concentrava 48% da população estadual e 10,6% da população nacional. Se consideradas as projeções populacionais para 2007, não há mudanças importantes nesses percentuais.

No período 1970-2000, a pequena participação relativa da RMBS no total da população brasileira e estadual pouco se modificou, enquanto a RMC aumentou seu percentual de 0,8% para 1,5%, na população nacional e de 4,3% para 6,8% na população paulista (Tabela 3.2). Também nessas RMs, não houve mudanças significativas em relação aos dados populacionais projetados para 2007.

Tabela 3.2 - Participação das RMs paulistas no total da população brasileira e do Estado de São Paulo, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2007

Regiões	% na população nacional					% na população estadual				
	1970	1980	1991	2000	2007 ¹	1970	1980	1991	2000	2007 ¹
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0					
Estado de São Paulo	19,1	21,0	21,5	21,8	21,6	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RMSP	8,7	10,6	10,5	10,5	10,6	45,8	50,3	48,9	48,3	48,9
RMBS	0,7	0,8	0,8	0,9	0,9	3,7	3,8	3,9	4,0	4,1
RMC	0,8	1,2	1,4	1,5	1,4	4,3	5,6	6,4	6,8	6,7

¹População Estimada pelo IBGE e Fundação Seade.

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991 e 2000.

No entanto, as taxas médias anuais de crescimento dessas RMs encobrem dinâmicas populacionais intrametropolitanas de grande disparidade.

Dentre os 39 municípios da RMSP, que concentram quase a metade da população estadual numa área de 8.051 km² (3% do território paulista), 34 cresceram acima da taxa metropolitana de 1,6%a.a.; 2 cresceram na média (Santa Isabel e Osasco); 2 cresceram abaixo desta (São Paulo e Santo André); e apenas 1 município teve redução em sua população (São Caetano do Sul), entre 1991 e 2000 (Tabela 3.3). As maiores taxas de crescimento foram observadas nos municípios em que foram realizados grandes empreendimentos residenciais como Arujá (5,2%a.a.), Barueri (5,3%a.a.) e Santana de Parnaíba (7,9%a.a.), mas também em “municípios-dormitório” como Francisco Morato (5,3%a.a.) e Itaquaquecetuba (5,8%a.a.).

O Município de São Paulo cresceu apenas 0,9% e, desde os anos 1970, apresenta taxas inferiores às taxas metropolitanas, denotando uma certa saturação do espaço urbano paulistano. Como resultado, a concentração da população na capital paulista reduziu de 62,5%, em 1991, para 58,4%, em 2000, perdendo poucos pontos percentuais em sua participação no total metropolitano. Segundo projeções populacionais da Fundação Seade para 2007, ainda concentra mais de 56% da população metropolitana.

Tabela 3.3 - População absoluta e taxa média anual de crescimento dos municípios da RMSP, 1991 e 2000

Municípios	População				Taxa de crescimento
	1991	%	2000	%	00/91
Arujá	37.622	0,2	59.185	0,3	5,2
Barueri	130.799	0,9	208.281	1,2	5,3
Biritiba-Mirim	17.833	0,1	24.653	0,1	3,7
Caieiras	39.069	0,3	71.221	0,4	6,9
Cajamar	33.736	0,2	50.761	0,3	4,6
Carapicuíba	283.661	1,8	344.596	1,9	2,2
Cotia	107.453	0,7	148.987	0,8	3,7
Diadema	305.287	2,0	357.064	2,0	1,8
Embu	155.990	1,0	207.663	1,2	3,2
Embu-Guaçu	36.277	0,2	56.916	0,3	5,1
Ferraz Vasconcelos	96.166	0,6	142.377	0,8	4,5
Francisco Morato	83.885	0,5	133.738	0,8	5,3
Franco da Rocha	85.535	0,6	108.122	0,6	2,6
Guararema	17.961	0,1	21.904	0,1	2,2
Guarulhos	787.866	5,1	1.072.717	6,0	3,5
Itapecerica da Serra	93.146	0,6	129.685	0,7	3,8
Itapevi	107.976	0,7	162.433	0,9	4,6
Itaquaquecetuba	164.957	1,1	272.942	1,5	5,8
Jandira	62.697	0,4	91.807	0,5	4,3
Juquitiba	19.969	0,1	26.459	0,2	3,2
Mairiporã	39.937	0,3	60.111	0,3	4,7
Mauá	294.998	1,9	363.392	2,0	2,3
Mogi das Cruzes	273.175	1,8	330.241	1,9	2,1
Osasco	568.225	3,7	652.593	3,7	1,6
Pirapora Bom Jesus	7.956	0,1	12.395	0,1	5,1
Poá	76.302	0,5	95.801	0,5	2,6
Ribeirão Pires	85.085	0,6	104.508	0,6	2,3
Rio Grande da Serra	29.901	0,2	37.091	0,2	2,4
Salesópolis	11.359	0,1	14.357	0,1	2,6
Santa Isabel	37.975	0,3	43.740	0,2	1,6
Santana de Parnaíba	37.762	0,2	74.828	0,4	7,9
Santo André	616.991	4,0	649.331	3,6	0,6
S.Bernardo do Campo	566.893	3,7	703.177	3,9	2,4
São Caetano do Sul	149.519	1,0	140.159	0,8	-0,7
S.Lourenço da Serra	x	x	12.199	0,1	x
São Paulo	9.646.185	62,5	10.434.252	58,4	0,9
Suzano	158.839	1,0	228.690	1,3	4,1
Taboão da Serra	160.084	1,0	197.644	1,1	2,4
Vargem Gde Paulista	15.870	0,1	32.683	0,2	8,4
RMSP	15.444.941	100,0	17.878.703	100,0	1,6

x: inexistente no período.

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Na RMBS, os municípios que mais aumentaram suas populações, entre 1991-2000, foram Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande e Itanhaém, todos com taxas muito acima da média metropolitana (Tabela 3.4). O único município que apresentou redução populacional nos anos 1990 foi Santos. Entre os dois anos censitários, o mesmo reduziu sua participação relativa na população total em cerca de 7 pontos percentuais e, segundo as projeções do Seade, a concentração continuou diminuindo em 2007 (26%). A concentração da população metropolitana no município-polo não é muito elevada, sendo que o Município de São Vicente tem percentual semelhante.

Tabela 3.4 - População absoluta e taxa média anual de crescimento dos municípios da RMBS, 1991 e 2000

Municípios	População				Taxa de Crescimento
	1991	%	2000	%	00/91
Bertioga	x	x	30.039	2,0	x
Cubatão	91.136	7,5	108.309	7,3	1,9
Guarujá	210.207	17,2	264.812	17,9	2,6
Itanhaém	46.074	3,8	71.995	4,9	5,1
Mongaguá	19.026	1,6	35.098	2,4	7,0
Peruíbe	32.773	2,7	51.451	3,5	5,1
Praia Grande	123.492	10,1	193.582	13,1	5,1
Santos	428.923	35,2	417.983	28,3	-0,3
São Vicente	268.618	22,0	303.551	20,6	1,4
RMBS	1.220.249	100,0	1.476.820	100,0	2,1

x: inexistente no período.

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Na RMC, os municípios que tiveram taxas de crescimento populacional bem acima da metropolitana, entre 1991-2000, foram Monte Mor, Indaiatuba, Paulínia e Vinhedo e o único município que apresentou queda de população foi Sumaré, em função da emancipação de Hortolândia de seu território (Tabela 3.5). A diminuição da concentração da população no município-polo foi bastante inferior em relação ao ocorrido nas outras RMs. Em Campinas, residiam 38% da população metropolitana, em 2000, e, pelas projeções do Seade, esse percentual apresentou apenas pequena elevação em 2007 (39,4%).

Por outro lado, ao contrário da RMBS, a população está mais dispersa entre os demais municípios de sua área metropolitana. Em 2000, além de Campinas, os

municípios mais populosos eram Sumaré, Americana, Santa Bárbara d'Oeste e Hortolândia.

Tabela 3.5 – População absoluta e taxa média anual de crescimento dos municípios da RMC, 1991 e 2000

Municípios	População				Taxa de Crescimento
	1991	%	2000	%	00/91
Americana	153.840	7,6	182.593	7,2	1,9
Artur Nogueira	28.053	1,4	33.124	1,3	1,9
Campinas	847.595	41,7	969.396	38,2	1,5
Cosmópolis	36.684	1,8	44.355	1,7	2,1
Engenheiro Coelho	x	0,0	10.033	0,4	x
Holambra	x	0,0	7.211	0,3	x
Hortolândia	x	0,0	152.523	6,0	x
Indaiatuba	100.948	5,0	147.050	5,8	4,3
Itapira	56.586	2,8	63.377	2,5	1,3
Jaguariúna	24.999	1,2	29.597	1,2	1,9
Monte Mor	25.559	1,3	37.340	1,5	4,3
Nova Odessa	34.063	1,7	42.071	1,7	2,4
Paulínia	36.706	1,8	51.326	2,0	3,8
Pedreira	27.972	1,4	35.219	1,4	2,6
Santa Bárbara d'Oeste	145.266	7,1	170.078	6,7	1,8
Santo Antônio de Posse	14.327	0,7	18.124	0,7	2,7
Sumaré	226.870	11,2	196.723	7,8	-1,6
Valinhos	67.886	3,3	82.973	3,3	2,3
Vinhedo	33.612	1,7	47.215	1,9	3,9
RMC	2.033.173	100,0	2.534.879	100,0	2,5

x: inexistente no período.

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1991 e 2000.

A maior consolidação da urbanização nessas RMs pode ser observada pelo aumento da população que reside em domicílios urbanos. As taxas de urbanização são crescentes desde a década de 1970 (Tabela 3.6). Entretanto, nos anos 1990, nota-se um crescimento da população com domicílio rural na RMSP, o que, provavelmente, pode estar relacionado aos movimentos de ocupação periférica, tanto da população mais pobre como daquela de maior renda, que desloca-se das áreas centrais para loteamentos residenciais de luxo e condomínios fechados. Em grande parte, ocupando de modo irregular, ou até mesmo invadindo, áreas de proteção ambiental e reservas ecológicas.

Tabela 3.6 - População das RMs paulistas segundo situação de domicílio e taxas de urbanização, 1970, 1980, 1991 e 2000

RM	População				Taxa de crescimento		
	1970	1980	1991	2000	80/70	91/80	00/91
RMSP							
Urbana	7.865.982	12.183.715	15.112.493	17.119.400	4,5	2,0	1,4
Rural	273.723	405.030	332.448	759.303	4,0	-1,8	9,6
Total	8.139.705	12.588.745	15.444.941	17.878.703	4,5	1,9	1,6
Taxa de Urbanização	96,6	96,8	97,8	95,8			
RMBS							
Urbana	629.661	956.075	1.215.004	1.470.774	4,3	2,2	2,1
Rural	23.769	5.168	5.245	6.046	-14,2	0,1	1,6
Total	653.430	961.243	1.220.249	1.476.820	3,9	2,2	2,1
Taxa de Urbanização	96,4	99,5	99,6	99,6			
RMC							
Urbana	550.224	1.130.916	1.774.557	2.264.921	7,5	4,2	2,7
Rural	130.602	145.839	91.468	68.309	1,1	-4,2	-3,2
Total	680.826	1.276.755	1.866.025	2.333.230	6,5	3,5	2,5
Taxa de Urbanização	80,8	88,6	95,1	97,1			

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1991 e 2000.

No que se refere ao porte dos municípios que integram a RMSP, entre 1991-2000, aumentaram os percentuais relativos da população metropolitana residente nas classes de municípios entre 100 e 250 mil habitantes (12 municípios) e entre 500 e 2 milhões (4 municípios) (Tabela 3.7). Apenas 4% da população residia em municípios menores, com população entre 20 e 50 mil habitantes e entre 50 e 100 mil habitantes. Guarulhos era o único município com mais de 1 milhão de habitantes, em 2000, e o Município de São Paulo tinha 10,4 milhões.

Tabela 3.7 – Distribuição da população da RMSP segundo tamanho dos municípios, 1991 e 2000

Tamanho dos municípios	1991			2000		
	Nº mun.	População		Nº mun.	População	
		Total	%		Total	%
20 e 50 mil	8	292.279	1,7	6	186.530	1,0
50 e 100 mil	7	582.816	3,5	8	560.630	3,1
100 e 250 mil	8	1.135.617	6,8	12	1.912.287	10,7
250 e 500 mil	4	2.539.975	15,1	5	1.668.235	9,3
500 e 2 milhões	4	2.539.975	15,1	4	3.077.818	17,2
Mais de 2 milhões	1	9.646.185	57,3	1	10.434.252	58,4
Total	38	16.827.795	100,0	39	17.878.703	100,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

A RMBS reduziu de modo significativo o percentual da população que residia em municípios com população entre 100 e 250 mil habitantes, entre 1991 e 2000, tendo seu maior acréscimo ocorrido na classe de municípios entre 250 e 500 mil habitantes (Tabela 3.8). A menor densidade relativa de seu espaço intrametropolitano, embora tenha aumentado a população em municípios de médio porte, pode ser vista pelo fato de que, em 2000, não havia nenhum município com mais 500 mil habitantes nessa região. A população estimada para Santos foi de 429 mil habitantes, em 2007. Em grande medida, isso deve-se às características físico-geográficas da região, que impõem limites à expansão populacional e econômica⁷⁶.

Tabela 3.8 – Distribuição da população da RMBS segundo tamanho dos municípios, 1991 e 2000

Tamanho dos municípios	1991			2000		
	Nº mun.	População		Nº mun.	População	
		Total	%		Total	%
Entre 20 e 50 mil	2	78.847	6,5	2	65.137	4,4
Entre 50 e 100 mil	1	91.136	7,5	2	123.446	8,4
Entre 100 e 250 mil	2	333.699	27,4	2	301.891	20,4
Entre 250 e 500 mil	2	697.541	57,2	3	986.346	66,8
Total	8	1.220.249	100,0	9	1.476.820	100,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Entre 1991-2000, também houve significativo aumento do porte dos municípios da RMC, nas classes entre 150 e 250 mil habitantes (Tabela 3.9). Campinas é o único com população acima de 500 mil (população estimada em mais de 1 milhão, em 2007). Em 2000, cerca de 1/3 de sua população residia em municípios com população de até 150 mil habitantes.

⁷⁶ Está localizada no litoral central do Estado de São Paulo, em estreita faixa entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, com áreas de preservação da Mata Atlântica, sendo que parte do território que abriga as maiores concentrações populacionais é insular (Santos, São Vicente e Guarujá).

Tabela 3.9 – Distribuição da população da RMC segundo tamanho dos municípios, 1991 e 2000

Tamanho dos municípios	1991			2000		
	Nº mun.	População		Nº mun.	População	
		Total	%		Total	%
Até 20 mil	2	20.828	1,1	3	35.368	1,5
entre 20 e 50 mil	8	241.147	12,9	7	268.921	11,5
entre 50 e 100 mil	3	207.707	11,1	3	215.496	9,2
entre 100 e 150 mil	3	394.908	21,2	1	147.050	6,3
entre 150 e 250 mil	1	153.840	8,2	4	701.917	30,0
entre 250 e 500 mil	0	-	0,0	0	-	0,0
mais de 500 mil	1	847.595	45,4	1	969.396	41,5
Total	18	1.866.025	100,0	19	2.338.148	100,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Esses padrões de crescimento e distribuição da população no espaço das três RMs paulistas ainda estão fortemente associados ao componente migratório, porém, com distintas dinâmicas internas e entre essas RMs.

A RMSP, historicamente principal polo de atração de fluxos populacionais nacionais e internacionais, continuou a receber população de outras UFs brasileiras na década de 1990, embora em proporção inferior aos períodos anteriores⁷⁷. Entre 1995 e 2000, recebeu 912 mil migrantes, sendo que 512 mil eram da Região Nordeste. A RMC tem sido um dos principais focos de atração nacional, recebendo 291 mil migrantes. A RMBS, por sua vez, recebeu 118 mil migrantes de outras UFs.

Nesse mesmo período, o saldo migratório da RMSP com as demais RAs do Estado de São Paulo foi negativo, sendo mais importante em relação às RAs de seu entorno mais próximo: Campinas, Baixada Santista, Sorocaba e São José dos Campos (Tabela 3.10).

⁷⁷ Além da crise da década de 1980, o maior poder de retenção populacional de algumas UFs tradicionalmente “expulsoras” de população para São Paulo, Minas Gerais e Paraná, foi determinante para a contração dos fluxos migratórios. Ainda assim, o peso do influxo nordestino continua sendo predominante e, diferentemente dos fluxos advindos das outras UFs, não apresenta sinais de queda expressiva (Brandão e Macedo, 2007).

Tabela 3.10 – Migrações intraestaduais, RMSP
1995-2000

Região Administrativa	Entradas	Saídas	Saldo
Araçatuba	4.774	13.639	-8.865
Barretos	2.060	4.651	-2.591
Bauru	5.325	20.018	-14.693
Campinas	29.152	143.503	-114.351
Central	4.620	15.673	-11.053
Franca	2.480	5.478	-2.998
Marília	6.997	21.275	-14.278
Presidente Prudente	6.777	15.975	-9.198
Registro	2.569	8.261	-5.692
Ribeirão Preto	5.093	11.853	-6.760
Santos	18.821	60.189	-41.368
São José dos Campos	14.423	46.275	-31.852
São José do Rio Preto	8.390	29.056	-20.666
Sorocaba	17.434	72.918	-55.484
Total	128.864	468.764	-339.900

Fonte: IBGE, Tabulações especiais NEPO. (Cano *et al.*, 2007).

Baeninger (2001) afirma que tais dinâmicas tiveram início na década de 1970, no âmbito do aumento dos fluxos migratórios com origem na RMSP e em direção ao interior paulista. Nos últimos anos, essas migrações evoluíram no sentido dos movimentos pendulares que acompanham a expansão da mancha urbana das RMs. Em especial, daqueles cujo motivo principal é o trabalho fora do município de moradia. No caso da RMBS, em função de sua grande proximidade, os dados sugerem uma movimentação pendular de trabalhadores da RMSP. Segundo Colantonio (2009), isso estaria mais restrito aos movimentos pendulares dos ocupados de maior qualificação e salários que residem na Baixada Santista e trabalham na RMSP, principalmente no ABC e no Município de São Paulo⁷⁸.

Segundo pesquisa elaborada pelo Nepo/Unicamp, no âmbito do Projeto Vulnerabilidade, o percentual da PEA que realizava deslocamentos diários para o trabalho, em 2007, era de 17,5%, na RMC, e de 22,3%, na RMBS. Os dados das pesquisas Origem/Destino de 2007, realizadas pela Secretaria de Transportes

⁷⁸ De acordo com informações deste autor, já em 1955, foi inaugurado um bairro planejado para atrair trabalhadores do ABC paulista (Cidade Ocian), em Praia Grande.

Metropolitanos, chamam atenção para o fato de cerca de um terço das viagens intermunicipais serem realizadas a pé, na RMBS e na RMC. Na RMSP, esse percentual era um pouco superior, 37%. O que, por sua vez, denota a denominada “crise de mobilidade” determinada pela falência do modelo de transporte rodoviário, em que atuam fortes interesses das coalizões das “máquinas de crescimento urbano”, mencionadas no capítulo anterior.

Internamente à RMSP, a conformação e extensão de um mercado metropolitano de trabalho resulta de dinâmicas relacionadas à desconcentração da atividade industrial a partir do município-sede, tendo em vista suas deseconomias (elevado preço dos terrenos, poluição, restrições ao uso do solo, congestionamentos etc) e guerra fiscal entre os governos municipais, e a outros fatores que também são indutores da ampliação periférica de atividades de comércio e serviços, tais como:

- a realização de obras de grande porte e longo prazo de conclusão (Rodoanel);
- a implantação de instituições federais e estaduais de ensino e pesquisa;
- a consolidação de grandes centros urbanos como Guarulhos e Osasco e a ampliação de atividades terciárias como as do Aeroporto Internacional de Cumbica;
- a construção e expansão de grandes empreendimentos residenciais para a classe média-alta (Alphaville, em Barueri e Tamboré, em Santana do Parnaíba);
- a montagem de importantes centros de distribuição e de comércio atacadista e varejista, hiper/supermercados e *shopping centers*, ao longo das principais rodovias do sistema viário⁷⁹.

Em geral, o movimento é bastante heterogêneo, com áreas de elevada carência de infraestrutura urbana (habitação, transporte e saneamento básico) e de equipamentos de consumo coletivo (saúde, educação e lazer)⁸⁰, contrastando com os luxuosos condomínios residenciais e empresariais e os equipamentos modernos de

⁷⁹ Consultar Meyer, Grostein e Biderman (2004).

⁸⁰ De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2000, a RMSP possuía uma população em aglomerados subnormais de 1,6 milhões, cerca de 9,4% de sua população total. O dado é reconhecidamente subdimensionado, porém, reflete a gravidade desses problemas.

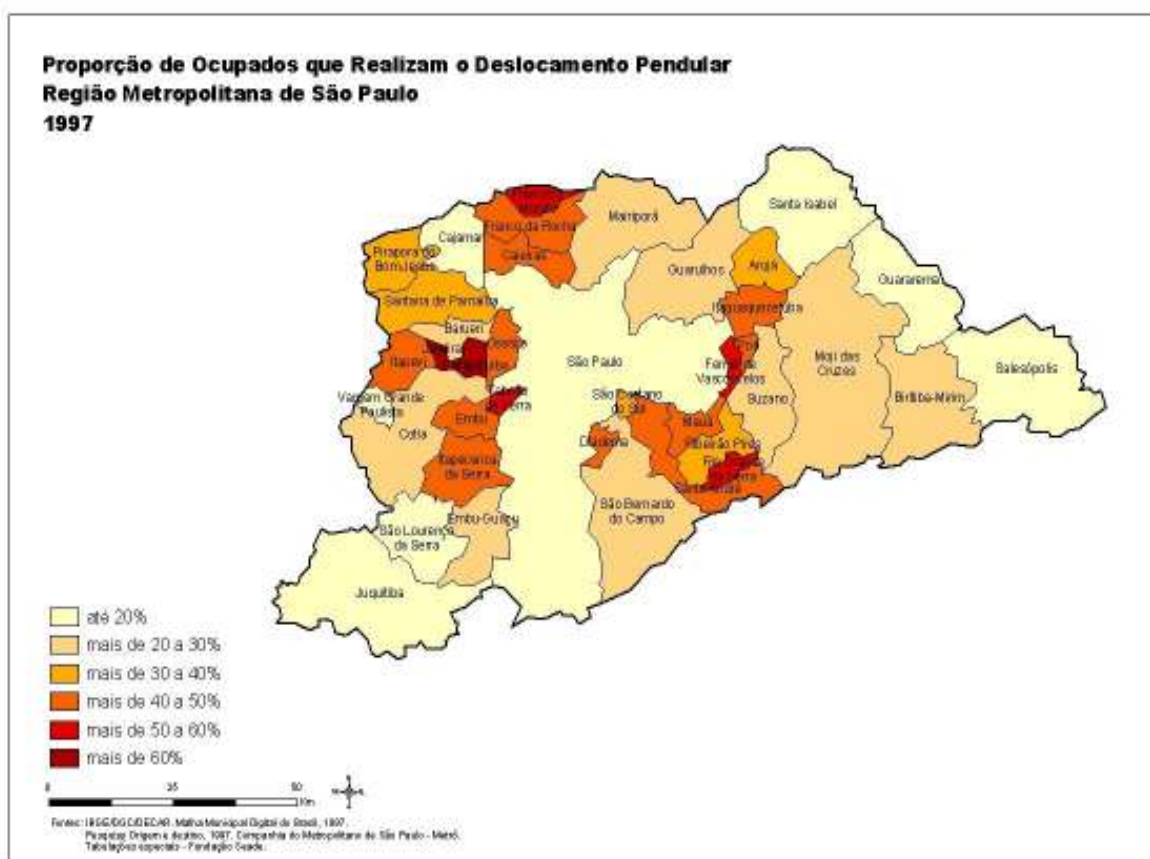
lazer e consumo. A dinâmica do mercado metropolitano de trabalho também é acompanhada pela expansão dos “municípios-dormitório” (Franco da Rocha, Francisco Morato, Poá, Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos e Carapicuíba) e de grandes assentamentos precários, muitas vezes ao longo das grandes vias de circulação, com aumento da população favelada em áreas de mananciais e de proteção ambiental; e da formação de novos núcleos de favela em municípios como Guarulhos⁸¹, Osasco, Diadema, Ribeirão Pires, Embu, Mauá, São Bernardo do Campo e Santo André.

A importância da movimentação pendular intrametropolitana e a sua evolução na RMSP, entre 1995-2007, são confirmadas pelas informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego/PED (Seade/Dieese). Embora tenha reduzido de 34,6% em 1995, devido aos diversos movimentos de desconcentração e do maior adensamento econômico e populacional da periferia e, por conseguinte, da geração de oportunidades de trabalho fora do Município de São Paulo, o percentual dos trabalhadores que moram nos Demais Municípios da RMSP (exceto ABC) e que trabalham no Município de São Paulo era de 30%, em 2007.

A distribuição interna dos ocupados que realizavam movimento pendular para o trabalho na RMSP, em que se destacam os “municípios-dormitório”, pode ser observada no Mapa 3.3, extraído de Antico (2003).

⁸¹ Segundo Baltrusis (2004), a taxa de crescimento da população favelada do Município de Guarulhos foi de 13,7% a.a., entre 1991-2000. Este possuía apenas uma favela, em 1970, aumentando para 65 favelas, em 1987 e chegando a 343, em 2002.

Mapa 3.3. – RMSP: Proporção dos ocupados que realizam o deslocamento pendular, 1997



Fonte: Antico, 2003.

Para Baeninger (2001), os movimentos pendulares na RMC, que já se delineavam nos anos 1970, evoluíram com a maior integração do mercado metropolitano de trabalho. Para esta autora, o deslocamento pendular

propicia esse fenômeno que, associado à necessidade de buscar locais de moradia mais baratos, marca o cotidiano de grande número de trabalhadores. A integração do mercado regional, a expansão da mancha urbana de todos os municípios da região, a localização das indústrias ao longo das principais rodovias (Anhanguera, Bandeirantes, Dom Pedro I, Santos Dumont, Campinas Mogi-Mirim) e nas proximidades do Aeroporto de Viracopos foram fatores que impulsionaram a formação desse espaço urbano-metropolitano e contribuíram para relativa desconcentração populacional do município-sede em relação aos municípios vizinhos (Baeninger, 2001: 344).

Nos últimos anos, a dinâmica de extensão do mercado metropolitano de trabalho ocorre pela continuidade do espraiamento de seu denso e articulado espaço urbano ao longo de importantes eixos rodoviários e pela realização de um certo volume de investimentos: em centros comerciais de grande porte (*shopping centers*, hipermercados e centros atacadistas); em unidades fabris de montagem de aparelhos celulares e de informática e suas empresas fornecedoras (em Jaguariúna, Indaiatuba e Hortolândia); em plantas automobilísticas (em Sumaré e Indaiatuba); em empresas que produzem medicamentos genéricos; na ampliação do terminal de cargas e de passageiros do Aeroporto Internacional de Viracopos; e em infraestrutura urbana nas áreas de saúde, transporte e saneamento básico.

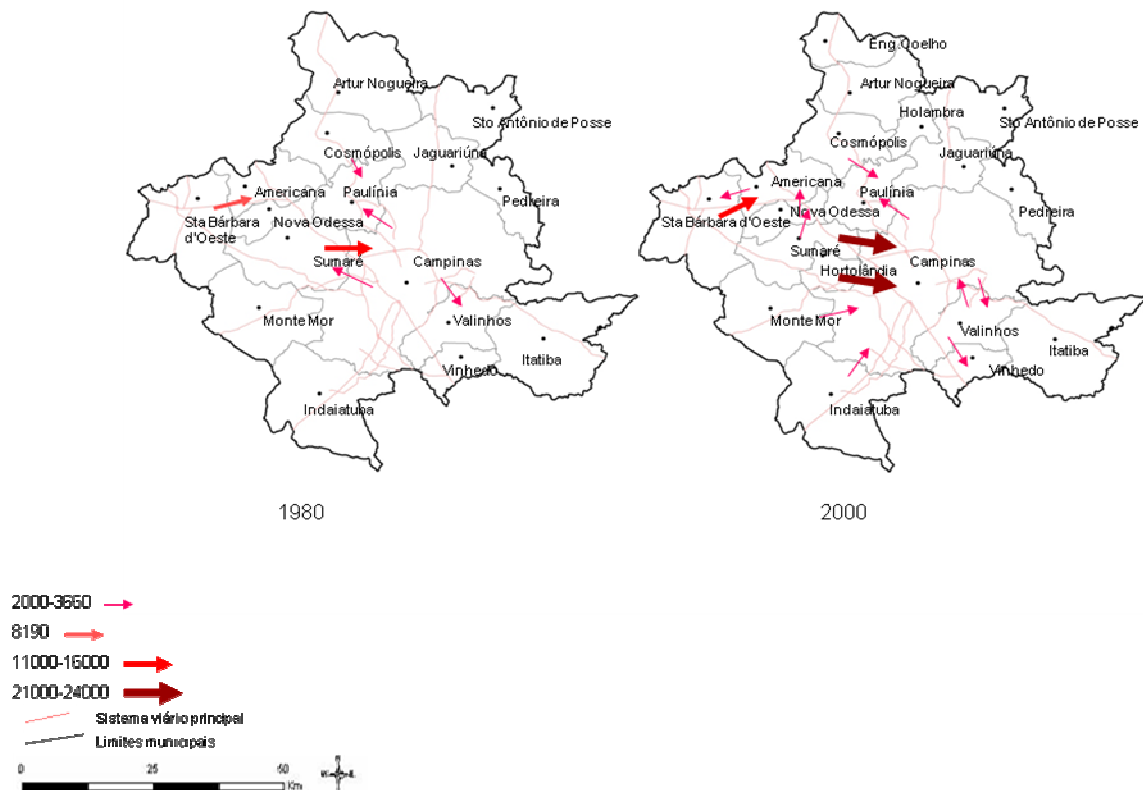
Embora em menor escala, o padrão da ocupação urbana reproduz algumas dinâmicas observadas na RMSP, com o surgimento de “municípios-dormitório” e os deslocamentos diários tanto da mão-de-obra qualificada como daquela ocupada em atividades mais precárias e de menores salários. Também contrastam áreas com equipamentos residenciais de grande porte (condomínios fechados de classe média-alta) e de lazer e consumo com áreas de extrema carência de infraestrutura urbana⁸². Como afirmam Cunha *et al.* (2006), na RMC ocorre uma extensão da mancha urbana a partir de um clássico processo de periferização, cujos limites político-administrativos não necessariamente são correspondentes a esse movimento, e com alguns núcleos urbanos formando suas próprias periferias, como é o caso de Americana. A distribuição socioespacial da população está claramente dividida entre os municípios do eixo sudeste (Valinhos e Vinhedo), com maior nível de renda da população e melhores infraestruturas, e aqueles do eixo oeste (Hortolândia, Monte-Mor, Nova Odessa, Sumaré e Paulínia), que concentram população de mais baixa renda e maior precariedade urbana, o que, por sua vez, também sugere uma forte segmentação interna dos fluxos pendulares dos trabalhadores⁸³.

⁸² Na RMC, a população em aglomerados subnormais era de 140 mil, em 2000, o que representava cerca de 6% da população total. De acordo com Baltrusis (2004), o Município de Campinas, em 2003, estava entre os 15 municípios brasileiros com o maior número de favelas.

⁸³ No caso dos municípios de maior poder aquisitivo, como Valinhos e Vinhedo, também são importantes os fluxos de deslocamento de executivos e dirigentes de empresas que trabalham na RMSP.

No Mapa 3.4 são destacados os principais fluxos intrametropolitanos da PEA e sua evolução na RMC, entre 1980 e 2000. Em 1980, os deslocamentos de trabalhadores que exerciam atividades fora de seu município de moradia eram de aproximadamente 50 mil, sendo que o número aumentou para 125 mil no Censo de 2000. Campinas foi o principal destino dos trabalhadores que realizaram deslocamentos pendulares, cuja peculiaridade é o deslocamento de empregadas domésticas de Sumaré e Hortolândia, municípios de menor nível de renda da RMC. Os fluxos também são importantes entre Americana e Santa Bárbara d'Oeste, principalmente de trabalhadores da indústria têxtil, e entre Paulínia e Campinas, em razão da concentração da residência dos trabalhadores da Replan (Refinaria do Planalto Paulista) neste último município. Nesse período, também nota-se um aumento dos movimentos pendulares da PEA de Valinhos e Indaiatuba com destino a Campinas, provavelmente de mão-de-obra mais qualificada, mobilizada pelas grandes empresas e instituições públicas da região.

Mapa 3.4 - RMC: Fluxos acima de 2000 pessoas da PEA ocupada fora do município de residência, 1980 e 2000



Fonte: Núcleo de Estudos de População (NEPO)/Unicamp.

Conforme já mencionado, na RMBS, a particularidade da extensão do mercado metropolitano de trabalho se dá em função de sua maior articulação à RMSP. A estruturação de um sistema viário moderno e o avanço das comunicações geraram crescente facilidade de acesso ao mercado da RMSP. Essa maior acessibilidade acirrou a concorrência das funções urbanas de Santos com as da capital paulista, repercutindo na transferência de parte dos estímulos do adensamento e da aglomeração urbana para a RMSP, polarizando funções urbanas que poderiam se desenvolver na Baixada Santista (Brandão e Macedo, 2007).

Segundo Colantonio (2009), nos últimos anos, os investimentos na melhoria do acesso à RMBS (construção da segunda pista da Rodovia Imigrantes e duplicação da Rodovia Padre Manuel da Nóbrega) aprofundaram suas funções de lazer balneário e de

residência para aposentados⁸⁴ e de trabalhadores de maiores salários da RMSP. Por outro lado, o empobrecimento de boa parte da população, em decorrência da elevação do desemprego e da redução dos níveis médios dos rendimentos reais, inviabilizou a sua permanência em municípios como o de Santos. Isso, somado às contínuas pressões da demanda por imóveis de uso ocasional, reaquecida pelas melhorias nas condições de financiamento, levou a uma maior periferação⁸⁵. A peculiaridade também está na forte divisão entre os municípios do turismo de paulistas de classe média-alta (no litoral norte, Bertioga) e de residência e turismo das classes de menor poder aquisitivo (litoral sul, Praia Grande e Mongaguá) .

A movimentação pendular de trabalhadores está restrita a poucos municípios (Guarujá e São Vicente), os quais, em sua maioria, destinam-se ao Município de Santos, pois este concentra maior percentual de postos de trabalho. Na RMBS, cerca de 134 mil pessoas saíam diariamente de seus municípios de moradia para trabalhar em outro município da própria RM, em 2000. Como pode ser observado no Mapa 3.5, o Município de Cubatão perdeu participação na recepção desses fluxos, entre 1991 e 2000, devido às privatizações das empresas nucleares de seu polo industrial e à redução do pessoal ocupado.

A ampliação da importância dos fluxos pendulares intrametropolitanos e entre as três RMs demonstram fenômenos típicos da organização do mercado de trabalho com a consolidação do espaço urbano-metropolitano. Entretanto, como salientado no primeiro capítulo, algumas mediações teórico-históricas são necessárias. É preciso alertar para o modo pelo qual isso é concebido nas abordagens dos mercados locais de trabalho que, tendo por base a concepção neoclássica de segmentação, estabelecem diferentes espacialidades socioeconômicas a partir dos custos do deslocamento diário, das preferências pelo local de moradia e do capital humano, definindo, por sua vez, vantagens e desvantagens para empresas e trabalhadores que, no “ambiente sinérgico” dessas áreas, teriam condições mais favoráveis para melhorar sua posição no mercado

⁸⁴ O aumento dessa população ocorre, principalmente, pelo movimento de aposentados oriundos da RMSP. A proporção da população com idade superior a 65 anos de idade aumentou de 4,7% para 7%, na RMBS, e de 6,5% para 12,5%, no Município de Santos, entre 1980 e 2000. Neste último, o percentual em 2000 era bem superior ao do Estado de São Paulo (7%).

⁸⁵ Cerca de 13% da população total da RMBS (190 mil habitantes) viviam em aglomerados subnormais no ano de 2000.

de trabalho e, se desempregados, encontrarem um novo trabalho. Dessa forma, não consideram as mediações dos nexos entre mercado de trabalho e espaço urbano-metropolitano, discutidas no primeiro capítulo.

Porém, antes de se passar para a análise de tais mediações nas metrópoles no contexto dos países periféricos e subdesenvolvidos, representadas neste estudo por sua “área mais nobre”, a seguir examinam-se as principais características e as transformações recentes nas estruturas produtivas desses distintos espaços.

Mapa 3.5. RMBS: Fluxos acima de 2000 pessoas da PEA ocupada fora do município de residência, 1980 e 2000



Fonte: Núcleo de Estudos de População (NEPO)/Unicamp.

3.3. Contextualização das RMs paulistas na divisão inter-regional do trabalho estadual e nacional

Em sua totalidade, o espaço urbano conformado pelas três RMs paulistas possui magnitude e complexidade econômica expressivas no cenário nacional. Representa o núcleo central da acumulação capitalista do país, sendo também espaço de profundas heterogeneidades econômicas e sociais. Historicamente, em virtude dos desdobramentos do complexo cafeeiro no final do Século XIX e início do Século XX, as forças produtivas que aí se constituíram formaram a base para a expansão e concentração dos processos de industrialização e urbanização, bem como lançaram os estímulos para a constituição e consolidação de um mercado urbano de trabalho assalariado em escala nacionalizada.

A concentração das atividades econômicas no Estado de São Paulo, particularmente no entorno de sua capital, ocorreu simultaneamente à integração do mercado nacional, articulando complementarmente a economia das demais regiões e rompendo com a configuração territorial anterior, caracterizada como um vasto “arquipélago” composto por lógicas regionais isoladas. Segundo Cano (1998b), esse processo de concentração, que vai de 1930 a 1970, foi mais intenso durante a instalação da indústria pesada no âmbito do Plano de Metas (1956-1960), promovendo as bases para a conformação de um mercado de trabalho urbano, com ampliação e diversificação da estrutura produtiva, fortalecimento do mercado interno e expansão do assalariamento.

As origens desse movimento remontam ao dinamismo da produção cafeeira e seus desdobramentos na constituição de forças produtivas mais avançadas nessa região em relação ao resto do país. Ao contrário do Rio de Janeiro, onde a produção do café assentava-se na exploração do trabalho escravo, a expansão cafeeira em áreas do território paulista constituiu-se sob novas bases, a partir da utilização do trabalho assalariado de imigrantes europeus, bem como instaurou importantes desdobramentos intersetoriais do complexo cafeeiro (Cardoso de Mello, 1998; Cano, 1997 e 1998a).

Após 1970, dá-se início a um processo de desconcentração regional (industrial e agrícola), desencadeado por políticas nacionais no âmbito do II PND (Plano Nacional de

Desenvolvimento). Entre 1970 e 1985, esse movimento ocorreu no sentido das regiões menos desenvolvidas do país, com a implementação de grandes projetos de investimento de empresas estatais (petroquímica, celulose, hidrelétricas, mineração e metalurgia) e de incentivos fiscais e financeiros através das superintendências regionais e dos bancos estaduais de desenvolvimento (Diniz, 1991; Lessa, 1998a; Pacheco, 1998; Piquet, 1993 e 2007). Ao mesmo tempo, beneficiou o interior do próprio Estado de São Paulo, tanto pela continuidade da modernização de sua agricultura como por meio de políticas do governo federal e estadual (Pró-Alcool, refino de petróleo, investimentos públicos em infraestrutura de transportes e comunicação e em centros de pesquisa e ensino), processo que ficou conhecido como “interiorização da indústria paulista” (Negri, 1996). As regiões beneficiadas foram aquelas que já possuíam bases industriais: Campinas, Santos, São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto.

Ao contrário do que ocorreu em países desenvolvidos como os Estados Unidos e a Inglaterra, que também passaram por processos de desconcentração regional da produção, no Brasil isso não envolveu uma desindustrialização da RMSP, no sentido de que essa região perdeu capacidade produtiva, plantas industriais, base econômica, fiscal e população. O aumento da participação relativa de outras regiões do país e daquelas do próprio interior paulista na estrutura produtiva nacional se deu, principalmente, mediante a instalação de novas plantas industriais. Isso ocorreu com grande complementaridade entre a indústria paulista e aquela instalada nas demais regiões (Cano, 1998b).

Nas últimas décadas, a análise da dinâmica regional brasileira sob o referencial da concentração/desconcentração a partir de São Paulo tornou-se mais complexa. Existe certo consenso entre os autores dessa temática de que a mensuração desses movimentos tornou-se bem mais difícil com as mudanças no ambiente econômico nacional e a reestruturação produtiva, mas também em função da deterioração do sistema de informações estatísticas. Desde 1985, a ausência de censos industriais, principal fonte estatística para esse tipo de estudo, foi apenas, em parte, compensada pela série de pesquisas amostrais do IBGE (Pesquisa Industrial Anual-PIA), iniciadas em 1996, uma vez que as mudanças metodológicas dificultaram a comparação com as séries históricas do Censo.

Por esses motivos, a continuidade do processo de desconcentração evidenciada pela redução da participação relativa do Estado de São Paulo, principalmente da RMSP, nos dados das Contas Regionais do IBGE e nos dados da série da PIA, é vista com muita cautela nas análises de Cano (1998b, 2007 e 2008). Pelas Contas Regionais, o Estado de São Paulo teve sua participação relativa no Valor da Transformação Industrial (VTI) reduzida de 52%, em 1985, para 43%, em 2003. A participação relativa da RMSP no VTI nacional⁸⁶ reduziu significativamente de 29,4%, em 1985, para 16,8%, em 2003, ao passo que, no Interior Paulista (Estado de São Paulo exclusive RMSP) houve aumento de 22,5% para 27%, nesse mesmo período.

Em Cano (2007), é reiterada a necessidade de se considerar o “efeito estatístico”, posto que a indústria paulista foi mais afetada pelas mudanças econômicas nas últimas décadas, portanto, crescendo menos do que as demais regiões. O autor ressalta que isso ocorre sob baixas taxas de crescimento nacional, em meio a contextos econômicos bastante variados e negativos para os investimentos públicos e privados, passando de hiperinflação e vários planos de estabilização, nos anos 1980; estabilização inflacionária, elevação dos juros, abertura comercial e financeira, aumento das importações e valorização da moeda nacional, nos anos 1990; desvalorização cambial e mudança nos preços relativos, em 1999; à manutenção da política de juros elevados, porém, com melhorias na inserção externa, nos anos 2000.

Por outro lado, Cano (2007) argumenta que, de fato, alguns processos estariam atuando na desconcentração regional em dois sentidos. Num sentido inter-regional, em favor das outras UFs, tendo como principais determinantes os benefícios financeiros e fiscais concedidos no âmbito da guerra fiscal e a continuidade da expansão da fronteira agrícola e de recursos minerais, o que, por sua vez, refletiu-se negativamente nos seguintes ramos da indústria paulista: material de transporte, metalurgia, química, têxtil, alimentos, bebidas, fumo, madeira e couros. Ao mesmo tempo, teria ocorrido um reforço da concentração nos ramos industriais de maior avanço tecnológico no Estado de São Paulo. No sentido intraestadual, favorecendo a indústria do Interior Paulista, em decorrência: de melhorias e transformações na infraestrutura de transporte; da

⁸⁶ Valores calculados por Cano (2007), com base na participação da RMSP no Valor Adicionado Fiscal (VAF) estadual fornecido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

modernização agrícola e agroindustrial (beneficiados pela melhoria nos preços de produtos como carne bovina e açúcar); da implantação de projetos de polos tecnológicos; da Guerra Fiscal entre municípios paulistas; e da recuperação dos preços internacionais do petróleo e melhores condições cambiais, favorecendo a produção de álcool.

Como resultado, a RMSP reduziu seu peso relativo na composição do VAF estadual, de 54,5%, em 1993, para 45%, em 2003 (Tabela 3.11). Após esse período, com a melhoria no crescimento da economia nacional e o aumento do consumo de bens duráveis, ocorreu uma certa recuperação de sua participação, que aumentou para 47% do VAF estadual, em 2007.

Entre 1993 e 2007, os maiores ganhos de participação foram observados nas regiões mais próximas à RMSP, especialmente na RA de Campinas, que aumentou sua participação relativa de 17,6%, em 1993, para 22%, em 2007. A RMC, desde sua institucionalização em 2000, mantém sua participação relativa em 12% do VAF estadual. A RA de São José dos Campos aumentou sua participação relativa, entre 1993 e 2001 (de 6% para 9,6%), porém, houve diminuição desse percentual entre 2001 e 2007. A RMBS teve apenas pequeno aumento, mantendo sua contribuição em apenas 4% do VAF estadual.

Tabela 3.11 - Distribuição do Valor Adicionado Fiscal do Estado de São Paulo, Regiões Administrativas e Regiões Metropolitanas, 1993-2007, em %

Regiões	93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	03	04	05	06	07
Estado de São Paulo	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
RMSP	54,5	51,9	51,4	52,2	51,7	49,9	48,4	47,6	47,4	45,2	44,9	45,6	46,5	46,1	46,9
Município de São Paulo	30,3	24,8	25,8	28	27	26,4	24,9	24,7	25,1	23,9	23,4	23	23,2	23,1	23
RMBS	x	x	x	3,1	3,3	3,2	3,4	3,6	3,8	4,2	4,1	4	3,9	3,7	3,9
RA Registro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
RA SJosé dos Campos	5,9	7,1	7	7,3	7,7	8	8,7	9,6	9,1	8,7	7,6	8	7,2	6,6	6,6
RA Sorocaba	4,2	4,6	5	4,8	5,1	5	5	4,9	4,7	4,8	5,2	5,3	5,2	5,1	5,5
RA Campinas	17,6	17,7	18,2	17,2	17,1	18,4	19,2	19,8	20,1	21	21,8	21,4	21,8	22	22,1
RMC	x	x	x	x	x	x	x	12	11,9	12,1	12,6	12,3	12,8	12,7	12,3
RA Ribeirão Preto	2,4	2,5	2,7	2,5	2,5	2,7	2,5	2,5	2,5	2,8	2,9	2,8	2,9	3,2	2,9
RA Bauru	1,8	1,9	1,9	1,8	1,8	1,9	1,8	1,7	1,7	1,8	1,8	1,8	1,8	2	1,9
RA SJosé do Rio Preto	1,9	2,1	2,2	2,2	2,3	2,3	2,3	2,1	2,1	2,4	2,4	2,3	2,4	2,6	2,4
RA Araçatuba	1,6	1,7	1,6	1,5	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,5	1,5	1,4	1,5	1,4
RA Presidente Prudente	1,1	1,2	1,1	1,1	1,1	1,2	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1
RA Marília	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,6	1,5	1,4	1,5	1,6	1,7	1,6	1,5	1,5	1,4
RA Central	1,8	2,1	2	2,2	2	2	2,1	1,9	1,9	2	2,1	1,8	1,9	2	1,9
RA Barretos	0,8	0,9	0,8	0,9	0,8	0,8	1	0,9	0,9	1,1	1	1	0,9	1	0,8
RA Franca	1,2	1,3	1,1	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	1,4	1,4	1,4	1,5	1,5	1,2

x:inexistente no período.

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Estas informações reforçam as dificuldades de se analisar a dinâmica regional brasileira e do Estado de São Paulo tendo como referência os processos de desconcentração a partir da RMSP. Apesar das controvérsias referentes às análises estatísticas e da complexidade que envolve esse debate, sob o ponto de vista da divisão inter-regional do trabalho, o Estado de São Paulo e a RMSP ainda mantêm posição central. Em termos industriais, a RMSP passa a dividir suas funções com a RA de Campinas, que inclui a RMC. No entanto, mantém sua posição singular no que se refere à função de principal centro comercial, financeiro e de serviços, concentrando as sedes das principais empresas que atuam no país.

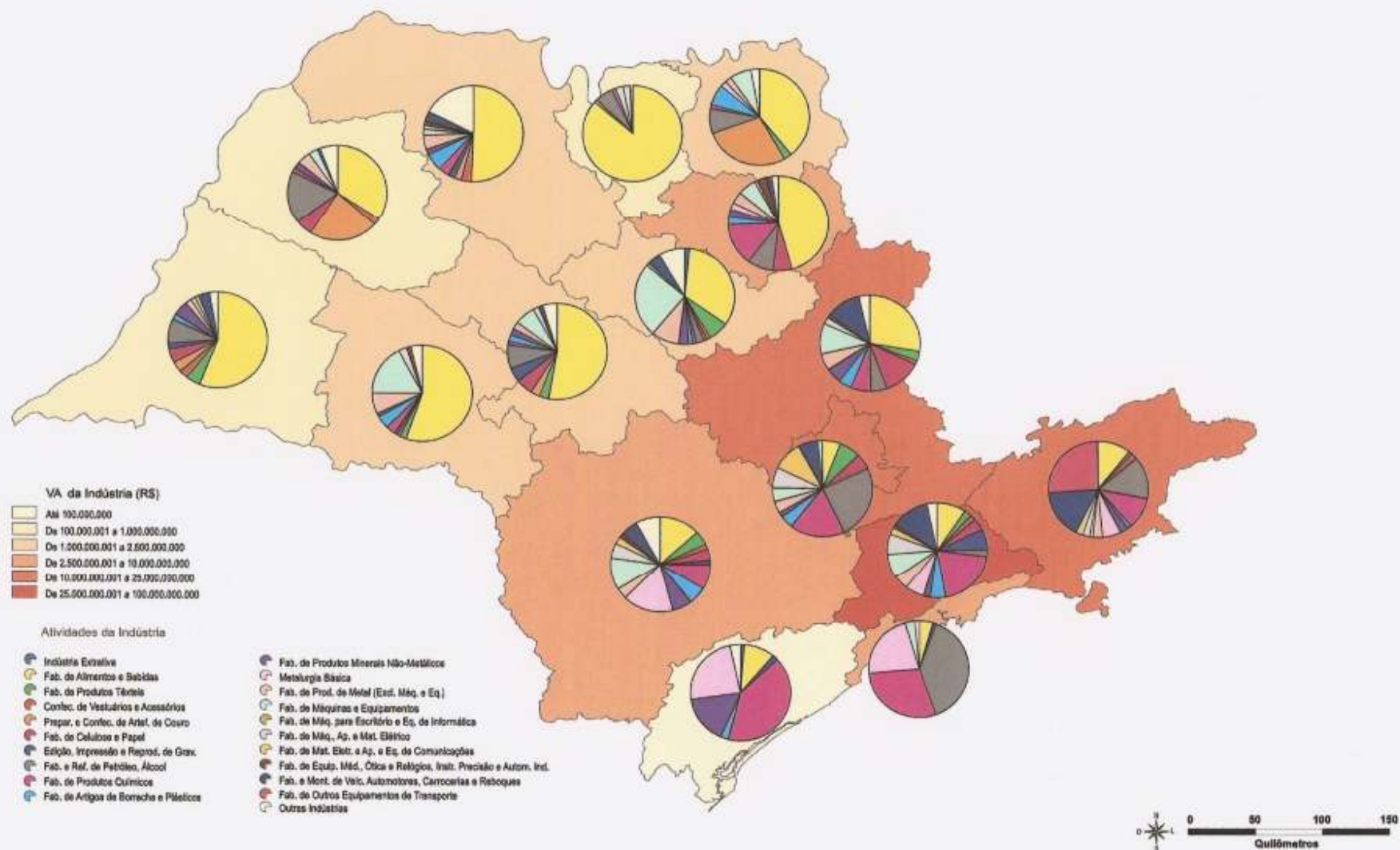
A RMC, embora seja impactada pelos efeitos de sua integração à dinâmica da RMSP, possui “autonomia” e poder de comando, sendo dinamizadora de uma área de influência que inclui regiões do interior paulista e de outras UFs que fazem divisa com

São Paulo como a região sul de Minas Gerais. Além de abranger em seu território setores econômicos de alto valor agregado e complexidade tecnológica, é importante centro comercial. Isso se deve à sua localização estratégica e à boa infraestrutura de escoamento, que caracterizam a RMC como centro nacional de distribuição e de comércio exterior, sobretudo pela importância do Aeroporto de Viracopos na importação e exportação de mercadorias. Ademais, essa região é o maior entroncamento rodoviário com as UF's de Minas Gerais e das Regiões Norte e Centro-Oeste. Por outro lado, consolida-se como importante centro de serviços médicos, de ensino e de pesquisa, em função da concentração de instituições do setor público.

A RMBS, por sua vez, diferencia-se por possuir estrutura produtiva pouco diversificada e especializada, articulando-se na divisão inter-regional do trabalho do país e do Estado de São Paulo através de suas atividades de balneário turístico, do fornecimento de bens intermediários e de centro portuário, abrigando o principal porto nacional, o Porto de Santos.

No âmbito do território paulista, a divisão inter-regional do trabalho pode ser melhor visualizada nos mapas a seguir do Atlas da Economia Paulista, elaborado pelo Seade. Nestes, observa-se a maior concentração do Valor Adicionado (PAEP, 2001) da indústria; da indústria produtora de bens de capital e duráveis de consumo; e do comércio e serviços no sudeste paulista, particularmente na RMSP e na RMC.

Valor Adicionado da Indústria, por Atividades
Regiões Administrativas e Metropolitanas
2001

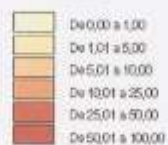


Fonte: Fundação Seade, Pesquisa de Atividade Econômica Paulista - Paep 2001.

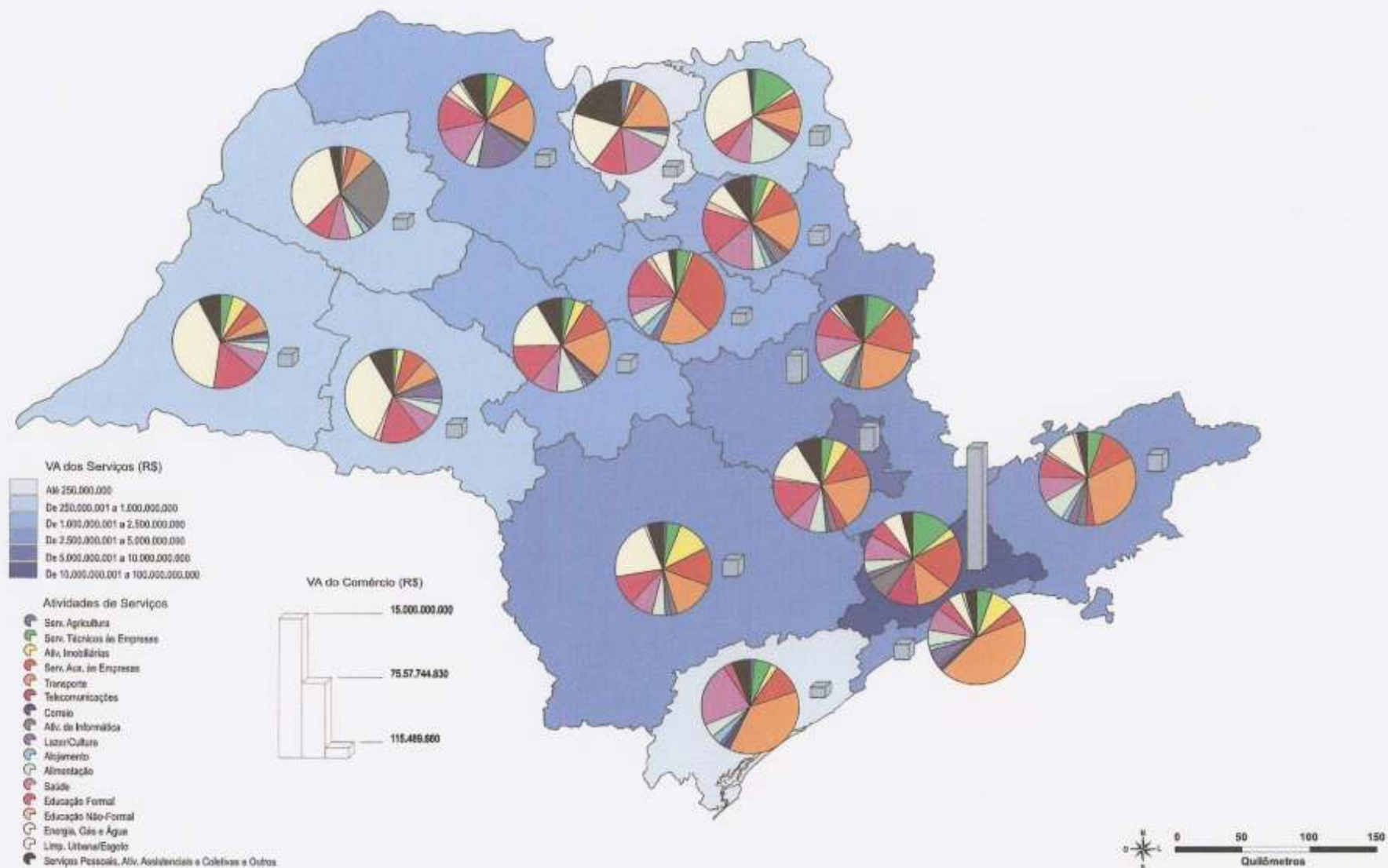
Distribuição do Valor Adicionado das Atividades da Indústria de Bens de Capital e de Consumo Duráveis 2001



Em %



Valor Adicionado do Comércio e dos Serviços, por Atividades
Regiões Administrativas e Metropolitanas
2001



Fonte: Fundação Seade, Pesquisa da Atividade Econômica Paulista - Pasp 2001.

No que se refere à desconcentração industrial no âmbito do espaço denominado “macrometropolitano”, também é necessário melhor qualificar a tese de que haveria uma reorganização espacial da atividade produtiva em que o aumento da participação relativa das RAs de Campinas e de São José dos Campos seria decorrente de um “transbordamento” da indústria da RMSP, em busca de localizações mais vantajosas e de menor custo da mão-de-obra e que, por outro lado, a RMSP e o Município de São Paulo se especializariam na gestão e controle das atividades.

Segundo Matteo (2007), a análise dos dados da PAEP 2001 demonstra que o espaço intrametropolitano continuou sendo a principal localização para as empresas que transferiram fases do processo produtivo, linhas de produção ou a fabricação de produtos na RMSP. Desse modo, confirmando a peculiaridade do processo de desconcentração industrial brasileiro que se faz, em sua maior parte, sem o recurso, típico nos países centrais, de fechamento de fábricas e implantação em outras regiões. O mesmo foi observado para a RMC, em que o movimento intrametropolitano foi mais importante para as empresas que transferiram/receberam fases do processo produtivo.

Por outro lado, ainda segundo este autor, dentre aquelas empresas industriais que iniciaram suas atividades nos municípios da RMSP, após 1997, os principais motivos eram, por ordem de importância: a infraestrutura urbana (energia, rede de água, esgoto e telecomunicações); a proximidade ao mercado consumidor; e a acessibilidade ao sistema de transportes. Na RA de Campinas, os fatores relacionados à infraestrutura urbana e à acessibilidade ao sistema de transportes foram mais importantes do que a proximidade a centros de pesquisa e difusão tecnológica. O que também confirma as conclusões do estudo de Souza e Garcia (1999) sobre os investimentos da indústria de alta tecnologia realizados na RMC, na década de 1990.

Como pode ser observado na Tabela 3.12, os fatores de decisão locacional relacionados ao baixo custo e à qualificação e treinamento da mão-de-obra foram, na maioria dos casos, “indiferentes ou nulos” na RMSP. Outros fatores como incentivos do poder público (federal e estadual), proximidade a centros de pesquisa e infraestrutura de serviços de apoio às empresas foram pouco relevantes.

Tabela 3.12 - Grau de importância dos fatores considerados para a instalação da unidade local industrial, RMSP, 2001, em %

Fatores de decisão locacional	Indiferente ou nulo	Pouco importante	Importante	Muito importante
Baixo custo da mão-de-obra	63,2	17,7	12,1	6,9
Qualificação e treinamento da mão-de-obra	49,2	18,6	26,8	5,4
Proximidade dos fornecedores de insumo	41,5	20,9	29,0	8,6
Proximidade do mercado consumidor	38,2	13,9	31,0	16,9
Acessibilidade ao sistema de transportes	33,4	17,3	36,1	13,2
Infraestrutura de telecomunicações	42,0	19,6	29,0	9,4
Infraestrutura urbana	32,9	17,4	32,0	17,7
Qualidade de vida para os funcionários	39,9	18,6	32,8	8,7
Proximidade de centros de pesquisa e difusão tecnológica	64,7	18,3	12,1	4,8
Infraestrutura de serviços técnicos de apoio à indústria	59,4	17,6	17,1	5,9
Incentivos fiscais oferecidos pelo poder público (estadual e federal)	80,4	11,7	6,2	1,7

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – PAEP, 2001. Matteo (2007).

Segundo as informações de Matteo (2007), os fatores custo e qualificação da mão-de-obra também foram “indiferentes ou nulos” para mais de 60% das empresas dos serviços que instalaram unidades locais na RMSP, após 1997. Os fatores mais importantes eram, por ordem de importância, proximidade do mercado consumidor e do local de residência dos proprietários/sócios, disponibilidade de imóvel próprio e acessibilidade ao sistema de transportes.

De um lado, tais informações indicam que o aumento da participação relativa das regiões de maior dinamismo industrial, próximas à RMSP, não ocorre como mero “transbordamento” desta. De outro lado, demonstram que os principais determinantes dos ajustes produtivos espaciais não são os “novos requisitos locacionais” ressaltados pela literatura internacional: infraestrutura de P&D, baixo custo e qualificação da mão-de-obra, mas sim, os fatores locacionais “clássicos”: infraestrutura urbana e de escoamento da produção. No caso dos serviços, prevaleceram aqueles relacionados ao caráter da simultaneidade do fornecimento e do consumo do produto.

3.4. Características das estruturas produtivas

Região Metropolitana de São Paulo

Como já amplamente discutido na literatura regional brasileira, a conformação da estrutura produtiva da RMSP está relacionada à constituição das forças produtivas capitalistas, a partir dos desdobramentos do complexo cafeeiro, no que se refere à organização de um mercado urbano de trabalho assalariado e à concentração do processo de industrialização nacional. Dessa forma, centra-se aqui na discussão mais recente sobre as transformações em sua estrutura produtiva.

Nas últimas décadas, alguns estudos ressaltaram que a terciarização seria a principal tendência caracterizadora da dinâmica econômica da RMSP, de certa forma acompanhando o debate estabelecido pela literatura internacional examinada no capítulo anterior.

Assim, as mudanças nas funções da RMSP na divisão inter-regional do trabalho estariam mais relacionadas ao reforço da concentração do terciário avançado, porém, sem perda de centralidade industrial (Araújo, 2001). Isso se confirmaria pelo surgimento de novas centralidades de serviços de apoio às empresas, determinadas pelo processo de reestruturação produtiva, bem como de atividades financeiras, turismo de negócios, entretenimento e lazer. Esses processos foram amplamente discutidos pela literatura especializada, portanto, limita-se aqui à apresentação de algumas conclusões das principais referências.

Segundo Araújo (2001),

A RMSP deixou de ser predominantemente industrial e passou a se caracterizar como uma metrópole de serviços produtivos, exatamente porque se mantém como a principal região industrial do país (Araújo, 2001: vii).

Meyer, Grostein e Biderman (2004) analisaram o aumento da participação dos serviços na economia da RMSP como a transição de um ciclo “predominantemente industrial” rumo ao ciclo da “industrialização dos serviços”. Dessa forma, a indústria, direcionada pela emergência de um novo modelo tecnológico informacional, aumentaria sua interação com as atividades de serviços ou, em outros casos, seria “subsidiária

delas”. Assim, não se trataria de mera substituição da atividade industrial pelas atividades de serviços.

Diniz e Diniz (2006) destacam que houve queda do emprego industrial em termos absolutos e relativos, mas não houve redução absoluta da produção como ocorrido nas metrópoles norte-americanas. Para estes autores, não houve desindustrialização da RMSP, mas sim uma forte reestruturação produtiva com elevados ganhos de produtividade.

Na região do ABC, núcleo duro da indústria automobilística nacional, as análises indicaram que, apesar dos impactos negativos das mudanças na economia brasileira que aí se manifestaram pelo forte aumento do desemprego, fechamento de plantas e seus efeitos negativos sobre a base fiscal e financeira dos municípios, não houve “esvaziamento” industrial. Assim, relativizando as teses de “fuga” das empresas industriais por conta da forte organização sindical que imporia fortes “rigidezes” diante dos novos requisitos de competitividade⁸⁷. Segundo Pamplona e Miadaira (2002), a redução da participação industrial na estrutura produtiva e no emprego do ABC esteve mais relacionada ao processo de terceirização e subcontratação de partes do processo produtivo e, como consequência, da sua transferência para pequenas empresas e trabalhadores autônomos.

Para Matteo (2007), na estrutura produtiva da RMSP

não há dominância do setor industrial, nem do terciário (...), mas sim uma integração que torna tanto a indústria como os serviços mais produtivos. Por outro lado, (...) a perda da participação da indústria da capital no Estado e no país deriva, em parte, de considerações metodológicas, que incrementam o setor de serviços. (Matteo, 2007: 191).

De certa forma, tais análises são reforçadas pela observação da queda de participação relativa da indústria de transformação da RMSP no valor da produção industrial do Brasil, denotando a continuidade da tendência de desconcentração industrial a partir dessa região. Entretanto, cabe destacar que a redução do peso

⁸⁷ Consultar Prates (2005).

relativo da indústria de transformação no valor da produção não é um fenômeno restrito à RMSP⁸⁸.

A discussão sobre a existência ou não de um processo de desindustrialização no Brasil foi examinada pelos estudos do IEDI (2005) e Carneiro (2008), os quais indicam uma diminuição do adensamento das cadeias produtivas instaladas no país, em especial da indústria intensiva em tecnologia e em trabalho.

Para Carneiro (2008), os determinantes desse processo não se restringem à questão da reestruturação produtiva e seus impactos intersetoriais nem ao aumento da renda média e seus efeitos sobre o consumo de serviços, geralmente relacionados aos processos que atuam nos países desenvolvidos. Segundo o autor, foram determinantes as políticas econômicas nacionais implementadas, instituindo um padrão de crescimento contrastante com o período anterior, em que o crescimento econômico, determinado pela implementação de blocos descontínuos de investimento, acompanhava expressiva diversificação da estrutura produtiva, num movimento de *catching up* com os países desenvolvidos. Nas últimas décadas, devido às políticas de liberalização comercial e aos períodos recorrentes de apreciação da moeda nacional, os segmentos de maior dinamismo da estrutura industrial brasileira (setores intensivos em recursos naturais), em grande medida, são diferentes daqueles dos países desenvolvidos e dos asiáticos de melhor desempenho (material eletrônico e de comunicação).

Para este autor, houve uma diminuição do adensamento das cadeias produtivas, principalmente da indústria de bens intensivos em trabalho (têxtil, vestuário e calçados) e em tecnologia, cujos saldos na balança comercial são deficitários, desde 1996 (produtos químicos; equipamentos de rádio, TV e comunicações; instrumentos médicos, de ótica e precisão; farmacêutica; material de escritório e informática; e máquinas e aparelhos elétricos). Em contrapartida, ocorreu uma maior especialização na produção

⁸⁸ Matteo (2006) também aponta para os problemas metodológicos da mensuração do valor adicionado das empresas industriais. Com a terceirização e subcontratação e, por conseguinte, a transferência de atividades para o terciário, que eram realizadas nas empresas industriais, foram repassados também os salários dos trabalhadores, retirando valor adicionado do setor industrial. Assim, o que antes era computado como receita, passou a ser considerado como consumo intermediário.

de bens *commodities* e intermediários que, em geral, beneficiam mais as regiões da fronteira agrícola e mineral do país.

Segundo Cano (2007), dados os impactos das políticas macroeconômicas, haveria de fato um perda industrial da RMSP decorrente de:

- 1) Quedas maiores na RMSP do que as quedas ocorridas em outras regiões do estado e do país;
- 2) Baixo crescimento em setores que também cresceram pouco nas demais regiões;
- 3) Expansão, fora da RMSP, de setores cuja natureza ou requisitos técnicos praticamente os obriga a localizarem-se em outras áreas;
- 4) Partes das perdas reais (fechamento de plantas, de linhas de produção, desestruturação de cadeias produtivas etc), principalmente em decorrência das políticas neoliberais, significam, acima de tudo, perdas reais do país e não apenas de São Paulo e de sua RMSP. (Cano, 2007: 198).

Os impactos das políticas macroeconômicas dos anos 1990 sobre a estrutura industrial da RMSP podem ser observados nos dados da Tabela 3.13. Nos anos 1980, devido ao ambiente econômico de crise da dívida e hiperinflação, praticamente não houve alterações na composição setorial do VAF industrial da RMSP. No período 1990-1998, perderam participação relativa os setores do complexo metal-mecânico (metalurgia e produtos mecânicos; e material elétrico e comunicações). Por outro lado, a indústria de material de transporte aumentou sua participação relativa.

Como resultado dos processos de abertura comercial, valorização cambial, aumento das importações e da guerra fiscal entre as UFs brasileiras (especialmente, no caso da RM de Fortaleza), a indústria têxtil, de vestuário e calçados também reduziu seu peso no VAF industrial metropolitano.

Os ramos industriais de maior ganho de participação foram: editorial e gráfica; e produtos farmacêuticos, médicos e perfumaria, cujo déficit na balança comercial é elevado. Certamente, foram setores impactados pela estabilização monetária e seus efeitos sobre a renda e o aumento do consumo, sendo este último setor também influenciado pela maior participação feminina no mercado de trabalho⁸⁹.

⁸⁹ Segundo Leone (2003), a ampliação das taxas de participação feminina no mercado de trabalho, tendência observada desde a década de 1980, foi o único fator responsável pelo crescimento da PEA

Mesmo com essas mudanças, ao final da década de 1990, a RMSP manteve uma estrutura diversificada com elevada participação de setores de maior valor agregado e complexidade tecnológica. Tendo em consideração que isso ocorreu num ambiente macroeconômico bastante hostil e num período de interrupção das políticas nacionais de desenvolvimento regional, é importante ressaltar a restrição das possibilidades de desmobilização de capital fixo, os quais implicariam em elevados custos de saída de uma metrópole com infraestrutura urbana, mercado de trabalho, serviços e rede de empresas já consolidados⁹⁰.

Tabela 3.13 – Estrutura do VAF industrial, RMSP, 1980-1998, em %

Ramos industriais	1980	1985	1990	1995	1998
Artigos e Artefatos de Madeira	0,5	0,3	0,3	0,3	0,2
Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre	0,6	0,7	0,8	1,5	0,9
Couros, Peles e Produtos Similares	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1
Diversos (I e III)	1,8	2,4	2,1	1,7	1,3
Diversos (II)	2,1	2,5	2,1	1,3	1,5
Editorial e Gráfica	2,3	1,8	2,9	4,0	4,7
Fumo e Produtos Derivados	0,3	0,5	0,2	0,5	2,2
Indústria Extrativa	0,0	0,0	0,3	0,3	0,3
Material de Transporte	13,4	13,1	14,6	18,9	17,4
Material Elétrico e de Comunicações	12,5	12,3	10,7	9,8	9,0
Material Plástico	3,8	4,0	4,7	4,1	4,1
Metalúrgica	14,6	13,3	12,1	9,5	8,3
Mobiliários	1,4	1,3	1,1	1,1	1,0
Outras Indústrias	0,5	0,4	0,3	0,2	0,2
Papel e Papelão	3,2	3,4	3,7	3,8	2,7
Pedra e Outros Materiais de Construção	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Produtos Alimentícios	4,2	4,6	4,9	6,3	5,7
Produtos de Borracha	1,6	2,3	2,2	2,4	2,5
Produtos do Reino Animal-In Natura-Frigoríficos	0,3	0,1	0,1	0,3	0,4
Produtos do Reino Vegetal-In Natura	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2
Produtos Farmacêuticos, Médicos e Perfumaria	3,8	4,2	4,3	7,9	12,2
Produtos Mecânicos	8,4	7,6	7,8	7,1	6,8
Produtos Minerais Não-Metálicos e Cimento	3,5	3,4	2,9	2,7	2,5
Produtos Químicos	10,9	10,6	11,5	8,9	10,4
Produtos Têxteis	6,0	6,7	5,0	3,6	2,3
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	4,0	3,9	5,0	3,5	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

nas regiões metropolitanas durante os anos 1990.

⁹⁰ Consultar Siqueira e Brandão (2005).

Na série a partir de 2000, a mensuração do VAF incluiu um número maior de ramos, permitindo uma análise mais completa das mudanças na estrutura industrial RMSF (Tabela 3.14). Entre 2000 e 2007, os setores impactados pela recuperação nas taxas de crescimento econômico foram aqueles relacionados ao aumento do preços das *commodities* e das vendas de automóveis: material de transporte (montadoras e autopeças), metalurgia básica e combustíveis. Com intensidade um pouco inferior, também aumentaram as participações da fabricação de produtos de metal e de máquinas e equipamentos.

Outros setores industriais não foram estimulados pela recuperação do crescimento: máquinas, aparelhos e materiais elétricos; produtos químicos; máquinas de escritório e equipamento de informática; material eletrônico e equipamento de comunicações; e produtos farmacêuticos. De um lado, isso poderia ser explicado pelo fato de que esses setores são deficitários na balança comercial; de outro, pelo fato de que os dois últimos setores cresceram mais em outras regiões, principalmente na RMC, como será observado mais adiante.

Apesar da valorização do salário mínimo e seus efeitos sobre o consumo, não houve aumento da participação relativa de outros setores produtores de bens de consumo duráveis e não duráveis (eletrodomésticos, calçados e móveis). Em alguns casos, houve redução de participação: produtos alimentícios e, em menor medida, indústria têxtil e de bebidas.

Tabela 3.14 – Estrutura do VAF industrial, RMSP, 2000-2007, em %

Ramos industriais	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Artigos de borracha	2,5	3,0	3,6	3,2	2,5	2,3	2,6
Artigos de perfumaria e cosméticos	1,8	2,2	2,5	2,1	2,0	2,3	2,5
Bedidas	0,9	0,5	0,4	0,3	0,4	0,4	0,6
Combustíveis	3,6	3,8	3,9	4,1	5,4	5,2	4,1
Couros e calçados	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Diversas	1,3	1,6	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Edição, impressão e gravações	5,0	6,5	6,0	5,6	5,6	5,7	5,7
Eletrodomésticos	2,1	1,3	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1
Equip. médicos, óticos, de autom. e precisão	1,3	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,3
Fumo	1,8	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Indústria extrativa	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4
Madeira	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Máquinas e equipamentos	6,3	7,3	7,0	6,7	7,6	7,7	7,4
Máquinas escritório e equip de informática	1,3	1,5	0,9	0,7	0,6	0,7	0,5
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	4,4	3,7	3,6	2,8	3,1	3,5	3,3
Mat de transporte (montadoras e autopeças)	15,3	14,7	14,8	16,1	15,7	16,4	17,2
Material eletrônico e equip de comunicações	1,9	1,6	0,8	0,8	0,8	0,7	1,0
Metalurgia básica	3,2	3,7	4,5	5,7	5,2	4,8	5,0
Minerais não metálicos	2,4	2,8	2,7	2,5	2,4	2,5	2,4
Móveis	0,9	0,9	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8
Papel e celulose	3,4	4,0	4,1	4,1	3,7	3,4	3,2
Produtos alimentícios	5,7	5,1	5,5	4,7	4,8	4,4	4,7
Produtos de metal	4,7	5,8	5,8	6,0	6,2	6,1	6,0
Produtos de plástico	3,6	4,0	4,4	4,2	4,2	4,3	4,3
Produtos farmacêuticos	10,2	8,3	9,0	9,4	9,6	9,9	9,0
Produtos químicos	11,1	11,3	11,2	11,5	10,8	10,1	10,9
Reciclagem	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Têxtil	2,4	2,1	2,0	2,1	2,0	2,0	1,9
Vestuário e acessórios	2,0	1,9	1,9	1,8	1,9	1,9	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Com relação à distribuição intrametropolitana do VAF industrial, o Município de São Paulo vem perdendo participação desde os anos 1980 (Tabela 3.15). De certa forma, confirma-se que a redução da participação industrial da RMSP está mais restrita ao município-polo, mas também que a proximidade ao mercado consumidor e aos fornecedores ainda é decisiva para a localização nessa região. Acrescente-se o papel dos incentivos fiscais das municipalidades que compõem a RMSP, realizando verdadeiros leilões de disputa locacional e atuando na atração de empresas e na implantação de condomínios industriais.

Os municípios que ganharam participação foram aqueles do ABC (Diadema, Mauá, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), exceto Santo André, que perdeu participação de 6,8% para 3,6%, entre 1980-2007. Municípios que atraíram plantas industriais como Barueri, Guarulhos e, em menor medida, Cajamar, Cotia, Suzano e Taboão da Serra, também elevaram seu peso no VAF industrial.

Como já mencionado anteriormente, a expansão da atividade industrial e do terciário para outros municípios, exceto ABC e capital, induzidos pelo maior adensamento econômico e populacional periférico e pela realização de empreendimentos imobiliários e de centros comerciais e distribuidores de grande porte, atua na extensão metropolitana do mercado de trabalho.

Tabela 3. 15 - Distribuição do VAF industrial segundo municípios da RMSP,
1980-2007, em %

Municípios	1980	1985	1990	1995	2000	2003	2007
Arujá	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,5
Barueri	0,5	1,0	1,5	2,8	4,7	3,6	4,2
Biritiba Mirim	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Caieiras	0,3	0,4	0,4	0,4	0,2	0,4	0,4
Cajamar	0,2	0,5	0,8	0,8	0,9	1,5	1,6
Carapicuíba	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3
Cotia	1,0	1,0	1,1	1,3	1,4	1,5	2,0
Diadema	2,7	3,6	4,4	4,4	4,0	4,2	4,2
Embu	0,3	0,4	0,6	0,6	0,5	0,6	0,9
Embu Guaçu	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
Ferraz de Vasconcelos	0,1	0,4	0,3	0,4	0,2	0,3	0,3
Francisco Morato	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Franco da Rocha	0,2	0,2	0,2	0,1	0,3	0,8	0,5
Guararema	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,2	0,2
Guarulhos	6,6	7,8	6,5	9,8	9,3	8,6	9,7
Itapecerica da Serra	0,3	0,3	0,5	0,6	0,9	0,5	0,6
Itapevi	0,2	0,2	0,4	0,4	0,8	0,9	0,9
Itaquaquecetuba	0,3	0,5	0,7	0,6	0,5	0,6	0,8
Jandira	0,2	0,3	0,3	0,2	0,4	0,6	0,7
Juquitiba	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mairiporã	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Mauá	1,9	2,3	3,5	2,7	5,2	5,3	3,6
Mogi das Cruzes	1,4	1,7	1,6	1,6	1,7	2,0	2,0
Osasco	2,9	3,1	2,8	1,9	2,0	2,2	2,1
Pirapora do Bom Jesus	0,1	0,3	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0
Poá	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,3	0,4
Ribeirão Pires	0,4	0,7	0,7	0,8	0,3	0,4	0,4
Rio Grande da Serra	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Salesópolis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Santa Isabel	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
Santana de Parnaíba	0,1	0,1	0,2	0,3	0,5	0,3	0,6
Santo André	6,8	6,3	5,6	4,2	3,8	4,7	3,6
S. Bernardo do Campo	11,0	10,3	11,4	14,8	12,3	13,1	14,2
São Caetano do Sul	3,2	3,0	1,8	3,4	2,9	3,5	5,7
São Lourenço da Serra	x	x	x	0,0	0,0	0,0	0,0
São Paulo	56,1	51,3	50,6	42,4	39,2	37,1	33,5
Suzano	1,8	2,3	2,1	2,8	3,5	3,7	3,4
Taboão da Serra	0,5	1,0	1,1	1,3	2,2	1,8	2,0
Vargem Grande Paulista	x	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Por conta dos problemas metodológicos da utilização dos dados do VAF das atividades de serviços, optou-se pelas informações da PAEP 2001 para fazer a análise de sua composição por ramos de atividade na RMSP.

Pelos dados da Tabela 3.16, observa-se que, em termos de valor adicionado (VA) das unidades locais, os serviços auxiliares às empresas foram os de maior peso na RMSP, em 2001 (19%). Em seguida, serviços técnicos às empresas, transporte e telecomunicações tinham participação relativa elevada. Em termos intrametropolitanos, os serviços técnicos às empresas são mais relevantes no Município de São Paulo (MSP) do que no ABC e no agregado Demais Municípios da RMSP. Nestes, a maior participação no VA das unidades locais foi observada em serviços auxiliares às empresas e transporte, o que, por sua vez, denota a concentração no MSP das atividades mais “nobres” dos serviços de apoio às empresas (jurídicos, de contabilidade, assessoria e outros). Por outro lado, na capital paulista também é alta a participação relativa das atividades de serviços auxiliares, os quais incluem seleção e agenciamento de mão-de-obra, atividades de vigilância e segurança, limpeza e outros. Em termos do emprego formal, como será visto no próximo capítulo, estes últimos têm maior peso e estão relacionados não só à terceirização de atividades industriais, mas também ao surgimento de novos serviços e, no caso de vigilância, ao agravamento da violência urbana.

Tabela 3. 16 - Distribuição do VA nas unidades locais dos serviços, RMSP, 2001, em %

Ramos de atividade	MSP	Região do ABC	Demais Municípios RMSP	Total
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Serviços à Agricultura	0,0	0,1	0,1	0,1
Serviços Técnicos às Empresas ⁽¹⁾	16,5	5,2	5,9	13,8
Atividades Imobiliárias	3,4	3,3	2,0	3,1
Serviços Auxiliares às Empresas ⁽²⁾	17,0	25,4	24,6	19,0
Transporte	9,3	26,3	18,8	12,3
Telecomunicações	14,8	1,2	0,4	11,3
Correio	0,9	0,6	0,5	0,8
Atividades de Informática	6,3	4,9	12,7	7,3
Atividades de Lazer e Cultura	2,7	2,1	2,0	2,5
Alojamento	0,6	0,6	0,2	0,5
Alimentação	4,2	3,6	2,6	3,9
Saúde	7,2	11,2	17,0	9,2
Educação Formal	6,3	8,1	3,5	5,9
Educação Não Formal	0,8	1,2	0,5	0,8
Energia, Gás e Água	6,2	0,7	5,6	5,6
Limp. Urbana/Esgoto	0,5	0,7	0,5	0,5
Serv. Pessoais, Ativ. Assistenciais e Coletivas e Outros	3,5	4,8	3,0	3,5

⁽¹⁾ Serviços jurídicos; de contabilidade e auditoria; pesquisas de mercado e de opinião pública; gestão de participações societárias (holdings); sedes de empresas e unidades administrativas locais; assessoria em gestão empresarial; arquitetura, engenharia e assessoria técnica especial; ensaios de material/produtos e análise de qualidade; e publicidade.

⁽²⁾ Seleção, agenciamento de mão-de-obra para serviços temporários; investigação, vigilância e segurança; limpeza em prédios e domicílios; serviços fotográficos; envasamento, empacotamento por conta de terceiros; outras atividades de serviços, prestados principalmente às empresas, não especificadas.

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – PAEP, 2001.

A importância da capital no total dos serviços financeiros do Estado de São Paulo pode ser aferida pela concentração de mais de 60% dos depósitos e das operações de crédito, desde o final da década de 1980 (Tabela 3.17). Com relação às agências bancárias, a concentração é de 36%.

Tabela 3.17 – Participação do Município de São Paulo no total das agências e das movimentações bancárias no Estado de São Paulo, 1988-2002, em %

Período	Agências Bancárias	Depósitos	Operações de crédito
1988	28,96	60,42	71,6
1989	30,26	64,84	74,6
1990	30,67	69,46	76,5
1991	31,16	68,57	77,7
1992	31,69	75,10	82,0
1993	31,92	70,70	81,1
1994	32,19	73,55	71,0
1995	32,17	73,54	70,0
1996	32,27	74,96	66,0
1997	34,08	76,59	69,1
1998	33,26	70,55	70,2
1999	34,66	77,88	70,2
2000	34,66	77,88	70,2
2001	35,51	76,89	74,7
2002	35,69	-	-

Fonte: Fundação Seade. Informações dos Municípios Paulistas.

Cintra e Corrêa (2004) demonstram que, nos anos 1990, a liderança da capital paulista no sistema financeiro nacional foi reforçada pela internacionalização ocorrida nesse setor, com a privatização dos bancos e a operação de redes internacionais no país e pela centralização das operações do mercado acionário brasileiro na Bolsa de Valores (Bovespa) e de Mercadorias & Futuro (BMF), após o fechamento das outras bolsas de valores regionais como a do Rio de Janeiro. A concentração do mercado de ações e títulos induziu a localização de atividades de serviços financeiros em algumas áreas centrais da cidade de São Paulo, como a Avenida Paulista e em outras áreas como as Avenidas Berrini e Faria Lima.

Outro aspecto relevante do terciário da cidade de São Paulo é a concentração do turismo de negócios e eventos e de atividades de lazer e cultura (gastronomia, museus, teatros e outros). Por essas razões, é a segunda cidade mais visitada do país, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro. Boa parte dos turistas é atraída pelo calendário

permanente de eventos como bienais e exposições de arte num circuito cultural reconhecido nacional e internacionalmente. São realizadas importantes feiras e exposições de negócios e congressos e seminários científicos de diversas áreas do conhecimento. Segundo estimativas da Secretaria Estadual de Turismo, a cidade de São Paulo realiza, anualmente, 70 mil eventos dentre congressos, feiras e exposições⁹¹.

Região Metropolitana de Campinas

No período do ciclo cafeeiro, a região que hoje constitui a RMC passou de entreposto comercial para a posição de núcleo interiorano mais importante do Estado de São Paulo⁹². Assim, estabeleceu as bases para a emergência de uma agricultura moderna e a implantação de atividades industriais diversificadas⁹³ e infraestruturas de apoio à comercialização e distribuição da produção (Companhia Campineira de Iluminação a Gás, Banco Comercial e Agrícola de Campinas, Companhia Telefônica de Campinas, Companhia Paulista de Estradas de Ferro e Mogiana).

Nas décadas seguintes, a abertura e o asfaltamento da Via Anhanguera, em 1948, potencializariam ainda mais a atração de investimentos e a consolidação urbana de Campinas. A partir dos anos 1960, essa região passou por rápido processo de expansão e diversificação industrial, apresentando saltos qualitativos em sua estrutura produtiva, com o aumento da participação dos ramos industriais produtores de material elétrico e comunicações e de material de transporte, sendo importante para a conformação das bases de um mercado de trabalho assalariado, expandindo o segmento do operariado industrial.

⁹¹ As feiras mais importantes são: UD – Feira Internacional de Utilidades Domésticas; Bienal Internacional do Livro; Fenit – Feira Internacional da Indústria Têxtil; Fenasoft – Feira Interna de Software e Hardware; Salão Internacional do Automóvel; Francal – Feira de Calçados, Acessórios de Moda, Máquinas e Componentes; Hospitalar – Feira Internacional de Produtos, Equipamentos, Serviços e Tecnologias para Hospitais, Laboratórios, Clínicas e Consultórios; e Couromoda – Feira Internacional de Calçados, Artigos Esportivos e Artefatos de Couro.

⁹² Consultar Semeghini (1991) e Caiado *et al.* (2002). Segundo este último, “na década de 1860, a região já era a maior produtora do estado e Campinas o mais rico município paulista. Na década seguinte (...) a mais populosa da província, com 33 mil indivíduos – suplantando a capital, que tinha 26 mil” (Caiado *et al.*, 2002: 101). Neste período, foram realizados importantes investimentos em estradas de ferro, com capital dos cafeicultores, que a transformaram em “maior entroncamento ferroviário do Império”.

⁹³ Em 1939, havia em Campinas cerca de 6 mil operários e uma centena de fábricas (Cury, fogões Dako, Johan Faber e Swift) (Caiado *et al.*, 2002).

Durante o Plano de Metas, a região foi beneficiada por políticas de desenvolvimento do setor público (nacional, estadual e municipal) que fomentaram exportações, agroindústrias, investimentos e infraestrutura de ciência e tecnologia (Unicamp, Embrapa, CPqD e outros). A instalação dessas instituições de excelência em pesquisa e ensino consolidaram um polo de saúde, pesquisa e ensino na região. Sua localização estratégica e a instalação da Replan em Paulínia também foram determinantes para o desenvolvimento de um polo atacadista de combustíveis. No âmbito do processo de interiorização do desenvolvimento paulista, atraiu plantas de grandes empresas e fortaleceu suas redes de pequenas e médias empresas, intensificando relações intersetoriais e constituindo terciário bastante avançado, com expansão de empresas de grande porte do setor varejista, financeiro, de educação e saúde (Cano *et al.*, 2002).

Em paralelo, constituiu-se uma agricultura moderna de produtos exportáveis (café, cana-de-açúcar, flores, laranja e frutas frescas) integrada à indústria e ao terciário regional (transporte, armazenamento e serviços financeiros), formando, assim, importantes complexos agroindustriais, especialmente, da cana-de-açúcar e da laranja. O setor agropecuário se beneficia do desenvolvimento de pesquisas em instituições como Unicamp; Embrapa (duas unidades em Campinas e uma em Jaguariúna); Instituto Agrônomo de Campinas (IAC); Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), em Campinas; e Instituto de Zootecnia, em Nova Odessa.

De modo geral, tais características e dinâmicas contribuíram para que se formasse um mercado urbano de trabalho assalariado, com importante participação dos segmentos mais organizados, da grande empresa, de ocupações de classe média e do emprego público de maior qualificação e altos salários, conformando também um mercado consumidor de elevado porte. Nas últimas décadas, o espraiamento da população e da atividade econômica em sua periferia é acompanhado pela extensão metropolitana do mercado de trabalho, como demonstrado anteriormente na análise dos fluxos pendulares da PEA.

Cano *et al.* (2002) destacam que, mesmo nos períodos desfavoráveis ao crescimento nacional (1980 e 1990), a RMC teve dinamismo econômico acima da

média do país, conformando o segundo maior polo industrial brasileiro. Sua estrutura produtiva é diversificada, composta por complexos industriais de maior complexidade tecnológica e de alto valor adicionado (metal-mecânica, material elétrico e de comunicações, têxtil, químico e petroquímico).

Nos anos 1990 e 2000, deu-se continuidade à diversificação de sua estrutura produtiva, com a realização de investimentos nos setores de máquinas e equipamentos de informática; de equipamentos de comunicação e montagem de celulares; e de medicamentos genéricos e em novas plantas do setor automobilístico, que se instalaram fora da RMSP, após 1996⁹⁴. Entretanto, como pode ser observado nas Tabelas 3.18 e 3.19, boa parte desses setores já tinha participação elevada no VAF industrial, nos anos 1980, tendo em vista a instalação de grandes empresas nos períodos anteriores⁹⁵.

Em 1980, mais de um terço do VAF industrial da RMC estava concentrado nos setores de material de transporte (autopeças) e de produtos químicos (Tabela 3.18). Também eram elevadas as participações de produtos têxteis; farmacêuticos, médicos e perfumaria; produtos mecânicos; material elétrico e de comunicações; e papel e papelão. Nos anos 1990, a produção de bens intermediários (químicos) sofreu os efeitos negativos do baixo crescimento industrial, da abertura comercial e da valorização cambial, reduzindo sua participação no VAF industrial de 21,3%, em 1990, para 13,6%, em 1998.

De modo análogo, o setor têxtil, grande empregador da indústria metropolitana, reduziu sua participação de 13,7% para 9,2% do VAF industrial, entre 1990 e 1998. Além da modernização de seu parque produtivo para fazer frente ao aumento das importações pós-abertura comercial e valorização cambial, o complexo têxtil também sofreu com a expansão da produção para outras regiões do país (RMs de Fortaleza e Salvador).

⁹⁴ Dentre os motivos para atração de empresas de alta tecnologia, foram mais importantes a infraestrutura de escoamento e recepção de mercadorias (Aeroporto de Viracopos) do que a presença de mão-de-obra qualificada, centros de ensino, pesquisa e tecnologia e rede de fornecedores locais, uma vez que são setores cujo percentual de importação é bastante elevado (Souza e Garcia, 1999).

⁹⁵ Petrobrás, Shell, Cargill, Rhodia, Dupont, Goodyear, Valeo, Pirelli, Bosch, IBM e outras.

Por outro lado, houve ganho de participação dos setores receptores de investimentos: material elétrico e de comunicações (de 3,3% para 14%) e produtos farmacêuticos (de 5,2% para 10%).

Tabela 3.18 – Estrutura do VAF industrial, RMC, 1980-1998, em %

Ramos industriais	1980	1985	1990	1995	1998
Material de Transporte	13,5	12,9	12,2	14,0	13,4
Metalúrgica	3,8	3,6	4,2	5,6	5,3
Material Elétrico e de Comunicações	5,4	4,3	3,3	8,4	14,0
Produtos Químicos	17,7	15,0	21,3	27,1	13,6
Produtos Alimentícios	4,2	2,5	3,3	4,5	4,5
Produtos Têxteis	13,5	14,2	13,7	9,9	9,2
Produtos Farmacêuticos, Médicos e Perfumaria	6,1	7,2	5,2	5,6	10,1
Produtos Minerais Não-Metálicos e Cimento	2,6	2,9	2,3	2,1	2,0
Papel e Papelão	5,3	5,8	5,3	3,2	5,7
Produtos Mecânicos	5,6	4,4	3,8	4,4	5,5
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	1,4	1,7	1,7	1,7	1,2
Material Plástico	0,8	0,6	1,6	1,7	1,5
Produtos de Borracha	3,8	5,1	3,4	3,5	4,9
Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre	0,3	0,3	0,5	2,9	3,2
Mobiliários	1,0	0,8	0,5	0,4	0,3
Editorial e Gráfica	0,3	0,2	0,2	0,7	1,0
Diversos (I e III)	0,2	0,9	0,5	0,7	1,6
Diversos (II)	12,6	16,3	15,4	2,1	1,6
Artigos e Artefatos de Madeira	0,2	0,2	0,4	0,3	0,4
Produtos do Reino Vegetal-In Natura	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1
Produtos do Reino Animal-In Natura-Frigoríficos	1,2	0,6	0,5	0,7	0,7
Pedra e Outros Materiais de Construção	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1
Couros, Peles e Produtos Similares	0,3	0,3	0,2	0,0	0,0
Outras Indústrias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria Extrativa	0,0	0,1	0,2	0,2	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Nos dados da nova série do VAF industrial (2000-2007), observa-se que, devido à incorporação de parte da produção de combustíveis, antes computada como “outras atividades”, esse setor concentrou cerca de 40% do VAF industrial da RMC, em 2003. Após esse período, reduziu seu peso relativo para cerca de um terço, em 2007.

Os ramos industriais de material de transporte, material eletrônico e equipamentos de comunicação e produtos farmacêuticos, sob os efeitos dos investimentos realizados, expandiram suas participações relativas. De modo contrário, o desempenho dos setores de produtos químicos e da indústria têxtil manteve a trajetória descendente de suas participações no VAF industrial metropolitano.

Outro aspecto a ser ressaltado é que, embora o setor de máquinas de escritório e equipamentos de informática tenha recebido investimentos nos anos 1990, isso ainda não se refletiu em aumento de seu percentual no VAF industrial. Houve aumento de participação apenas entre 2004 e 2005. Nesse sentido, em termos do VAF, o único setor representativo do “polo tecnológico” seria o de material eletrônico e de aparelhos de comunicação, cuja participação já era expressiva nos dados da série anterior.

Tabela 3.19 – Estrutura do VAF industrial, RMC, 2000-2007, em %

Ramos industriais	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Artigos de borracha	2,9	3,0	3,5	3,0	3,0	2,6	2,4	2,6
Artigos de perfumaria e cosméticos	0,1	0,6	1,4	1,2	0,8	0,5	0,6	0,5
Bedidas	1,3	1,8	1,3	1,2	1,1	1,3	1,3	1,8
Combustíveis	37,6	37,1	40,5	39,4	34,6	34,4	37,4	33,3
Couros e calçados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Diversas	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Edição, impressão e gravações	0,8	0,6	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5
Eletrodomésticos	1,1	1,0	0,9	0,8	0,6	0,6	0,6	0,6
Equip. médicos, óticos, de autom e precisão	0,6	0,7	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5
Fumo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria extrativa	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Madeira	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
Máquinas e equipamentos	2,8	3,0	3,3	2,8	2,8	3,1	3,0	3,3
Máquinas escritório e equip de informática	2,0	1,7	1,2	1,9	3,0	3,7	2,6	1,5
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2,0	1,9	1,6	1,2	1,3	1,2	1,2	1,5
Mat de transporte (montadoras e autopeças)	9,9	9,6	8,5	9,2	12,3	12,9	12,8	14,1
Material eletrônico e equip de comunicação	5,4	7,3	3,5	5,1	4,7	6,5	6,7	6,8
Metalurgia básica	1,3	1,4	1,5	1,5	2,0	2,2	1,9	1,8
Minerais não metálicos	1,3	1,3	1,3	1,1	1,3	1,3	1,3	1,4
Móveis	0,4	0,7	0,6	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3
Papel e celulose	2,7	2,6	2,3	2,4	2,6	2,7	2,6	3,1
Produtos alimentícios	2,4	2,5	2,9	2,8	2,9	2,5	3,0	3,1
Produtos de metal	1,3	1,0	1,3	1,5	2,0	2,2	2,0	2,3
Produtos de plástico	0,9	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	1,2	1,3
Produtos farmacêuticos	3,9	3,7	4,2	4,1	4,1	5,3	5,5	6,2
Produtos químicos	12,4	10,5	11,6	12,2	11,7	9,1	8,1	8,1
Reciclagem	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Têxtil	6,1	6,1	5,7	5,4	5,9	4,6	4,1	4,6
Vestuário e acessórios	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

O exame da distribuição regional do VAF, entre 1980 e 2007, demonstra uma certa desconcentração da indústria a partir do Município de Campinas (Tabela 3.20). O Município de Paulínia, aumentou ainda mais seu peso no VAF industrial metropolitano, concentrando cerca de 40% do total, em 2007. Sumaré perdeu participação relativa, entre 1980 e 1990, devido à emancipação de Hortolândia deste município. No período de 2000 a 2007, outros municípios que atraíram plantas industriais (Indaiatuba e Jaguariúna) também aumentaram suas participações relativas.

Tabela 3.20 - Distribuição do VAF industrial segundo municípios da RMC, 1980-2007, em %

Municípios	1980	1985	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2007
Americana	12,6	14,6	12	9,3	6,1	6,2	7,3	6,3	5,3
Arthur Nogueira	0,8	1,1	0,9	1	0,3	0,4	0,4	0,2	0,3
Campinas	30,8	26,4	22,9	27,5	18,0	15,5	13,1	14,6	14,9
Cosmópolis	1,8	1,2	1,5	1,8	0,6	0,7	0,7	0,6	0,6
Engenheiro Coelho	x	x	x	0,2	0,3	0,3	0,4	0,2	0,3
Holambra	x	x	x	0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
Hortolândia	x	x	x	5,8	3,2	3,2	2,2	1,8	5,2
Indaiatuba	2,3	2,5	2,8	3,9	3,7	3,3	3,2	4,7	5,0
Itatiba	1,7	2	3,1	1,9	1,4	1,5	1,6	1,8	2,2
Jaguariúna	0,4	1,6	1,7	2,9	5,4	7,4	6,0	6,8	8,2
Monte Mor	0,6	0,7	0,8	2	1,7	2,0	1,8	1,6	2,4
Nova Odessa	1	1,5	2	1,9	1,6	1,7	1,8	1,6	1,5
Paulínia	11,6	10,7	18,1	23,2	43,9	44,4	48,2	47,5	37,8
Pedreira	1,1	1,3	0,9	0,7	0,5	0,6	0,6	0,4	0,6
Santa Bárbara d'Oeste	3,6	3,3	3,7	3,6	2,1	2,4	2,3	2,4	2,9
Sto Antônio de Posse	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Sumaré	21	23,3	21,4	5,5	4,3	4,5	4,0	3,7	6,0
Valinhos	7,1	6,1	5	4,9	3,7	3,3	3,2	3,2	3,0
Vinhedo	3,4	3,8	3,3	3,9	3,1	2,5	3,0	2,4	3,4
Total	100	100	100	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

x: municípios inexistentes naquela data.

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Pelos dados da PAEP 2001, observa-se que a maior parte do VA das unidades locais dos serviços estava concentrada em transportes (19,5%), educação formal (14,6%), energia, gás e água (13,5%) e serviços auxiliares às empresas (12%) (Tabela 3.21). A maior participação relativa dos dois primeiros ramos confirma as funções da RMC como centro distribuidor e de ensino técnico e universitário. No caso dos serviços de apoio às empresas, indica o surgimento de novas atividades estimuladas pela diversificação da estrutura produtiva e pelas estratégias de terceirização, bem como daquelas atividades que proliferaram com o aumento dos índices de criminalidade e violência urbana.

Nesse caso, merece destaque a especialização em serviços sofisticados de segurança, inclusive de grandes empresas do setor. Além disso, a região também vem ampliando seu papel de centro de serviços ligados à hotelaria e ao turismo, com destaque para o rural-ecológico e o de negócios e convenções (Brandão e Macedo, 2007).

Tabela 3. 21 - Estrutura Setorial do Valor Adicionado nos Serviços na RMC, Unidades Locais, 2001, em %

Ramos dos Serviços	2001
Serviços	100,0
Serv. Agricultura	0,1
Serv. Técnicos às Empresas ⁽¹⁾	4,1
Ativ. Imobiliárias	5,4
Serv. Aux. às Empresas ⁽²⁾	11,8
Transporte	19,7
Telecomunicações	3,4
Correio	0,3
Ativ. Informática	2,4
Ativ. Lazer/Cultura	1,1
Alojamento	0,5
Alimentação	5,5
Saúde	7,9
Educação Formal	14,6
Educação Não Formal	1,2
Energia, Gás e Água	13,5
Limp. Urbana/Esgoto	0,3
Serv. Pessoais, Ativ. Assistenciais e Coletivas e Outros	8,1

(¹) Serviços jurídicos; de contabilidade e auditoria; pesquisas de mercado e de opinião pública; gestão de participações societárias (holdings); sedes de empresas e unidades administrativas locais; assessoria em gestão empresarial; arquitetura, engenharia e assessoria técnica especial; ensaios de material/produtos e análise de qualidade; e publicidade.

(²) Seleção, agenciamento de mão-de-obra para serviços temporários; investigação, vigilância e segurança; limpeza em prédios e domicílios; serviços fotográficos; envasamento, empacotamento por conta de terceiros; outras atividades de serviços, prestados principalmente às empresas, não especificadas.

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – PAEP, 2001.

Região Metropolitana da Baixada Santista

Historicamente, a conformação da estrutura produtiva da RMBS é marcada pela especialização em atividades portuárias. A base para sua maior diversificação ocorrerá com a expansão das atividades do complexo cafeeiro e seus desdobramentos sobre as atividades portuárias em Santos. O aumento das exportações de café exigiu a ampliação e modernização do Porto, que antes funcionava apenas como ponto de embarque e desembarque de mercadorias. Com a construção da ferrovia que ligava Santos a Jundiaí, em 1867, passou a ser principal rota de exportação do café e de outros produtos provenientes do interior paulista e de comercialização de produtos importados. As melhorias no Porto de Santos foram acompanhadas por obras públicas de infraestrutura urbana e pelo reforço de atividades de apoio à comercialização do café

(energia elétrica, iluminação e transporte públicos, sistema de canais, casas comissárias e armazéns e a Bolsa de Valores do Café)⁹⁶.

No entanto, o Porto de Santos sofreu os impactos negativos da crise internacional deflagrada pelas Guerras Mundiais e pelo declínio da atividade cafeeira, em muitos momentos, reduzindo o grau de utilização de seu cais. A recuperação das atividades do porto ocorreu na segunda metade dos anos 1950, com o aumento da movimentação de derivados de petróleo, a expansão do comércio externo e a construção de várias rodovias em sua zona de influência (Zündt, 2006).

Nesse período, a estrutura produtiva se modifica com a inauguração da Via Anchieta, caracterizando uma fase inicial de expansão das atividades turísticas e imobiliárias. Com o Plano de Metas, ocorrem saltos qualitativos e quantitativos em sua economia, com a implantação do polo industrial de Cubatão, nucleado pela Refinaria Presidente Bernardes⁹⁷ da Petrobrás e a formação de um polo petroquímico; e pela Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista)⁹⁸. Segundo Colantonio (2009), os efeitos indiretos sobre atividades logísticas, portuárias, comerciais e industriais foram extremamente relevantes. Junto com as atividades portuárias e a expansão da urbanização e seus impactos sobre os serviços públicos, esses investimentos contribuíram para a constituição de um operariado industrial e a expansão das ocupações de classe média, com importantes rebatimentos sobre o consumo.

Nos anos 1970, essa região também se beneficia do processo de interiorização do desenvolvimento paulista através da construção da Rodovia Imigrantes. Como resultado da maior acessibilidade à região para o turismo e seus efeitos sobre o mercado imobiliário, ao longo desse período também houve uma maior diversificação econômica que se refletiu numa sofisticação do setor terciário (hotelaria, transporte, comércio e lazer).

Nos anos 1980, o Porto de Santos foi impactado pelas políticas de estímulo às exportações e, com o término da concessão privada no final da década de 1970 e a

⁹⁶ Para uma análise histórica, consultar Gonçalves (1995), Lanna (1996) e Colantonio (2009).

⁹⁷ Inaugurada em 1955.

⁹⁸ Inaugurada em 1969.

inauguração do Terminal de Contêineres (Tecon), passou por aumento na quantidade de cargas movimentadas, entre 1981 e 1990⁹⁹.

Em razão da forte especialização regional na produção de bens intermediários (aço, petróleo e fertilizantes), os ramos de metalurgia básica e de produtos químicos eram responsáveis por 93% do VAF industrial, em 1980, sendo o grau de concentração semelhante, em 1998 (Tabela 3.22).

Na década de 1980, a região sofre os impactos da crise econômica nacional e da falta de investimentos nesses setores, bem como da expansão da produção de bens intermediários em outras regiões do país, com a maturação dos investimentos em outros polos petroquímicos (Camaçari, na RM de Salvador, e Triunfo, na RM de Porto Alegre). A produção de bens intermediários também foi impactada pela imposição de rigoroso controle à expansão da atividade industrial do Polo de Cubatão, em função dos graves problemas de saúde causados pela poluição ambiental. Além disso, como já mencionado, na Baixada Santista, os limites ao crescimento da atividade industrial são dados por sua proximidade à RMSP e seus efeitos polarizadores, sobretudo no caso do desenvolvimento de setores de maior valor agregado.

Por outro lado, a privatização do Porto de Santos, em 1993, a incorporação da Cosipa pelo Sistema Usiminas e a demissão de trabalhadores da indústria tiveram sérias implicações para a economia da RMBS. Os problemas que envolveram a reestruturação patrimonial da Cosipa resultaram em acentuada redução da produção de aço em Cubatão.

No entanto, a perda de dinamismo tem fortes determinantes na peculiaridade do padrão de crescimento industrial da RMBS que, diferentemente das demais regiões do interior paulista (RAs de Campinas, Ribeirão Preto e São José dos Campos) em que houve diversificação da estrutura produtiva, foi marcado pela consolidação dos polos petroquímico e siderúrgico e em atividades já existentes (Colantonio, 2009).

⁹⁹ Segundo Zündt (2006: 313), “os efeitos de containerização progressiva das cargas e a exportação de veículos transformaram a paisagem da região, com o surgimento de terminais retroportuários especializados e o uso de todos os terrenos vazios disponíveis como depósito de contêineres”.

Tabela 3. 22 – Estrutura do VAF industrial da RMBS, 1980-1998, em %

Ramos industriais	1980	1985	1990	1995	1998
Metalúrgica	43,4	50,2	36,5	35,8	38,7
Produtos Químicos	49,5	41,2	51,9	50,6	51,7
Produtos Alimentícios	2,1	3,2	4,6	7,7	4,4
Minerais Não-Metálicos e Cimento	2,2	2,1	1,6	1,6	2,2
Indústria Extrativa	0,7	0,6	1,3	0,4	0,5
Demais	2,1	2,7	4,1	3,9	2,5
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Nos últimos anos, em decorrência desses problemas, a região tem se especializado ainda mais no turismo balneário e como local de residência de aposentados e trabalhadores de média-alta renda da RMSP. Como já mencionado anteriormente, foram importantes para esse movimento as melhorias na infraestrutura de acesso à região e a recuperação da atração de turistas e residentes ocasionais. Nesse sentido, em termos de sua estrutura produtiva, tais mudanças indicariam uma maior complementaridade com os mercados da RMSP (de bens finais, de consumo e de trabalho).

Apesar disso, segundo Colantonio (2009), foram realizados alguns investimentos em infraestrutura urbana (saneamento básico) e na maior diversificação do terciário regional: equipamentos comerciais, de ensino e de turismo de negócios, em Santos e nos municípios mais próximos, como São Vicente e Guarujá. Ao mesmo tempo, houve uma certa recuperação da produção industrial por conta da elevação dos preços das *commodities* e expansão do mercado internacional, beneficiando as grandes empresas do Polo de Cubatão. Como resultado, nos anos 2000, ocorreu uma certa recuperação da metalurgia básica que aumenta sua participação relativa no VAF industrial de 17%, em 2000, para 33%, em 2007.

Tabela 3.23 – Estrutura do VAF industrial da RMBS, 2000-2007, em %

Ramos industriais	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Combustíveis	50,6	55,0	54,9	40,4	48,5	40,9	44,2	45,9
Metalurgia básica	17,1	16,4	21,3	35,1	22,8	34,0	32,2	32,7
Produtos químicos	24,4	24,1	20,1	20,2	22,5	19,3	18,9	16,9
Produtos alimentícios	4,0	1,4	0,9	2,6	2,5	1,8	2,0	2,0
Demais	4,0	3,2	2,9	1,7	3,7	3,9	2,7	2,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Na distribuição regional do VAF da indústria, a recuperação da metalurgia básica, implicou numa maior concentração dessas atividades no Município de Cubatão, que aumentou sua participação relativa de 60%, em 1980, para 80%, em 2007. Entretanto, nos anos 2000, essa concentração teve pequena redução relativa por conta de uma certa recuperação do VAF industrial gerado em Santos.

Tabela 3.24 - Distribuição do VAF industrial segundo municípios da RMBS, 1980-2007, em %

Municípios	1980	1985	1990	1995	2000	2003	2007
Bertioga	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0
Cubatão	58,8	65,8	45,8	58,5	85,5	83,6	80,0
Guarujá	4,3	10,4	9,3	5,2	8,0	4,2	2,5
Itanhaém	0,3	0,3	0,8	1,0	0,0	0,0	0,0
Mongaguá	0,1	0,1	0,2	0,3	0,0	0,0	0,0
Peruíbe	0,1	0,2	0,3	0,5	0,0	0,0	0,0
Praia Grande	0,5	0,5	0,9	1,8	0,1	0,1	0,0
Santos	32,8	20,4	39,3	27,6	5,2	10,9	16,7
São Vicente	3,1	2,2	3,3	4,8	1,1	1,1	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

No que se refere às atividades que compõem o terciário regional, houve um arrefecimento de várias atividades ligadas à intermediação comercial, sendo a demanda de serviços mais sofisticados atendida pela capital paulista. Grande parte da centralidade do terciário da RMBS é exercida sobre uma população de baixa renda. Contudo, apresenta um conjunto de atividades relativamente independentes de apoio ao comércio exterior e serviços de atendimento hospitalar, educação, de transporte e bancários. Mesmo assim, a vinculação das demandas regionais de serviços com a RMSP é muito forte. Por outro lado, destacam-se as atividades de transporte portuário, em Santos, e de turismo e veraneio, mais bem distribuídas regionalmente (Brandão e Macedo, 2007).

Na PAEP 2001, o VA gerado pelas unidades locais dos serviços apresentou forte concentração no ramo de transportes (43%) (Tabela 3.25). Além desses, os setores de atividades imobiliárias e saúde, ambos com 8%, mostraram certa importância regional.

Tabela 3.25 - Estrutura Setorial do Valor Adicionado dos Serviços da RMBS, Unidades Locais, 2001, em %

Ramos dos Serviços	2001
Serviços	100,0
Serv. Agricultura	0,1
Serv. Técnicos às Empresas ⁽¹⁾	5,2
Ativ. Imobiliárias	8,2
Serv. Aux. às Empresas ⁽²⁾	5,2
Transporte	43,7
Telecomunicações	0,6
Correio	0,8
Ativ. Informática	1,2
Ativ. Lazer/Cultura	5,3
Alojamento	1,8
Alimentação	5,5
Saúde	8,1
Educação Formal	4,5
Educação Não Formal	0,8
Energia, Gás e Água	4,1
Limp. Urbana/Esgoto	1,0
Serv. Pessoais, Ativ. Assistenciais e Coletivas e Outros	3,9

(¹) Serviços jurídicos; de contabilidade e auditoria; pesquisas de mercado e de opinião pública; gestão de participações societárias (holdings); sedes de empresas e unidades administrativas locais; assessoria em gestão empresarial; arquitetura, engenharia e assessoria técnica especial; ensaios de material/produtos e análise de qualidade; e publicidade.

(²) Seleção, agenciamento de mão-de-obra para serviços temporários; investigação, vigilância e segurança; limpeza em prédios e domicílios; serviços fotográficos; envasamento, empacotamento por conta de terceiros; outras atividades de serviços, prestados principalmente às empresas, não especificadas.

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – PAEP, 2001.

* * *

As distintas dinâmicas populacionais e econômicas das RMs que representam a forma urbana mais avançada do Brasil permitem lançar luzes sobre as articulações entre a estrutura produtiva e as peculiaridades do meio urbano que organizam um mercado geral de trabalho. Contudo, conforme discutido no primeiro capítulo, é preciso considerar que não há correspondência imediata entre estas instâncias, uma vez que é a dinâmica da estrutura produtiva/industrial (e não apenas as suas características) que facilita a consolidação de segmentos ocupacionais em determinados meios urbanos.

Nesse sentido, o caso das RMs paulistas é ilustrativo, pois, apesar de suas distintas características demográficas e econômicas, ao longo dos processos de industrialização e urbanização brasileira, passaram por saltos quantitativos e qualitativos em suas estruturas urbanas e produtivas. Sendo o Estado de São Paulo e, particularmente a RMSP, o epicentro desses processos, isso ocorreu tanto pela articulação das outras RMs à dinâmica da RMSP como pelo seu próprio desenvolvimento por forças, em alguma medida, “autônomas”/“endógenas”.

Com base na literatura sistematizada sobre as dinâmicas econômicas dessas regiões, observou-se que, sob o prisma dos distintos mercados gerais de trabalho, esses processos também repercutiram na geração de maiores possibilidades de sobrevivência “fora” do mercado de trabalho e na geração de ocupações nos segmentos mais organizados na grande empresa, da indústria e do terciário, consolidando segmentos do operariado industrial de maior nível de organização sindical e daqueles “típicos” de classe média¹⁰⁰. Estes últimos, associados a uma divisão social do trabalho mais sofisticada, nos segmentos da distribuição, comercialização e gestão da produção, bem como do emprego público no fornecimento de bens e serviços de consumo coletivo, ou seja infraestrutura física e social (energia elétrica, abastecimento de água, estradas, habitação, educação, pesquisa, saúde, administração pública, entre outros).

Tendo em vista a rapidez de tais processos e as determinações de um regime de gestão da mão-de-obra amplamente desfavorável aos trabalhadores, não se conformou uma segmentação do mercado de trabalho nos mesmos moldes do que se verificou nos países desenvolvidos. Simultaneamente, boa parte dos trabalhadores concentrada nessas áreas não foi integrada aos processos dinâmicos emanados do núcleo capitalista. Ampliaram-se as desigualdades sociais, com a reprodução de parcelas significativas da população em atividades informais, empregos de baixos salários e a pobreza, não incorporadas ao direito à cidade. Nesse caso, sendo importante considerar a não-resolução da questão fundiária (rural e urbana) e a grande presença

¹⁰⁰ Consultar Quadros (2005 e 2008).

do capital mercantil nas “frentes de valorização” estabelecidas pelo crescimento populacional urbano.

As transformações no cenário econômico mundial, a instauração de um regime de forte instabilidade econômica no país, hostil às decisões de investimento privado, e a perda de capacidade de gastos e investimentos do Estado, que conduziram à interrupção de processos econômicos e sociais estruturantes, desde os anos 1980, foram decisivas para a deterioração das bases urbanas de mobilização da mão-de-obra e de organização dos mercados gerais de trabalho, de modo contraditório, em um contexto de redemocratização e de maior mobilização social e sindical.

Tendo em consideração as distinções entre as dinâmicas urbanas das três RMs paulistas, bem como suas articulações, observa-se que isso se manifestou na RMSP por meio da redução do ímpeto das migrações externas e intraestaduais, embora ainda mantenha grande fluxo de entrada, principalmente dos nordestinos, e um maior dinamismo dos fluxos pendulares inter e intrametropolitanos. As informações indicaram uma extensão do mercado metropolitano de trabalho, vista pelo aumento dos deslocamentos diários, cujo motivo principal é o trabalho, o que, por sua vez, ocorre de modo bastante heterogêneo, devido aos múltiplos processos de valorização e de apropriação do espaço que atuam na expansão das dinâmicas metropolitanas. De modo que os trabalhadores de menor poder aquisitivo são “empurrados” para áreas em que vão se consolidando assentamentos precários, em escala significativa, sendo que boa parte das viagens diárias é feita a pé - além dos já conhecidos problemas do transporte motorizado e a “crise de mobilidade”. De certo modo, tem ocorrido uma ampliação no que se refere aos fluxos de mão-de-obra qualificada ocupada nas indústrias e no terciário avançado, porém, como se verá no próximo capítulo, em sua maior parte, envolvendo a geração de ocupações precárias.

Na RMC e na RMBS, isso reproduz-se em menor escala, mas também são significativos do ponto de vista da ampliação das desigualdades socioespaciais. Na RMBS, de modo peculiar, acentua-se sua especialização como residência de trabalhadores de renda média-alta de São Paulo e do ABC.

No que se refere à (des)mobilização dos trabalhadores nesses espaços, isso ocorre: a) por meio dos impactos das políticas macroeconômicas sobre os encadeamentos de diversos elos de complexos produtivos localizados na RMSP; b) pela diversificação e maior complexidade do aparelho produtivo da RMC, embora com presença de setores deficitários na balança comercial; e c) pela “regressão” da estrutura econômica da RMBS, com perda de dinamismo dos setores industriais em que se especializou, bem como da modernização das atividades portuárias e seus efeitos sobre o emprego e a renda regional. Desse modo, observam-se diferentes tendências nas novas metrópoles paulistas que indicam um fortalecimento do dinamismo econômico da RMC, com certa expansão nos segmentos da mão-de-obra de maior qualificação, e, no caso da RMBS, acentuam-se suas funções tradicionais de turismo e de residência de veranistas, reforçadas pela maior facilidade de acesso à região e pelas melhorias nas condições de financiamento dos imóveis.

Na tentativa de captar o fenômeno metropolitano brasileiro a partir da problemática do mercado de trabalho, examina-se no próximo capítulo: o posicionamento da RMSP no mercado de trabalho nacional, comparando-a com outras RMs brasileiras, e as transformações nas estruturas ocupacionais da “unidade do diverso” no recorte territorial mais avançado do capitalismo brasileiro, formada pelas três RMs paulistas.

Capítulo 4

Características do mercado de trabalho nas RMs paulistas: segmentação e transformações nas estruturas ocupacionais

Tendo como referência as discussões precedentes, o objetivo deste capítulo é fazer uma análise dos mercados de trabalho das três RMs paulistas, no período que se estende da década de 1990 aos anos 2000, buscando identificar as principais características da organização de seus mercados gerais de trabalho, ressaltando as semelhanças e as especificidades de suas estruturas ocupacionais. Em especial, examina-se como a segmentação se manifestou nessas regiões sob a perspectiva dos empregos gerados, entre 1996 e 2007, nos setores mais organizados, especialmente daqueles nos estabelecimentos de grande porte.

O capítulo está dividido em três seções. Na primeira, são feitas breves considerações sobre o desempenho do mercado de trabalho nacional nos contextos econômicos da década de 1990 e após a desvalorização cambial, em 1999. Em seguida, busca-se situar o mercado de trabalho da RMSP no contexto dos mercados de trabalho das RMs de outras UFs brasileiras, entre 1989 e 2008. O objetivo é examinar como as políticas macroeconômicas repercutiram no posicionamento da RMSP no mercado de trabalho nacional, comparando-a com outras RMs. Para tal, são utilizadas as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-Dieese/Seade)¹⁰¹.

¹⁰¹ As áreas metropolitanas de cobertura são as RMs de Belo Horizonte, de São Paulo, de Porto Alegre, de Salvador e de Recife e o Distrito Federal. Outras pesquisas específicas para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho metropolitano, como a Pesquisa Mensal do Emprego (PME), elaborada pelo IBGE, também abrangem a RM do Rio de Janeiro. Porém, em função das mudanças na metodologia da PME a partir de 2002 e dado que a PED permite a análise da RMSP em maior período de tempo, optou-se por esta última.

Na segunda seção, são examinados os mercados de trabalho das RMs paulistas, tendo por base as informações extraídas dos Censos Demográficos do IBGE de 1991 e 2000. O objetivo é identificar algumas características de seus mercados gerais de trabalho, analisando a distribuição dos ocupados segundo o setor de atividade, posição na ocupação, grupos ocupacionais e faixas de rendimento no trabalho principal.

Por fim, na terceira seção, são analisadas as diferentes dinâmicas do emprego nos segmentos mais organizados do mercado de trabalho, a partir de informações declaradas pelas empresas ao Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS), dando ênfase ao emprego nos estabelecimentos de grande porte. Buscando averiguar se o emprego nesse tipo de estabelecimento contribui para estabelecer um padrão de segmentação diferenciado, são examinados dois indicadores que permitem a observação da qualidade dos vínculos: tempo de permanência dos trabalhadores no emprego e os salários médios. O período analisado é o de 1996 a 2007, de maior compatibilidade nas classificações das variáveis setorial e ocupacional.

Os Censos Demográficos e a RAIS são as duas únicas fontes de informação disponíveis para essa desagregação regional dos dados. As pesquisas mais específicas de mercado de trabalho, tais como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a Pesquisa Mensal do Emprego (PME), ambas elaboradas pelo IBGE, e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), elaborada em convênio pela Fundação Seade e Dieese, não cobrem as RMs de Campinas e da Baixada Santista. Além disso, é necessário ressaltar que as mudanças na metodologia de coleta dos dados do Censo 2000 determinaram uma série de dificuldades relacionadas à sua compatibilidade com os Censos Demográficos anteriores. Essas mudanças e os procedimentos realizados para minimizar tais dificuldades são descritos no item A.1 do Anexo Metodológico.

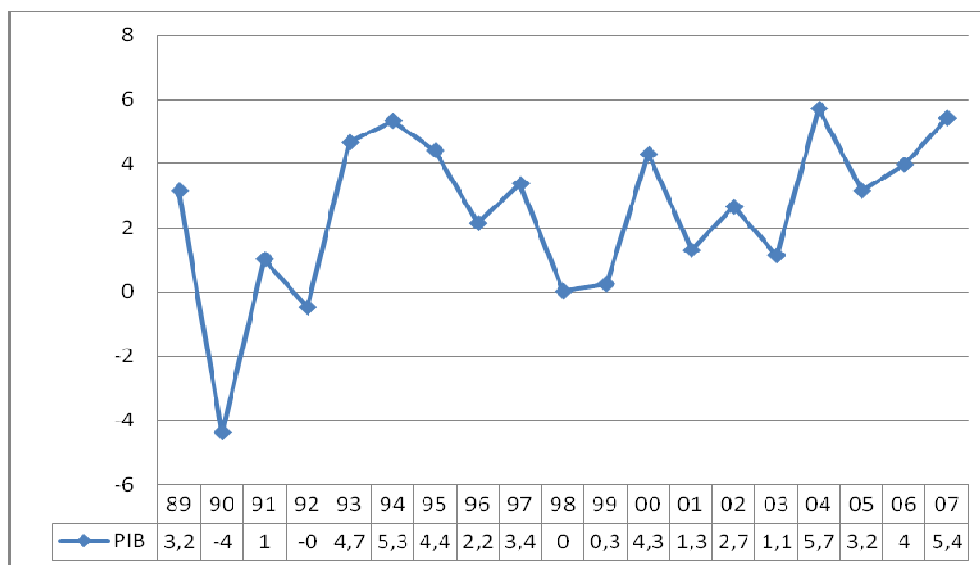
4.1. Tendências do mercado de trabalho brasileiro na década de 1990 e nos anos 2000

As transformações no ambiente regulatório-concorrencial da economia brasileira nos anos 1990 determinaram uma dinâmica macroeconômica amplamente desfavorável ao

mercado de trabalho. Tais mudanças decorreram da adoção de políticas de inspiração neoliberal que se disseminaram com os processos de privatização de empresas estatais e serviços de utilidade pública e a abertura comercial e financeira, na primeira metade dos anos 1990, e a estabilização monetária, com elevadas taxas de juros, valorização cambial e intensificação da concorrência externa, na segunda metade da década. Ao mesmo tempo, o aumento da dívida pública resultou em grave deterioração da capacidade de financiamento dos gastos e investimentos do setor público. Dessa forma, os anos 1990 foram marcados por elevada instabilidade nas taxas de crescimento econômico, determinando um ambiente de grande incerteza para a realização de investimentos, como pode ser visualizado nos Gráficos 4.1 e 4.2, que mostram a evolução das taxas médias anuais de crescimento econômico e da formação bruta de capital fixo. O ajuste produtivo ocorreu com modernização das empresas e aumento do componente importado, porém, de modo bastante defensivo, sem a implementação de novos setores capazes de compensar a destruição dos postos de trabalho e de gerar novas ocupações.

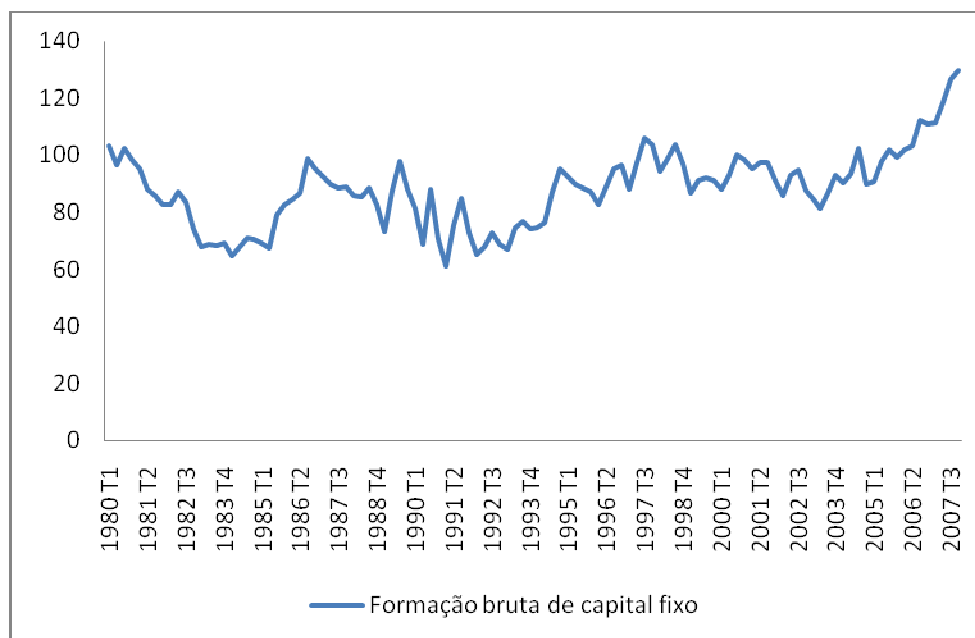
Pelo contrário, como visto no capítulo anterior, análises como a de Carneiro (2008) apontam para uma diminuição do adensamento das cadeias produtivas, determinada pelas políticas macroeconômicas adotadas (liberalização comercial, elevadas taxas de juros e períodos recorrentes de apreciação da moeda nacional) e a instauração de um padrão de crescimento comandado pela demanda doméstica e pelas exportações líquidas, em que os investimentos assumem papel subordinado. Isso ocorreu nos segmentos industriais mais dinâmicos do capitalismo contemporâneo (intensivos em tecnologia e de maior valor agregado) e teve consequências deletérias para o mercado de trabalho brasileiro.

Gráfico 4.1 – Taxas médias anuais de crescimento do PIB brasileiro, 1989-2007



Fonte: IPEA. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>

Gráfico 4.2 – Evolução da formação bruta de capital fixo no Brasil, Base 1980



Fonte: IPEA. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>

Como resultado desse quadro de baixo dinamismo da economia brasileira, o aumento do desemprego e a restrição das oportunidades de ocupação, tanto no campo como em áreas urbanas, foram significativos, particularmente no período pós-Plano Real. Em termos gerais, houve: diminuição do emprego em estabelecimentos; das ocupações nos setores agrícola, industrial e construção civil; do emprego ligado às ocupações de classe média no setor financeiro e nos serviços de utilidade pública; e expansão das ocupações no heterogêneo setor terciário, contribuindo para o aumento relativo da inserção precária dos trabalhadores e redução da taxa de assalariamento nos mercados urbanos de trabalho¹⁰².

Como caracterizado por Baltar (2003b), o estreitamento do mercado urbano de trabalho assalariado nesse período se manifestou de forma distinta: i) houve redução da taxa de participação dos jovens do sexo masculino, com significado social importante que se expressa no aumento da violência urbana¹⁰³; ii) aumento da taxa de desemprego aberto e de longa duração; e iii) alteração na estrutura de oportunidades para ocupar a população ativa urbana. Esta última foi modificada pela expressiva redução do emprego em estabelecimentos, diminuindo as oportunidades de acesso ao emprego “regular e regulamentado” (por exemplo, em ocupações manuais de operação de máquinas e ferramentas industriais, às quais, anteriormente, tinham acesso mesmo a população com nenhuma ou baixa escolaridade). As oportunidades de ocupação nas grandes cidades se restringiram ao trabalho sem carteira assinada, trabalho doméstico e trabalho por conta-própria, relacionadas a uma pletora de ocupações heterogêneas, que vão das estratégias de sobrevivência mais precárias e da terceirização e subcontratação das empresas às ocupações ligadas ao surgimento de novos serviços urbanos fornecidos pelo setor privado nas áreas de educação, saúde, serviços pessoais, de lazer e entretenimento etc.

No mercado de trabalho dos espaços metropolitanos brasileiros, as taxas de desemprego e o tempo de busca por um novo trabalho aumentaram drasticamente, principalmente na segunda metade da década. Por outro lado, o baixo dinamismo na

¹⁰² Sobre as mudanças no emprego rural, consultar Belik, *et al.* (2003); nas ocupações urbanas, consultar Baltar (2003b); e nas ocupações de classe média, consultar Quadros (2003).

¹⁰³ Segundo dados da Fundação Seade (SP Demográfico), o aumento do número de assassinatos, em grande parte, com envolvimento de jovens com idade entre 15 e 29 anos, alcançou taxas de 65 mortes por agressões e de 54 homicídios dolosos e latrocínios por 100 mil habitantes na RMSP, no ano de 1999.

geração de ocupações para absorver o crescimento da PEA foi acompanhado por uma precarização das formas de contratação, agravando ainda mais as condições gerais desses mercados de trabalho, já bastante precarizados pela elevada participação do emprego doméstico e dos autônomos.

Num ambiente de grande instabilidade econômica, de baixo dinamismo para os negócios, de reestruturação patrimonial e produtiva e de maior seletividade da mão-de-obra por parte das empresas, em simultâneo ao aumento da oferta de trabalho, tais mudanças tiveram impactos negativos no que se refere às possibilidades de ascensão social e de organização dos trabalhadores assalariados. Desse modo, o aumento das ocupações fora do mercado de trabalho assalariado marca a interrupção do movimento de sua estruturação que vinha ocorrendo, com o aumento das ocupações urbanas de classe média e do emprego de maior qualificação na administração pública e serviços sociais e continuada abertura de oportunidades de trabalho nas grandes empresas, privadas e estatais¹⁰⁴.

No período pós-desvalorização cambial, em 1999, há uma recuperação no dinamismo da economia brasileira, com inserção externa mais favorável num contexto de crescimento do comércio mundial no início da década de 2000. Porém, o crescimento econômico ainda foi bastante instável até 2003 (Gráfico 4.1). A partir de 2004, observa-se um melhor desempenho das taxas de crescimento e uma recuperação da formação bruta de capital fixo (Gráfico 4.2) que, com exceção da queda observada nos primeiros anos da década de 1980 e de 1990, mantinha-se praticamente inalterada desde 1980.

Embora em meio a políticas macroeconômicas ainda bastante restritivas e sem a remoção dos obstáculos estruturais ao crescimento sustentado (elevadas taxas de juros, restrição fiscal e financeira do Estado, frágil financiamento de longo prazo, ausência de política industrial e persistência de importantes gargalos na infraestrutura econômica e social), as mudanças foram importantes para uma certa recuperação do crescimento industrial e para a ampliação do consumo de bens e serviços¹⁰⁵. Com isso,

¹⁰⁴ Para uma análise mais detalhada desse movimento ao longo do processo de industrialização e urbanização nacional até os anos 1980, consultar Henrique (1999).

¹⁰⁵ Consultar Amitrano (2006).

houve uma alteração no quadro de baixo dinamismo do mercado de trabalho dos anos 1990. Segundo as avaliações de Baltar *et al.* (2006b) e de Leone e Baltar (2007), a queda das ocupações agrícolas foi interrompida e ocorreu uma recuperação do crescimento das ocupações não-agrícolas, sobretudo do emprego assalariado em estabelecimentos com maior nível de formalização dos vínculos. Entretanto, estes autores argumentam que a melhoria no crescimento econômico foi insuficiente para gerar ocupações em nível compatível com o intenso crescimento da PEA na primeira metade da década atual.

No período entre 2004 e 2008, também foi significativa a redução das taxas médias anuais do desemprego metropolitano e a recuperação da geração de ocupações e, de modo distinto da década de 1990, houve aumento das contratações com vínculos mais formalizados, como será demonstrado mais adiante.

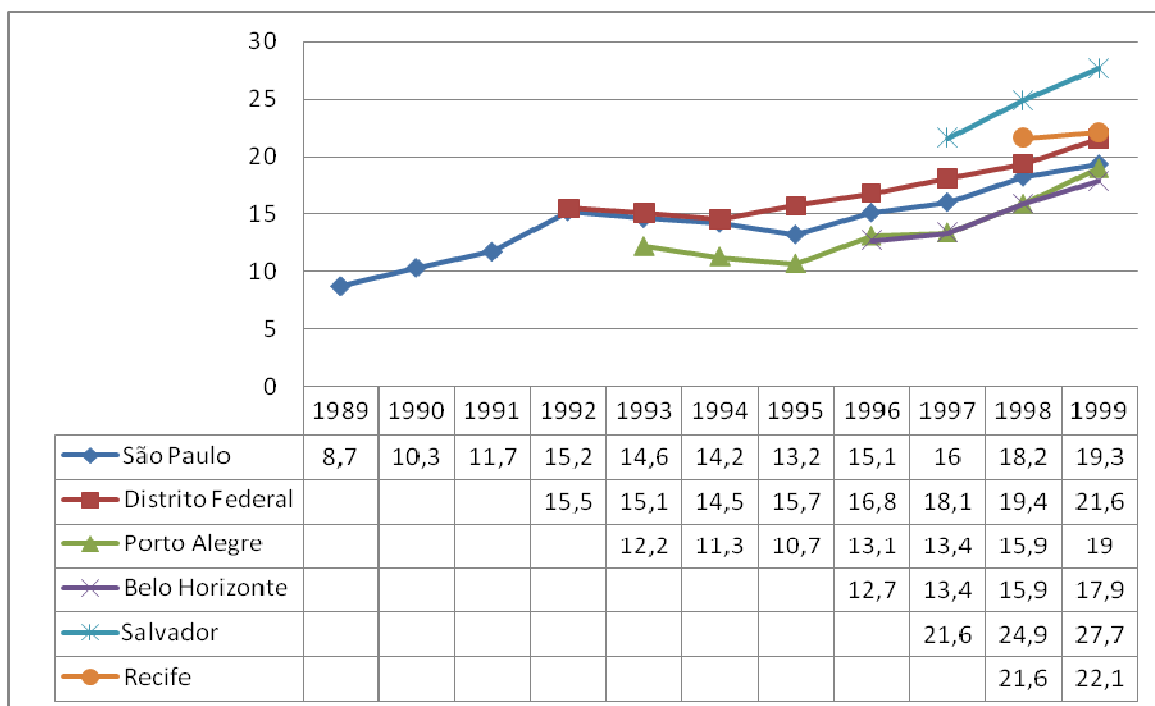
Contextualização da RMSP no mercado de trabalho das regiões metropolitanas brasileiras na década de 1990

Os espaços metropolitanos, enquanto “tecidos” urbanos de maior densidade populacional, econômica e social e com mercado de trabalho mais heterogêneo, foram duramente afetados pelo baixo crescimento econômico, pelos reduzidos investimentos e pelas mudanças na estrutura produtiva nacional na década de 1990.

Nessas regiões, o desemprego aumentou drasticamente, principalmente no período pós-estabilização monetária (Gráfico 4.3). As duas RMs nordestinas e o Distrito Federal apresentaram as maiores taxas de crescimento do desemprego¹⁰⁶. A situação mais grave foi a da RM de Salvador, que chegou ao final da década com mais de um quarto de sua PEA desempregada. Nas RMs do Sul e do Sudeste pesquisadas pela PED, o desemprego alcançou taxas próximas de 20%, em 1999.

¹⁰⁶ Nesse período, a comparação com as duas metrópoles nordestinas fica prejudicada, uma vez que, nelas, a realização da PED teve início em 1997, na RM de Salvador, e em 1998, na RM de Recife.

Gráfico 4.3 – Taxas médias anuais de desemprego total
RMs e Distrito Federal
1989-1999



Fonte: DIEESE-SEADE. MTE/FAT e convênios regionais. PED (Dieese, 2001a).

A população total de desempregados na RMSP aumentou de 614 mil, em 1989, para 1,2 milhões, em 1996, chegando a 1,7 milhões de pessoas desempregadas, em 1999 (Tabela 4.1). Apesar de as taxas de desemprego terem aumentado de modo generalizado, como visto no gráfico anterior, o crescimento do desemprego na RMSP foi significativo em dois momentos: entre 1989 e 1992, período que coincide com a fase inicial dos processos de privatização e de abertura comercial e financeira do país; e na segunda metade da década, quando o aumento da taxa de participação (PEA/PIA¹⁰⁷), num contexto de reestruturação produtiva e patrimonial das empresas, intensificou a pressão sobre o mercado de trabalho, fazendo a taxa de desemprego subir sistematicamente até 1999.

¹⁰⁷ População em Idade Ativa.

Tabela 4.1 - Estimativas da população segundo condição de atividade
RMSP
1989, 1996 e 1999

Condição de Atividade	Estimativas (1000 pessoas)			Taxas de Participação			
	1989	1996	1999		1989	1996	1999
PIA	11.747	13.563	14.445	PEA/PIA	61,1	61,8	62,2
PEA	7.177	8.382	8.985	PO/PIA	55,8	52,5	50,2
População Ocupada	6.553	7.116	7.251				
População Desempregada	624	1.266	1.734				

Fonte: DIEESE-SEADE. MTE/FAT e convênios regionais. PED (Schneider e Rodarte, 2006).

A drástica expansão do desemprego ocorreu nos distintos segmentos da população metropolitana, sendo ainda mais problemático para os trabalhadores jovens do sexo masculino, para os chefes de família e para aqueles com menor instrução. O aumento da taxa de desemprego também foi generalizado no que se refere aos seus componentes: desemprego aberto¹⁰⁸, desemprego oculto pelo desalento¹⁰⁹ e desemprego oculto pelo trabalho precário¹¹⁰. Na RMSP, a taxa de desemprego aberto aumentou de 6,5% para 12,1% e a taxa de desemprego oculto, de 4,6% para 7,2%, entre 1989 e 1999. Nessa, foi mais importante o desemprego pelo desalento, cuja taxa subiu de 2,9% para 5,1%. Do mesmo modo, a duração média do período de busca por trabalho elevou-se de modo crescente. O tempo médio de procura por trabalho subiu de 4 para 10 meses. Porém, o aumento mais expressivo ocorreu no Distrito Federal¹¹¹, elevando-se de 8 para 15 meses, em média, entre 1992 e 1999 (Dieese, 2001a).

As taxas médias anuais de desemprego do Município de São Paulo seguiram a mesma tendência da RMSP, sendo mais graves entre 1989 e 1992 e entre 1996 e 1999 (Gráfico 4.4). Na região do ABC, as taxas de desemprego permaneceram elevadas em toda a década, caindo apenas entre os anos de 1995 e 1996, e foram superiores às do Município de São Paulo e às da RMSP. Como já destacado no capítulo anterior, o ABC,

¹⁰⁸ Para a mensuração do desemprego aberto são consideradas as pessoas que efetivamente procuraram emprego nos 30 dias que antecederam a pesquisa e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias.

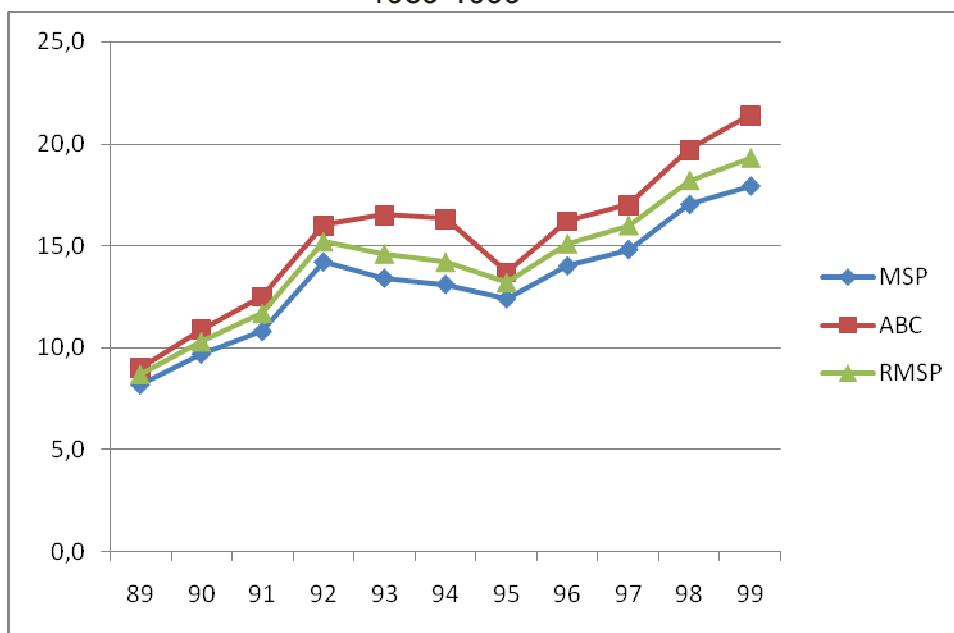
¹⁰⁹ O desemprego oculto pelo desalento se refere às pessoas que não têm nenhum tipo de trabalho e nem procuraram nos 30 dias que antecederam a pesquisa, por desestímulos ou circunstâncias fortuitas, mas procuraram de modo efetivo nos últimos 12 meses.

¹¹⁰ O desemprego oculto pelo trabalho precário se refere às pessoas que realizam, de forma irregular, algum tipo de trabalho remunerado ou não remunerado em ajuda a familiares, mas que procuraram emprego nos 30 dias que antecederam a pesquisa ou nos últimos 12 meses.

¹¹¹ Dado indisponível para a RM de Recife.

por concentrar o núcleo duro do complexo automotivo, foi duramente impactado pelas políticas macroeconômicas adotadas no início da década. Nessa região, foi significativo o desadensamento da cadeia produtiva automotiva, resultando no fechamento de empresas do complexo metal-mecânico, especialmente da indústria de autopeças de capital nacional. O ajuste produtivo implementado com a introdução de inovações tecnológicas e a intensificação das práticas de terceirização e subcontratação das empresas aí localizadas, teve fortes impactos sobre o emprego de maior nível de organização sindical. Além disso, a implantação do Regime Automotivo e a concessão de favores e incentivos fiscais e financeiros pelos diversos níveis de governo no âmbito da guerra fiscal, levaram a uma desconcentração regional dos investimentos em novas plantas do setor que visavam à ampliação do consumo interno de bens duráveis, pós-Plano Real¹¹².

Gráfico 4.4 – Taxas médias anuais de desemprego total
RMSP, Município de São Paulo e região do ABC
1989-1999



Fonte: DIEESE-SEADE. MTE/FAT e convênios regionais. PED.
Disponível em <http://www.seade.gov.br>

O reduzido dinamismo na geração de oportunidades para a absorção do crescimento da PEA metropolitana pode ser atestado pelo débil crescimento das ocupações nas RMs pesquisadas pela PED (Tabela 4.2). No entanto, isso ocorreu de

¹¹² Consultar Siqueira e Brandão (2005).

modo distinto. As taxas médias anuais de crescimento da PEA (2,1%) e da ocupação (0,6%) na RMSP foram inferiores às daquelas das demais RMs e do Distrito Federal. Numa situação de baixo dinamismo econômico e de reestruturação patrimonial e produtiva, merecem destaque o impacto da queda das ocupações industriais e o crescimento dos serviços nas RMs de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, por serem espaços urbanos de maior complexidade produtiva, nos quais o setor industrial tem peso relativo mais elevado no total das ocupações. Além disso, tais espaços possuem *hinterlândias* mais diversificadas, que recebem e transmitem diferenciadamente tais impactos (Tabela 4.3).

No período entre 1996 e 1999, também foi importante o crescimento das ocupações em serviços domésticos na RMSP e na RMPA, as quais, junto com as ocupações nos serviços, cresceram a taxas médias anuais bem superiores à taxa da ocupação total. Na RMBH, houve diminuição das ocupações industriais, apesar da maior consolidação de seu polo industrial automobilístico, sendo também bastante afetada pelas mudanças no ambiente macroeconômico e pelas novas estratégias produtivas das empresas. Por outro lado, o crescimento das ocupações nos serviços e nos serviços domésticos foi inferior ao da RMSP e da RMPA, sendo maior o crescimento das ocupações na construção civil. No Distrito Federal, a geração de ocupações ocorreu de modo distinto, com as ocupações no comércio crescendo bem acima da taxa da ocupação total. Essa foi uma das áreas urbanas de maior crescimento populacional, apresentando a taxa média anual de crescimento mais elevada dentre as principais RMs nos anos 1990 (Tabela 2.1 do segundo capítulo). Além de suas funções administrativas relacionadas ao fato de ser a capital federal, seu aglomerado metropolitano cumpre papel de destaque na polarização de serviços e comércio na rede urbana do Centro-Oeste, dinamizada pelo crescimento da agricultura de bens exportáveis e pela agroindústria.

Tabela 4.2 – Taxa de crescimento médio anual da PEA e das ocupações segundo setores de atividade econômica
RMs e Distrito Federal
1999/1996

	RMSP	DF	RMPA	RMBH	RMS ¹	RMR ²
PEA	2,3	4,3	4,5	3,2	3,1	2,4
PO total	0,6	1,9	2,1	1,1	-1,1	1,8
Indústria	-4,0	2,4	-1,5	-2,6	-2,8	-4,5
Comércio	-1,6	5,1	2,6	0,9	-6,8	5,6
Serviços	3,0	2,8	3,4	2,3	1,4	1,7
Construção civil	0,0	-3,1	0,9	1,6	0,0	0,0
Serviços domésticos	3,8	2,0	3,8	1,5	-3,1	0,0
Outros setores	1,8	-36,1	0,0	0,0	-7,8	2,6

1 : 1999/97 e 2 : 1999/1998.

Fonte: DIEESE-SEADE. MTE/FAT e convênios regionais. PED (Schneider e Rodarte, 2006).

Com relação à composição setorial das ocupações, a participação relativa do setor industrial é bem diferente, embora tenha reduzido em todas as RMs e Distrito Federal, entre 1996 e 1999 (Tabela 4.3). Além da redução do peso do setor industrial, a única outra mudança importante na distribuição das ocupações segundo o setor de atividade econômica foi o aumento do peso relativo dos serviços. Cabe ressaltar que esses já tinham peso relativo bem elevado nas estruturas ocupacionais dessas regiões, em 1996, inclusive nas metrópoles mais industrializadas.

Tabela 4.3 - Distribuição das ocupações segundo grande setor de atividade econômica
RMs e Distrito Federal
1996-1999

Setores	RMSP		DF		RMPA		RMBH		RMS		RMR	
	1996	1999	1996	1999	1996	1999	1996	1999	1997	1999	1998	1999
Indústria	22,6	19,6	4,8	3,9	21,2	19,0	16,1	14,4	8,4	8,1	9,9	9,3
Comércio	17,2	16,1	14,6	14,5	16,7	16,9	15,1	15,0	17,9	15,9	20,7	21,5
Serviços	46,2	49,6	63,4	65,0	48,4	50,3	49,6	51,3	55,6	58,5	51,5	51,5
Construção Civil	5,4	5,3	4,8	4,1	6,0	5,8	8,2	8,3	5,4	5,5	4,8	4,7
Serviços domésticos	8,1	8,9	11,6	11,6	7,3	7,6	10,0	10,1	10,8	10,4	9,7	9,6
Outros	0,5	0,5	0,8	0,9	0,4	0,4	1,0	0,9	1,9	1,6	3,4	3,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: DIEESE-SEADE. MTE/FAT e convênios regionais. PED (Schneider e Rodarte, 2006).

Tais mudanças, associadas àquelas nas formas de contratação e na posição da ocupação (Tabelas 4.4 e 4.5), mostram uma piora generalizada da inserção da mão-de-obra nesses mercados de trabalho, já bastante precarizados pela elevada participação

do emprego doméstico e dos autônomos. A queda nas ocupações industriais e o aumento relativo dos serviços ocorre simultaneamente à queda nas contratações com carteira pelas empresas do setor público e privado.

Apesar do aumento da participação relativa das formas de contratação como terceirizado e autônomo “para a empresa” no total de postos de trabalho gerados nas RMs e no Distrito Federal, a principal forma de contratação precarizada foi aquela sem a carteira de trabalho pelas empresas do setor privado (Tabela 4.4). Dessa maneira, demonstram-se as peculiaridades do regime de trabalho brasileiro, caracterizado pela ampla liberdade das empresas no que se refere aos ajustes da mão-de-obra em situação de elevada instabilidade econômica.

Na RMSP, chama atenção o elevado peso relativo das contratações sem registro formal pelas empresas do setor privado, alcançando patamares semelhantes ao das RMs nordestinas, cujos mercados são historicamente mais precários¹¹³.

Tabela 4.4 – Distribuição dos postos de trabalho gerados por empresas segundo formas de contratação, RMs e Distrito Federal, 1996 e 1999, em %

Formas de contratação	RMSP		DF		RMPA		RMBH		RMS		RMR	
	1996	1999	1996	1999	1996	1999	1996	1999	1997	1999	1998	1999
Setor privado c/carteira	59,1	56,0	33,3	34,4	61,4	59,5	55,5	55,3	42,9	43,8	44,1	45,0
Setor público c/carteira	4,6	3,7	11,2	5,7	9,0	5,5	6,6	4,4	9,9	5,2	7,1	6,8
Estatutário	7,0	7,2	32,1	33,5	9,3	10,2	12,2	13,0	13,0	15,6	13,0	12,4
Setor privado s/carteira	16,2	17,9	11,2	11,2	9,9	12,3	14,6	14,6	17,0	17,0	17,3	17,7
Setor público s/carteira	1,6	1,7	2,2	3,5	2,3	2,2	1,8	1,9	3,9	3,8	3,4	2,9
Terceirizados	3,4	4,0	5,6	8,1	2,9	4,4	4,4	5,2	7,0	8,2	5,7	5,0
Autônomo para empresa	8,1	9,5	4,4	3,5	5,1	5,9	5,0	5,5	6,4	6,3	9,4	10,2

Fonte: DIEESE-SEADE. MTE/FAT e convênios regionais. PED (Schneider e Rodarte, 2006).

No que se refere à taxa de assalariamento, houve redução nas RMs de São Paulo, de Porto Alegre e de Belo Horizonte (Tabela 4.5). No Distrito Federal, a taxa de assalariamento aumentou por conta da ligeira elevação da participação relativa do emprego com carteira no setor privado. Pelas razões já apontadas, a comparação com

¹¹³ Em 1989, 11,6% das contratações pelas empresas do setor privado eram de empregados sem carteira na RMSP. As contratações como autônomo para a empresa e terceirizados representavam 6% e 2,4%, respectivamente (Dieese, 2001a).

as RMs nordestinas fica prejudicada, porém, nessas regiões foram observadas as menores taxas de assalariamento, em 1999.

Entre 1996 e 1999, houve aumento do percentual relativo dos assalariados do setor privado sem carteira de trabalho assinada, exceto na RM de Belo Horizonte, em que o peso relativo dessas ocupações se manteve. A redução da participação relativa dos assalariados com vínculos formais (com carteira de trabalho e do emprego público) ocorreu na RMSP e na RMPA.

De modo geral, nas estruturas ocupacionais das RMs pesquisadas, destaca-se o elevado peso relativo do emprego doméstico e dos autônomos, principalmente daqueles que “trabalham para o público”. Na RMSP, principal núcleo comercial, industrial e financeiro do país, a participação relativa dessas ocupações chegou a mais de um quarto do total dos trabalhadores, em 1999¹¹⁴. Porém, o aumento de participação mais importante foi observado no segmento dos autônomos que “trabalham para a empresa”.

Tabela 4.5 – Distribuição dos trabalhadores segundo posição na ocupação, RMs e Distrito Federal, 1996-1999, em %

Posição na ocupação	RMSP		DF		RMPA		RMBH		RMS		RMR	
	1996	1999	1996	1999	1996	1999	1996	1999	1997	1999	1998	1999
Assalariados setor privado	53,9	52,8	33,7	37,7	51,2	51,1	49,1	48,8	40,0	43,0	41,0	41,3
com carteira assinada	42,5	40,4	26,1	29,3	44,2	42,3	39,3	39,1	29,2	31,7	30,0	30,3
sem carteira assinada	11,4	12,5	7,7	8,4	7,0	8,8	9,8	9,7	10,8	11,3	11,0	11,0
Assalariados setor público	9,1	8,5	30,7	29,0	14,3	12,0	13,7	12,6	16,1	15,4	14,4	13,5
Tx assal. (púb + privado)	63,0	61,3	64,4	66,7	65,5	63,1	62,8	61,4	56,1	58,4	55,4	54,8
Autônomo	17,5	18,7	15,8	13,3	17,6	18,9	18,9	21,0	24,6	23,9	24,4	26,0
que trabalha p/ público	10,2	10,6	12,5	10,6	12,7	13,6	14,4	16,1	19,7	19,0	17,2	18,3
que trabalha p/ empresa	7,4	8,1	3,3	2,8	4,9	5,3	4,5	4,9	4,9	4,9	7,2	7,6
Empregadores	5,2	4,7	4,3	4,8	3,7	4,0	5,3	4,8	4,3	3,9	3,3	3,0
Empregados domésticos	8,1	8,9	11,6	11,6	7,3	7,6	10,0	10,1	10,8	10,4	9,7	9,5
Demais ¹	6,3	6,3	3,9	3,5	5,8	6,3	2,9	2,7	4,2	3,3	7,2	6,7

¹Inclusive trabalho familiar e donos de negócio familiar.

Fonte: DIEESE-SEADE. MTE/FAT e convênios regionais. PED (Schneider e Rodarte, 2006).

Outro indicador da precariedade das estruturas ocupacionais nos espaços metropolitanos do país diz respeito à queda no rendimento real dos trabalhadores, que esteve associado ao avanço dos processos hiperinflacionários e à desvalorização do

¹¹⁴ Em 1989, o percentual total dos autônomos na estrutura ocupacional da RMSP era de 15,6%, sendo de 10% o percentual dos autônomos para o público e de 5,5% no caso dos autônomos para a empresa. A participação do emprego doméstico era de 6% (Dieese, 2001).

salário mínimo, na primeira metade da década de 1990 e à ampliação do desemprego e das novas (e antigas) formas de contratação e de remuneração dos trabalhadores (Participação nos Lucros e Resultados - PLR e programas de remuneração variável, bônus etc.)¹¹⁵, pós-estabilização monetária. Além disso, no final da década, contribuíram decisivamente as mudanças nos preços relativos da economia, após a desvalorização cambial, e o aumento dos índices inflacionários (inclusive por conta da elevação das tarifas dos serviços públicos privatizados, principalmente das telecomunicações, favorecidos por sua indexação aos índices mais sensíveis à variação cambial).

Segundo as informações do Dieese (2001b), a queda das remunerações foi generalizada, sendo mais importantes na RM de Recife e na RMSP. Nesta última, a diminuição no rendimento médio real foi mais acentuada para os trabalhadores do comércio e da construção civil, dos autônomos “para a empresa” e daqueles com contratação padrão (assalariados com carteira, no setor público e privado).

A queda do rendimento médio real no trabalho principal para o período de 1989-1999 foi de 18%, para os ocupados na RMSP, e de 13,5%, no Município de São Paulo (Tabela 4.6). Os rendimentos acumularam perdas expressivas de 33,5%, na RMSP, e de 32,6%, no Município de São Paulo, entre 1989 e 1992, com uma recuperação a partir de 1993 e sobretudo pós-estabilização monetária, mas voltou a cair sistematicamente até 1999.

¹¹⁵ Para maiores detalhes, consultar Krein (2007).

Tabela 4.6 – Rendimento médio real no trabalho principal, Região Metropolitana de São Paulo e Município de São Paulo, 1989-1998, em R\$ de 2007

Período	RMSP		MSP	
	Em R\$	Índice	Em R\$	Índice
1989	1.853	100	1.949	100
1990	1.608	86,8	1.711	87,8
1991	1.377	74,3	1.473	75,6
1992	1.233	66,5	1.313	67,4
1993	1.385	74,7	1.487	76,3
1994	1.480	79,9	1.608	82,5
1995	1.667	90,0	1.824	93,6
1996	1.661	89,6	1.832	94,0
1997	1.665	89,9	1.838	94,3
1998	1.611	86,9	1.775	91,1
1999	1.520	82,0	1.685	86,5

Inflator: ICV-DIEESE/SP.

Fonte: DIEESE-SEADE. MTE/FAT e convênios regionais. PED.

Disponível em <http://www.seade.gov.br>

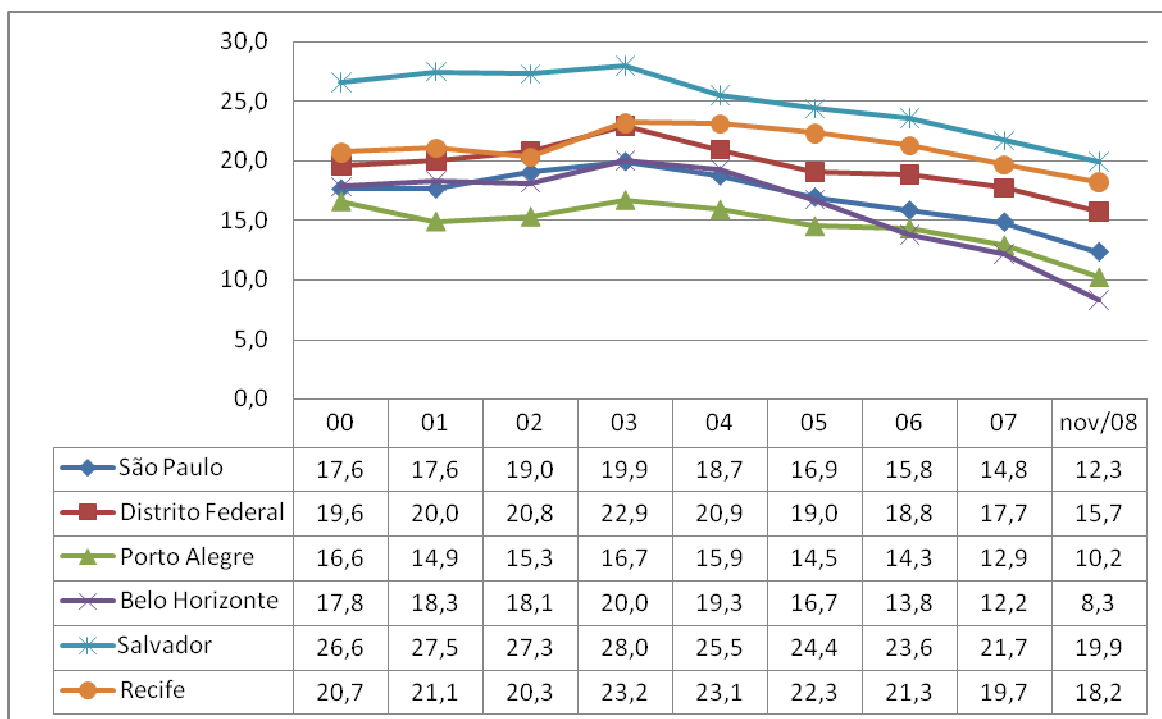
As mudanças nos mercados metropolitanos de trabalho nos anos 2000

No início da década atual, o desemprego mantinha-se num patamar bastante elevado nas RMs brasileiras, em especial na RM de Salvador. Em 2003, a taxa de desemprego atingiu o ponto mais alto da série histórica: 28% na RMS, 23% na RMR e no DF, 20% na RMSP e na RMBH e quase 17% na RMPA.

A melhoria no desempenho da economia brasileira, a partir de 2004, refletiu-se numa sensível redução das taxas médias do desemprego metropolitano, entre 2003 e novembro de 2008 (Gráfico 4.5). A única exceção foi a RM de Recife, em que as taxas de desemprego começaram a cair somente após 2004.

A redução nas taxas de desemprego também não ocorreu de maneira uniforme entre as RMs pesquisadas. A queda mais significativa foi observada na RM de Belo Horizonte, diminuindo de 19,3%, em 2004, para 8,3%, em novembro de 2008. Por outro lado, a expressiva redução da taxa de desemprego na RM de Salvador não resultou na perda de sua liderança em relação às taxas de desemprego das outras metrópoles, sendo que cerca de 20% da PEA ainda se encontrava desempregada em novembro de 2008.

Gráfico 4. 5 – Taxas médias anuais de desemprego total, RMs e Distrito Federal
2000-nov/2008



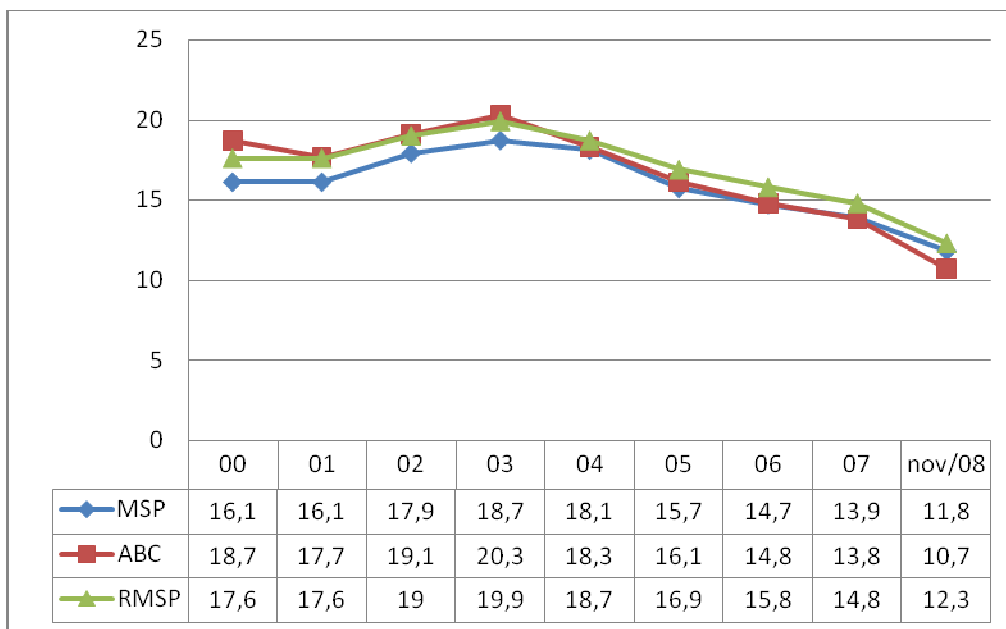
Fonte: DIEESE-SEADE. MTE/FAT e convênios regionais. PED.
Disponível em <http://www.dieese.org.br>

Na RMSP, o desemprego também apresentou taxas médias decrescentes após 2003. Porém, a taxa de 12,3%, em novembro de 2008, ainda era bastante elevada se comparada à taxa de 8,1%, em 1989 (Gráfico 4.3). A estimativa da população desempregada foi de 1,3 milhão em novembro de 2008, totalizando um volume de desempregados bem próximo ao de 1996 (1,2 milhão). Apesar da redução das taxas médias anuais do desemprego, os resultados não foram positivos em relação ao tempo médio de procura por trabalho. Esse, que na RMSP era de 10 meses no ano de 1999, aumentou para 13 meses, em 2004 e, em 2007, retornou para o mesmo patamar de 1999. O percentual de trabalhadores com mais de 12 meses de desemprego era de 10%, em 1997, e aumentou para 27%, em 2004. E, apesar da redução desse percentual para 21%, em 2007, ainda se manteve bem superior ao de 1997.

A diminuição das taxas médias de desemprego ocorreu tanto no Município de São Paulo como na região do ABC paulista (Gráfico 4.6). A taxa média de desemprego

do ABC paulista, que foi bem maior do que a do Município de São Paulo, em 2000 e entre 2002 e 2003, aproximou-se à da capital paulista, a partir de 2004, e mostrou-se um pouco menor do que esta última ao final de 2008.

Gráfico 4.6 – Taxas médias anuais de desemprego total, RMSP, Município de São Paulo e ABC paulista, 2000-nov/2008



Fonte: DIEESE-SEADE. MTE/FAT e convênios regionais. PED.
Disponível em <http://www.dieese.org.br>

A geração de oportunidades de ocupação nas RMs e no Distrito Federal foi bem mais favorável nos anos 2000. Com exceção da RM de Recife, em todas as outras RMs o crescimento da ocupação foi superior ao crescimento da PEA, entre 1999 e 2005 (Tabela 4.7). Merece destaque a recuperação do crescimento das ocupações na indústria. As ocupações no setor de serviços e dos serviços domésticos continuaram aumentando, porém, em ritmo menos intenso, na RMSP, RMPA e RMR.

Na RMSP, o crescimento das ocupações foi semelhante ao da RMPA e inferior ao das outras RMs. Em termos setoriais, as ocupações cresceram a taxas semelhantes, porém, tiveram menor crescimento as ocupações no setor da construção civil e nos serviços domésticos.

Tabela 4.7 – Taxa de crescimento médio anual da PEA e das ocupações segundo setores econômicos, RMs e Distrito Federal, 2005/1999

	RMSP	DF	RMPA	RMBH	RMS	RMR
PEA	1,9	4,0	1,6	3,5	3,0	0,8
PO total	2,4	4,7	2,5	3,8	3,8	0,8
Indústria	2,3	4,6	3,1	3,7	6,3	0,9
Comércio	2,4	6,4	2,8	4,5	4,0	-1,0
Serviços	2,7	4,9	2,9	4,9	4,0	1,6
Construção civil	1,1	2,6	-0,2	-0,9	1,1	-1,3
Serviços domésticos	1,8	1,3	0,0	1,6	2,1	0,0
Outros setores	-2,3	7,0	0,0	-9,9	1,9	2,0

Fonte: DIEESE-SEADE. MTE/FAT e convênios regionais. PED (Schneider e Rodarte, 2006).

A recuperação na geração de ocupações não foi acompanhada por mudanças significativas nas formas de contratação dos postos de trabalho criados pelas empresas, entre 2002 e 2005 (Tabela 4.8). Nesse período, aumentaram as participações relativas das contratações com carteira de trabalho pelo setor privado em todas as RMs. Contudo, o aumento percentual não foi muito relevante na RMSP e na RMS. Por outro lado, também aumentaram as contratações mais precarizadas como a dos terceirizados, à exceção da RMBH, em que as contratações desse tipo mantiveram seu peso relativo anterior.

Tabela 4.8 – Distribuição dos postos de trabalho gerados por empresas segundo formas de contratação, RMs e Distrito Federal, 2002 e 2005, em %

Formas de contratação	RMSP		DF		RMPA		RMBH		RMS		RMR	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Setor privado c/carteira	54,4	55,0	36,4	38,6	59,1	61,0	56,3	58,6	46,7	47,1	45,5	47,3
Setor público c/carteira	3,2	3,5	4,5	4,1	5,0	4,6	3,7	3,3	4,5	3,6	5,6	5,1
Estatutário	6,8	6,4	32,9	28,5	10,0	9,4	12,1	11,5	15,0	13,7	11,2	11,5
Setor privado s/carteira	19,3	18,9	12,0	10,5	13,9	12,1	16,0	13,7	17,8	16,4	18,2	16,9
Setor público s/carteira	1,9	1,5	3,8	3,6	2,8	3,1	2,7	3,4	2,7	3,3	4,1	4,3
Terceirizados	4,6	5,3	9,9	12,1	4,7	5,2	4,4	4,3	8,1	11,1	5,8	6,3
Autônomo para empresa	9,7	9,7	5,0	4,7	4,4	4,6	4,7	5,1	5,2	4,8	9,8	8,7

Fonte: DIEESE-SEADE. MTE/FAT e convênios regionais. PED (Schneider e Rodarte, 2006).

Com relação à distribuição dos trabalhadores segundo a posição na ocupação, houve aumento do peso relativo dos assalariados no setor privado com carteira de

trabalho assinada, em todas as RMs da PED, entre 2002 e 2005 (Tabela 4.9). Porém, o percentual dos assalariados sem carteira se manteve elevado nas estruturas ocupacionais das RMs nordestinas.

Na RMSP, a participação relativa dos assalariados no setor privado com carteira de trabalho teve apenas um pequeno aumento, de 40% para 41,6%, entre 2002 e 2005. De modo geral, não houve mudanças importantes em sua estrutura ocupacional durante o período. A participação relativa dos assalariados sem carteira de trabalho se manteve elevada e, assim como observado no período anterior, foi superior à de todas as outras RMs, inclusive àquelas do Nordeste.

Outra peculiaridade pode ser observada pela participação dos assalariados no setor público da RMSP: cerca de 8% do total dos ocupados, percentual bem inferior ao das outras RMs que também são sedes administrativas do governo estadual.

Tabela 4.9 – Distribuição dos trabalhadores segundo posição na ocupação, RMs e Distrito Federal, 2002 e 2005, em %

Posição na ocupação	RMSP		DF		RMPA		RMBH		RMS		RMR	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Assalariados setor privado	54,1	55,3	41,0	43,6	53,3	55,1	51,2	51,9	45,7	48,3	43,3	45,7
com carteira assinada	40,2	41,6	31,9	34,9	43,3	46,1	40,1	42,6	33,9	36,8	31,6	34,6
sem carteira assinada	14,0	13,8	9,1	8,6	10,0	9,0	11,1	9,3	11,8	11,5	11,7	11,1
Assalariados setor público	8,2	8,0	26,0	24,3	12,2	12,0	12,5	12,4	14,2	13,4	13,0	13,5
Tx assal. (púb + privado)	62,3	63,3	67,0	67,9	65,5	67,1	63,7	64,3	59,9	61,7	56,3	59,2
Autônomo	19,6	19,1	14,5	15,2	17,5	17,5	20,1	20,2	23,1	22,7	25,2	24,5
que trabalha p/ público	10,9	10,3	10,6	11,4	12,6	12,3	15,5	14,9	18,9	19,0	17,7	17,5
que trabalha p/ empresa	8,7	8,8	3,9	3,7	4,9	5,2	4,6	5,3	4,2	3,8	7,5	7,0
Empregadores	4,2	4,0	4,4	4,6	4,2	4,2	4,8	4,3	4,2	3,9	3,7	2,6
Empregados domésticos	8,6	8,6	10,4	9,6	7,2	6,6	9,5	8,9	10,1	9,4	9,0	9,1
Demais ¹	5,3	4,8	3,6	2,7	5,6	4,7	1,9	2,2	2,7	2,2	5,8	4,6

¹Inclusive trabalho familiar e donos de negócio familiar.

Fonte: DIEESE-SEADE. MTE/FAT e convênios regionais. PED (Schneider e Rodarte, 2006).

Os dados para a RMSP, referentes ao ano de 2007, estão disponíveis em <http://www.seade.gov.br>

Apesar da redução das taxas de desemprego e da recuperação da geração de oportunidades de trabalho, a situação ainda era bastante desfavorável nos anos 2000 em relação ao rendimento médio real dos trabalhadores. Segundo Schneider e Rodarte (2006), a queda no rendimento médio real dos trabalhadores foi observada em todas as

RMs pesquisadas pela PED. No entanto, a RMSP e o Distrito Federal, por concentrarem as ocupações de maiores salários no setor público, mantiveram-se como as RMs de maior nível de rendimento médio. Os menores salários foram percebidos pelos trabalhadores na RM de Recife.

Como pode ser observado nos dados da Tabela 4.10, entre 1999 e 2007 houve redução significativa do rendimento médio real dos ocupados, na RMSP e no Município de São Paulo, que caiu sistematicamente, entre 1999 e 2003 e, a partir daí, teve um aumento muito moderado, de forma que, em 2007, o poder de compra do rendimento médio na RMSP (e no MSP) correspondia apenas a 75% do valor de 1999.

Isso ocorreu apesar da retomada das políticas de valorização do salário mínimo, o que poderia ser explicado pelo aumento dos índices inflacionários, nesse período, sobretudo dos alimentos, e pela manutenção elevada das contratações do setor privado sem carteira de trabalho assinada, dos terceirizados e dos autônomos para as empresas, sendo desfavorável do ponto de vista dos rendimentos dos trabalhadores. Como afirma Dedecca (2008), também é preciso considerar que a recuperação do mercado de trabalho nos anos 2000 não favoreceu o emprego com filiação sindical, portanto, restringindo a influência das negociações coletivas na evolução do salário real. Por outro lado, este autor afirma que, pelo exame das informações do Balanço das Negociações Coletivas (2007), elaborado pelo Dieese, não há indícios de que os trabalhadores venham conseguindo obter ganhos superiores ao piso legal, uma vez que têm predominado os acordos com base na recomposição dos salários nominais.

Tabela 4.10 – Rendimento médio real no trabalho principal
Região Metropolitana de São Paulo e Município de São Paulo, 1999-2007
em R\$ de janeiro de 2007

Período	RMSP		MSP	
	Em R\$	Índice	Em R\$	Índice
1999	1.520	100,0	1.685	100,0
2000	1.428	93,9	1.605	95,3
2001	1.301	85,6	1.468	87,1
2002	1.194	78,6	1.319	78,3
2003	1.118	73,6	1.271	75,4
2004	1.134	74,6	1.283	76,1
2005	1.129	74,3	1.284	76,2
2006	1.144	75,3	1.294	76,8
2007	1.140	75,0	1.265	75,1

Inflator: ICV-DIEESE/SP.

Fonte: DIEESE-SEADE. MTE/FAT e convênios regionais. PED.

Disponível em <http://www.seade.gov.br>

Até aqui foram destacados: 1) o grave aumento do desemprego e a piora generalizada das estruturas ocupacionais das RMs nos anos 1990 – ambos associados ao avanço das políticas neoliberais, que resultaram no baixo dinamismo econômico e num padrão de elevada volatilidade e instabilidade das taxas de crescimento econômico; e 2) as tendências de redução do desemprego e a recuperação da geração de ocupações, inclusive com vínculos formais, explicadas pelas mudanças na economia brasileira pós-desvalorização cambial, em 1999, pela expansão do comércio mundial e crescimento econômico do país, após 2003. Além disso, os dados apresentados acima permitem concluir que, nos espaços metropolitanos brasileiros em geral, e na RMSP, em particular, a mobilização da mão-de-obra tem sido pautada, principalmente, pelo avanço das práticas predatórias de contratação sem carteira de trabalho assinada¹¹⁶. Processo que, por sua vez, diferencia-se do observado nos países desenvolvidos, em que a deterioração das estruturas ocupacionais ocorre pela expansão de práticas de flexibilização da contratação.

¹¹⁶ Os aspectos da facilidade estrutural das empresas no que se refere aos ajustes da mão-de-obra frente às variações do produto foram tratados por Krein (2007).

Não obstante, a análise comparativa do mercado de trabalho nos distintos espaços metropolitanos (com ênfase no da RMSP) permite levantar algumas questões.

Considerando os impactos deletérios da instauração de um regime de mercado desregulado e das políticas macroeconômicas adotadas, poder-se-ia afirmar que a desestruturação do mercado urbano de trabalho foi ainda mais significativa para a RMSP. Num plano mais geral, dado que essa região era o epicentro do processo de estruturação que vinha ocorrendo até os anos 1980 e que, apesar das transformações na economia nacional nos anos 1990, ainda se mantém como o núcleo central de acumulação capitalista do país e no topo da hierarquia da rede urbana nacional, as tendências desestruturantes têm um significado diferente na RMSP.

Mesmo no período de recuperação das taxas de crescimento econômico, isso pode ser observado quando se compara o menor dinamismo da RMSP em relação:

- 1) Ao menor crescimento das ocupações, em particular na indústria, tendo em vista a manutenção da concentração na RMSP dos setores industriais de maior complexidade tecnológica e de maior valor agregado do país, só não foi inferior ao da RM de Recife, cujos problemas estão relacionados ao baixo dinamismo econômico do Estado de Pernambuco como um todo, observado ao longo das últimas décadas¹¹⁷;
- 2) Ao maior peso relativo das contratações do setor privado sem carteira de trabalho assinada e dos autônomos para a empresa, que foi superior ao de todas as outras RMs, inclusive das nordestinas. Do mesmo modo, em termos da posição na ocupação, também foram maiores as participações relativas dos assalariados sem carteira e dos autônomos para a empresa; e

¹¹⁷ Segundo as Contas Regionais, a participação relativa dessa UF no total do PIB brasileiro, que já era pequena, em 1970 (2,2%), reduziu-se para (1,2%), em 2004. No PIB nordestino, a perda de importância de Pernambuco pode ser observada pela queda de 38,5% em 1939, para 13,1%, em 1998, perdendo participação relativa principalmente para as UFs da Bahia e do Ceará, em especial, para a RM de Fortaleza, em que houve grande atração de investimentos na produção de têxteis e calçados por meio de incentivos e favores fiscais e financeiros na década de 1990.

- 3) Ao menor peso relativo das contratações dos assalariados com carteira de trabalho assinada, em comparação com as RMs que também apresentam maior desenvolvimento industrial (RMs de Belo Horizonte e de Porto Alegre).

Além dessas, outra particularidade da RMSP se refere à menor participação do emprego público em relação a todas as outras RMs que também são sedes administrativas de suas UFs, exceto em comparação com o Distrito Federal, que é a sede administrativa do país, apresentando, portanto, maior participação relativa desse tipo de emprego em sua estrutura ocupacional (24%, em 2005).

De modo geral, essas considerações indicariam que a RMSP ainda é a metrópole com a maior participação dos segmentos capitalistas mais modernos nas bases de organização de seu mercado de trabalho. Portanto, é a mais afetada pelos ajustes da mão-de-obra pelas empresas em contextos de grande instabilidade econômica.

Na tentativa de captar o fenômeno metropolitano no Brasil como uma rica totalidade de determinações e relações diversas, a seguir, examinam-se as transformações nas estruturas ocupacionais da “unidade do diverso” conformada pelas três RMs paulistas. Embora a RMSP seja incontestavelmente o núcleo dinâmico central do capitalismo no Brasil, portanto, epicentro dos processos de organização do mercado de trabalho, as outras RMs “adjacentes” não são meros espaços de transbordamento desse núcleo.

4.2. Caracterização do mercado geral de trabalho nas RMs paulistas

Como já mencionado, as pesquisas adequadas para análises mais abrangentes dos mercados de trabalho metropolitanos no Brasil, tais como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-IBGE), a Pesquisa Mensal de Emprego (PME-IBGE) e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-Seade/Dieese) não cobrem as RMs de Campinas e da Baixada Santista. Dessa forma, para ressaltar as principais

características dos distintos mercados de trabalho das RMs paulistas foram utilizadas as informações dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, elaborados pelo IBGE.

As informações das Tabelas 4.11 e 4.12 mostram um crescimento da população em idade para trabalhar (PIA) e da PEA¹¹⁸ superior ao crescimento da população urbana nas três RMs e no Estado de São Paulo exceto RMs, entre 1991 e 2000. No entanto, o aumento nas taxas de participação (PIA/PEA), ou seja, da população com idade para trabalhar e que buscava alguma ocupação nestes mercados de trabalho foi acompanhado pela redução nas taxas da ocupação não-agrícola (Tabela 4.11). Esta última foi maior nas RMs do que no agregado Estado de São Paulo exceto RMs, com destaque para a sua redução mais acentuada na RMBS. Em 2000, também foi mais elevada a taxa de desocupação nessa região.

Embora as taxas médias anuais de crescimento da população urbana nesse período sejam inferiores em comparação àquelas das décadas passadas, cabe lembrar que existe forte pressão populacional no âmbito intrametropolitano, com o crescimento da população de municípios que compõem essas RMs bem acima da taxa média anual metropolitana (Tabela 3.3. do capítulo III). Além disso, no que se refere às migrações, os fluxos externos ainda são relevantes.

Tabela 4. 11 – População segundo condição de atividade (em 1000 pessoas), RMs e Estado de São Paulo exceto RMs, 1991 e 2000

Condição de Atividade	RMSP		RMBS		RMC		ESP exceto RMs	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
População Urbana	15.112	17.119	1.215	1.471	1.775	2.265	13.487	16.177
PIA	12.311	14.763	980	1.225	1.490	1.952	10.354	12.734
PEA	6.912	8.944	516	713	855	1.183	5.628	7.359
PO agrícola	66	40	7	5	36	29	965	775
PO não-agrícola	6.363	7.148	476	557	778	961	4.458	5.494
Pop. desocupada	-	1.756	-	151	-	193	-	1.090
Tx partic (PEA/PIA)	56,1	60,6	52,6	58,2	57,4	60,6	54,4	57,8
Tx ocup (PO não agr/PEA)	92,1	79,9	92,3	78,1	91,0	81,3	79,2	74,7
Tx desocupação (PD/PEA)		19,6		21,2		16,3		14,8

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1991 e 2000.

O crescimento médio anual da população ocupada em atividades não-agrícolas foi maior na RMC e no Estado de São Paulo exceto RMs (Tabela 4.12). Porém, assim

¹¹⁸ PEA-restrita, exclusive população ocupada sem remuneração com menos de 15 horas de trabalho semanal e em autoconsumo (ver A.1 do Anexo).

como na RMBS e na RMSP, tal crescimento não foi suficiente para absorver a expansão da oferta de trabalho num contexto de baixo dinamismo econômico e de ajuste produtivo bastante negativo para o mercado de trabalho.

Tabela 4.12 - Taxa média anual de crescimento da população urbana e segundo condição de atividade, RMs e Estado de São Paulo exceto RMs, 2000/1991

População	RMSP	RMBS	RMC	ESP exceto RMs
População Urbana	1,4%	2,1%	2,7%	2,0%
PIA	2,0%	2,5%	3,0%	2,3%
PEA	2,9%	3,7%	3,7%	3,0%
PO agrícola	-5,5%	-2,9%	-2,4%	-2,4%
PO não-agrícola	1,3%	1,8%	2,4%	2,3%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Os dados dos Censos Demográficos, organizados nas tabelas a seguir, confirmam o quadro de deterioração geral da inserção dos trabalhadores nos mercados de trabalho das RMs paulistas, assim como visto na análise do mercado de trabalho de outras RMs brasileiras.

No que se refere à distribuição setorial dos ocupados, houve queda nas ocupações em atividades industriais e no setor financeiro nas RMs e nas demais regiões paulistas (Tabela 4.13). Na RMBS, em função da modernização das atividades portuárias nesse período, também houve queda das ocupações no setor de transportes e armazenagem.

A queda mais significativa das ocupações industriais na RMSP ocorre por diversos fatores. Dentre eles, o fato de ter sido mais afetada pelas políticas econômicas desfavoráveis aos investimentos, pela intensificação da concorrência externa e pelo desadensamento das cadeias produtivas mais complexas e de maior valor agregado. Além disso, também foi impactada pela continuidade da desconcentração relativa da produção de alguns ramos industriais, tanto no sentido de outras regiões do país como para outras regiões do Estado de São Paulo, com destaque para a RMC.

Na RMBS, foram determinantes para a queda das ocupações industriais a falta de investimentos nos seus principais setores e as restrições ao seu dinamismo, examinadas no capítulo anterior. Devido às características capital-intensivas desses

ramos e seus reduzidos encadeamentos intersetoriais na estrutura industrial da região, a participação relativa da indústria de transformação no total das ocupações da RMBS é bem inferior em comparação com a das outras duas RMs e a das Demais regiões paulistas (Tabela 4.14). Porém, é importante ressaltar que a redução das ocupações nessas atividades também tem impactos decisivos na organização de seu mercado de trabalho, dados os seus efeitos indiretos sobre o emprego e a renda regional.

Na RMC, os impactos das políticas macroeconômicas foram sentidos sobretudo nas ocupações do setor têxtil, cuja reestruturação produtiva implicou na introdução de máquinas e equipamentos poupadores de mão-de-obra pelas empresas desse segmento de grande peso no emprego industrial da região.

Nas atividades financeiras, a queda absoluta do número de ocupados foi determinada por vários processos relacionados à estabilização monetária, privatização de bancos estaduais, automatização do processamento de informações e do atendimento ao público, bem como pelas estratégias de terceirização e subcontratação, acompanhadas pelo surgimento de novos serviços como os das centrais de teleatendimento. No Estado de São Paulo, a queda foi maior nas regiões não-metropolitanas, na RMBS e na RMC. A menor queda relativa na RMSP pode ser explicada pela centralização das atividades financeiras e bursáteis do país e de seus serviços auxiliares, reforçada pela transferência das atividades da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para essa metrópole.

Em contrapartida, as oportunidades de trabalho nas três RMs se restringiram às ocupações em atividades bastante distintas, tais como: alojamento e alimentação; outros serviços; serviços pessoais e recreativos; atividades às empresas; serviços domésticos; e educação, saúde e serviços sociais, nas quais a ocupação cresceu bem acima da taxa média para o total dos ocupados.

O crescimento das ocupações em atividades de apoio às empresas, enfatizado pela literatura internacional contemporânea sobre metrópoles, cresceu tanto nas RMs como nas regiões não-metropolitanas (sendo que sua taxa de crescimento na RMBS foi bem inferior, 1,8%a.a). Deve-se considerar que esse segmento engloba atividades de elevada heterogeneidade que se expandiram por conta dos processos de

externalização de atividades das empresas (limpeza, manutenção, locação e agenciamento de mão-de-obra, serviços de consultoria, de contabilidade e outros), mas também inclui aquelas cuja expansão foi determinada pelo aumento da violência nas grandes cidades, como atividades de segurança e vigilância privadas.

Tabela 4.13- Taxa média anual de crescimento das ocupações não-agrícolas segundo setor de atividade econômica, RMs paulistas, 2000/1991

Setores de atividade econômica	RMSP	RMBS	RMC	ESP exceto RMs
Indústria de Transformação	-3,6%	-2,7%	-1,0%	0,0%
Outras Atividades Industriais ¹	-5,5%	-6,3%	-3,0%	-2,8%
Construção Civil	1,5%	1,5%	1,9%	1,8%
Comércio e Reparação	1,8%	0,9%	2,7%	2,2%
Alojamento e Alimentação	6,0%	4,4%	5,6%	5,7%
Transp, Armaz. e Comunicação	3,4%	-0,3%	4,7%	2,4%
Administração Pública	1,2%	3,1%	2,1%	3,2%
Educação, Saúde, Serv. Sociais	3,6%	3,6%	4,0%	3,4%
Serviços Domésticos	3,4%	3,2%	3,7%	3,6%
Setor Financeiro	-1,3%	-2,4%	-2,3%	-2,7%
Atividades às Empresas	5,0%	1,8%	7,1%	6,2%
Serviços Pessoais e Recreativos	4,6%	5,8%	6,4%	5,8%
Outros Serviços	7,2%	11,2%	12,1%	6,9%
Total	1,3%	1,8%	2,4%	2,3%

¹Inclui indústria extrativa e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.
Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Como resultado do baixo crescimento das ocupações em geral e da redução nas ocupações de setores mais dinâmicos, as principais mudanças na composição setorial nas três RMs e no agregado Estado de São Paulo exceto RMs foram a queda do peso relativo das ocupações em atividades industriais e o aumento das ocupações no terciário, sem que houvesse aumento significativo da participação relativa de seus segmentos considerados individualmente (Tabela 4.14).

Na RMSP, o percentual das ocupações na indústria de transformação foi reduzido de 31% para 20%, entre 1991 e 2000. Cabe lembrar que a queda no emprego industrial não foi acompanhada por perda de capacidade produtiva e redução da população, portanto, não se tratando de um processo de desindustrialização. Além das

peculiaridades da desconcentração regional da indústria, como visto no capítulo anterior, as principais transformações foram determinadas pelos impactos das políticas macroeconômicas e pelos ajustes produtivos em que as empresas repassaram atividades para pequenas empresas e para trabalhadores autônomos, em geral computados nas estatísticas como serviços às empresas. O que ocorreu de modo bastante intenso no ABC.

Em 2000, os principais setores no total das ocupações da RMSP eram: indústria de transformação (19,7%); comércio e reparação (19%); educação, saúde e serviços sociais (9,9%); atividades às empresas (7,6%); serviços domésticos; transportes, armazenagem e comunicações; e construção civil, estes dois últimos com percentuais semelhantes (de cerca de 7%).

Na RMC, a redução da participação relativa da indústria de transformação na distribuição dos ocupados foi de 33% para 24,6%. Em 2000, tinham maior peso relativo no total dos ocupados: indústria de transformação; comércio e reparação (18%); educação, saúde e serviços sociais (10%); construção civil (8,9%); e serviços domésticos (7,7%). Apesar das transformações na economia brasileira, essa região foi receptora de investimentos e apresentou dinamismo econômico, o que, por sua vez, refletiu-se numa maior participação da indústria de transformação no total da população ocupada em comparação com a RMSP e a RMBS.

Na RMBS, o peso da indústria de transformação no total dos ocupados reduziu de 15% para 10%. O maior ganho de participação foi observado em “outros serviços”, (de 3,2% para 7%). Em 2000, o principal empregador era o setor de comércio e reparação (18,6%), sendo que a indústria de transformação tinha peso semelhante ao da construção civil (10%), já educação, saúde e serviços sociais, serviços de transporte, armazenagem e comunicação e serviços domésticos tinham percentuais relativos em torno de 9%. Em função do menor dinamismo de seus setores industriais e do aprofundamento da especialização dessa região no turismo balneário, nota-se uma maior precariedade de sua estrutura ocupacional, observada pela maior participação relativa: da construção civil; de alojamento e alimentação; dos serviços domésticos; e dos serviços pessoais e recreativos.

Tabela 4.14 – Distribuição dos ocupados segundo atividades econômicas, RMs e Estado de São Paulo exceto RMs, 1991 e 2000 (em %).

Setores de atividade econômica	RMSP		RMBS		RMC		ESP exceto RMs	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Indústria Transformação	30,8	19,7	14,9	10,0	33,3	24,6	26,9	21,8
Outras Atividades Industriais	1,0	0,5	1,2	0,6	1,2	0,7	1,3	0,8
Construção Civil	6,7	6,8	10,3	10,0	8,9	8,5	9,5	9,1
Comércio e Reparação	18,3	19,0	20,1	18,6	17,6	18,1	19,4	19,2
Alojamento e Alimentação	3,9	5,9	5,8	7,3	3,6	4,8	3,9	5,3
Transp., Armaz. e Comunicação	6,1	7,4	11,0	9,1	5,3	6,5	5,1	5,2
Administração Pública	3,6	3,5	5,5	6,1	3,8	3,7	5,5	6,0
Educação, Saúde, Serv. Sociais	8,1	9,9	8,1	9,5	8,9	10,2	9,2	10,1
Serviços Domésticos	6,0	7,2	8,0	9,1	6,9	7,7	9,1	10,2
Setor Financeiro	4,0	3,2	2,3	1,6	2,4	1,6	2,1	1,3
Atividades às Empresas	5,5	7,6	6,6	6,6	3,8	5,8	3,3	4,7
Serviços Pessoais e Recreativos	2,8	3,8	3,1	4,5	2,2	3,1	2,4	3,2
Outros Serviços	3,3	5,5	3,2	7,0	2,1	4,7	2,1	3,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Assim como nos dados da PED apresentados na seção anterior, a queda do emprego no setor industrial e a restrição das oportunidades de trabalho ao setor de serviços foram acompanhadas pela redução da taxa de assalariamento nesses mercados gerais de trabalho (Tabela 4.15). Diminuiu significativamente o percentual relativo do emprego no setor privado com carteira de trabalho assinada e a participação do emprego público permaneceu praticamente estagnada. Em contrapartida, aumentaram as participações do emprego assalariado sem carteira de trabalho e daquelas ocupações fora do mercado de trabalho como emprego doméstico, ocupado sem remuneração e por conta-própria, cujos percentuais, em 1991, já eram elevados nas três RMs paulistas, sobretudo na RMBS.

A gravidade desse problema é atestada pelo fato de que, em 2000, as ocupações executadas como conta-própria totalizaram cerca de 20% nas RMs do principal núcleo de acumulação de capital do país. Junto com o emprego doméstico,

representavam mais de um quarto da estrutura ocupacional das metrópoles mais industrializadas - RMSP e RMC - e um terço na RMBS. Nesta última, o agravante é que isso ocorre com grande perda de seu dinamismo econômico. O aumento das ocupações fora do mercado de trabalho tornou ainda mais grave o “inchaço” de seu terciário, sobretudo se for considerado que essas atividades estão também relacionadas à elevada sazonalidade típica de regiões de turismo no litoral brasileiro.

Outra distinção também se observa na maior participação relativa do empregado privado com carteira na RMC, tendo em vista que essa teve maior dinamismo econômico e diversificação de sua estrutura produtiva. Em 2000, o percentual foi maior do que o da RMSP. Por outro lado, a RMC também apresentou peso um pouco menor do empregado privado sem carteira.

Tabela 4.15 - Distribuição dos trabalhadores segundo posição na ocupação, RMs paulistas, 1991 e 2000, em %

Posição na ocupação	RMSP		RMBS		RMC	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Empregado privado c/ carteira	62,4	48,7	56,7	43,7	63,4	52,5
Empregado privado s/ carteira	8,1	16,6	9,0	16,9	8,1	14,2
Empregado público	4,8	4,5	5,0	5,0	3,9	3,3
Taxa de assalariamento	75,3	69,7	70,6	65,5	75,4	70,1
Empregador	4,3	3,4	5,0	3,8	4,4	3,6
Conta-própria	15,6	19,6	18,3	21,5	14,5	18,5
Empregado doméstico	4,7	7,2	6,1	9,2	5,7	7,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Pelos dados da Tabela 4.16, podem ser observados os diferenciais dos níveis de rendimento (médio e mediano) dos trabalhadores de acordo com a posição na ocupação.

Os rendimentos dos trabalhadores por conta-própria foram superiores aos dos empregados com carteira assinada, na RMSP e na RMC, refletindo as maiores possibilidades de obterem renda mais elevada, prestando serviços às classes de mais alta renda, e pelo fornecimento de serviços especializados às empresas e ao público

em geral nessas RMs com níveis mais elevados de renda, de maior diferenciação social e complexidade produtiva.

A pior situação nas três RMs paulistas foi observada no segmento dos empregados privados sem carteira, em que houve o maior aumento percentual na estrutura ocupacional. Esses empregados perceberam rendimentos bem próximos aos dos empregados domésticos com carteira de trabalho assinada.

De modo geral, os maiores rendimentos em todos segmentos foi observado na RMSP. A única exceção foi o caso dos empregados do setor público que, em 2000, perceberam rendimento mediano um pouco superior na RMBS.

Tabela 4.16 - Rendimento no trabalho principal, RMs paulistas, 2000
(em R\$ de janeiro de 2007)

Posição na ocupação	RMSP		RMBS		RMC	
	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana
Empregado c/carteira	1.572,34	902,94	1.272,05	820,85	1.389,23	820,85
Empregado s/carteira	998,31	623,85	797,20	492,51	867,68	574,60
Empregado público	1.902,73	1.313,37	1.980,98	1.477,54	2.123,50	1.395,45
Doméstico com carteira	594,98	541,76	504,05	492,51	502,48	492,51
Doméstico sem carteira	446,68	410,43	389,86	328,34	379,89	328,34
Conta-própria	1.970,26	985,02	1.489,18	820,85	1.766,72	985,02

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000. Valores corrigidos pelo INPC para 01/01/2007.

Na distribuição dos rendimentos em salários mínimos, nota-se uma grande dispersão nas três RMs (Tabela 4.17). Cabe lembrar que, nos anos 1990, isso ocorre na ausência de políticas de valorização do salário mínimo e com o aumento do desemprego, repercutindo no enfraquecimento do poder de barganha dos trabalhadores.

Na RMSP, 22% dos empregados privados com carteira de trabalho assinada recebiam até 2 salários mínimos (s.m.), em 2000. Se somados àqueles que recebiam de 2 a 3 s.m., esse percentual chegava a 45%. Na faixa de maiores salários (mais de 10 s.m.), estavam 12% desses trabalhadores. No total dos empregados sem carteira, 14% recebiam até 1 s.m., 35% de 1 a 2 s.m. e apenas 6% recebiam mais de 10 s.m.

Em relação ao trabalho por conta-própria, a distribuição dos rendimentos foi bem mais desigual. O percentual dos que ganhavam até 1 s.m., em 2000, foi maior do que o dos empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada e bem inferior ao daqueles sem carteira de trabalho. Por outro lado, também foi mais elevado o percentual do ocupado por conta-própria nas faixas de maior rendimento (de 5 a 10 s.m.; e de mais de 10 s.m.).

A distribuição dos rendimentos foi menos desigual para o emprego no setor público, com a maior parte deles nas faixas de 3 a 5 s.m.; e de 5 a 10 s.m.

Entre as RMs da Baixada Santista e de Campinas, a distribuição dos rendimentos foi semelhante no que concerne à situação dos empregados no setor privado, tanto daqueles com carteira como daqueles sem carteira de trabalho assinada. Em ambas, cerca de um quarto dos trabalhadores com carteira recebia de 1 a 2 s.m. e menos de 10% recebiam mais de 10 s.m. A situação dos empregados sem carteira foi um pouco pior na RMBS, com 20% deles recebendo até 1 s.m.; na RMC, o percentual foi de 17%. Menos de 5% dos trabalhadores nas duas RMs receberam mais de 10 s.m.

Dentre os empregados do setor público, as desigualdades foram observadas em relação à maior participação relativa daqueles que recebiam de 5 a 10 s.m., na RMBS, e daqueles com mais de 10 s.m. na RMC, devido aos maiores rendimentos dos profissionais das instituições de ensino e pesquisa e dos dirigentes de empresas do setor privado nessa RM.

Entretanto, a principal diferença entre essas duas RMs foi na distribuição dos rendimentos dos ocupados por conta-própria. Na RMC, foi maior o percentual relativo daqueles que percebiam de 5 a 10 s.m.; e mais de 10 s.m. Por outro lado, também foi menor o peso daqueles que estavam nas faixas de menor rendimento (até 1 s.m.; e de 1 a 2 s.m.).

Tabela 4.17 - Distribuição dos trabalhadores segundo posição na ocupação e faixas de rendimento, em salários mínimos, RMs paulistas, 2000

RM	Posição na ocupação	Até 1	1-2	2-3	3-5	5-10	Mais de 10	Total
RMSP	Empregado privado c/ carteira	2%	22%	25%	22%	18%	12%	100%
	Empregado privado s/ carteira	14%	35%	21%	14%	10%	6%	100%
	Empregado público	4%	11%	16%	23%	31%	15%	100%
	Conta-própria	8%	20%	18%	16%	20%	19%	100%
	Total	7%	25%	21%	18%	16%	13%	100%
RMBS	Empregado privado c/ carteira	3%	25%	25%	22%	16%	8%	100%
	Empregado privado s/ carteira	20%	37%	19%	13%	8%	3%	100%
	Empregado público	5%	8%	10%	26%	36%	16%	100%
	Conta-própria	12%	23%	19%	16%	17%	13%	100%
	Total	12%	27%	20%	17%	15%	10%	100%
RMC	Empregado privado c/ carteira	2%	24%	25%	23%	16%	9%	100%
	Empregado privado s/ carteira	17%	37%	20%	13%	8%	4%	100%
	Empregado público	4%	10%	14%	24%	30%	19%	100%
	Conta-própria	8%	20%	19%	17%	19%	16%	100%
	Total	8%	26%	21%	18%	15%	11%	100%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

A situação amplamente desfavorável da inserção dos trabalhadores assalariados nesses mercados de trabalho torna-se mais nítida quando considerados os rendimentos no trabalho principal segundo os grupos ocupacionais (Tabela 4.18).

Na RMSP, mais da metade dos assalariados era de trabalhadores nos serviços e vendedores do comércio em lojas e mercados; e trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, os quais perceberam, em 2000, renda mediana entre R\$ 600 e R\$ 800. Em seguida, estavam os trabalhadores em serviços administrativos, cujo percentual era de cerca de 20% dos assalariados, com renda mediana não muito superior à dos trabalhadores da produção de bens e serviços industriais.

Nos níveis intermediários, apenas 8,8% eram profissionais das ciências e das artes e 4,4% eram gerentes, com renda mediana superior a R\$ 2.000. A renda mediana dos dirigentes de empresas privadas era de aproximadamente R\$ 5.000, porém, estes representavam menos de 1% do total dos assalariados.

Na RMC, a renda mediana dos trabalhadores foi semelhante àquela observada na RMSP nos níveis ocupacionais mais elevados. No entanto, foi superior no que se

refere ao grupo ocupacional dos membros superiores do poder público, tendo em vista a concentração de trabalhadores em instituições públicas de ensino e pesquisa.

Na RMBS, os níveis de rendimento eram inferiores em relação às outras duas RMs, porém, a renda mediana era maior no grupo dos membros superiores do poder público e dirigentes. Na base de seu mercado de trabalho, o percentual dos trabalhadores em serviços e vendedores do comércio em lojas e mercados é bem mais elevado. No entanto, a renda mediana é apenas um pouco inferior à daqueles na RMC e na RMSP, denotando, por sua vez, os baixos rendimentos desse grupo ocupacional, mesmo em regiões de maior complexidade produtiva e de maiores possibilidades de captação de renda fora do mercado de trabalho.

Tabela 4.18 – Distribuição dos assalariados segundo grandes grupos ocupacionais e rendimento no trabalho principal, RMs paulistas, 2000
(em R\$ de janeiro de 2007)

Grupos ocupacionais	RMSP		RMBS		RMC	
	Mediana	% trab	Mediana	% trab	Mediana	% trab
Dirigentes de empresas e org. privadas	4.925,12	0,6	2.462,56	0,6	4.104,27	0,5
Gerentes	2.626,73	4,4	1.641,71	3,3	2.478,98	3,6
Profissionais das ciências e das artes	2.462,56	8,8	1.805,88	7,3	2.134,22	8,3
Membros superiores poder público e dirigentes	1.887,96	0,3	2.462,56	0,3	2.955,07	0,2
Forças armadas, policiais e bombeiros	1.461,12	0,7	1.313,37	1,5	1.390,53	0,6
Técnicos de nível médio	1.313,37	11,6	1.149,20	12,9	1.198,45	11,5
Trab. Serviços administrativos	820,85	18,8	738,77	16,4	788,02	15,5
Trab. Serv. vend. comércio lojas e mercados	656,68	26,7	574,60	33,0	591,01	24,1
Trab produção de bens e serv industriais ¹	788,02	20,5	819,21	19,5	755,19	25,1
Trab produção de bens e serv industriais ²	607,43	5,1	738,77	2,8	656,68	7,4
Trab. de reparação e manutenção	985,02	2,6	886,52	2,5	985,02	3,2
Total		100,0		100,0		100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000. Valores corrigidos pelo INPC para 01/01/2007.

¹Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil; da transformação de metais e de compósitos; fabricação e instalação eletroeletrônica; têxtil e vestuário; da madeira e mobiliário; de funções transversais; montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais; joalheiros, vidreiros, ceramistas;

²Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras; de instalações siderúrgicas e de materiais de construção; de instalações de máquinas de fabricação de celulose e papel; da fabricação de alimentos, bebida e fumo; operadores de instalação e produção e distribuição de energia; outros trabalhadores elementares industriais.

Os dados aqui examinados indicam que as características estruturais do mercado urbano de trabalho assalariado brasileiro, de ampla base com baixos níveis de

rendimento e grande dispersão salarial e heterogeneidade nas situações de ocupação, manifestam-se mesmo na configuração urbana mais avançada do país.

Algumas distinções foram observadas nos maiores rendimentos dos ocupados por conta-própria na RMSP e na RMC, uma vez que em seus espaços urbano-metropolitanos (de maior complexidade produtiva e diferenciação social) são maiores as possibilidades de se obter renda através da prestação de serviços às classes de mais alta renda, o que se confirma pelo fato de que, nessas duas RMs, também são maiores os rendimentos dos grupos ocupacionais de nível mais elevado.

De modo geral, a situação da Baixada Santista, de menor complexidade e densidade da estrutura produtiva, com grande peso de ocupações precárias em serviços em sua estrutura ocupacional, cuja demanda é fortemente dependente do turismo, apresentou deterioração ainda mais acentuada nas bases de (des)mobilização de seus trabalhadores na década passada.

A seguir, examinam-se a dinâmica e as características das estruturas ocupacionais dessas RMs a partir das informações do emprego nos segmentos com maior nível de organização, com ênfase para o emprego nos grandes estabelecimentos. O objetivo é analisar se esse tipo de emprego contribui para estabelecer um padrão de segmentação diferenciado.

4.3. Análise dos segmentos mais organizados do mercado de trabalho das RMs paulistas

Na década de 1990, as transformações no ambiente regulatório-concorrencial e o baixo dinamismo da economia brasileira tiveram drásticas consequências no que se refere à redução dos trabalhadores com vínculos de emprego formalizados. Os estoques de emprego formal reduziram-se ao longo de toda a década passada, iniciando uma ligeira recuperação no final desta (Gráfico 4.5). Entre as RMs paulistas, a redução destes estoques foi ainda mais importante na RMSP, no período pós-estabilização monetária.

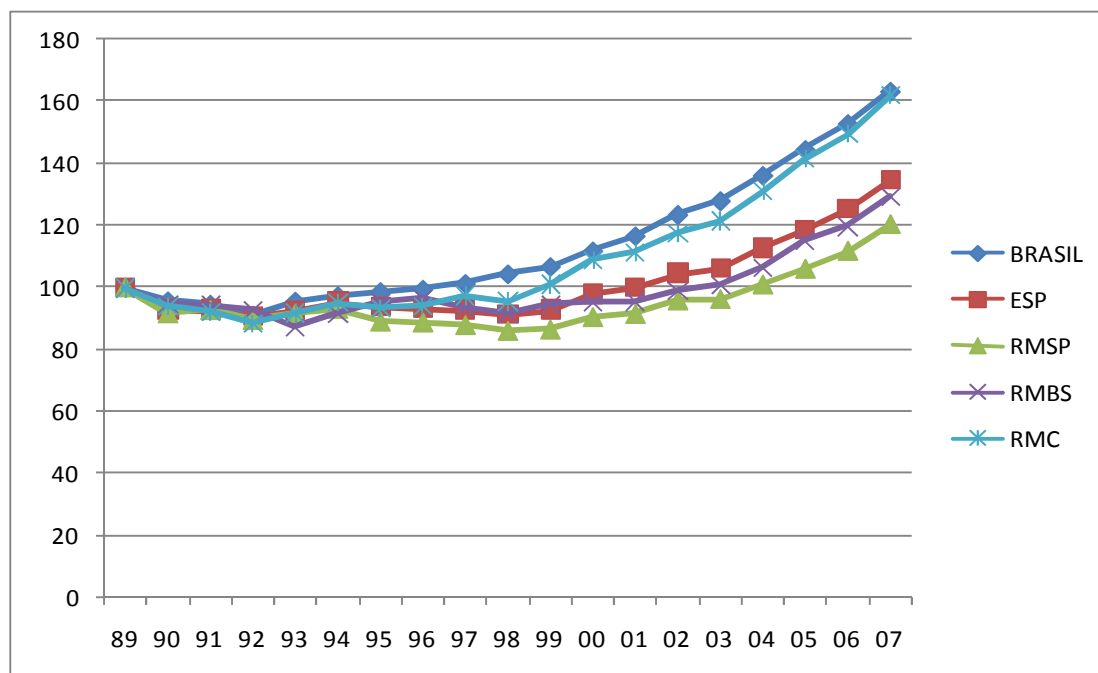
Para o mercado de trabalho nacional, o início da recuperação do emprego formal coincide com o período pós-desvalorização cambial em 1999. Baltar *et al.* (2007)

argumentam que a melhoria no dinamismo econômico, especialmente após 2003, ocorre em simultâneo a um papel mais ativo das instâncias de regulação e fiscalização do trabalho, também contribuindo para a recuperação da formalização dos vínculos de emprego. Em termos regionais, os estudos para esse período indicam os impactos mais positivos da mudança nos preços relativos da economia sobre as atividades primário-exportadoras, repercutindo de modo mais acentuado sobre o emprego em regiões produtoras de *commodities* agrícolas e minerais¹¹⁹.

No Estado de São Paulo, a RMC foi a de melhor desempenho na geração de empregos formais, também iniciando a recuperação dos estoques após 1999 e crescendo a patamares mais elevados do que o Estado de São Paulo, a RMSP e a RMBS. Nestas últimas, a retomada do crescimento do emprego formal foi mais lenta e só ocorreu após 2003 no Estado de São Paulo como um todo e após 2004, na RMBS e na RMSP. Apesar dos impactos negativos do aumento das importações e da valorização cambial sobre os segmentos industriais de grande participação no emprego local (têxtil, alimentos e bebidas, química e metalurgia), no final da década de 1990 e início dos anos 2000, a RMC teve maior dinamismo econômico, diversificando sua estrutura produtiva com a realização de um certo número de investimentos na indústria automobilística, farmacêutica e de equipamentos de telecomunicação e outros, o que contribuiu para o aumento do emprego formal na região.

¹¹⁹ Para uma análise do mapa do emprego formal entre 1999 e 2005, consultar Pochmann (2008).

Gráfico 4. 7 – Evolução dos estoques de emprego formal, Brasil, Estado de São Paulo e RMs paulistas, 1989-2007 (1989=100)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS.

A variação média anual nos estoques de emprego formal também foi distinta nos subperíodos e nos contextos intrametropolitanos.

Na RMSP, a taxa média de crescimento anual do emprego, entre 1996-1999, foi negativa para o Município de São Paulo (MSP) e a região do ABC e positiva para seus Demais municípios (Tabela 4.19). Num ambiente macroeconômico marcado por intensas transformações, a queda do emprego formal no MSP foi generalizada em todos os grandes setores. Houve redução de 7,5%a.a. no estoque de emprego da indústria e de 8,6%a.a. na construção civil.

No ABC, a queda de 6,6%a.a. do emprego nas atividades industriais foi acompanhada pelo aumento de 7,2%a.a. do emprego nos serviços. Nos Demais municípios da RMSP, o emprego cresceu principalmente nos serviços e na construção civil. Cabe ressaltar que essa variação, apesar de positiva, representou volumes reduzidos de emprego, totalizando um incremento de 5.388 empregos formais na construção civil, num agregado de 31 municípios da RMSP, e um incremento de 38.792

postos de trabalho nas atividades de serviços do ABC, volume inferior à redução de 42.978 postos de trabalho nos estoques de emprego da indústria.

Entre 1999 e 2003, com a mudança nos preços relativos e a recuperação moderada das taxas de crescimento econômico, houve variação positiva no estoque de emprego formal nas três subregiões da RMSP. As taxas de crescimento foram maiores nos Demais municípios (5%a.a.) e no ABC (4%a.a.) do que no MSP (2,1%a.a.). Neste último, o emprego cresceu apenas no comércio e nos serviços (264.283 postos de trabalho). No ABC e nos Demais municípios, além dessas atividades, também cresceu o estoque de empregos na construção civil (3.891 e 4.840 postos de trabalho, respectivamente).

No período mais recente, entre 2003 e 2007, de melhor desempenho da economia nacional, a taxa média anual de crescimento do emprego formal foi mais elevada, sendo semelhante nessas três subregiões (cerca de 5%a.a.), com destaque para a recuperação dos estoques de emprego na indústria. Essa variação representou um incremento de 217.437 empregos industriais na região como um todo (86.667 no MSP, 80.883 nos Demais municípios da RMSP e 49.887 no ABC). Tal volume foi bastante inferior ao incremento de 651.989 empregos nas atividades de comércio e serviços, considerando-se apenas o MSP.

Tabela 4. 19 - Variação média anual nos estoques do emprego formal segundo grandes setores, RMSP e subregiões, 1996-2007, em%

Setores	MSP			ABC			Demais municípios		
	99/96	03/99	07/03	99/96	03/99	07/03	99/96	03/99	07/03
Total	-2,2	2,1	5,5	-0,3	4,0	5,5	5,3	5,0	5,0
Indústria	-7,5	-1,5	4,2	-6,6	0,9	5,8	-2,5	2,7	6,6
Construção civil	-8,6	-2,1	9,2	-6,6	7,7	13,6	7,0	3,9	4,9
Comércio	-0,4	5,1	6,7	1,4	5,6	8,1	4,5	9,3	9,1
Serviços	-0,4	2,5	5,2	7,2	5,9	3,8	11,4	5,1	2,8

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS.

Nas novas RMs paulistas, a variação média anual do estoque de emprego nos municípios-polo, entre 1996 e 1999, foi de -1,9% a.a. em Santos e de 0,7%a.a. em Campinas (Tabela 4.20). Em ambos os municípios, merece destaque a queda do

emprego nas atividades da construção civil, de 11,8%a.a., para o primeiro e de 11,3%a.a., para o segundo. Nos Demais municípios dessas RMs, houve uma variação positiva do emprego no comércio e nos serviços na RMBS e de modo bem mais significativo na RMC, em que cresceram os empregos nos serviços, na construção civil e no comércio.

No período de 1999 a 2003, o emprego formal só não cresceu no Município de Santos, em que foi expressiva a queda de 14,5%a.a. do emprego industrial, correspondendo a uma redução de 5.617 postos de trabalho. Na periferia da Baixada Santista, cresceu o emprego nas atividades de comércio e serviços e reduziu o emprego industrial. Em geral, tanto no período 1996-1999 como entre 1999-2003, a queda do emprego industrial esteve relacionada ao baixo dinamismo econômico dessa região, com suas grandes empresas estatais (Cosipa e Ultrafertil), passando por processos de privatização.

Na RMC, o aumento do emprego formal entre 1999-2003 ocorreu no município-polo e na periferia. Em Campinas, caiu o emprego na construção civil e cresceu nos demais setores, sobretudo no comércio. Nos demais municípios, houve aumento do emprego em todos os grandes setores, especialmente construção civil e comércio (incremento de 3.488 e 17.134 postos de trabalho, respectivamente).

Entre 2003 e 2007, o crescimento do emprego formal nessas duas RMs foi generalizado, tanto em termos setoriais como intrametropolitanos, mantendo-se as maiores taxas médias anuais na periferia do que nos municípios-polo. Em Santos, houve recuperação do emprego na indústria e na construção civil. Em Campinas, o crescimento foi mais elevado na construção civil e no comércio. Nas periferias da Baixada Santista e da RMC, as taxas foram semelhantes em todos os grandes setores.

Além dos fatores relacionados às distintas capacidades de gasto e de investimento das municipalidades que compõem as RMs paulistas, aos diferentes níveis de renda, às suas específicas dinâmicas produtivas e aos novos arranjos setoriais e espaciais (entre as três e internamente às RMs), o crescimento do emprego formal também reflete a continuidade da expansão metropolitana. Nessas regiões, como visto anteriormente, há intenso crescimento e adensamento populacional em suas

heterogêneas periferias, sobretudo no período mais recente de aquecimento do mercado imobiliário. Entretanto, persiste o grande contraste entre as áreas de ampla e moderna infraestrutura urbana e de transporte e comunicação com aquelas de extrema pobreza, de aumento da população favelada e suas múltiplas carências habitacionais e de equipamentos coletivos (saneamento básico, saúde, educação, lazer e outros).

Tabela 4.20 - Variação média anual nos estoques do emprego formal segundo grandes setores, RMBS, RMC e subregiões, 1996-2007

Setores	RMBS						RMC					
	Santos			Demais municípios			Campinas			Demais municípios		
	99/96	03/99	07/03	99/96	03/99	07/03	99/96	03/99	07/03	99/96	03/99	07/03
Total	-1,9	-0,3	4,9	1,2	4,1	6,5	0,7	2,9	5,8	4,5	6,5	7,9
Indústria	10,5	-14,5	7,0	-4,2	-1,3	6,1	-1,5	2,5	3,4	-0,3	5,1	8,5
Construção civil	-11,8	-2,0	7,1	-3,9	0,3	6,3	-11,3	-8,4	9,8	-0,7	11,8	6,3
Comércio	-2,6	4,0	4,9	1,4	6,9	8,0	3,2	7,0	7,7	8,4	9,3	7,6
Serviços	-2,6	0,3	4,7	3,6	4,9	6,1	2,0	2,2	5,7	10,9	6,6	7,5

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS.

Como pode ser observado na Tabela 4.21, apesar da variação do emprego ter sido, em geral, menos intensa nos municípios-polo do que na periferia das três RMs, na RMSP, o Município de São Paulo continuou concentrando a maior parte do emprego formal (68%), inclusive na indústria (48%). Movimento inverso ocorreu nas outras duas RMs: tanto na RMC como na RMBS, a redução da participação relativa dos municípios de Santos e de Campinas, no total do emprego metropolitano, ocorreu em todos os grandes setores de atividade.

Tabela 4.21 - Distribuição do emprego formal segundo grandes setores, RMs e subregiões, 1996 e 2007, em %

1996										
Setores	MSP	ABC	Demais mun.	RMSP	Santos	Demais mun.	RMBS	Campinas	Demais mun.	RMC
Indústria	56	20	23	100	32	68	100	31	69	100
Const. civil	83	6	11	100	29	71	100	70	30	100
Comércio	74	10	16	100	50	50	100	57	43	100
Serviços	81	7	13	100	62	38	100	65	35	100
Total	74	11	16	100	54	46	100	51	49	100
2007										
Setores	MSP	ABC	Demais mun.	RMSP	Santos	Demais mun.	RMBS	Campinas	Demais mun.	RMC
Indústria	48	21	31	100	30	70	100	24	76	100
Const. civil	73	10	17	100	22	78	100	46	54	100
Comércio	68	11	21	100	41	59	100	51	49	100
Serviços	75	8	17	100	51	49	100	54	46	100
Total	68	11	20	100	46	54	100	43	57	100

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS.

Nos dados agregados para as RMs, a indústria de transformação reduziu sua participação relativa de 24% para 17,7% na composição do emprego formal na RMSP, entre 1996 e 2007 (Tabela 4.22). A concentração do emprego no setor de serviços era maior do que 50% nos dois anos analisados, tanto na RMSP como na RMBS. Na RMC, embora o emprego nos serviços também tenha aumentado um pouco, esse percentual era inferior ao das outras duas RMs. Outra particularidade foi o elevado peso do emprego na indústria de transformação, representando um terço do emprego total.

Tabela 4.22 - Distribuição do emprego formal segundo grandes setores de atividade econômica, RMs paulistas, 1996 e 2007, em %

Setores de atividade econômica	RMSP		RMBS		RMC	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Indústria Extrativa	0,1	0,1	0,2	0,3	0,2	0,1
Indústria de Transformação	24,1	17,7	9,8	6,9	35,3	30,7
Serviços de Utilidade Pública	0,8	0,4	0,7	0,5	1,3	1,0
Construção Civil	5,0	4,1	6,5	5,2	4,9	3,1
Comércio	14,0	17,7	18,0	21,4	16,6	21,0
Serviços	56,0	60,0	64,8	65,8	41,7	44,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS.

As mudanças na composição setorial do emprego podem ser melhor analisadas pelas informações organizadas nas Tabelas 4.23 e 4.24, nas quais os dados são apresentados de modo mais desagregado.

Na RMSP, pequenas alterações ocorreram na distribuição do emprego industrial, entre 1996 e 2007. As principais mudanças foram: aumento das participações relativas do emprego na fabricação de artigos de borracha e plástico (de 9,3% para 10,5%) e na fabricação de produtos de metal (de 8,5% para 10,5%); e redução do percentual relativo da fabricação de produtos têxteis (de 6% para 4,4%). Dessa forma, a composição do emprego industrial, em 2007, não se tornou muito diferente daquela de 1996. Manteve-se uma distribuição do emprego bastante diversificada entre os ramos industriais, tanto em setores produtores de bens intermediários e de consumo não duráveis (alimentos e bebidas, artigos do vestuário, produtos químicos, artigos de borracha e plástico e edição e reprodução de gravações) como em setores produtores de bens de capital e de consumo duráveis (produtos de metal, máquinas e equipamentos e automóveis).

Na composição do emprego industrial na RMBS, houve ligeiro aumento da participação relativa dos setores impactados pela expansão mais recente das atividades da Petrobrás na extração (de 0% para 3,1%) e refino de petróleo (de 0,6% para 5,5%). Também aumentaram os percentuais relativos do emprego no setor de fabricação de máquinas e equipamentos (de 1,7% para 8,4%) e de produtos para a indústria automobilística (de 0,5% para 2,8%). Isso se deve a uma certa recuperação da indústria

siderúrgica em Cubatão. Em torno dessa indústria, há uma incipiente montagem de um polo metal-mecânico, que atraiu empresas de pequeno porte na produção de peças e componentes para máquinas e equipamentos agrícolas, indústria naval e automobilística¹²⁰. Em termos absolutos, isso representou um aumento de 2 mil postos de trabalho, entre 1996 e 2007.

Embora tenha ocorrido essa recuperação da siderurgia, a participação relativa do emprego em metalurgia básica, que concentra a maior parcela do emprego industrial, reduziu de 32,3% para 24,3% (redução de 2.127 postos de trabalho, em termos absolutos). Outros ramos de grande importância para o emprego industrial na região também reduziram seu percentual relativo, como o de produtos químicos (de 17,8% para 14,7%) e de alimentos e bebidas (de 19,6% para 13,9%). Em termos absolutos, essas reduções corresponderam a uma perda de 871 e 1.472 postos de trabalho, respectivamente. Em 2007, a distribuição do emprego industrial ainda estava bastante concentrada nesses setores e na metalurgia básica, os quais, em conjunto, representavam mais de 50% do emprego industrial da RMBS.

Na composição do emprego industrial da RMC, notam-se alterações relevantes na redução do peso relativo de setores importantes para o emprego regional, como produtos têxteis (de 19,5% para 14,5%) e de alimentos e bebidas (de 9,9% para 7,7%). A queda foi apenas em termos relativos, pois houve aumento do emprego nesses setores de, respectivamente, 3.368, 1.769 e 2.409 postos de trabalho. A queda na participação relativa decorre, principalmente, do maior crescimento do emprego em setores relacionados à instalação de plantas de montagem de celulares e de automóveis e seus fornecedores. Assim, aumentaram as participações relativas dos setores de fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicação (de 0,9% para 4,6%) e a fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias (de 10,2% para 13,7%). Em 2007, além desses ramos, outros segmentos também tiveram aumento em suas participações: fabricação de máquinas e equipamentos, de produtos de metal e de artigos de borracha e plástico. Dessa forma,

¹²⁰ Colantonio (2009).

tais mudanças contribuíram para a maior diversificação da composição do emprego industrial na RMC.

Tabela 4.23 – Distribuição dos empregados formais segundo ramos industriais, RMs paulistas, 1996 e 2007, em %

Setores de atividade econômica	RMSP		RMBS		RMC	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Extração de petróleo e serviços relacionados	0,0	0,1	0,0	3,1	0,0	0,1
Extração de minerais metálicos	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração de minerais não-metálicos	0,5	0,4	2,3	1,0	0,4	0,3
Fab. produtos alimentícios e bebidas	7,6	7,1	19,6	13,9	9,9	7,7
Fab. produtos do fumo	0,2	0,2	0,2	0,0	0,1	0,0
Fab. produtos têxteis	6,0	4,4	0,6	0,9	19,5	14,5
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	7,5	8,3	3,1	3,1	4,9	4,2
Prep. couros e fabr de artefatos de couro	1,0	0,7	0,5	0,4	0,3	0,2
Fab. produtos de madeira	0,7	0,6	2,2	0,4	1,1	0,7
Fab. celulose, papel e produtos de papel	3,3	3,2	1,1	1,9	2,6	2,7
Edição, impressão e repr de gravações	6,2	6,1	4,9	5,5	2,6	2,1
Fabr. coque, refino de petróleo, elab. combust nuclear	0,0	0,2	0,6	5,5	0,0	0,6
Fab. produtos químicos	9,2	9,7	17,8	14,7	10,2	9,9
Fab. artigos de borracha e plástico	9,3	10,5	1,0	0,4	6,2	6,5
Fab. produtos de minerais não metálicos	3,0	2,9	2,9	2,4	4,8	4,0
Metalurgia básica	4,1	3,7	32,3	24,3	2,8	2,5
Fab. produtos de metal - exclusive maq equipamentos	8,5	10,5	3,8	4,9	5,4	7,0
Fab. máquinas e equipamentos	7,8	8,6	1,7	8,4	7,4	8,9
Fabr. maq. escritório e equip informática	0,7	0,5	0,0	0,2	0,9	1,0
Fab. máquinas, aparelhos e materiais elétricos	4,8	4,0	0,2	0,1	4,8	3,8
Fab. material eletrônico e de apar. equip. comunicação	2,1	1,6	0,5	0,0	0,9	4,6
Fabr. equip. instr.p/ usos médico-hospitalares	1,3	1,5	0,1	0,9	1,6	1,4
Fabr. e mont. veículos autom, reboques e carrocerias	11,5	10,9	0,5	2,8	10,2	13,7
Fabr. outros equipamentos de transporte	0,6	0,5	1,1	2,4	1,0	1,0
Fab móveis e indústrias diversas	3,8	3,5	2,2	1,4	2,3	2,2
Reciclagem	0,1	0,3	0,9	0,9	0,1	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS.

Devido à grande heterogeneidade de seus segmentos e sob fortes mudanças relacionadas à maior interação das atividades de serviços às da indústria, inclusive entre as atividades do terciário, a análise da dinâmica do emprego no terciário tornou-se muito mais complexa. Além disso, também devem ser considerados os efeitos dos

novos padrões de consumo das classes de renda mais elevada (lazer e entretenimento e serviços pessoais) e aqueles que a própria retomada do emprego assalariado induz sobre o consumo de bens e serviços, sobretudo no caso do urbano de gigantesca dimensão como o da RMSP.

Pelos dados da Tabela 4.24, observa-se que, na RMSP, o percentual dos segmentos de intermediação financeira e atividades auxiliares é bem reduzido em relação ao percentual de outras atividades como administração pública; dos serviços prestados às empresas; e das atividades de comércio varejista e de reparação de objetos pessoais e domésticos. Entre 1996 e 2007, estes dois últimos foram os que mais geraram empregos nessa metrópole, representando o incremento de quase meio milhão de postos de trabalho nos serviços às empresas e de cerca de 300 mil no comércio varejista. Por outro lado, houve redução do percentual relativo do emprego em administração pública, defesa e seguridade social (de 28% para 21%). No entanto, em termos absolutos, houve incremento de 122.829 postos de trabalho.

Na RMBS, foram relevantes o aumento das participações relativas do emprego no comércio varejista (de 16% para 20%), na administração pública (13% para 15%) e em atividades auxiliares de transporte e agências de viagem (de 5% para 6,6%), e a queda da participação relativa do emprego em atividades de intermediação financeira (de 5% para 1,4%). Em 2007, outros segmentos também eram importantes para o emprego no terciário da região, cuja mudança nos percentuais relativos não foi significativa, tais como serviços prestados às empresas, atividades recreativas, culturais e desportivas¹²¹ e atividades imobiliárias.

O emprego no comércio varejista e nos serviços prestados às empresas também aumentou seu peso relativo na RMC, respectivamente, de 18% para 22% e de 10,6% para 13,6%. Por outro lado, diminuíram os percentuais relativos do emprego em atividades importantes na caracterização dessa região como “polo de ciência e tecnologia”, tais como administração pública e educação. Entretanto, em termos absolutos, houve incremento de 19.998 postos de trabalho na administração pública e de 5.760 no setor de educação. Em 2007, cerca de metade do emprego no terciário

¹²¹ Segundo Colantonio (2009), a Baixada Santista concentra grande número de colônias de férias de sindicatos e federações e de instituições bancárias e comerciais.

regional estava concentrado no comércio varejista, administração pública e serviços às empresas.

Tabela 4.24 – Distribuição dos empregados formais segundo ramos do comércio e dos serviços, RMs paulistas, 1996 e 2007, em %

Setores de atividade econômica	RMSP		RMBS		RMC	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Com. e rep. de veic. autom., com. varejo comb.	2,9	2,8	2,6	2,9	4,8	4,9
Com. atacado e repr. com. agentes do comércio	4,8	5,4	3,1	2,0	5,6	5,0
Com. varej. e rep. de obj pessoais e domésticos	12,4	14,6	15,9	19,7	18,2	22,3
Alojamento e alimentação	4,4	4,7	5,5	5,8	5,3	6,2
Transporte terrestre	6,0	4,3	7,5	5,8	7,0	6,0
Transporte aquaviário	0,0	0,0	0,3	0,2	0,0	0,0
Transporte aéreo	0,5	0,6	0,0	0,0	0,2	0,2
Ativ. aux. transporte e agências de viagem	1,2	1,6	4,8	6,6	1,0	1,9
Correio e telecomunicações	1,5	1,7	0,6	0,6	0,6	1,5
Intermediação financeira	3,9	3,1	4,9	1,4	3,4	2,0
Seguros e previdência complementar	0,6	0,7	0,1	0,3	0,5	0,3
Ativ. aux. Interm. financeira, seguros e prev	0,5	0,5	0,1	0,2	0,2	0,3
Atividades imobiliárias	3,6	2,9	9,1	8,2	3,3	2,1
Aluguel de veículos, máquinas equipamentos	0,3	0,5	0,3	0,5	0,3	0,5
Atividades de informática e serv relacionados	1,1	1,9	0,3	0,3	0,7	2,4
Pesquisa e desenvolvimento	0,0	0,1	0,0	0,0	1,1	0,6
Serviços prestados principalmente às empresas	13,7	19,2	9,5	10,0	10,6	13,6
Adm. pública, defesa e seguridade social	28,2	21,4	13,2	15,2	16,4	12,7
Educação	4,3	3,8	4,7	4,3	9,0	5,9
Saúde e serviços sociais	5,3	5,6	5,3	4,7	6,7	5,0
Limpeza urbana e esgoto e ativ relacionadas	0,6	0,5	1,1	1,1	0,6	1,0
Atividades associativas	2,0	2,3	8,6	8,4	2,4	3,5
Atividades recreativas, culturais e desportivas	1,5	1,1	1,8	1,4	1,6	1,2
Serviços pessoais	0,7	0,6	0,5	0,4	0,7	0,6
Serviços domésticos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Org. internacionais e outras extraterritoriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS.

Dado o destaque da literatura internacional contemporânea para os serviços às empresas e o aumento de sua participação relativa, especialmente na RMSP e na RMC, a distribuição do emprego nessas atividades merece uma análise mais

desagregada. Pelos dados da Tabela 4.25¹²² observa-se que, em 2007, a maior parte do emprego no setor de serviços às empresas nessas RMs estava relacionada aos processos de terceirização de atividades “menos nobres” do processo produtivo, ao surgimento de novos serviços de telecomunicação e ao aumento da violência nas grandes cidades.

Na RMSP, mais da metade do emprego formal em serviços prestados às empresas estava concentrada em atividades de locação de mão-de-obra temporária (15,4%), limpeza em prédios e condomínios (15,3%), teleatendimento (12,5%), vigilância e segurança privada (10,8%) e serviços às empresas não especificados (13,7%). No Município de São Paulo, os percentuais eram ainda mais elevados nas atividades de teleatendimento (15,6%) e de vigilância e segurança privada (13,5%). As atividades do terciário avançado e “mais nobres” do ponto de vista da qualidade do emprego, tais como consultorias, auditorias, gestão empresarial, serviços de engenharia e arquitetura, publicidade etc., se somadas, representavam cerca de 18% do emprego em serviços às empresas na RMSP e 20%, no Município de São Paulo.

Na Baixada Santista, o maior peso relativo do emprego em serviços às empresas era, por ordem de importância, em atividades de limpeza em prédios e condomínios (20,5%), serviços às empresas não especificados (16%), locação de mão-de-obra temporária (13,5%), vigilância e segurança privada (10%) e seleção e agenciamento de mão-de-obra (9,8%). Em Santos, os percentuais mais importantes eram de atividades de locação de mão-de-obra temporária (18,6%) e de serviços às empresas não especificados (16%) e, além das atividades já mencionadas, também se sobressaíam os serviços de imunização e controle de pragas urbanas (6,3%) e atividades de transportes de valores (5,5%). Dentre as atividades do terciário “superior”, as de maior significância eram atividades de contabilidade, consultoria e auditoria (4,4%) e testes e análises técnicas (4%) em Santos e serviços de engenharia (4,6%) e de contabilidade e auditoria (3,4%), na RMBS como um todo.

¹²² Nesse nível de desagregação, a distribuição dos serviços prestados principalmente às empresas está disponível na RAIS apenas para o ano de 2007, devido às mudanças na classificação da CNAE 2.0, no mesmo ano.

Na RMC, o emprego em serviços às empresas estava concentrado em locação de mão-de-obra temporária (16%), limpeza em prédios e condomínios (14,5%), serviços de teleatendimento (12,4%), serviços às empresas não especificados (12,6%), seleção e agenciamento de mão-de-obra (10,9%) e vigilância e segurança privada (5,7%). A principal distinção em relação ao município-polo foi dos serviços de teleatendimento, tendo em vista a grande atração de empresas desse setor para Campinas nos últimos anos. O emprego nesses serviços representava quase um quarto do emprego em serviços às empresas, em 2007. Do ponto de vista das atividades mais avançadas, eram mais importantes as atividades de contabilidade, consultoria e auditoria (3,7%) e de consultoria em gestão empresarial (3,3%).

Tabela 4.25 - Distribuição do emprego formal nas atividades dos serviços prestados principalmente às empresas, RMs paulistas e municípios-polo, 2007, em %

Serviços às Empresas	MSP	RMSP	Santos	RMBS	Campinas	RMC
Atividades jurídicas, exceto cartórios	2,5	1,7	3,1	2,0	2,6	1,6
Ativ. contábil, consultoria e auditoria contábil e tributária	2,9	2,2	4,4	3,4	3,7	4,3
Sedes de empresas e unidades administrativas locais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atividades de consultoria em gestão empresarial	4,4	4,3	1,8	1,0	3,3	2,1
Serviços de arquitetura	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2
Serviços de engenharia	3,7	3,5	2,0	4,6	1,6	3,2
Ativ. técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia	0,6	0,6	1,0	0,9	0,3	0,4
Testes e análises técnicas	0,2	0,3	4,0	1,9	0,5	1,5
Agências de publicidade	1,4	1,2	0,8	0,5	1,1	0,8
Agenc. espaços p/publicidade, exc veículos de comun	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Atividades de publicidade não especificadas	1,8	1,3	0,1	0,0	0,2	0,1
Pesquisas de mercado e de opinião pública	0,4	0,4	0,0	0,0	0,1	0,1
Design e decoração de interiores	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Atividades fotográficas e similares	0,4	0,5	0,3	0,2	0,4	0,5
Ativ profissionais, científicas e técnicas não especificadas	1,0	1,3	2,5	1,5	1,2	1,1
Seleção e agenciamento de mão-de-obra	3,7	4,6	6,7	9,8	7,3	10,9
Locação de mão-de-obra temporária	14,3	15,4	18,6	13,5	19,1	15,9
Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	0,8	1,0	0,6	1,2	0,0	0,0
Atividades de vigilância e segurança privada	13,5	10,8	9,0	10,0	6,3	5,7
Atividades de transporte de valores	1,5	1,1	5,5	2,6	6,5	3,3
Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0
Atividades de investigação particular	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Limpeza em prédios e em domicílios	10,9	15,3	7,3	20,5	4,6	14,5
Imunização e controle de pragas urbanas	0,3	0,7	6,3	3,3	0,2	0,2
Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	1,0	1,0	0,0	0,6	0,4	1,1
Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	1,9	1,8	3,2	2,1	1,8	3,4
Fotocópias, prep. doctos e outros serv de apoio admin	1,1	1,1	1,3	0,9	1,3	1,1
Atividades de teleatendimento	15,6	12,5	1,9	1,1	23,9	12,4
Ativ de org de eventos, exceto culturais e esportivos	0,7	0,7	0,2	0,1	0,2	0,2
Atividades de cobranças e informações cadastrais	2,5	2,0	3,6	1,8	2,4	1,7
Envasamento e empacotamento sob contrato	0,2	0,4	0,3	0,1	0,2	0,8
Ativ de serviços prestados às empresas não especificadas	11,8	13,7	15,0	16,0	10,1	12,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS.

No que se refere à distribuição do emprego formal segundo o tamanho dos estabelecimentos, a participação relativa daqueles de grande porte (com mais de 250 mil empregados) foi bem elevada nas três RMs, sendo ainda mais importante no caso

da RMSP (Tabela 4.26). Porém, nessa região, houve redução do percentual do emprego registrado em estabelecimentos de grande porte, entre 1996 e 2007.

Na RMC, houve pequena redução da participação relativa dos estabelecimentos de médio porte (de 50 a 249 empregados) e aumento dos pequenos (de 10 a 49 empregados). Embora tenha ocorrido um ligeiro aumento da participação daqueles com 1000 ou mais trabalhadores, o seu percentual no total do emprego era inferior ao da RMSP e da RMBS.

Na RMBS, diminuiu a participação relativa do emprego registrado nas microempresas (até 9 empregados) e aumentou o percentual daquelas de pequeno porte (10 a 49 empregados). Entretanto, a participação das microempresas no total do emprego formal foi bem superior em relação ao mesmo percentual nas outras duas RMs.

Tabela 4.26 - Distribuição dos empregados formais segundo tamanho do estabelecimento, RMs paulistas, 1996 e 2007, em %

Nº empregados	RMSP		RMBS		RMC	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Até 9	12,1	12,2	22,0	20,8	15,9	15,3
de 10 a 49	18,1	19,8	21,3	22,6	21,0	23,3
de 50 a 249	20,6	19,5	17,7	18,4	25,2	23,3
de 250 a 999	18,1	16,4	14,3	14,0	18,1	18,1
1000 ou mais	31,0	32,0	24,7	24,2	19,8	20,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS.

Com relação ao grau de instrução dos empregados registrados pelas grandes empresas, observa-se uma forte seletividade associada à redução expressiva das oportunidades de trabalho para aqueles de menor instrução (de 1 a 5 anos do ensino fundamental) nas três RMs (Tabela 4.27). Cabe ressaltar que essa maior seletividade ocorre num contexto de ampliação da oferta de trabalho e, tendo em vista que grande parte do aumento do emprego formal ocorreu nos setores de comércio e serviços, não indica necessariamente um movimento “virtuoso” de geração de ocupações qualificadas.

A redução do emprego de menor instrução foi ainda mais forte nas grandes empresas localizadas na RMC. A redução daqueles empregados com instrução de 1 a

5 anos do ensino fundamental foi de 45% para 13,5%. No caso dessa região, houve aumento da diversificação da estrutura produtiva, com certo impacto na absorção de mão-de-obra mais qualificada. No entanto, é preciso relativizar tal movimento, uma vez que boa parte dos investimentos implementados está relacionada à montagem de bens finais (celulares, computadores e periféricos) e foi atraída pelas melhores condições da infraestrutura de escoamento e recepção de mercadorias do que pelas vantagens da concentração da mão-de-obra qualificada.

Tabela 4.27 - Distribuição do emprego formal nos grandes estabelecimentos segundo grau de instrução, RMs paulistas, 1996 e 2007, em %

1996								
RM	Analfabeto	1-5 anos Fund	6-9 anos Fund	Med incomp	Med comp	Sup incomp	Sup comp e mais	Total
RMSP	1,6	30,5	16,6	5,2	21,2	3,6	21,3	100
RMBS	9,7	38,3	13,1	6,5	16,5	3,4	12,6	100
RMC	1,5	45,0	18,0	5,9	13,0	2,9	13,7	100
2007								
RMSP	0,2	11,3	9,9	5,0	40,1	5,5	28,0	100
RMBS	0,3	17,6	12,8	7,6	37,1	3,4	21,1	100
RMC	0,1	13,5	13,2	5,9	41,6	5,0	20,7	100

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS.

As informações da Tabela 4.28 sugerem que a substituição de parte dos trabalhadores das grandes empresas privadas nesses espaços urbano-metropolitanos ocorre com frequência, enquanto que uma outra parte parece constituir um núcleo de empregados mais estáveis. Entre 1996 e 2007, cresceu de modo significativo o percentual daqueles que, em 31 de dezembro, tinham sido contratados havia menos de três meses, o que está relacionado ao maior crescimento econômico dos últimos anos. Em contrapartida, reduziram os percentuais daqueles com maior tempo de permanência no emprego (acima de 60 meses).

O percentual de trabalhadores que tinham sido registrados havia menos de 12 meses nas grandes empresas do setor privado aumentou mais na RMSP (de 29% para 39%) e na RMC (de 25% para 36%), as quais apresentaram maior dinamismo no período mais recente. Na RMBS, não houve modificação nesse percentual, permanecendo em cerca de um terço, em 2007.

Tabela 4.28 - Distribuição do emprego formal nas grandes empresas do setor privado segundo faixa de tempo de emprego, RMs paulistas, 1996 e 2007, em %

Período em meses	RMSP		RMBS		RMC	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Até 3	8,7	14,9	9,6	12,0	6,7	13,6
3 a 6	8,2	10,1	5,9	6,3	6,1	9,4
6 a 12	12,4	14,0	12,5	12,1	12,2	12,9
12 a 24	19,2	16,5	17,1	17,6	16,6	16,9
24 a 36	9,3	10,4	7,5	10,5	10,3	10,0
36 a 60	10,5	11,0	7,3	11,0	9,9	11,2
60 a 120	18,3	12,1	16,5	15,8	20,6	13,1
120 ou mais	13,5	11,0	23,5	14,6	17,8	12,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS.

Nos dados da Tabela 4.29, observa-se que, em 2007, os grupos ocupacionais com menor tempo de permanência no emprego (menos de 12 meses) nas grandes empresas do setor privado da RMSP eram: trabalhadores dos serviços (21%), de atendimento ao público (15%) e escriturários (13,6%). Os trabalhadores dos serviços (15,3%) e escriturários (11,5%) também estavam dentre aqueles com maior tempo de permanência no emprego. Além desses, os técnicos de nível médio (13%), profissionais das ciências (12%) e trabalhadores na transformação de metais e de compósitos (10%) concentravam a maior parte dos registrados havia mais de 5 anos nessas empresas.

Na RMC, os trabalhadores de funções transversais (17%), dos serviços (15%) e de atendimento ao público (10%) representaram a maior parcela dos empregados registrados havia menos de 12 meses. Os empregados de maior permanência eram os trabalhadores na transformação de metais e de compósitos (18%) e os técnicos de nível médio (12%). Em comparação com os percentuais observados na RMSP, nota-se que o grupo dos profissionais mais qualificados (profissionais das ciências) tinham maior tempo de permanência no emprego.

Na RMBS, um quarto dos trabalhadores registrados pelas grandes empresas havia menos de um ano era de trabalhadores dos serviços; 11,2% em funções transversais e 13% da indústria extrativa e da construção civil. Os dois primeiros grupos também foram os de maior tempo de permanência. Além desses, apenas os técnicos de nível médio tinham de 5 ou mais anos de registro na empresa.

Tabela 4. 29 - Distribuição do emprego formal nos grandes estabelecimentos do setor privado segundo tempo de permanência (em meses) e grupos ocupacionais, RMs paulistas, 2007, em %

Subgrupos ocupacionais	RMSP		RMBS		RMC	
	menos de 12	60 ou mais	menos de 12	60 ou mais	menos de 12	60 ou mais
Dirigentes de empresas e organizações	0,2	0,8	0,1	0,4	0,1	0,4
Gerentes	1,9	5,6	1,0	2,0	1,2	4,0
Profissionais das ciências	6,4	12,1	5,0	5,1	5,1	7,0
Técnicos de nível médio	8,8	13,3	5,3	14,2	6,9	12,3
Escriturários	13,6	11,5	10,7	10,9	8,0	9,1
Trab. atendimento ao público	15,1	2,8	5,6	2,9	10,0	2,1
Trab. dos serviços	21,1	15,3	25,0	19,1	15,4	6,7
Vend e prest. de serviços do comércio	6,9	1,9	7,7	0,7	5,4	1,3
Trab.ind extrativa e da construção civil	5,6	1,5	12,9	4,1	3,4	0,6
Trab. transf de metais e de compósitos	3,3	10,3	4,2	5,8	8,2	18,1
Trab. fab e instalação eletroeletrônica	1,6	1,6	0,4	0,4	5,4	2,5
Trab.ind. têxtil, do curtimento, do vest	0,9	3,3	0,1	0,1	4,0	7,4
Trab. ind madeira e do mobiliário	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,2
Trab de funções transversais	9,1	9,2	11,2	15,3	17,1	7,9
Trab. ind proc cont. e outras indústrias	0,7	3,3	0,3	3,4	2,1	6,5
Trab. instal sider e de mat de construção	0,4	0,7	0,4	4,5	0,4	1,2
Trab instal e máq de fab celulose e papel	0,0	0,4	1,1	0,0	0,0	0,5
Trab. fabr de alimentos, bebidas e fumo	0,4	0,8	0,3	0,5	0,9	1,1
Oper de prod captação, trat e distribuição	0,5	1,8	1,1	1,8	2,6	4,8
Trab. serv de repar e manut mecânica	0,9	2,3	3,8	5,3	1,4	3,3
Polimantenedores	0,6	0,9	1,7	2,7	0,5	1,2
Outros trab conserv, manut e reparação	1,9	0,6	1,8	0,8	1,8	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS.

As oportunidades de emprego com vínculos formais geradas pelas grandes empresas (públicas e privadas) também foram marcadas por uma redução significativa do nível de rendimento dos trabalhadores. Nas três RMs paulistas, houve aumento significativo do percentual dos trabalhadores nas grandes empresas que recebiam entre mais de 1 a 2 s.m., e redução daqueles nas faixas superiores de rendimento, mais de 5 a 10 s.m. e mais de 10 s.m. (Tabela 4.30).

Tabela 4.30 - Distribuição do emprego formal nas grandes empresas segundo faixas de rendimento, em salários mínimos, RMs paulistas, 1996 e 2007

RM	1996						Total
	até 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 a 10	mais de 10	
RMSP	0,8	5,9	12,1	22,1	32,8	26,2	100
RMBS	0,9	3,9	8,1	23,2	28,3	35,7	100
RMC	0,3	2,3	9,1	23,3	35,2	29,9	100
RM	2007						Total
	até 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 a 10	mais de 10	
RMSP	1,4	58,2	22,3	11,9	4,8	1,4	100
RMBS	3,4	22,0	18,9	25,1	20,8	9,8	100
RMC	1,3	21,2	19,1	23,1	21,5	13,8	100

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS.

Em grande medida, a valorização do salário mínimo no período (aumento real em torno de 66%) ajuda a explicar a concentração dos empregados na faixa de até 2 s.m. nas metrópoles paulistas, sendo seus impactos ainda mais fortes na RMSP (60% dos empregados nas grandes empresas). Contudo, na maior parte do período analisado, o crescimento econômico se deu sem a recuperação do nível de investimentos e com aumento do emprego de baixa remuneração. Dessa forma, é importante considerar a possibilidade de ter ocorrido o desligamento de empregados com mais tempo nas empresas (e maiores níveis salariais) e a contratação de empregados mais jovens e com maior grau de instrução, mas recebendo salários relativamente menores, ao longo do período.

Acrescente-se que, provavelmente, os diferenciais entre os rendimentos desses empregados tenham se ampliado, em especial entre 2006 e 2007. As informações disponibilizadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) indicam que o salário médio na indústria paulista sofreu uma diminuição significativa em 1999, depois se recuperou em 2000 (Tabela 4.31). Porém, voltou a cair no começo da década atual e apenas iniciou recuperação a partir de 2004, tendo alcançado um valor expressivo no final de 2006. Em dezembro de 2007, era 17% maior (em termos reais) do que em dezembro de 1996.

Tabela 4.31 - Variação do salário médio real na indústria paulista e do salário mínimo real, 1996-2008

Ano/Mês	Salário Real Indústria SP (média 2006 = 100)	Salário Mínimo Real (em R\$)
1996.12	93,37	243,21
1997.12	94,55	249,75
1998.12	95,00	263,99
1999.12	87,85	254,71
2000.12	95,27	268,64
2001.12	84,23	292,60
2002.12	79,85	283,35
2003.12	81,89	308,03
2004.12	89,24	314,42
2005.12	91,21	345,36
2006.12	126,72	391,90
2007.12	109,23	404,63
2008.12	114,16	415,00

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP.
<http://www.ipeadata.gov.br>

Obs: os valores do salário médio na indústria foram corrigidos pelo ICV-FIPE e os valores do s.m. pelo INPC-IBGE.

Em suma, as características do emprego formal aqui ressaltadas sugerem que boa parte dos trabalhadores nas grandes empresas das RMs paulistas está sob condições de emprego diferenciadas. Por outro lado, as características de instabilidade dos vínculos de emprego e de baixos salários se sobressaem nos mercados internos das grandes empresas, mesmo num período de maior dinamismo econômico e de recuperação do emprego formal. Grande parte do emprego formal foi gerada em estabelecimentos comerciais e dos serviços, com baixos níveis de rendimento, sendo estimulados, de modo distinto nas três RMs, pelo crescimento econômico nacional, aumento do consumo e da valorização do salário mínimo, da maior participação feminina do mercado de trabalho, reaquecimento do mercado imobiliário, novos serviços relacionados à terceirização, ao aumento da violência urbana etc.

Nesse sentido, é importante destacar a determinação de um regime de trabalho amplamente desfavorável aos trabalhadores, em que as empresas têm ampla liberdade na contratação, dispensa, uso e remuneração da mão-de-obra. Sob essas condições, o caráter “fugaz” dos vínculos de emprego encontra lugar extremamente propício nesses

espaços urbano-metropolitanos, cuja extensão dos mercados de trabalho define amplas bases de (des)mobilização da mão-de-obra com grande folga na substituição de trabalhadores. Cabe lembrar que isso ocorre por meio dos processos de valorização e de apropriação do espaço que, por sua vez, atuam na periferização da população e de atividades econômicas.

Essas interdependências – associadas àquelas da manutenção de uma política econômica ainda bastante restritiva do ponto de vista dos investimentos, da orientação das políticas de emprego para o lado da oferta e, sobretudo, na ausência de políticas nacionais de desenvolvimento (industrial, ciência e tecnologia, social, urbana, regional, etc.) - atuam na reprodução de uma estrutura ocupacional de grande heterogeneidade, com tendências à fragmentação.

Considerações Finais

O estudo das três RMs do Estado de São Paulo procurou destacar as características peculiares de suas economias e as transformações nas estruturas ocupacionais decorrentes do desenvolvimento recente da forma urbana mais avançada do Brasil. Ao finalizar esta exposição, é importante retomar alguns pontos da argumentação e explicitar algumas proposições centrais deste estudo.

No que se refere à problemática do mercado de trabalho, a urbanização no sistema capitalista cumpre papel fundamental na concentração de força de trabalho (em quantidade e qualidade) requerida pelos avanços na dinâmica de acumulação e na divisão social do trabalho. Sobretudo em suas áreas de maior concentração, o processo de urbanização permite a superação de eventuais problemas de rigidez e estabilidade da oferta de mão-de-obra, bem como sua (des)mobilização numa base “diária”.

Nesses termos, o urbano mais avançado, ou seja, o espaço metropolitano, entendido como uma escala amplificada dos processos de diversificação produtiva e diferenciação social que estruturam o urbano em geral, contribui decisivamente para o estabelecimento das bases de organização dos mercados gerais de trabalho. Nesses mercados de trabalho, se torna mais importante o recrutamento de mão-de-obra com experiência anterior de venda de sua força de trabalho para organizações capitalistas do que daquela sem a cultura de exploração. Em termos demográficos, à medida que as áreas metropolitanas vão se consolidando, os fluxos migratórios de origem rural se tornam menos relevantes para as condições gerais de funcionamento do mercado de trabalho, tornando-se mais importantes os fluxos intrametropolitanos.

Entretanto, tais articulações não são imediatas, a organização dos mercados de trabalho no espaço urbano, em geral, e no metropolitano, em particular, resulta de distintos processos econômicos, sociais, demográficos e culturais que atuam na criação de variados estilos de vida e estratégias de sobrevivência, produzindo diferentes situações ocupacionais e oportunidades de emprego. Sob o referencial da economia política do desenvolvimento, que ressalta a natureza multiescalar da dinâmica de acumulação capitalista, é necessário considerar a conformação de padrões específicos de industrialização e urbanização segundo distintos “estilos” nacionais de

desenvolvimento. Segundo os ensinamentos dessa teoria crítica do desenvolvimento, as desigualdades inter e intranacionais devem ser entendidas no âmbito das estruturas de poder, comando e controle, em que os processos sociais se desenvolvem de maneira “circular e cumulativa”. Nesse sentido, as mediações teóricas e históricas da problemática do mercado de trabalho em aglomerações urbanas de maior densidade e complexidade passam pela compreensão dos processos que atuam na distribuição de renda e nas possibilidades de reprodução social fora do mercado de trabalho.

No que se refere ao prisma metropolitano, diferentemente dos países desenvolvidos, nas metrópoles da América Latina e do Brasil, em específico, o conflito clássico entre trabalhadores do “núcleo” e da “periferia” do mercado de trabalho não é o principal determinante das questões distributivas e do consumo. Conforme observado no estudo das características do mercado geral de trabalho das RMs paulistas, os rendimentos auferidos pelos trabalhadores assalariados com relações formais de emprego não são muito diferentes dos rendimentos daqueles em ocupações informais. É importante ressaltar que isso ocorre no urbano mais avançado do capitalismo brasileiro, cujo epicentro é a RMSP, mas que atualmente também se estende para as regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista, espaço que, por sua vez, concentra melhores oportunidades de inserção nos segmentos mais organizados e a maior variedade de alternativas de captação de renda fora do mercado de trabalho *stricto sensu*.

Dessa forma, torna-se imprescindível levar em consideração as determinações da não-resolução dos impasses estruturais do desenvolvimento econômico nacional e dos problemas urbanos na periferia do capitalismo mundial, em que ainda predominam as lógicas de valorização do capital mercantil nas dinâmicas de expansão metropolitana, as quais, por sua vez, impõem fortes restrições ao desenvolvimento pleno de uma condição urbana com direito à cidade e uma cidadania substantiva. Desde o final dos anos 1970, essas determinações foram agravadas pela interrupção dos projetos nacionais de desenvolvimento e, por conseguinte, de processos econômicos e sociais estruturantes que estavam em curso. Com o predomínio político-ideológico neoliberal – marcado por reestruturações produtivas e patrimoniais; grandes avanços tecnológicos; desregulamentação dos fluxos internacionais de capital;

restrições à capacidade de gastos e investimento do Estado, em suas diversas esferas de governo; e enfraquecimento da participação política dos movimentos sociais e sindicais –, os efeitos sobre as estruturas produtivas nacionais e o mercado de trabalho foram devastadores.

Diante dessas transformações, como tentou-se caracterizar neste estudo, as bases de (des)mobilização de força de trabalho e da (des)organização do mercado de trabalho se modificaram, sendo determinantes a reestruturação patrimonial/produtiva e seus ajustes espaciais e setoriais, o adensamento das redes urbanas, a expansão periférica das metrópoles e a extensão dos mercados metropolitanos de trabalho, observada pela importância da mobilidade pendular dos trabalhadores. Entretanto, as distintas dinâmicas de expansão metropolitana reproduzem um padrão de ocupação urbana que, em sua maior parte, envolve a geração de ocupações de elevada precarização.

Esses processos ocorrem em meio a profundas transformações no mercado de trabalho, com aumento do desemprego, em especial daquele de longo prazo, e agravamento de questões características dos mercados urbanos de trabalho no subdesenvolvimento: precarização das formas de contratação dos trabalhadores e deterioração das estruturas ocupacionais (aumento das ocupações no heterogêneo terciário e dos vínculos informais); e pronunciada restrição das possibilidades de inserção no mercado de trabalho por meio de uma relação de trabalho mais estável e com melhores salários nos setores mais organizados. Nas grandes empresas operando nas RMs paulistas, mais de 30% dos empregados tinham menos de um ano no estabelecimento, o que está associado à troca de funcionários de forma recorrente pelas empresas, sobretudo em períodos de maior crescimento econômico.

As diferenças ressaltadas na comparação dos mercados gerais de trabalho nas RMs paulistas e, em especial, das estruturas do emprego formal, indicaram que, de fato, a diversidade da estrutura produtiva, o porte da economia metropolitana e a evolução dos segmentos mais dinâmicos se refletem diretamente sobre as condições da oferta de empregos e sobre os diferenciais de salário. Contudo, também ficou evidente que há fatores de outra ordem, em particular aqueles relacionados aos fluxos

pendulares inter e intrametropolitanos, que afetam tanto os mercados de trabalho como os mercados de consumo nestas regiões. Além desses, há outros fatores como, por exemplo, a presença do Estado em seus diferentes níveis de governo e as políticas públicas implementadas em cada configuração metropolitana, os quais também exercem influências distintas sobre a oferta e a demanda por trabalho e, por conseguinte, na segmentação dos mercados de trabalho.

A grande complexidade que envolve as questões levantadas por este estudo impõe desafios analíticos e exige esforço coletivo das áreas temáticas para que se possa compreender as transformações nas articulações entre espaço urbano-metropolitano e mercado de trabalho na periferia do capitalismo, principalmente quando se considera que, do ponto de vista teórico e num contexto político conservador (do pensamento único), têm predominado abordagens que estabelecem relações imediatas entre o urbano de maior densidade e complexidade e o mercado de trabalho, tendo por base um mero balanço entre externalidades positivas e negativas. Sob essas concepções, os baixos salários e a elevada instabilidade dos trabalhadores no emprego são vistos como vantagens competitivas e não como indicadores da situação de subdesenvolvimento.

Entende-se que discutir a economia do “imaterial”, do “conhecimento”, do “informacional” e dos “serviços”, sem realizar as devidas mediações teóricas e históricas é, no mínimo, perverso nos grandes assentamentos humanos no contexto periférico e subdesenvolvido, em que as bases de mobilização da mão-de-obra são fortemente caracterizadas pela precariedade dos vínculos de emprego, elevada rotatividade e baixos salários e as carências materiais e imateriais são extremamente elevadas (moradia, transporte, saneamento básico, educação, saúde e lazer). Além disso, sob a influência dos novos modelos de cidade (cidade global, cidade-região e outros), o elevado nível de desemprego é utilizado como justificativa para por em prática novas políticas urbanas que acionam “frentes de valorização” facilitadas para o capital mercantil.

Se do ponto de vista das orientações de políticas públicas tais abordagens têm efeitos deletérios, do ponto de vista teórico pouco ou nada contribuem para se pensar

as especificidades da urbanização capitalista periférica e subdesenvolvida, mesmo no espaço urbano brasileiro mais avançado.

Os desafios teóricos para analisar tais questões são gigantescos, pois há carências de uma necessária economia política do urbano e de uma economia política do mercado de trabalho e, acima de tudo, das intrincadas articulações entre elas. O prisma multiescalar do mercado de trabalho tem avançado nas comparações das desigualdades nacionais e se sofisticava com a literatura de “variedades do capitalismo”¹²³, porém, muito ainda precisa ser feito em relação aos prismas subnacionais. Entende-se que enfrentar tais desafios é tarefa de grande urgência, uma vez que as perspectivas para o desenvolvimento nacional passam pelo enfrentamento das múltiplas questões dos grandes assentamentos humanos.

¹²³Peck and Theodore (2007).

Referências Bibliográficas

- AMABLE, Bruno. Les cinq capitalismes. Diversité des systèmes économiques est sociaux dans la mondialisation. Paris: Éditions du Seuil, 2005.
- AMIN, Ash. Classics in human geography revisited. *Progress in Human Geography*, vol. 26, n. 2, 2002, pp. 211-218.
- ANTICO, Claudia. Onde morar e onde trabalhar: espaço e deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de São Paulo. Campinas, IFCH-Unicamp, 2003 (tese de doutoramento).
- ARAÚJO, Maria de Fátima Infante. Impactos da reestruturação produtiva sobre a Região Metropolitana de São Paulo no final do Século XX. Campinas, IE-Unicamp, 2001 (tese de doutoramento).
- ARAÚJO, Maria de Fátima Infante. Reestruturação produtiva e transformações econômicas: Região Metropolitana de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 15, n. 1, 2001, pp. 20-30.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- ARAÚJO, Tarcísio Patricio; SOUZA, Aldemir do Vale. Mercados de trabalho metropolitanos: diferenças inter-regionais. In: Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, v.1, 1996, pp. 465-482.
- ASCHER, François. Métapolis ou l'avenir des villes. Paris: Odile Jacob, 1995.
- ATKINSON, J. Manpower strategies for flexible organizations. *Personnel Management*, vol.16, n. 8, 1984, pp. 28-31.
- AZZONI, Carlos Roberto. Indústria e reversão da polarização no Brasil. *Ensaio Econômico*, n.58,1986.
- AZZONI, Carlos Roberto; FERREIRA, Dirceu Alves. Competitividad regional y reconcentración industrial: el futuro de las desigualdades regionales en Brasil. *Revista Eure*, vol.24, n. 73,1998, pp. 81-111.
- BAENINGER, Rosana. Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista. In: HOGAN, Daniel Joseph, et al. (org.). Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas. Campinas: NEPO-Unicamp, 2001.
- BAENINGER, Rosana. Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil (1980-1966). Textos NEPO, n.35, 2000.
- BAENINGER, Rosana. Região de Governo de Santos. Textos NEPO, n.28, 1994.
- BAIGENT, Elizabeth. Patrick Geddes, Lewis Mumford and Jean Gottmann: divisions over 'megapolis'. *Progress in Human Geography*, vol. 28, n. 6, 2004, pp. 687-700.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Formação, estruturação e crise do mercado de trabalho no Brasil. In: DEDECCA, Cláudio Salvadori; PRONI, Marcelo Weishaupt.

- Políticas públicas e trabalho: textos para estudo dirigido. Campinas: IE-Unicamp, 2006a.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Salários e preços. Campinas: IE-Unicamp, Coleção Teses, 2003a.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; KREIN, José Dari; MORETTO, Amilton. O emprego formal nos anos recentes. *Carta Social e do Trabalho*. Campinas: IE-Unicamp, n.3, 2006b.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; DEDECCA, Claudio; KREIN, José Dari. Salário mínimo e desenvolvimento. Campinas: IE-Unicamp, 2005.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, Marcelo Weishaupt e HENRIQUE, Wilnês (orgs.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Unesp, 2003b.
- BALTRUSIS, Nelson. O mercado imobiliário informal em favelas na região metropolitana de São Paulo: o caso de Guarulhos. *Cadernos da Metrópole*, n.11, 2004, pp. 107-136.
- BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa et al. (orgs.). Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas: IE-Unicamp, 1998.
- BARBOUR, Elisa; MARKUSEN, Ann. Regional occupational and industrial structure. Does the one imply the other? *International Regional Science Review*, vol. 30, n.1, 2007, pp.1-19.
- BARCELLOS, Marcos. Capitalismo e clandestinidade: os subcircuitos ilegais da economia urbana metropolitana. Campinas: IE-Unicamp, 2007 (dissertação de mestrado).
- BECKER, Gary Stanley. Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education. New York: Columbia University Press, 1964.
- BELIK, Walter et al. O emprego rural nos anos 90. In: PRONI, Marcelo Weishaupt e HENRIQUE, Wilnês (orgs.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Unesp, 2003.
- BELL, Daniel. The coming of postindustrial society. A venture in social forecasting. Harmondsworth: Penguin, 1974.
- BELLUZZO, Luis Gonzaga de Mello. As transformações na economia capitalista no pós-guerra e a origem dos desequilíbrios globais. In: CARNEIRO, Ricardo (org.). A supremacia dos mercados. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- BELLUZZO, Luis Gonzaga de Mello. Valor e capitalismo. Um ensaio sobre a economia política. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (eds.). Les régions qui gagnent. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- BIDERMAN, Ciro. A expansão do setor terciário. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) História econômica da cidade de São Paulo. São Paulo: Globo, 2004.

- BLACK, Boyd; GOSPEL, Howard; PENDLETON, Andrew. Finance, corporate governance, and the employment relationship. *Industrial Relations*, vol. 46, n.3, 2007, pp. 643-650.
- BLUESTONE, Barry; HARRISON, Bennett. The deindustrialization of America. New York: Basic Books, 1982.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. Local y global. Madrid: Habitat/Taurus, 1997.
- BOSCH, Gerhard; RUBERY, Jill; LEHNDORFF, Steffen. Los modelos de empleo europeos agitados por viento de cambio. *Revista Internacional del Trabajo*, vol.126, n.3-4, 2007, pp. 285-314.
- BOYER, Robert. Is a finance-led growth regime a viable alternative to Fordism? A preliminary analysis. *Economy and Society*, vol. 29, n. 1, 2000, pp. 11-145.
- BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos R. S. (orgs.). Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: Editora da UFBA, 2009.
- BRANDÃO, Carlos. Território e desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- BRANDÃO, Carlos; MACEDO, Fernando Cezar de. Demografia e urbanização. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos; MACIEL, Cláudio Schüller; MACEDO, Fernando Cezar de (orgs.). Economia Paulista. Campinas: Alínea Editora, 2007.
- BRANDÃO, Carlos. Espaço, escala e economia metropolitanas: em busca de referenciais teóricos e analíticos In: IX Seminário internacional de la red iberoamericana de investigadores sobre globalización y territorio. Bahia Blanca, 16 a 19 de mayo de 2006.
- BRENNER, Neil. New state spaces: urban governance and the rescaling of statehood. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- BRENNER, Neil. The limits to scale? methodological reflection on scalar structuration. *Progress in Human Geography*, vol. 25, n. 4, 2001, pp. 591-614.
- BROWNING, Harley L.; SINGELMANN, Joachim. The emergence of a service society: demographic and sociological aspects of the sectorial transformation of the labor force in the USA. Springfield, Va: National Technical Information Service, 1975.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, vol. 9, n.1, 2000.
- CAIADO, Aurílio Sergio Costa. Desconcentração industrial regional no Brasil. Campinas: IE-Unicamp, 2002. (tese de doutoramento).
- CAIADO, Maria Célia Silva; PIRES, Maria Conceição Silvério. Campinas Metropolitana. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (org.). Novas metrópoles paulistas. Campinas: NEPO-Unicamp, 2006.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Estatuto da cidade: guia para sua implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília, Centro de Documentação e Informação, 2001.

- CANO, Wilson. Desconcentração produtiva no Brasil. 1970-2005. São Paulo: Unesp, 2008.
- CANO, Wilson. A Indústria de transformação. 1980-2003. CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos; MACIEL, Cláudio Schüller; MACEDO, Fernando Cezar de (orgs.). Economia Paulista. Campinas: Alínea Editora, 2007.
- CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Campinas: IE-Unicamp, 1998a.
- CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial em São Paulo. Campinas: IE-Unicamp, 1998b.
- CANO, Wilson. Base e superestrutura em São Paulo 1886-1929. In: DE LORENZO, Helena C. e COSTA, Wilma P. A década de 1920 e as origens do Brasil moderno. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- CANO, Wilson (coord.). São Paulo no limiar do Século XXI. São Paulo: SPG/SP, 8 v., 1992.
- CANO, Wilson (coord.) A Interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo: FSEADE, 3 v., 1988.
- CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos; MACIEL, Cláudio Schüller; MACEDO, Fernando Cezar de (orgs.). Economia Paulista. Campinas: Alínea Editora, 2007.
- CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos; FERNANDES, Ana Cristina. A Região Metropolitana de Campinas: análise integrada. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos (coords.). A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Campinas: Unicamp, 2002.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O capitalismo tardio. Campinas: IE-Unicamp, 1998.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.). Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI. São Paulo: Contexto, 2004.
- CARNEIRO, Ricardo. Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. *Texto para discussão*. Campinas, IE-Unicamp, n.153, 2008.
- CARNEIRO, Ricardo. Globalização produtiva e estratégias empresariais. *Texto para discussão*. Campinas, IE-Unicamp, n.132, 2007a.
- CARNEIRO, Ricardo. Globalização e integração periférica. *Texto para discussão*. Campinas, IE-Unicamp, n.126, 2007b.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CEPAL. La crisis urbana en America Latina y el Caribe. Reflexiones sobre alternativas de solución. Santiago do Chile: Cepal, 1989.
- CHESNAY, François (orgs.). A finança mundializada. Raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

- CHESNAY, François; SAUVIAT, Catherine. O financiamento da inovação no regime global de acumulação dominado pelo capital financeiro. In: LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E.; ARROIO, Ana (orgs.). Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Contraponto, 2005.
- CHESNAY, François; PLIHON, Dominique (coords.). As armadilhas da finança mundial. Apelo aos economistas para se sair do pensamento único. Lisboa: Campo da Comunicação, 2000.
- CINTRA, Marcos Antonio Macedo; CORRÊA, Renata Silveira. O complexo financeiro: um caso de concentração no município e relativo esvaziamento do centro? In: COMIN, Álvaro (ed.). Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- CLACSO. El rostro urbano de América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2004.
- CLARK, Gordon. The employment relation and spatial division of labor: a hypothesis. *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 71, n. 3, 1981, pp. 412-424.
- COLANTONIO, Felipe Caboclo. Região Metropolitana da Baixada Santista: evolução recente. Campinas, IE-Unicamp, 2008. (dissertação de Mestrado).
- CORAGGIO, José Luís. A construção de uma economia popular como horizonte para cidades sem rumo. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e SANTOS Jr, Orlando Alves (orgs.). Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- CORAGGIO, José Luis. Ciudades sin rumbo: investigación urbana y proyecto popular. Quito: Ciudad-Siap, 1991.
- COHEN, Stephen S.; ZYSMAN, John. Manufacturing matters. New York: Basic Books, 1987.
- COMBES, Pierre-Philippe; DURANTON, Gilles. Labour pooling, labour poaching and spatial clustering. *Regional Science Urban Economy*, vol. 36, 2006, pp. 1-28.
- COMIN, Álvaro (ed.). Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- COMPANS, Rose. Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática. São Paulo: Editora da Unesp/ANPUR, 2005.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CUERVO, Luis Mauricio. Desarrollo económico y primacía urbana en América Latina: una visión histórico-comparativa. In: Clacso. El rostro urbano de América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2004.
- CUNHA, José Marcos Pinto da (org.). Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO-Unicamp, 2006.
- CUNHA, José Marcos Pinto da; JAKOB, Alberto Augusto Eichman; YOUNG, Andréa Ferraz. Dinâmica Demográfica Intrametropolitana na Região Metropolitana da

- Baixada Santista, no período pós-1970. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO-Unicamp, 2006.
- CUNHA, José Marcos Pinto da. *Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*. Campinas: IFCH-Unicamp, 1994 (tese de doutoramento).
- DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DE MATTOS, Carlos A. Crescimento metropolitano na América Latina: Los Angeles como referência? In: Diniz, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (orgs.). *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- DE MATTOS, Carlos A. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). *Metrópoles. Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo/Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo/FASE, 2004.
- DE MATTOS, Carlos A. Transformación de las ciudades latinoamericanas. *Revista Eure*, Santiago, vol. 28, n. 85, 2002, pp. 5-10.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. O trabalho assalariado no capitalismo brasileiro atual. Campinas, Seminário interno do CESIT/IE-Unicamp, 2008 (mimeo).
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Campinas: IE-Unicamp, 2005.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. O trabalho na metrópole. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) *História econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo: Globo, 2004.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori; ROSANDISKI, Eliane N. Sensos e dissensos: as inovações metodológicas do Censo Demográfico 2000. *Revista da ABET*, n.2 (1), 2003.
- DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001a.
- DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. *Os rendimentos do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001b.
- DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos; CESIT-Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho/ IE-Unicamp. *O trabalho no setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico*. São Paulo; Campinas: DIEESE; CESIT, 2005.
- DINIZ, Clélio Campolina; DINIZ, Bernardo Palhares Campolina. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, reespecialização e novas funções. *Revista Eure*, vol. 33, n.98, 2007, pp. 27-43.
- DINIZ, Clélio Campolina. A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas Perspectivas. *Texto para Discussão*, IPEA, n.375, 1995.

- DINIZ, Clélio Campolina. Dinâmica regional da indústria no Brasil: início de desconcentração, risco de reconcentração. Belo Horizonte: UFMG, 1991. (tese de professor titular).
- DOERINGER, Peter B.; PIORE, Michael J. Internal labour markets and manpower analysis. Lexington Mass., D. C. Heath, 1971.
- EDWARDS, R. C.; REICH, M.; GORDON, D. M. (eds.). Labor market segmentation. Lexington Mass., D. C. Heath, 1975.
- EGLER, Cláudio. Redes de cidades e sistemas urbanos. Estudo da Dimensão Territorial do PPA. Brasília, CGEE, 2007. (mimeo)
- EHRENREICH, Barbara. Desemprego de colarinho-branco. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- EHRENREICH, Barbara. Miséria à americana. Vivendo de subemprego nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FARIA, Vilmar. Mudanças na composição do emprego e nas estruturas das ocupações. In: BACHA, Edmar; KLEIN, Herbert (orgs.). A transição incompleta. Brasil desde 1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FARIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira nos últimos trinta anos. In: SORJ, Bernard; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares (orgs.). Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FARIA, Vilmar. Divisão do trabalho, especialização e crescimento urbano: o caso da macrometrópole paulista. In: Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais Águas de São Pedro, v.2, 1980, pp. 745-775.
- FARIA, Vilmar. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. In: Anais do I Encontro de Estudos Populacionais Campos de Jordão, v.1, 1978, pp. 89-110.
- FARIA, Vilmar. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. *Estudos Cebrap*, n.18, 1979.
- FARIA, Vilmar. Occupational marginality, employment and poverty in urban Brazil. Cambridge: Harvard University, 1976. (doctoral thesis).
- FERREIRA, João Sette Witaker. São Paulo: o mito da cidade global. São Paulo: FAU-USP, 2003 (tese de doutoramento).
- FIX, Mariana. São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FONSECA, Rinaldo; DAVANZO, Aurea M. Q.; NEGREIROS, Rovenia M. C. (orgs.). Livro verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas. Campinas: IE-Unicamp, 2002.
- FAGNANI, Eduardo. Política social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade. Campinas: IE-Unicamp, 2005 (tese de doutoramento) .

- FRIEDMANN, John. The world city hypothesis [1986]. In: BRENNER, Neil; KEIL, Roger. The global cities reader. London: Routledge, 2006.
- FRIEDMANN, John; WOLFF, Goetz. World city formation: an agenda for research and action [1982]. In: BRENNER, Neil; KEIL, Roger. The global cities reader. London: Routledge, 2006.
- GARCIA, Renato; CRUZ-MOREIRA, Juan. O complexo têxtil-vestuário: um cluster resistente. In: COMIN, Álvaro (ed.). Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- GONÇALVES, Alcindo. Lutas e sonhos, cultura política e hegemonia progressista em Santos: 1945-1962. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.
- GONÇALVES, José Sidnei et al. Agropecuária Paulista. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos; MACIEL, Cláudio Schüller; MACEDO, Fernando Cezar de (orgs.). Economia paulista. Campinas: Alínea Editora, 2007.
- GORZ, André. Misères du present richesse du possible. Paris: Edition Galiée, 1997.
- GOTTDIENER, Mark; BUDD, Leslie. Key concepts in urban studies. London: Sage, 2005.
- GOTTDIENER, Mark. A teoria da crise e a reestruturação socioespacial. In: VALLADARES, Lúcia; PRETECEILLE, Edmond (orgs.). Reestruturação urbana. São Paulo: Nobel, 1990.
- GRIMSHAW, Damian; RUBERY, Jill. Inter-capital relations and the network organisation: redefining the work and employment nexus. *Cambridge Journal of Economics*, vol. 29, 2005, pp. 1027-1051.
- GRIMSHAW, Damian; RUBERY, Jill. Integrating the internal and external labour markets. *Cambridge Journal of Economics*, vol. 22, 1998, pp. 199-220.
- GRIMSHAW, Damian; WARD, Kevin G.; RUBERY, Jill; BEYNON, Huw. Organisations and the transformation of the internal labour market. *Work, Employment & Society*, vol.15, n.1, 2001, pp. 25-54.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades regionais e federalismo. In: AFFONSO, Rui Britto; SILVA, Pedro. Desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP/Unesp, 1995.
- HALL, Peter. The metropolitan explosion. In: BRENNER, Neil; KEIL, Roger (eds.). The global cities reader. London: Routledge, 2006.
- HALL, Peter. The world cities. London: Weidenfeld, 1984.
- HAMNET, Chris. Social polarisation in global cities: theory and evidence. *Urban Studies*, vol. 31, n. 3, 1994, pp. 401-424.
- HARDOY, Jorge E. La ciudad legal y la ciudad ilegal. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1987.
- HARVEY, David. The limits to capital. London: Verso, 2006.

- HARVEY, David. A brief history of neoliberalism. New York: Oxford University Press, 2005.
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. The urbanization of capital. Oxford: Basil Blackwell, 1985.
- HENRIQUE, Wilnês. O capitalismo selvagem. Um estudo sobre desigualdade no Brasil. Campinas: IE-Unicamp, 1999. (tese de doutoramento).
- HEROD, Andrew. Labor geographies: workers and the landscapes of capitalism. New York: The Guilford Press, 2000.
- HOFFMANN, Marise Borém Pimenta; MENDONÇA, Sérgio Eduardo Arbulu. O mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo. *Estudos Avançados*, vol. 17, n. 47, 2003, pp. 21-42.
- IBGE. Regiões de Influência das Cidades. REGIC-2007.
- IEDI. Ocorreu uma desindustrialização no Brasil? Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial- IEDI, 2005.
- IPEA/IBGE/NESUR. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília: IPEA, 2001.
- JACOBS, Jane. The economy of cities. New York: Vintage Books, 1969.
- JAKOB, Alberto Augusto Eichman. Análise sociodemográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000. Campinas: IFCH-Unicamp, 2003 (tese de doutoramento).
- JATOBÁ, Jorge. A dimensão regional da pobreza urbana e os mercados de trabalho: o caso brasileiro. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, (monografia, 35), 1989.
- JONES, Gavin; VISARIA, Pravin. Urbanization in large developing countries: China, Indonesia, Brazil and India. New York: Oxford University Press, 1997.
- KERR, C. The balkanization of labour markets. In: BAKKE, E. Wright; HAUSER, P. M. (eds.). Labour mobility and economic opportunity. New York: MIT Press, 1954.
- KLINK, Jeroen. A cidade-região. Regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- KON, Anita. Metrôpoles brasileiras: especialização produtiva, reestruturação e redistribuição estrutural. In: XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia. Salvador, 12 a 15 de dezembro, 1995.
- KOVÁCS, Ilona. As metamorfoses do emprego. Ilusões e problemas da sociedade da informação. Oeiras: Celta Editora, 2002.
- KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- KREIN, José Dari. Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005. Campinas: IE-Unicamp, 2007 (tese de doutoramento).
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. Uma cidade na transição. Santos: 1870-1913. São Paulo: Hucitec, 1996.

- LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 1974.
- LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, Catia Antonia; FREIRE, Desirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho (orgs.). Metrópole: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LENCIONI, Sandra. Cisão territorial da indústria e integração regional no Estado de São Paulo. In: GONÇALVES, Maria Flora, BRANDÃO, Carlos; GALVÃO, Antônio Carlos (orgs.). Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.
- LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial. Centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo. São Paulo: FFLCH-USP, 1991 (tese de doutoramento).
- LEONE, Eugenia Troncoso; BALTAR Paulo Eduardo de Andrade. Economia e mercado de trabalho no Brasil. Carta Social e do Trabalho. Campinas, IE/Unicamp, n.3, jan/abr, 2006.
- LESSA, Carlos. A estratégia de desenvolvimento 1974/76: sonho e fracasso. Campinas, IE-Unicamp. (tese de doutoramento). Publicado pela Editora do Instituto de Economia da Unicamp, 1998a. (30 anos de Economia – Unicamp, 5).
- LESSA, Carlos. Acumulação oligárquica e formação das metrópolis. Pensamiento Iberoamericano, Cepal, n. 7, 1985, pp. 214-216.
- LESSA, Carlos. A crise urbana e o circuito imobiliário. Salvador, 1981. (mimeo).
- LOGAN, John R. ; MOLOTCH, Harvey L. Urban fortunes: the political economy of place. Berkeley: University of California Press, 1987.
- LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LUNA, Francisco Vidal. A capital financeira do país. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) História econômica da cidade de São Paulo. São Paulo: Globo, 2004.
- MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 14, n. 4, 2000, pp. 21-33.
- MARKUSEN, Ann. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In: Diniz, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (orgs.). Economia e território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (orgs.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- MARSDEN, David. Marchès du travail. Limites social des nouvelles theories. Paris: Economia, 1990.
- MARTIN, Ronald L. Local labour markets: their nature, performance, and regulation. In: CLARK, Gordon; FELDMAN Maryann; GERTLER, Meric S. (eds.). The Oxford Handbook of Economic Geography. Oxford: Oxford University Press, 2002.

- MARTIN, Ron; SUNLEY, Peter; WILLS, Jane. The decentralization of industrial relations? New institutional spaces and the role of local context in British engineering. *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 19, 1994, pp. 457-481.
- MARTINELLI, Flavia; SCHOENBERGER, Erica. Os oligopólios estão de boa saúde, obrigado! In: BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (orgs.). *As regiões ganhadoras*. Oeiras: Celta Editora, 1994.
- MARX, Karl. Capítulo inédito d'O Capital. Porto: Publicações Escorpião, 1975.
- MASSEY, Doreen. Spatial divisions of labor: social structures and the geography of production. New York: Routledge, 1995.
- MATTEO, Miguel. Além da metrópole terciária. Campinas: IE-Unicamp, 2007 (tese de doutoramento).
- MATTEO, Miguel; TAPIA, Jorge Ruben Biton. Características da indústria paulista nos anos 90: em direção a uma city region? In: *Revista de Sociologia e Política*, n. 18, 2002.
- MATTOS, Fernando. Transformações nos mercados de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos a partir da retomada da hegemonia americana. Campinas: IE-Unicamp, 2001. (tese de doutoramento)
- MATTOSO, Jorge. O Brasil desempregado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MAZZUCHELLI, Frederico. A contradição em processo: o capitalismo e suas crises. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Padrões de industrialização e ajuste estrutural: um estudo comparativo dos regimes salariais em capitalismo tardios. Campinas: IE-Unicamp, 1992. (tese de doutoramento).
- MEYER, Regina Maria Proserpi; GROSTEIN, Marta; BIDERMAN, Ciro. São Paulo: metrópole. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2004.
- MOLOTCH, Harvey L. The growth machine: towards a political economy of place. *American Journal of Sociology*, vol. 82, n. 2, 1976.
- MONTE-MÓR, Roberto Luiz. O que é o urbano no mundo contemporâneo. *Revista Paranaense de desenvolvimento*, n.111, 2006, pp. 09-18.
- MORETTO, Amilton; BARBOSA, Alexandre de Freitas. As políticas de mercado de trabalho e a sua evolução tardia e fragmentada no Brasil. In: DEDECCA, Claudio Salvadori; PRONI, Marcelo Weishaupt. *Políticas públicas e trabalho: textos para estudo dirigido*. Campinas: IE-Unicamp, 2006.
- MORRISON, Philip S. Unemployment and urban labour markets. *Urban Studies*, vol. 42, n. 12, 2005, pp. 2261-2288.
- MOURA, Rosa. Metrôpoles em reestruturação: a lógica da desordem. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (orgs.). *Metrôpoles. Entre a coesão e a fragmentação*, a

- cooperação e o conflito. São Paulo/Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo/FASE, 2004.
- MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1972.
- NAPOLEONI, Claudio. Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- NEGRI, Barjas. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- NUN, Jose. Sobre población relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, IV (2), 1969, pp.178-237.
- OBSERVATORIO DAS METROPOLES/IPPUR/FASE/IPARDES. Projeto: Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Relatório de Atividades I. Identificação dos Espaços Metropolitanos e Construção de Tipologias. 2005. Disponível em <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/produtos>
- OCDE. Competitive cities in the global economy. 2006. Traduzido por IEDI. Disponível em <http://www.iedi.org.br>
- OFFE, Claus. O capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- OLIVEIRA, Alberto. Conhecendo o Interior Paulista: o papel do espaço na dinâmica do mercado de trabalho. São Paulo em Perspectiva, vol. 20, n. 4, 2006, pp. 127-142.
- OLIVEIRA, Alberto. A política urbana como instrumento de geração de emprego e renda: análise da experiência paulistana nos anos 90. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, 20 a 24 de Setembro, 2004.
- OLIVEIRA, Alberto. Território e mercado de trabalho: discursos e teorias. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2004 (tese de doutoramento).
- OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PACHECO, Carlos Américo. Fragmentação da Nação. Campinas: IE-Unicamp, 1998.
- PAMPLONA, João Batista; MIADAIARA, P. L. A atividade econômica nos anos 90 no Grande ABC. Cadernos de Pesquisa da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, n. 4, 2002.
- PECK, Jamie. Workplace: the social regulation of labor markets. New York: The Guilford Press, 1996.
- PECK, Jamie. Labor and agglomeration: control and flexibility in local labor markets. *Economic Geography*, vol. 68, n. 4, 1992, pp.325-347.
- PECK, Jamie. Reconceptualizing the local labour market: space, segmentation and the state. *Progress in Human Geography*, vol. 13, 1989, pp.42-61.
- PECK, Jamie; THEODORE, Nikolas. Variegated capitalism. *Progress in Human Geography*, vol. 31, n. 6, 2007, pp. 731-772.

- PECK, Jamie; THEODORE, Nikolas. 'Work first': workfare and the regulation of contingent labour markets. *Cambridge Journal of Economics*, vol. 24, 2000, pp. 119-138.
- PINTO, Aníbal. Metropolización y terciarización: malformaciones estructurales en desarrollo latinoamericano. *Revista de la Cepal*, n. 24, 1984.
- PIQUET, Rosélia. Indústria e território no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- PIQUET, Rosélia. Os marcos da intervenção do Estado no urbano. In: PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres. O desenvolvimento urbano em questão. Textos didáticos. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2001.
- PIQUET, Rosélia. Reestruturação do espaço regional e urbano no Brasil: o poder do Estado e dos grandes investimentos. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 1993.
- POCHMANN, Márcio. O emprego no desenvolvimento da Nação. São Paulo: Boitempo, 2008.
- POCHMANN, Márcio. Emprego, renda e pobreza. In: FONSECA, Rinaldo; DAVANZO, Aurea M. Q.; NEGREIROS, Rovenia M. C. (orgs.). Livro verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas. Campinas: IE-Unicamp, 2002.
- POCHMANN, Márcio. A metrópole do trabalho. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- POLANYI, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- PRATES, Ângelo. Reestruturação produtiva no Brasil dos anos 90 e seus impactos na região do Grande ABC paulista. Campinas: IE-Unicamp, 2005. (dissertação, mestrado).
- PRETECEILLE, Edmond. Divisão social e desigualdades: transformações recentes da metrópole parisiense. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org.) O futuro das metrópoles. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.
- PRONI, Marcelo Weishaupt; BALTAR, Paulo Eduardo Andrade. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa (org.). Crise e trabalho no Brasil. São Paulo: Scritta, 1996.
- PRONI, Marcelo Weishaupt; HENRIQUE, Wilnês (orgs.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Unesp, 2003.
- QUADROS, Waldir. A evolução da estrutura social brasileira: notas metodológicas. *Texto para Discussão*, Campinas, IE-Unicamp, n. 147, 2008.
- QUADROS, Waldir. Aspectos da crise social no Brasil dos anos oitenta e noventa. Campinas: IE-Unicamp, 2003. (tese de livre-docência).
- QUADROS, Waldir et al. Mudanças na estrutura social metropolitana brasileira entre 1981 e 2003. In: DIEESE (org.) O trabalho no setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico. São Paulo; Campinas: Dieese; Cesit, 2005.

- QUEIROGA, Eugenio Fernando. Entre o nó e a rede, dialéticas espaciais contemporâneas: o caso da Metrópole de Campinas diante da Megalópole do Sudeste. XII Encontro Nacional da ANPUR. Belém, 21 a 25 de maio, 2007.
- QUIJANO, Anibal. Dependencia, cambio social y urbanización en America Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, jul-set, 1968, pp. 525-570.
- REIS, Nestor Goulart. Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo: Via das Artes, 2006.
- RESENDE, Fernando e LIMA, Ricardo (orgs.). Rio-São Paulo cidades mundiais: desafios e oportunidades. Brasília: IPEA, 1999.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org.). O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1996.
- RUBERY, Jill. Segmentation theory thirty years on. European Work and Employment Research Centre, 2006. Disponível em http://vxu.se/ehv/cafo/iwplms/papers/rubery_segmentation.doc
- RUBERY, Jill. Structured labour markets, worker organization and low pay. *Cambridge Journal of Economics*, vol. 2, n. 1, 1978, pp.17-37.
- SALES, Pedro Manuel Rivaben. Santos: a relação entre o porto e a cidade e a sua (re)valorização no território macrometropolitano de São Paulo. São Paulo: FAU-USP, 1999. (tese de doutoramento).
- SALM, Cláudio; EICHENBERG, Luiz. Tendencias de la integración en el mercado de trabajo brasileño. *Revista de la Cepal*, n. 39, 1989, pp. 65-75.
- SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades para o mercado mundial. Chapecó: Argos, 2003.
- SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. O espaço dividido. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- SANTOS, Anselmo Luis. Trabalho em pequenos negócios no Brasil: impactos da crise do final do Século XX. Campinas: IE-Unicamp, 2006 (tese de doutoramento).
- SASSEN, Saskia. El reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas en una economía global: ampliando las opciones de políticas y gobernanza. *Revista Eure*, vol. 33, n. 100, 2007, pp. 9-34.
- SASSEN, Saskia. Localizando ciudades en circuitos globales. *Revista Eure*, vol. 29, n. 88, 2003, pp. 5-27.
- SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SASSEN, Saskia. Informalization in advanced market economies. *International Labour Organization*. Discussion paper, n. 20, 1997.
- SASSEN, Saskia. The global city: New York, London, Tokyo. Princeton: University Press, 1991.

- SAUVIAT, Catherine; CHESNAY, François. As transformações das relações salariais no regime de acumulação financeira. In: LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E.; ARROIO, Ana (orgs.). Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Contraponto, 2005.
- SCHNEIDER, Eduardo Miguel; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Evolução do mercado de trabalho metropolitano. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 20, n. 4, 2006, pp. 74-102.
- SCOTT, Allen John. Resurgent metropolis: economy, society and urbanization in na interconnected world. *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 32, n. 3, 2008, pp.548-64.
- SCOTT, Allen John et al. Cidades-regiões globais. *Espaço & Debates*. São Paulo, XVII, 2001.
- SCOTT, Allen John. A economia metropolitana. In: BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (orgs.). As regiões ganhadoras. Oeiras: Celta Editora, 1994.
- SCOTT, Allen John. Metropolis: from the division of labor to urban form. Los Angeles: University of California Press, 1988.
- SCOTT, Allen John; STORPER, Michael (eds.). Production, work, territory: the geographical anatomy of industrial capitalism. Boston: Allen & Unwin, 1986.
- SERRANO, Franklin. A economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial nos anos 2000. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SEADE. Atlas Seade da economia paulista, 2006. Disponível em <http://www.seade.gov.br>
- SEMEGHINI, Ulysses Cidade. Do café à indústria: uma cidade e seu tempo. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- SENNETT, Richard. A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SILVA, Rogério Bezerra; NOVAES, Henrique Tahan. As origens do mito Campinas. In: III Seminário Internacional Ciência e Tecnologia na América Latina: A Universidade como promotora do Desenvolvimento Sustentável. CORI/UNICAMP, Campinas, 14 e 15 de setembro de 2006.
- SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- SIQUEIRA, Hipólita; MAIA, Alexandre Gori. Transformações nos mercados de trabalho e desigualdades territoriais: estudo comparativo entre áreas metropolitanas e não-metropolitanas no Brasil. In: X Seminario Internacional da Rede Iberoamericana de Investigadores sobre Globalização e Território, Querétaro, 20 a 23 de maio, 2008.
- SIQUEIRA, Hipólita. Emprego e metrópoles nos Estados Unidos. In: XXI Encontro Nacional da ANPUR. Belém, 21 a 25 de maio, 2007.
- SIQUEIRA, Hipólita; BRANDÃO, Carlos. Divisão inter-regional do trabalho no Brasil dos nos 90: perdas de quantidade e qualidade nos investimentos, empregos e

- instrumentos de regulação. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; NATAL, Jorge; PIQUET, Rosélia (orgs.). *Globalización y territorio: ajustes periféricos*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.
- SMITH, Neil. *The new urban frontier: gentrification and the revanchist city*. New York: Routledge, 1996.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.
- SOJA, Eduard. *Postmetropolis. Critical studies of cities and regions*. Oxford: Oxford, Blackwell Publishers, 2000.
- SOJA, Eduard; SCOTT, Allen John. Introduction to Los Angeles: city and region. In: SOJA, E. W. *The city. Los Angeles and urban theory at the end of the twentieth century*. Los Angeles: University of California, 1998.
- SOUZA, Maria Carolina; GARCIA, Renato. O Arranjo produtivo de industrial de alta tecnologia da região de Campinas. In: CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. (coords.). *Arranjo e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico*. Rio de Janeiro: IE-UFRJ. (Nota Técnica 27), 1999.
- SOUZA, Paulo Renato Costa. *Salário e emprego em economias atrasadas*. Campinas: IE-Unicamp, Coleção Teses, 1999.
- STORPER, Michael. *The regional world*. New York: Guilford Press, 1997.
- STORPER, Michael; VENABLES, Anthony J. O burburinho: a força econômica da cidade. In: Diniz, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (orgs.). *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- STORPER, Michael; WALKER, Richard. *The capitalist imperative: territory, technology and economic growth*. New York: Blackwell, 1989.
- STORPER, Michael; WALKER, Richard. The theory of labour and the theory of location. *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 7, n. 1, 1983, pp. 1-42.
- SWYNGEDOUW, Eric. Neither global nor local: “glocalization” and the politics of scale. In: COX, Kevin (ed). *Spaces of globalization: reasserting the power of the local*. New York/London: Guilford Press/Longman, 1997.
- SZMRECSÁNYI, Maria Irene. A macrometrópole paulistana. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo: Globo, 2004.
- TAVARES, Maria da Conceição. Império, território e dinheiro. In: FIORI, José Luís. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: IE-Unicamp, 1998a.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Ciclo e crise*. Campinas: IE-Unicamp, 1998b.
- TAVARES, Maria da Conceição. Problemas de industrialización avanzada en capitalismos tardios y periféricos. *Economia da América Latina*, CIDE México, 1981, pp. 21-42.

- TAVARES, Maria da Conceição; SOUZA, Paulo Renato Costa. Emprego e salários na indústria. *Revista de Economia Política*, vol. 1, n. 1, 1981, pp. 3-29.
- VELTZ, Pierre. *Le nouveau monde industriel*. Paris: Gallimard, 2008.
- VELTZ, Pierre. The rationale for a resurgence in the major cities of advanced economies. *Leverhulme International Symposium. The Resurgent City*. London School of Economics, 19-21 April, 2004.
- VELTZ, Pierre. *Des lieux et des liens*. Paris: Éditions de l'Aube, 2002.
- VELTZ, Pierre. *Mundialización, ciudades y territorios*. Barcelona: Ariel Geografía, 1999.
- WACQUANT, Loïc. *Parias urbains: ghetto, banlieues, État*. Paris: La Découverte, 2006.
- WALKER, Richard A. The geography of production. In: SHEPPARD, Eric; BARNES, Trevor, J (eds.). *A companion to economic geography*. Blackwell, 2000.
- WALKER, Richard A. Putting capital in its place: globalization and the prospects for labor. *Geoforum*, vol. 30, n. 3, 1999, pp. 263-284.
- WHITAKER FERREIRA, João Sette. *O mito da cidade-global*. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.
- ZHOU, Weilin. China's urbanisation: a study of its evolution. In: *China Report*, vol. 40, n. 4, 2004, pp. 445-459.
- ZÜNDT, Carlos. Baixada Santista: uso, expansão e ocupação do solo, estruturação da rede urbana regional e metropolização. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (org.). *Novas metrópoles paulistas*. Campinas: NEPO-Unicamp, 2006.

ANEXO

Mudanças metodológicas no Censo Demográfico de 2000 e procedimentos utilizados para sua comparação com os dados do Censo de 1991

No Censo Demográfico de 1991, o período de referência da coleta dos dados era de 12 meses, sendo que, no Censo de 2000, era de uma semana. Dedecca e Rosandisk (2003) afirmam que as mudanças metodológicas melhoraram as informações sobre as condições de ocupação e o desemprego nas atividades não-agrícolas e facilitaram a comparação das informações obtidas no Censo Demográfico de 2000 com as de outras fontes como PNAD. Mas, por outro lado, a adoção da semana de referência influencia na magnitude dos indicadores e dificulta sua comparação com os Censos anteriores, sobretudo da população desocupada em função do caráter sazonal das atividades agrícolas. No Censo de 2000, foi utilizado critério para a delimitação da População Economicamente Ativa mais abrangente em comparação aos realizados anteriormente, sendo incorporada a população ocupada sem remuneração com menos de 15 horas de trabalho semanal e em autoconsumo. Algumas mudanças também ocorreram nas classificações da atividade econômica e da ocupação com a utilização das novas metodologias da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) e da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações).

Nos dados aqui apresentados, essas dificuldades foram de certa forma minimizadas pela adoção do critério utilizado no Censo 1991 (PEA restrita: população ocupada com ou sem remuneração com mais de 15 horas semanais de trabalho) na tabulação dos dados do Censo de 2000. Com relação à classificação das atividades econômicas, a compatibilização foi feita com base nas informações do Anexo 1.1 a seguir. Entretanto, as dificuldades mais gerais permanecem, impedindo um aprofundamento da análise dos indicadores de mercado de trabalho a partir dessa fonte. Além disso, o fato de que as informações do Censo se referem ao local de residência dos trabalhadores e não ao local em que foram realizadas as atividades econômicas determina outras restrições em termos da análise intrametropolitana mais detalhada a partir dessa fonte.

Compatibilização dos Códigos de Atividade Econômica dos Censos 1991 e 2000

Atividades Econômicas	Cód. 1991	Cód. 2000
Agrícola	011 a 029 031 a 037 041 a 042	01101 a 01500 02001 a 02002 05001 a 05002
Indústria de Transformação	100 110 120 130 140 150 a 151 160 170 180 190 200 a 202 210 220 230 240 a 241 250 a 251 260 a 261 270 280 290 300	15010 a 15050 1600 17001 a 17002 18001 a 18002 19011 a 19020 20000 21001 a 21002 22000 23010 a 23400 24010 a 24090 25010 a 25020 26010 a 26092 27001 a 27003 28001 a 28002 29001 a 29002 30000 31001 a 31002 32000 33001 a 33005 34001 a 34003 35010 a 35090 36010 a 36090 37000
Outras Atividades Industriais	050 a 059 351 a 353	10000 11000 12000 13001 a 13002 14001 a 14004 40010 a 40020 41000
Construção	340	45005 a 45999
Comércio e Reparação	410 a 424 521 a 525 582	50010 a 50050 53010 a 53113
Alojamento e Alimentação	511 a 512	55010 a 55030
Transporte, Armazenagem e Comunicação	471 a 477 481 a 482 583 586 a 588	60010 a 60092 61000 62000 63010 a 63030 64010 a 64020

Administração Pública	611 614 711 a 717 721 a 727 801	75011 a 75020
Educação, Saúde e Serviços Sociais	610 621 a 624 631 a 632	80011 a 80090 85011 a 85030
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	354 463 531 a 533 541 551 a 552 577 613 615 a 619 901	90000 91010 a 91092 92011 a 92040 93010 a 93092
Serviços Domésticos	544	95000
Outras Atividades e Atividades Mal Definidas	461 542 a 543 545 571 a 576 578 581 584 589 612 902 a 903	70001 a 70002 71010 a 71030 72010 a 72020 73000 74011 a 74090 99000 99888 ou 99999
Setor Financeiro	451 a 453 462 464 585	65000 66000 67.010 a 67.020